

**Roteiros de *Olisipo*:  
Dois roteiros arqueológicos em torno da  
presença romana na região de Lisboa**

(versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública, realizada a 14 de Março de 2023)

Maria João Zuzarte Gomes Núncio

**Trabalho de Projecto de  
Mestrado em Arqueologia**

**Nota:** lombada (Maria João Zuzarte Gomes Núncio,  
Roteiros de *Olisipo*: dois roteiros arqueológicos em  
torno da presença romana na região de Lisboa, 2022)  
- encadernação térmica -

Outubro de 2022



Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizado sob a orientação científica do Prof. Doutor Rodrigo Banha da Silva



## ROTEIROS DE *OLISIPO*: DOIS ROTEIROS ARQUEOLÓGICOS EM TORNO DA PRESENÇA ROMANA NA REGIÃO DE LISBOA.

Maria João Zuzarte Gomes Núncio

**SUMÁRIO:** O presente trabalho de projecto tem como objectivo constituir um contributo para o conhecimento do passado romano na região de Lisboa. Os mais de cinco séculos desta presença marcante deixou abundantes vestígios no subsolo da cidade e do território em seu redor, os quais, pelo menos, desde a segunda metade do século XX têm vindo a ser descobertos (ou redescobertos). Nos últimos anos, graças ao aumento substancial de intervenções arqueológicas e ao correspondente aumento de novos dados e bens arqueológicos, tem-se assistido a um enriquecimento considerável do conhecimento sobre este período histórico, bem como à valorização do património que lhe está associado. Este trabalho de projecto incide precisamente na divulgação desse património, tendo, a partir do levantamento e estudo do mesmo, produzido os conteúdos de dois roteiros arqueológicos – a *urbs* e o *ager* de *Olisipo* – disponibilizados ao público através da construção de um *website* como suporte de divulgação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia pública; comunicação patrimonial; itinerários arqueológicos; turismo cultural.

**ABSTRACT:** This Master's project work in Archaeology aims to contribute to the knowledge of the Roman past in Lisbon. This remarkable presence in the city and its surroundings, for more than five centuries, left abundant archaeological remains in its underground, which have been discovered, at least, since the second half of the 20th century. In recent years, thanks to the abundant archaeological interventions in the region, which brought up new data and materials, allowed a significant increase in knowledge about Roman Lisbon, as well as of the appreciation of its heritage. This project work focuses precisely on the divulgation of that heritage. After a survey and selection of archaeological sites, materials and related bibliography, it was carried out the production of the content of this project – two archaeological itineraries – and its communication tool – a website.

**KEYWORDS:** Public archaeology; heritage communication; archaeological itineraries; cultural tourism.



## **Agradecimentos**

A realização de um trabalho desta natureza só é possível graças à contribuição e ajuda de várias pessoas.

Ao Prof. Doutor Rodrigo Banha da Silva, meu orientador, pela liberdade de acção que desde o início me concedeu na abordagem e condução do trabalho, bem como por toda a ajuda e sugestões que tornaram possível a sua conclusão.

Um agradecimento também aos professores que estão na origem do projecto, a Prof. Doutora Catarina Viegas e o Prof. Doutor Carlos Fabião, cujas ideias e ensinamentos inspiraram um primeiro roteiro no final da Licenciatura. Na verdade, o resultado deste trabalho reflecte, em grande parte, as aprendizagens e competências adquiridas num percurso iniciado na Faculdade de Letras de Lisboa e concluído na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, tendo ambas as instituições de ensino sido fundamentais para o enriquecimento desse percurso através do conhecimento transmitido e experiência partilhada por vários dos seus docentes das áreas de Arqueologia e História.

Directamente relacionado com o desenvolvimento deste projecto, agradeço a todos os arqueólogos, investigadores e professores que amavelmente me esclareceram dúvidas, indicaram bibliografia ou disponibilizaram documentação relevante para o trabalho. Em particular ao Dr. Alexandre Gonçalves, por toda a informação e dados facultados relacionados com os diferentes sítios arqueológicos do concelho de Sintra e à Dra. Ana Raquel Silva, pela visita em Frielas e documentação disponibilizada. Também um agradecimento ao Eng. José Baeta pela visita guiada à Adega Viúva Gomes e toda a informação sobre o vinho de Colares, bem como à Prof. Doutora Maria João Fradinho, da Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa, pelos artigos e dados relacionados com a temática do cavalo lusitano.

A toda a família e amigos pelas palavras de apoio e encorajamento; à tia Rita por uma semana de absoluta ausência de obrigações parentais que me permitiu dar um bom adiantamento ao trabalho; à Ró pelo incentivo e inspiração nas férias em Trás-os-Montes. À Tatão e ao avô Barradas, meu padrinho, pelos livros de Arqueologia e de Lisboa, e aos meus pais pelo exemplo.

Ao Tomás, ao Zé, ao Vicente e ao Henrique por tudo!



# ÍNDICE

## I. INTRODUÇÃO

|  |    |
|--|----|
| 1.1. Descrição geral e objectivos  | 1  |
| 1.2. Estado da arte: a construção do conhecimento sobre o passado romano da região de Lisboa e a divulgação do seu património arqueológico | 2  |
| 1.3. Públicos visados  | 11 |

## II. METODOLOGIA

|  |    |
|--|----|
| 2.1. Tarefas realizadas e métodos de trabalho          | 13 |
| 2.2. Análise e interpretação da bibliografia utilizada | 17 |
| 2.3. Entidades e meios materiais envolvidos            | 18 |

## III. RESULTADOS

|   |     |
|---|-----|
| 3.1. Descrição dos resultados   | 20  |
| 3.2. Exposição das componentes do projecto                            | 23  |
| ROTEIRO – <i>OLISIPO</i> , UMA <i>URBS</i> ROMANA NO EXTREMO OCIDENTE | 24  |
| Sítios  | 29  |
| #01. Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge                       | 29  |
| #02. Teatro Romano  | 33  |
| #03. Termas dos Cássios   | 39  |
| #04. Inscrições romanas da Travessa do Almada                         | 43  |
| #05. Vestígios romanos do claustro da Sé                              | 46  |
| #06. Muralha tardo-romana   | 51  |
| #07. <i>Domus</i> romana do Áurea Museum Hotel                        | 54  |
| #08. Criptopórtico das termas portuárias da Rua da Prata              | 58  |
| #09. Necrópole e via romana da Praça da Figueira                      | 63  |
| #10. Circo romano da Praça do Rossio                                  | 70  |
| Temas complementares  | 75  |
| #01. A cidade romana  | 75  |
| #02. O urbanismo romano   | 80  |
| #03. Arquitecturas de uma urbe romana                                 | 90  |
| #04. Infraestruturas técnicas da cidade romana                        | 98  |
| #05. Materiais de construção da edilícia romana                       | 104 |

|   |     |
|---|-----|
| ROTEIRO – O <i>AGER</i> OLISIPONENSE                      | 112 |
| Sítios  | 116 |
| #01. <i>Villa</i> romana de Freiria                       | 116 |
| #02. Adega de Colares Viúva Gomes                         | 123 |
| #03. <i>Villa</i> romana de Santo André de Almoçageme     | 127 |
| #04. Sítio Arqueológico do Alto da Vigia                  | 131 |
| #05. Museu e sítio arqueológico de São Miguel de Odrinhas | 135 |
| #06. <i>Villa</i> romana de Frielas                       | 140 |
| #07. Coudelaria da Companhia das Lezírias                 | 144 |
| Temas complementares                                      | 151 |
| #01. O mundo rural romano                                 | 151 |
| #02. As <i>villae</i> romanas                             | 157 |
| #03. A azeite na Antiguidade                              | 165 |
| #04. O vinho na Antiguidade                               | 169 |
| #05. O cavalo lusitano                                    | 175 |
| <br>  |     |
| IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS                                  | 181 |
| <br>  |     |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS                                | 183 |
| <br>  |     |
| WEBGRAFIA   | 207 |

ANEXOS: páginas do *website* em formato pdf com as respectivas imagens e demais elementos gráficos e interactivos.

## I. INTRODUÇÃO

### 1.1. Descrição geral e objectivos

Em 138 a.C., *Olisipo*, importante *oppidum* portuário do ocidente da Península Ibérica, torna-se romano e assim permanecerá durante mais de cinco séculos. Os vestígios deste tempo e presença marcantes, têm sido descobertos um pouco por toda a cidade actual e no vasto território em seu redor, sendo que, nas últimas duas décadas – muito fecundas na produção de novos dados arqueológicos e na publicação de estudos rigorosos –, tem sido possível estabelecer novas e mais consistentes leituras para a cidade de época romana. Tais leituras, para além do conhecimento que geram, têm permitido valorizar consideravelmente o património arqueológico da região de Lisboa.

No âmbito do Mestrado em Arqueologia, o trabalho de projecto desenvolvido e aqui relatado, foca-se precisamente na divulgação desse património, pretendendo constituir um contributo para o seu conhecimento. Para isso conceberam-se dois roteiros arqueológicos temáticos, enriquecidos com informação complementar e disponibilizados ao público através de um *website*. O trabalho desenvolveu-se essencialmente em duas fases, sendo a primeira dedicada ao levantamento e selecção do património mais relevante de época romana (para efeitos do presente projecto) existente no território abrangido, bem como, à escolha do modelo de *website* e à sua estruturação. A segunda fase, mais prolongada, consistiu em criar e dar forma aos conteúdos de texto e imagem dos dois roteiros arqueológicos dentro do *website*, tendo como base, quer a vasta bibliografia associada a cada tema, quer as visitas efectuadas a cada um dos locais tratados.

Para além de apresentar o processo de desenvolvimento e o resultado do trabalho realizado, o presente texto expõe também as principais opções e problemáticas relacionadas com os três vectores principais do trabalho: os conteúdos desenvolvidos que deram corpo ao projecto; a sua aplicabilidade prática como roteiro; e as várias questões relacionadas com o suporte escolhido para o apresentar (*website*).

Quanto à escolha do tema, este vem na sequência de um trabalho realizado no âmbito da Licenciatura em Arqueologia, que se desenvolveu nos mesmos moldes, mas subordinado ao tema "Lisboa Conserveira de herança romana", onde foram explorados vários conteúdos sobre a importante indústria de preparados de peixe da Lisboa romana. Os dois roteiros arqueológicos agora propostos, incidem sobre dois outros aspectos do mesmo período histórico que se

consideram fundamentais para o conhecimento e divulgação da presença romana na região de Lisboa: a cidade propriamente dita, – ou seja, a *urbs*, com todos os seus edifícios, infraestruturas, traçado urbanístico e conceitos a ela associados –, e o seu território rural – o *ager* –, ou os férteis campos agrícolas da qual a cidade dependia para se abastecer de alimentos e de outros bens, com as suas *villae*, vinhas, olivais, e demais recursos.

Dirigido a um público abrangente e diversificado, com este trabalho pretendeu-se assim contribuir com mais uma forma de dar a conhecer dois aspectos distintos, mas complementares, do passado romano de Lisboa. Procurou-se que os conteúdos apresentados no *website* contivessem, não só, a informação prática dos sítios arqueológicos e temáticos que serão percorridos, mas também uma síntese do conhecimento produzido sobre esses locais, resultado de inúmeros trabalhos de investigação arqueológica realizados nas últimas décadas. A ideia é este sítio da internet estar disponível para quem queira realizar os roteiros de forma autónoma, com acesso a informação fiável e que se espera ter conseguido expor de forma clara, sucinta e apelativa, e que resulte bem no terreno.

## **1.2. Estado da arte: a construção do conhecimento sobre o passado romano da região de Lisboa e a divulgação do seu património arqueológico**

A comunicação e divulgação do abundante património arqueológico de época romana presente no território de Lisboa, bem como, do seu significado, contexto e interpretação, tem sido nos últimos anos uma preocupação constante de diferentes entidades que enquadram, regulam e intervêm na actividade arqueológica, tanto a nível local como nacional. Esta preocupação é, em grande medida, fruto da reabilitação urbana a que se tem assistido nas últimas décadas na cidade de Lisboa e na sua envolvência, a qual tem impulsionado a descoberta de inúmeros achados arqueológicos, cujos dados, para além de abrirem novas questões e alargarem o debate, têm permitido também leituras de conjunto cada vez mais consistentes que vêm enriquecendo substancialmente o conhecimento sobre o passado histórico da cidade.

Como é sabido, o interesse pela Lisboa romana inaugura-se no séc. XVI com os humanistas do Renascimento, especialmente fascinados pela Antiguidade Clássica – sobretudo, André de Resende (*As Antiguidades da Lusitânia*, obra publicada postumamente em 1593); Damião de Góis (*Descrição da cidade de Lisboa*, c. 1554) e Francisco de Holanda (*Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, 1571) – a fundamentarem as suas referências à antiguidade de

Lisboa nos testemunhos materiais de época romana que iam então recolhendo e coleccionando (FABIÃO, 2011: 20) – sobretudo epígrafes, mas também restos de estruturas e materiais arqueológicos – ou, no caso de Francisco de Holanda, a justificarem as suas ideias inovadoras para a cidade no exemplo clássico patente nesses vestígios – nomeadamente, nas ruínas da barragem de Belas, fonte de abastecimento de água de *Olisipo* servida então por um aqueduto, ou nos vestígios de uma ponte romana em Sacavém sobre o rio Trancão (HOLANDA, 1571). Durante todo o séc. XVII perdurará o mesmo espírito antiquarista, com alguns eruditos – A. Coelho Gasco; Luís Marinho de Azevedo e D. Rodrigo da Cunha – a repetirem nas suas obras relatos e mitos transmitidos pelos autores antigos e apenas, pontualmente, dando notícia de alguns achados de antiguidades relevantes para o conhecimento do passado romano da cidade – em particular, duas zonas de sepultamentos: uma na antiga Ribeira Velha (Campo das Cebolas) e outra a sul do Campo de Santa Clara, com importantes espólios, materiais ou estruturas funerárias associadas (MOITA, 1994: 40 e 54-55).

No século seguinte, o mesmo espírito será reforçado na sequência de várias e significativas descobertas então ocorridas: pouco antes do terramoto de 1755, diversas lápides com inscrições antigas – uma delas com o topónimo da antiga cidade romana, *Felicitas Iulia Olisipo* – e vestígios de um suposto templo no Largo da Madalena; e, quando já se reconstruía a cidade, a identificação de diversas estruturas de importantes edifícios públicos de época romana – o criptopórtico das Termas da Rua da Prata (1770-73); as designadas Termas dos Cássios (1771-72) e o Teatro Romano de *Olisipo* (1798). Estes constituem, ainda hoje, alguns dos mais significativos testemunhos arqueológicos que reflectem a presença romana na cidade. Grande parte do conhecimento que actualmente temos deles deve-se ao importante trabalho de registo realizado por alguns eruditos de então – D. Thomaz Caetano de Bem; Frei Manoel do Cenáculo; Frei José de São Lourenço e o Arquitecto Real, Francisco Fabri – que para além das descrições pormenorizadas do que viram no terreno, procederam à recolha de vários materiais e ao levantamento de plantas e estruturas, com a execução de desenhos e plantas fundamentais para o seu conhecimento e estudo. Tal como definido na primeira legislação nacional (e europeia) produzida para salvaguarda do património histórico e cultural – o Real Decreto de 14 de Agosto de 1721 – a maioria destes dados deveria ter ficado à guarda da Academia das Ciências de Lisboa (que sucedeu à Academia Real de História), mas a verdade é que se perdeu o rasto de alguns dos materiais recolhidos e dos importantes registos documentais então realizados (FABIÃO, 2011: 52). A partir de 1802, quando a mesma lei é integralmente renovada, a mesma responsabilidade de salvaguarda do património histórico passa para a Real Biblioteca de Lisboa, futura Biblioteca Nacional, instituição onde ainda se conservam alguns

destes importantes registos documentais efectuados no séc. XVIII, assim como os que serão feitos no século seguinte.

Com efeito, em meados do séc. XIX, com o nascimento da Arqueologia como disciplina científica no país e com a criação de instituições – associações e museus – que visavam fomentar o seu estudo, bem como a preservação e divulgação dos seus espólios, assiste-se também ao incremento de várias intervenções arqueológicas de Norte a Sul do país. Em Lisboa, neste período, destaca-se a realização de um novo levantamento e registo das Galerias Romanas da Rua da Prata (1859), a cargo dos funcionários da Real Biblioteca, o conservador, Francisco Martins de Andrade e o desenhador, José Valentim de Freitas. Tratou-se da primeira intervenção arqueológica em meio urbano e em contexto de obra (procedia-se localmente à instalação de colectores de esgoto) para conservação dos vestígios pelo registo. A documentação então produzida – incluindo diversos desenhos e plantas das estruturas observadas – destaca-se pelo rigor e pela assinalável capacidade interpretativa e respectiva fundamentação (CAESSA, MOTA & MARTINS, 2020: 74).

Ao também conservador da Real Biblioteca de Lisboa, José Leite de Vasconcellos, deve-se a criação, em 1893, daquela que se tornou a instituição maior da Arqueologia portuguesa, o Museu Nacional de Arqueologia. No final do séc. XIX, início do séc. XX, o aumento substancial dos espólios arqueológicos móveis decorrentes quer da emergente actividade arqueológica, quer encontrados no decurso de obras ou de trabalhos agrícolas, tornara imprescindível a necessidade de criar um museu especificamente destinado à sua conservação e divulgação. O então designado, *Museu Ethnographico Português*, abriria portas ao público em 1906, em espaço próprio no Mosteiro dos Jerónimos, passando a albergar e a exhibir os artefactos que o seu director ia conseguindo recolher um pouco por todo o país, incluindo da própria cidade e região de Lisboa – é o caso dos mosaicos e demais materiais arqueológicos provenientes de uma *villa* romana descoberta em 1905, em Almoçageme (Colares, Sintra) (AZEVEDO, 1905 e CAMPOS, 1906). Associada a este museu, assinala-se também, logo em 1895, a criação da revista, *O Archeólogo Português*, publicação fundamental na divulgação de notícias sobre as antiguidades descobertas em território nacional (FABIÃO, 2011: 162-163).

No que especificamente diz respeito ao território de Lisboa, salienta-se, no mesmo período e até meados do séc. XX, o trabalho de anotação, compilação e divulgação científica de informação histórica e arqueológica mais antiga (SILVA, 1944: 31-34), sendo com base em alguns destes trabalhos que a cidade verá surgir uma disciplina inteiramente dedicada ao seu próprio estudo: a Olisipografia. Júlio de Castilho, com a sua obra de referência – *Lisboa Antiga*

– *Bairro Alto* (1879) e *Bairros Orientais* (1884-1890) –, será considerado o fundador desta área específica de investigação da historiografia portuguesa, onde a componente arqueológica se encontrará sempre muito presente. A este respeito destaca-se o trabalho de outro vulto maior dos estudos sobre Lisboa, Augusto Vieira da Silva, engenheiro militar de formação, que nos deixou um conjunto de obras fundamentais e ainda hoje de referência para qualquer investigação histórica ou arqueológica praticada na cidade – nomeadamente, *A Cerca Moura de Lisboa* (1899), a *Epigrafia de Olisipo* (1944), *A Cerca Fernandina de Lisboa* (1948-49) e os volumes de *Dispersos* (1954-60). No que diz respeito à cidade romana, o sólido conhecimento das fontes históricas – dos textos antigos, do abundante acervo epigráfico e demais materiais arqueológicos – aliado à capacidade de análise do desenho urbano e das construções antigas ainda presentes na cidade, levaram-no a produzir a primeira leitura de conjunto sobre o antigo núcleo urbano de época romana, a qual introduz nas páginas iniciais da sua obra, *Epigrafia de Olisipo* (SILVA, 1944: 40-93).

As breves referências nos textos antigos ao território de *Olisipo* salientavam-lhe sobretudo dois aspectos: a sua favorável situação geográfica numa zona estratégica de transição entre o Mediterrâneo e o Atlântico, bem como, a relevância e abundância de alguns dos seus recursos naturais – nomeadamente, o ouro aluvionar do Baixo Tejo (CACHÃO *et al.* 2020: 42); as granadas designadas de *carbunculus* encontradas em minas perto de *Olisipo* (*ibid.*: 56-59) e ainda a mítica fecundidade das suas éguas e os velozes cavalos que geravam (BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2010; CAETANO, 2016; DETRY & FABIÃO, 2021: 87). O principal aglomerado urbano do território referido pelos autores clássicos, o *oppidum* portuário de *Olisipo*, localizado na foz do rio Tejo, a grande estrada fluvial que facilitava o acesso ao interior da Península Ibérica, teria oferecido excelentes condições de acostagem à navegação, e teria tido um papel relevante durante largos períodos do domínio romano como entreposto de um comércio marítimo à escala peninsular e imperial e, simultaneamente, como importante polo abastecedor da própria província (justificando a sua designação por alguns autores como *capital litoral da Lusitânia* – MANTAS, 1998: 222).

Esta concepção da cidade e do seu território terá encontrado no trabalho desenvolvido por Augusto Vieira da Silva uma primeira correspondência factual baseada em dados arqueológicos, sobretudo no abundante acervo epigráfico encontrado na cidade e no extenso território da sua *civitas* – que permitiu começar a perceber a estrutura socio-económica, organização administrativa, origens, padrões culturais e religiosidade da população local –, mas também nos demais vestígios materiais e de estruturas identificados na cidade, percorrendo o

autor todos os locais onde estes apareceram com breves descrições e contextualizações sobre cada um deles. Desde então, esta primeira abordagem global ao passado romano de Lisboa, tem vindo a ser sistematicamente complementada com novos dados proporcionados quer por achados ocasionais quer pelo incremento da prática e investigação arqueológica na cidade e no seu território.

Nos anos de 1960, destacam-se as pioneiras intervenções arqueológicas de carácter preventivo realizadas em Lisboa, sob responsabilidade da arqueóloga, Irisalva Moita (tutela da Câmara Municipal de Lisboa): nomeadamente, na Praça da Figueira – as ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos e sob estas, os vestígios de uma grande necrópole romana (cuja escavação, a investigadora não conseguiu concluir), e ainda a *spina* do hipódromo da mesma época sob o Rossio (que não foram então interpretadas como tal) – e, mais tarde, na Rua da Saudade – a redescoberta do Teatro Romano. Ambas as intervenções viram à época os seus resultados divulgados em diversos relatórios e artigos publicados, sobretudo na Revista Municipal (MOITA, 1965; 1967; 1968 e 1970). A constante preocupação desta arqueóloga na divulgação do património arqueológico foi também pioneira, sendo de salientar, a organização de visitas orientadas à escavação na Praça da Figueira no decurso dos trabalhos (1960) e, posteriormente, com a exposição de parte do espólio exumado (1973). Sob tutela do Museu da Cidade, Irisalva Moita foi também responsável pela reestruturação do museu de forma a melhorar a sua comunicação, não se cansando de ir enriquecendo o seu espólio arqueológico, muito dele de época romana, assim como, já na década de 80, implementando visitas regulares ao Teatro Romano e, ainda, visitas anuais às então designadas Galerias Romanas da Rua da Prata (BASTOS & ALMEIDA, 2019: 114).

Nos anos seguintes, apenas se destaca a intervenção na Casa dos Bicos (1981-82) como o contributo mais significativo para o conhecimento da Lisboa Romana, nomeadamente com o aparecimento de uma parte expressiva da muralha baixo-imperial – dando razão a Augusto Vieira da Silva que teria já intuído que a Cerca Moura teria na sua base "*parte das fortificações levantadas pelos romanos*" (SILVA 1987: 35) –, assim como, do primeiro conjunto de cetárias de outras mais que iriam aparecer em trabalhos futuros, dando a conhecer uma das mais importantes actividades económicas da cidade de época romana.

De facto, a prática continuada de escavações em Lisboa, que permitiu ir desenhando e conhecendo de forma mais sistemática e abrangente o passado histórico da cidade, inicia-se apenas a partir da década de 90, com inúmeras intervenções a surgir, num primeiro momento, apenas como resposta a situações de emergência, mas crescentemente e sobretudo após a

inclusão da componente arqueológica no Plano Director Municipal (1994), com natureza preventiva (SILVA, 2005: 4). Assinala-se também a existência de importantes intervenções continuadas e em extensão – no Claustro da Sé (a partir de 1990), onde se descobriu uma via da antiga urbe romana; nas Termas dos Cássios (1991-98), que revelou novas estruturas associadas ao complexo balnear já identificado no passado; no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (1991-95), identificando-se, entre outras estruturas, a presença de uma nova unidade fabril de transformação de peixe; e no Castelo de São Jorge (1996-2004), com materiais a evidenciarem uma súbita e intensa presença romana a partir do terceiro quartel do séc. II a.C., relacionados com a provável instalação do primeiro destacamento militar romano no território.

Ainda que fragmentários e insuficientes para um conhecimento global sobre a evolução da cidade romana, estes elementos mais recentes vindos da Arqueologia (mesmo que de limitada divulgação), cruzados com a informação conhecida, contribuíram com novos dados para a publicação de alguns textos que apresentaram novas perspectivas sobre diversos aspectos urbanísticos e evolutivos da cidade, nomeadamente, o desenho da malha viária e urbana (MANTAS 1990: 166, Fig. 2; HAUSCHILD 1994: 66; RIBEIRO 1994b: 83-85; SILVA 1997: 198-202 e 1999: 57-64). Conciliando a evidência arqueológica assente na orientação e métrica das diferentes estruturas romanas conhecidas com as linhas urbanas presentes em plantas pré-terramoto, começa a desenhar-se a proposta de uma cidade romana de traçado tendencialmente ortogonal, conforme os preceitos urbanísticos clássicos, com vias rectas que se cruzam perpendicularmente, mas que também se conformam à exigente orografia local. Concebe-se a ideia de uma cidade planeada segundo sucessivos programas urbanísticos e arquitectónicos (ALARCÃO 1992: 92-93) que seguem os modelos teóricos da cidade romana de traçado regular, dotada de equipamentos públicos e distintas áreas funcionais, mas que, simultaneamente, será orgânica na sua evolução, não deixando de se adaptar e transformar de acordo com as circunstâncias físicas e contextuais. Ao longo das diferentes fases do domínio romano, também os elementos e estruturas urbanas pré-existentes, de uma forma geral, terão condicionado as soluções urbanísticas e construtivas posteriores, sendo sucessivamente reaproveitadas ou transformadas. Alguns aspectos relacionados com a identidade dos diferentes espaços – como a questão da localização do *forum* municipal – e a organização funcional dentro do núcleo urbano e nas áreas suburbanas também começaram a ser delineados neste período (ALARCÃO 1994: 58-60; HAUSCHILD 1994: 66; RIBEIRO 1994b: 83-85; SILVA 1997 e 1999), desde logo, com as evidências muito expressivas da presença de uma zona fabril dedicada à produção de preparados piscícolas ao longo da zona ribeirinha dos lados meridional e poente do núcleo urbano (AMARO 1994: 69-74; SILVA 1999: 61-62), bem como, a

confirmação da presença de um hipódromo na actual Praça do Rossio (SILVA 1999: 61-62); a estruturação das áreas de necrópole (SILVA 1997: 197-198 e 1999: 55-56) e de sepultamento utilizadas em diferentes fases de reconfiguração da cidade romana (SILVA 1999: 62-64). Por outro lado, uma maior preocupação e cuidado nas metodologias utilizadas permitiram rever alguns dados de intervenções e interpretações mais antigas, com leituras estratigráficas mais consistentes e cronologias com maior rigor na sua fundamentação baseada na análise artefactual e respectivos contextos (SILVA 2005: 19).

O mesmo panorama poderá ser aplicado à região da Grande Lisboa correspondente ao antigo território da *civitas*. A partir da década de 1990, algumas autarquias – nomeadamente, Sintra; Cascais; Oeiras; Amadora; Loures e Vila Franca de Xira –, integraram nas suas equipas profissionais de arqueologia, vindo os resultados futuros a evidenciar um maior conhecimento do povoamento romano nos respectivos territórios, em contraste com outros onde parecia perpetuar-se algum vazio de informação (SILVA 2012b: 88). Neste período, o incremento da actividade arqueológica nos referidos municípios permitiu pôr a descoberto novas realidades – entre outras, a *villa* romana de Frielas (1997) – ou redescobrir sítios esquecidos – em particular, as *villae* de Freiria (1985-98) e Sto. André de Almoçageme (1985-87) e, mais recentemente, o Alto da Vigia (2008). Tal como em Lisboa, são alguns dos poucos exemplos que foram e têm sido alvo de escavações metódicas e prolongadas, donde resultaram novos dados que contribuíram para produzir algumas leituras de conjunto e sínteses sobre o conhecimento da presença romana no Município Olisiponense. Desde logo, os seus limites; as estruturas de povoamento – *villae*, *vici* e casais agrícolas –; o sistema viário e construções (ALARCÃO 1994: 61-62; RIBEIRO 1994b: 79-81), mas também a economia; sociedade; aspectos culturais e práticas religiosas, estes últimos aspectos, tendo por base o expressivo acervo epigráfico da região (ALARCÃO 1994: 62-63, RIBEIRO 1994b: 85-90). Para além da publicação e divulgação dos conteúdos científicos em diversas publicações, o conhecimento também se materializou num fundamental instrumento da arqueologia no território – as cartas arqueológicas – que para além de introduzirem uma relevante geografia do conhecimento nestes concelhos – nomeadamente, Cascais; Oeiras; Vila Franca de Xira e Loures – permitem aos municípios uma melhor gestão territorial através do seu enquadramento nos respectivos Planos Directores, bem como uma gestão integrada e em rede de todo o património arqueológico presente no território. Na divulgação desse património, para além dos sítios arqueológicos que estão musealizados ou acessíveis ao público, destaca-se o importante papel que os museus municipais, integrando a equipa autárquica de arqueologia, desempenham como factor determinante na educação patrimonial a nível local e regional.

Quer na cidade de Lisboa, quer na maioria destes municípios envolventes, nas últimas duas décadas, as múltiplas obras de reabilitação urbana, com todos os constrangimentos e pressões associadas, condicionaram a actividade arqueológica a uma prática maioritariamente de carácter preventivo e de emergência, onde é denominador comum a falta de meios e tempo necessários para efectuar os devidos registos ou trabalhar adequadamente o expressivo volume de informação que a actividade normalmente gera. Apesar disso, novos dados arqueológicos têm servido para enriquecer substancialmente o conhecimento sobre o passado romano da cidade, por vezes abrindo novas questões, outras permitindo leituras de conjunto ou temáticas mais consistentes. Talvez o maior salto qualitativo se prenda com um maior profissionalismo que se revela depois na apresentação dos resultados, com informação mais rigorosa e abrangente que no passado, muitas vezes focando diversos aspectos de análise com abordagens cada vez mais multidisciplinares.

Na transição do milénio, os trabalhos arqueológicos em Lisboa passaram a ser assumidos maioritariamente pelos serviços municipais de Arqueologia e crescentemente por empresas privadas e profissionais liberais, assumindo também os primeiros o importante papel referente, não só, à gestão e salvaguarda do património e da informação arqueológica da cidade, como também da sua comunicação e divulgação. Até recentemente, apesar de muita da informação arqueológica sobre a Lisboa romana não estar acessível ao grande público, nos últimos anos tem-se assistido, de facto, a um esforço para que essa comunicação e divulgação seja efectiva, desde logo, pela legislação, cujo regulamento de trabalhos arqueológicos publicado em 2014, estabelece como uma das obrigações do director científico de qualquer intervenção arqueológica, a referência dos planos para a sua divulgação pública. Para além dos relatórios obrigatórios e das eventuais apresentações em congressos, publicação de resultados em plataformas digitais académicas e em publicações da especialidade, tem-se verificado, cada vez mais, algumas iniciativas dirigidas a um público não especializado, cuja receptividade, geralmente, é muito positiva. Destas iniciativas, destaca-se pela sua maior frequência, a reserva de um "dia aberto" a visitas enquanto decorrem os trabalhos arqueológicos, promovidas quer pelos serviços centrais ou municipais quer, também, em alguns casos, por empresas privadas.

Em Lisboa são, de facto, os serviços municipais de arqueologia, nomeadamente o CAL (Centro de Arqueologia de Lisboa), em conjunto com outros equipamentos culturais da autarquia (EGEAC / Museu de Lisboa) e colaboração frequente de empresas privadas, que mais têm contribuído para a comunicação e divulgação da Arqueologia da cidade e dos recursos e informação que esta actividade gera. Para isso, para além da organização bianual dos Encontros

de Arqueologia de Lisboa, onde são apresentados os resultados obtidos da actividade arqueológica da cidade; a realização regular de comunicações (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa), *workshops* (Apontamentos de Arqueologia), conferências (Mesa-Redonda Lusitânia Romana) e pequenas exposições pontuais; estes serviços têm promovido em articulação com as Juntas de Freguesias dos sítios onde são realizadas intervenções arqueológicas, diversas sessões de divulgação dirigidas às comunidades locais, num programa designado Arqueologia no Bairro, que tem constituído um exemplo muito positivo de arqueologia pública de proximidade (GUIMARÃES & MENDES: 2019 pp. 40-47; 2020 pp. 40-52).

No que diz respeito exclusivamente à Lisboa de época romana, é de destacar o projecto CRLx, o qual prevê a criação de um muito aguardado acesso regular ao interior do Criptopórtico da Rua da Prata, bem como, a instalação de um Centro Interpretativo para uma melhor compreensão desta realidade.

Contudo, é sem dúvida, o recente projecto, Lisboa Romana – *Felicitas Iulia Olisipo*, que, de forma mais abrangente e completa, ambiciona dar visibilidade ao passado romano da cidade e da região da Grande Lisboa. Em conjunto com outros serviços e equipamentos culturais da autarquia, e em estreita colaboração com uma ampla rede de parceiros da área metropolitana de Lisboa – universidades, demais autarquias e privados –, este projecto tem como missão dar a conhecer e divulgar a realidade histórica de época romana presente e tão marcante em todo o território do antigo *Municipium Felicitas Iulia Olisipo*. Para além da publicação regular nas redes sociais de pequenos textos, comunicações e vídeos sobre vários sítios e aspectos relacionados com a presença romana no território olisiponense, este projecto tem procedido também à publicação de vários volumes com textos da autoria de arqueólogos e investigadores que sintetizam e apresentam o conhecimento produzido até à actualidade sobre as diversas realidades de época romana presentes no território. Como ferramentas de uma mais-valia enorme para o grande público, destacam-se, sem dúvida, o *website* e a aplicação informática do projecto Lisboa Romana (apresentados respectivamente em 2020 e 2021). De acesso fácil e prático, ambas disponibilizam ao utilizador diversa informação sintética e fiável produzida sobre os diversos testemunhos de época romana dispersos no território, oferecendo, adicionalmente, a possibilidade de construção de diferentes circuitos patrimoniais temáticos e livres que poderão ser percorridos e visitados, constituindo-se, dessa forma, como importantes ferramentas que potenciam a visibilidade local do património arqueológico de época romana existente na região de Lisboa.

### 1.3. Públicos visados

Como já referido, pretende-se que este projecto possa constituir um contributo válido para uma maior visibilidade do significativo património romano do passado histórico de Lisboa e do seu território, permitindo potenciar não só o reconhecimento público do seu valor, bem como despertar o interesse em percorrer e conhecer localmente os seus lugares e a sua herança.

Estes roteiros destinam-se, assim, a um público vasto e heterogéneo, não especializado, com diferentes graus de interesse e motivação. Em primeiro lugar, à população local, ou seja, a população da cidade de Lisboa e da região abrangida pelos roteiros e depois, de forma mais alargada e segmentada, do país, nomeadamente:

- professores e alunos especificamente dos níveis de ensino onde o estudo da cultura romana integre os programas curriculares – 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico; 5º ano do 2º Ciclo; 7º ano do 3º Ciclo e 10º ano do Ensino Secundário no Curso de Línguas e Humanidades –, podendo constituir um complemento à sua aprendizagem não só através da consulta da informação apresentada no *website*, como integrando o plano de actividades da disciplina através de visitas aos locais integrantes dos roteiros;

- o mesmo critério anterior aplica-se às famílias com filhos nestas idades;

- público com forte apetência para produtos de lazer/turismo de elevado valor cultural, como é o caso das inúmeras associações e instituições culturais espalhadas pelo país;

- profissionais de turismo e do património que acompanham diversos tipos de públicos que visitam Lisboa.

Desse modo, consideraram-se fundamentais os seguintes aspectos:

- conteúdos que, para além de apresentarem informação fiável, correcta e rigorosa do ponto de vista científico, deverão simultaneamente ser acessíveis e expostos de forma clara, sucinta e apelativa, adequando-se assim também ao suporte de comunicação escolhido;

- conteúdos que deverão incluir toda a informação prática (contactos, horários, necessidade de reserva antecipada, etc.) de cada um dos sítios a visitar, permitindo a qualquer utilizador efectuar o roteiro de forma informada e autónoma,

- complementar cada roteiro com informação adicional relativa aos aspectos mais relevantes acerca dos dois temas dos roteiros, a qual será apresentada em páginas individualizadas do *website*. Deste modo, dá-se a conhecer de forma livre, com possibilidade de maior ou menor pormenor, os dois aspectos do passado romano de Lisboa tratados nos

roteiros arqueológicos, acompanhando assim as opções, necessidades e motivações de cada tipo de utilizador/público;

– a disponibilização destes roteiros através de um *website* adequa-se também a um público vasto e heterogéneo, pois as características e possibilidades que este suporte oferece, permitem uma maior facilidade de acesso em qualquer momento e circunstância, ao mesmo tempo que constitui uma excelente ferramenta para acompanhar o utilizador tanto no decurso do roteiro, como antes ou depois deste, quer como forma de preparar as visitas ou como meio de complementar a informação após efectuados os roteiros;

– para o segmento incontornável que é o do turismo (havendo neste caso a necessidade de tradução dos conteúdos para outros idiomas), pretende-se sobretudo chamar a atenção dos guias-intérpretes e das empresas de animação turística vocacionadas para passeios com grupos de número reduzido e de carácter mais personalizado. Considera-se fundamental proporcionar a estes profissionais um fácil acesso à informação arqueológica produzida pela investigação, permitindo que esta esteja disponível e apresentada de forma, não só perceptível a um público não especializado, mas também apelativa e cativante, não deixando, no entanto, de ser rigorosa e que lhes permita adquirir um melhor conhecimento e mais fácil interpretação do património arqueológico que irão apresentar aos seus clientes.

## II. METODOLOGIA

### 2.1. Tarefas realizadas e métodos de trabalho

O trabalho desenvolvido consistiu na realização de várias tarefas que tiveram sempre em conta os três vectores principais do trabalho de projecto:

1. Os conteúdos: os diferentes conteúdos de texto e imagem a desenvolver e que deram corpo aos dois temas dos roteiros;
2. Os roteiros: a aplicabilidade prática dos vários elementos dos temas como roteiros arqueológicos temáticos passíveis de serem percorridos por diferentes públicos;
3. O suporte: o *website* como suporte de comunicação eficaz e apelativa.

#### 1. Os conteúdos:

Os conteúdos desenvolvidos para cada um dos roteiros são os seguintes: um texto de introdução para apresentar cada um dos temas (*homepage*); um texto com a estruturação de cada um dos roteiros (página *Roteiro*); vários textos relativos a cada um dos sítios arqueológicos que serão percorridos nos roteiros (páginas *Sítios*); e por fim, os textos relativos a cada um dos temas de informação complementar de cada roteiro (páginas *+Info*). Todos estes textos são ilustrados nas respectivas páginas de *website* com imagens, e incluem também em rodapé, a indicação da bibliografia associada.

Pretende-se que todos estes textos apresentados no *website*, permitam ao utilizador ter acesso a uma síntese da informação relevante do conhecimento produzido até à actualidade sobre cada um dos sítios arqueológicos que serão percorridos, reflectindo de forma sucinta, o resultado dos vários estudos e trabalhos arqueológicos realizados sobre cada um deles. Para elaborar estes conteúdos, o primeiro passo foi, obviamente, definir os temas para os dois roteiros – *Olisipo*, uma *urbs* romana no extremo ocidente – e – O *ager* olisiponense. A escolha destes temas foi quase instantânea, pois ambos reflectem dois mundos com características muito próprias dentro do período romano, muito ricos em informação, e que, no caso da região de Lisboa, apresentam abundantes recursos arqueológicos susceptíveis de ser trabalhados e integrados em percursos de visita. De seguida elaboraram-se os textos que introduzem e apresentam cada tema, e que se destinam a aparecer no *website*, na página de rosto de cada roteiro. Foram escolhidas também as imagens que ilustram estas páginas.

O passo seguinte consistiu no levantamento e selecção do vasto património arqueológico da região de Lisboa susceptível de ser associado aos dois temas dos roteiros. Para isso, fez-se uma pesquisa que privilegiou tanto fontes bibliográficas (monografias; obras de carácter geral; artigos de investigação e de divulgação arqueológica) como recursos on-line relacionados com o património arqueológico e com o património cultural em geral, da região de Lisboa.

A selecção dos diferentes sítios/recursos arqueológicos, fez-se tendo em vista a sua integração na construção dos respectivos roteiros, para o qual foram tidos em conta os seguintes critérios:

- a) Relevância do sítio para o tema escolhido;
- b) Originalidade específica do sítio;
- c) Localização e proximidade face ao conjunto dos restantes sítios do roteiro;
- d) Capacidade para acolher visitas.

Depois de escolhidos os locais, estruturaram-se e integraram-se no *website* os dois roteiros com a inclusão de mapas interactivos com os respectivos percursos.

A fase seguinte, a mais prolongada, consistiu na pesquisa e estudo da bibliografia associada a cada um dos sítios arqueológicos e temáticos seleccionados, a qual, complementada com a visita orientada a vários desses sítios pelos seus responsáveis locais, permitiu desenvolver os conteúdos para cada um deles (páginas *Sítios*). Nesta fase produziram-se também os conteúdos que complementam cada roteiro com informação adicional relativa aos aspectos mais relevantes acerca dos dois temas (páginas *+Info*). Para isso recorreu-se sobretudo a uma vasta bibliografia de carácter temático sobre vários aspectos da cultura romana relacionados com os dois roteiros.

Em relação às imagens que ilustram e acompanham os vários conteúdos textuais, considerou-se fundamental na construção do *website* a presença de conteúdos com imagens de qualidade, relevantes e ilustrativas, que chamem a atenção e simultaneamente dêem uma ideia prévia do conteúdo.

Como é sabido as imagens desempenham um papel fundamental em qualquer suporte de escrita como meio complementar de percepção da mensagem que se quer transmitir. Na internet este papel é ainda mais valorizado, pois para além da mera função de chamar a atenção do utilizador para o levar a ligar-se ao conteúdo, as imagens apresentadas num *website* podem

constituir-se como factor de interesse ou rejeição absoluta em visualizar o resto do conteúdo existente. Com efeito, estudos revelam que a maioria das pessoas são mais estimuladas pelo aspecto visual, sendo que na internet o utilizador tende a fazer um pré-julgamento com base nas primeiras imagens visualizadas; se as achar interessantes prosseguirá o acesso ao conteúdo escrito, mas, se as primeiras imagens apresentadas forem pouco apelativas, poderá desinteressar-se em dedicar mais tempo à visualização do *website*, não chegando a fazer qualquer leitura do conteúdo escrito.

Deste modo, procurou-se que as imagens inseridas no *website* tivessem boa qualidade mas sem necessidade de uma resolução muito elevada, pois quanto maior a imagem, mais tempo leva ao utilizador carregá-las, podendo fazer com que perca o interesse. Por outro lado, tentou-se, sempre que possível, que todas as imagens utilizadas fossem de autoria própria. Quando tal não acontece, estas incluem legendas com toda a informação relativa à autoria e respectiva fonte.

## 2. Os roteiros:

Como foi já referido, este projecto tem por objectivo a construção de dois roteiros arqueológicos subordinados aos temas: – *Olisipo*, uma *urbs* romana no extremo ocidente – e – O *ager* olisiponense.

Para estes serem exequíveis e resultarem no terreno da melhor forma possível, consideraram-se os seguintes aspectos para cada um deles:

a) Duração: 1 dia, aproximadamente das 10h00 às 18h00. A proposta deste horário, aplica-se aos dois roteiros, e tem como base a consulta dos horários praticados nos diferentes sítios a visitar, assim como, o intervalo de tempo – 8 horas – que se considera adequado para este tipo de visitas, levando em conta as preocupações relacionadas com o bem-estar do público/utilizador, como o cansaço físico, capacidade de concentração e motivação, etc. Para além disso, os horários sugeridos para cada visita e a ordem de visita para cada sítio relaciona-se não só com o critério da proximidade entre eles mas também com a alternância e variabilidade do tipo de sítio a visitar, para não cansar e manter o interesse/novidade ao longo do dia. Também está prevista uma pausa de cerca de 1h30 para almoçar, sugerindo-se alguns restaurantes em ambos os roteiros.

b) Tipo: roteiro pedestre, para o roteiro – *Olisipo*, uma *urbs* romana no extremo ocidente. Considerou-se o passeio e visita a pé como a forma mais eficaz de perceber os

vários elementos patrimoniais apresentados durante o roteiro. A despreocupação e liberdade de movimento que oferece proporciona uma experiência mais focada, gratificante e enriquecedora de captação de informação no decurso dos diferentes momentos das visitas.

Para o roteiro – O *ager olisiponense* – considerou-se um roteiro misto, com a utilização de transportes na maioria das deslocações. Apesar de se privilegiar a deslocação a pé, a distância dos sítios a visitar neste roteiro, tornam imprescindível a utilização de transporte motorizado.

### 3. O suporte de comunicação (*website*):

Para disponibilização destes roteiros ao público, como já referido, optou-se pela construção de um *website*. Esta opção teve a ver com as características e possibilidades que este suporte oferece, nomeadamente, a grande capacidade e facilidade de acesso em qualquer momento e circunstância, e a excelente ferramenta que constitui para acompanhar o utilizador tanto no decurso do roteiro, como antes ou depois deste (quer como forma de preparar as visitas ou como forma de complementar a informação, após efectuado o roteiro).

Quanto ao modelo do *website*, optou-se por utilizar um *template* sóbrio e esteticamente apelativo disponível numa empresa *online* deste tipo de produto. Por questões de direitos de autor, no rodapé de todas as páginas foi incluída a indicação do proprietário dos direitos sobre o *template* do *website* (existe a possibilidade de adquirir estes direitos no futuro).

De seguida recorreu-se a uma empresa de registo de domínios e de alojamento de forma a permitir disponibilizar o *website* no seguinte endereço, <http://www.roteirosdeolisipo.pt>

Em relação às especificidades e adaptação a um *website* dos conteúdos desenvolvidos, consideraram-se os seguintes aspectos:

a) No que toca ao texto, este conteúdo deverá permitir ao utilizador o acesso a informação rigorosa e fiável mas também acessível e exposta de forma sucinta e apelativa. Deverá também ser adequado ao suporte escolhido, que privilegia textos pouco extensos. Neste ponto leva-se em conta, a dificuldade em encurtar alguma informação que se considere fundamental expor, daí a solução de incluir ao longo dos textos a indicação “(saber mais)”, onde se clica e direcciona o utilizador para as páginas dos temas complementares que dão acesso a informação mais aprofundada sobre tópicos relacionados. Existe também a possibilidade de vir a incluir futuramente ligações para vídeos fora do *website*, como forma de

enriquecer a ilustração da informação, assim como, um conjunto amplo de possibilidades de fazer ligações de umas informações para as outras, dentro do *website* e para fora dele.

b) A cartografia interactiva: de forma a facilitar a indicação do percurso com recurso a outras potencialidades, elaboraram-se os mapas dos dois roteiros na ferramenta *Google My Maps*, estando estes acessíveis a partir do *link* sobre cada um dos mapas da página Roteiros.

## **2.2. Análise e interpretação da bibliografia utilizada**

No que diz respeito à bibliografia consultada e utilizada, esta foi obviamente o maior suporte que permitiu desenvolver os conteúdos textuais do projecto, tanto dos sítios abordados nos roteiros arqueológicos, como dos textos temáticos a eles associados.

Recorreu-se maioritariamente a fontes bibliográficas produzidas pela investigação nacional, mas também estrangeira – nomeadamente, monografias; obras de carácter geral; relatórios de intervenções arqueológicas; actas de conferências e encontros; teses de mestrados e doutoramentos; artigos de investigação e de divulgação arqueológica – e ainda a recursos *on-line* relacionados com o património arqueológico e com o património cultural em geral da região de Lisboa. Sempre que foi necessário expor um pouco da historiografia de cada local, não se deixou de consultar fontes mais antigas, bem como das primeiras intervenções arqueológicas dos sítios abordados, mesmo quando os dados e interpretações relatadas se encontravam de alguma forma já ultrapassadas, fruto do trabalho desenvolvido pela investigação mais recente. Neste aspecto, gostaria de assinalar a mais-valia de ter podido beneficiar do conjunto de publicações recentemente editadas pela Câmara Municipal de Lisboa no âmbito do projecto Lisboa Romana. Não só a maioria dos textos constituíam já, eles próprios, textos de divulgação com informação exaustiva e actualizada sobre a maioria dos sítios abordados nos dois roteiros, bem como, apresentavam a bibliografia associada que pôde ser seguida. Deste modo, foi mais fácil e rápido poder aceder aos múltiplos dados e ao conhecimento actualizado produzido pela actividade arqueológica mais recente para o período romano, resultado de inúmeras intervenções e trabalhos de investigação que ocorreram nas últimas décadas na cidade e região de Lisboa.

Pelas características específicas do trabalho de projecto, a bibliografia consultada e utilizada, encontra-se listada no *website* no final de cada texto dos sítios e temas a que diz respeito. No presente texto encontra-se listada no seu final de forma conjunta.

### 2.3. Entidades e meios materiais envolvidos

As entidades envolvidas no desenvolvimento deste projecto correspondem aos sítios que serão percorridos pelos utilizadores/público ao longo do roteiro (representados em alguns casos pela respectiva tutela). São eles:

No caso do roteiro – *Olisipo*, uma *urbs* romana no extremo ocidente:

- #01. Núcleo Museológico do Castelo de S. Jorge (EGEAC / Museu Lisboa / CML)
- #02. Teatro Romano (EGEAC / Museu de Lisboa / CML)
- #03. Termas dos Cássios
- #04. Inscrições latinas da Travessa do Almada
- #05. Vestígios romanos do claustro da Sé (IGESPAR / Patriarcado de Lisboa)
- #06. Muralha tardo-romana
- #07. *Domus* romana do Áurea Museum Hotel
- #08. Criptopórtico das termas portuárias da Rua da Prata (CAL / CML)
- #09. Necrópole e via romana da Praça da Figueira
- #10. Circo romano da Praça do Rossio

No caso do roteiro – O *ager* olisiponense:

- #01. *Villa* romana de Freiria (CMCascais)
- #02. Adega de Colares Viúva Gomes
- #03. *Villa* romana de Santo André de Almoçageme
- #04. Sítio Arqueológico do Alto da Vigia (Museu de São Miguel de Odrinhas)
- #05. Museu e sítio arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO)
- #06. *Villa* romana de Frielas (CMLoures)
- #07. Coudelaria da Companhia das Lezírias

A selecção dos sítios arqueológicos de época romana a incluir neste projecto, foi realizada a partir de alguns critérios que se consideraram importantes:

- a) Relevância e adequação dos sítios para cada um dos temas dos roteiros arqueológicos.
- b) Originalidade específica de um sítio em relação aos restantes, tentando não repetir sítios semelhantes. No caso das três *villae*, presentes no roteiro relacionado com o mundo rural

romano, a originalidade de cada uma justifica a sua escolha pois cada uma contem características diferenciadas que contribuem para o enriquecimento do tema.

c) Localização e proximidade face ao conjunto dos restantes sítios.

d) Capacidade para acolher visitas: inclui quase todos os sítios presentes nos roteiros, excepto a necrópole e via romana que existiram no subsolo da Praça da Figueira e o circo romano na Praça do Rossio, cujos vestígios arqueológicos existentes não estão visíveis localmente. No entanto, optou-se pela passagem nestes locais para assinalar o seu conhecimento e evidenciar a importância que estes têm para a caracterização da cidade de época romana. Em relação ao Criptopórtico e ao Claustro da Sé, está prevista a possibilidade de se tornarem visitáveis.

e) Criar a noção de continuidade e de herança romana em alguns dos tópicos presentes nos roteiros: é o caso dos recursos agro-pecuários do *ager* olisiponense – nomeadamente, do vinho, do azeite e dos cavalos – que, embora explorados de forma diferente, permaneceram no território e chegaram aos nossos dias como importantes recursos locais.

Quanto aos meios materiais envolvidos, na fase relativa ao levantamento e recolha documental do património presente nos diferentes sítios (a qual envolveu frequentes deslocações aos espaços definidos), foi necessária a utilização de uma câmara fotográfica que permitisse captar imagens com resolução de boa qualidade. Estas constituem uma importante componente documental e visual do *website*, tendo sido sujeitas a tratamento gráfico na aplicação informática, *Adobe Photoshop*. Por sua vez, o *website* foi desenvolvido através da aplicação de *webdesign*, *Adobe Dreamweaver*.

Para a realização dos roteiros, os utilizadores apenas precisam de um telemóvel com acesso à internet para poderem aceder ao *website*, <http://www.roteirosdeolisipo.pt>, onde encontrarão toda a informação relativa aos sítios a percorrer. No caso do roteiro – O *ager* olisiponense – é necessária a utilização de transporte motorizado na maioria das deslocações, devido à distância entre os sítios a visitar ao longo deste roteiro.

### III. RESULTADOS

#### 3.1. Descrição dos resultados

Os resultados do trabalho desenvolvido, consistem na criação de um *website* dedicado à divulgação do património arqueológico de época romana presente na cidade e região de Lisboa, mais concretamente na disponibilização ao público, de dois roteiros arqueológicos que procuram reflectir, expor e permitir explorar dois aspectos fundamentais da longa presença romana no território de Lisboa – a *urbs* romana de *Olisipo* e os *agri* olisiponenses. A estrutura dos dois roteiros, bem como a sua apresentação dentro do *website* – [www.roteirosdeolisipo.pt](http://www.roteirosdeolisipo.pt) –, foi definida de forma a apresentar-se do seguinte modo:

a) *Homepage*: corresponde à página de rosto de cada um dos dois roteiros e inclui em ambas um texto de apresentação que procura contextualizar e introduzir o tema escolhido, e que acaba por convidar o utilizador a efectuar cada roteiro. Para além dos textos de introdução, as páginas de rosto incluem imagens que ilustram a apresentação dos dois temas dos roteiros; informações de rodapé relacionadas com a autoria, e todos os *links* para as restantes páginas dos dois roteiros. Estes *links* são os seguintes:

- Roteiro;
- Sítios;
- + Info;
- Contacto

O logotipo da NOVA/FCSH, no canto superior esquerdo, permite em todas as páginas voltar à página inicial do *website* onde se pode escolher um dos dois roteiros.

b) A página Roteiro: ao clicar no botão Roteiro Arqueológico situado na *homepage* de cada roteiro, ou, no *link* Roteiro no menu principal apresentado no topo da página, abre-se a página Roteiro que apresenta para cada um dos temas a sequência dos sítios a visitar. Nesta página cada um destes sítios apresentados inclui uma pequena imagem do sítio; toda a informação relativa aos dados de contacto e de visita (localização; coordenadas GPS; horários e necessidade de marcação prévia); um mapa de ligação ao *Google My Maps*; o horário de visita sugerido para o percurso apresentado; bem como uma brevíssima descrição do que se espera encontrar em cada um dos sítios.

c) Sítios: clicando sobre cada um dos sítios elencados nas duas páginas Roteiro (ou em cada item do submenu Sítios que se encontra no menu principal do topo da página), é aberta uma janela individual para cada um deles, onde é apresentada uma síntese da informação mais relevante sobre o conhecimento produzido até à actualidade para cada um dos sítios, sendo eles:

No caso do roteiro – *Olisipo*, uma *urbs* romana no extremo ocidente:

- #01. Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge
- #02. Teatro Romano
- #03. Termas dos Cássios
- #04. Inscrições latinas da Travessa do Almada
- #05. Vestígios romanos do claustro da Sé
- #06. Muralha tardo-romana
- #07. *Domus* romana do Áurea Museum Hotel
- #08. Criptopórtico das termas portuárias da Rua da Prata
- #09. Necrópole e via romana da Praça da Figueira
- #10. Circo romano da Praça do Rossio

No caso do roteiro – O *ager* olisiponense:

- #01. *Villa* romana de Freiria
- #02. Adega de Colares Viúva Gomes
- #03. *Villa* romana de Santo André de Almoçageme
- #04. Sítio Arqueológico do Alto da Vigia
- #05. Museu e sítio arqueológico de São Miguel de Odrinhas
- #06. *Villa* romana de Frielas
- #07. Coudelaria da Companhia das Lezírias

d) +*Info*: passando o cursor sobre o *link* + Info que se encontra no menu principal localizado no topo da página, é apresentada a listagem dos temas de informação complementar, que ao serem seleccionados abrem uma janela individual, onde é apresentada uma síntese da informação mais relevante sobre o conhecimento produzido relativo a cada um desses temas

(este conteúdo específico, a par dos conteúdos relativos aos sítios arqueológicos do roteiro, constituem a maior parte do trabalho desenvolvido no presente projecto).

Estes conteúdos que servem para complementar a informação relativa aos sítios arqueológicos, e que são também tratados de forma individualizada em página própria do *website*, são os seguintes:

No caso do roteiro – *Olisipo*, uma *urbs* romana no extremo ocidente:

- #01. A cidade romana
- #02. O urbanismo romano
- #03. Arquitecturas de uma urbe romana
- #04. Infraestruturas técnicas da cidade romana
- #05. Materiais de construção da edilícia romana

No caso do roteiro – O *ager* olisiponense:

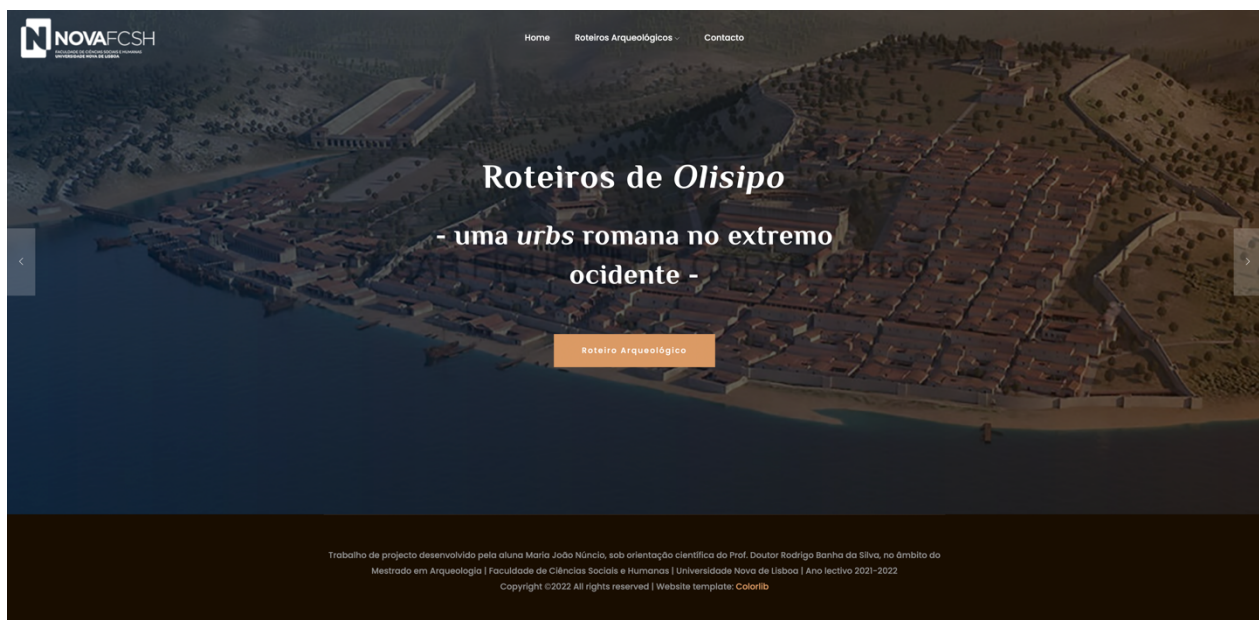
- #01. O mundo rural romano
- #02. As *villae* romanas
- #03. A azeite na Antiguidade
- #04. O vinho na Antiguidade
- #05. O cavalo lusitano

e) Contacto: página com os contactos e com um formulário de preenchimento para pedido de qualquer esclarecimento ou sugestão relacionado com os roteiros.

### 3.2. Exposição das componentes textuais do projecto

As páginas seguintes apresentam os principais conteúdos textuais do *website* criado, resultado da maior parte do trabalho desenvolvido neste projecto, no âmbito do Mestrado em Arqueologia. A presente exposição, porém, não permite perceber nem a estruturação e articulação entre os diferentes componentes do *website*, nem inclui as fundamentais imagens e respectivas legendas que ilustram e reforçam o entendimento dos textos, bem como os demais elementos gráficos e interactivos que compõem o projecto. Para isso dever-se-á consultar os PDF's em anexo e, preferencialmente, recorrer directamente ao sítio da internet:

<http://www.roteirosdeolisipo.pt>



## **ROTEIRO – OLISIPO, UMA URBS ROMANA NO EXTREMO OCIDENTE**

### **A cidade romana de *Felicitas Iulia Olisipo***

*Olisipo*, importante *oppidum* portuário do litoral ocidental da *Hispania*, com uma localização privilegiada entre o Mediterrâneo e o Atlântico foi, desde sempre, cobiçado por diversos povos.

Em 138 a.C., no contexto da conquista da *Hispania*, o general e cônsul romano, *Decimus Iunius Brutus*, ocupa toda região do baixo Tejo e manda fortificar *Olisipo*. No século seguinte, depois de assegurada a estabilidade do território e consolidado um poder local que soube promover a romanização da cidade, esta crescerá de forma rápida, enchendo-se de novos edifícios que se implantam desde o alto da colina fortificada, por toda a encosta sul até à movimentada zona ribeirinha. Do *forum* aos templos, do teatro e do anfiteatro às termas, passando pelos bairros salpicados de lojas, *insulae* e de *domus* de maior ou menor riqueza, *Olisipo* receberá, então, todas os elementos identitários de uma autêntica *urbs* romana, passando a assumir-se e a actuar como uma importante representação do Império no extremo ocidental do mundo conhecido.

Para conhecer em pormenor todos os aspectos desta cidade antiga do passado histórico de Lisboa, convidamo-lo a aventurar-se numa viagem arqueológica pela *Olisipo* romana, para a qual se disponibiliza a informação presente neste site.

### **Roteiro Arqueológico**

#### **#01. Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge**

Castelo de S. Jorge, 1100-129 Lisboa / Tel.: +351 218 800 620 / Email: [info@castelodesaojorge.pt](mailto:info@castelodesaojorge.pt)

O núcleo museológico do Castelo do São Jorge propõe uma viagem por 25 séculos de história de ocupação humana no topo da colina do Castelo. De época romana encontram-se expostos alguns exemplares dos inúmeros materiais encontrados no recinto do Castelo, que encerram um significado histórico e arqueológico de grande importância para Lisboa: são objectos que dão testemunho da entrada em cena de Roma na história da cidade.

09h30-10h15

## #02. Teatro Romano

Rua de São Mamede, nº 3 A, 1100-532 Lisboa / Tel.: 215 818 530 / Email: [teatoromano@museudelisboa.pt](mailto:teatoromano@museudelisboa.pt)

Edificado no séc. I d.C., o Teatro Romano de *Olisipo* foi uma das mais importantes obras de monumentalização da cidade, tendo como objectivo claro, a concepção de um símbolo de destaque do poder imperial. Com uma capacidade para cerca de 4 mil espectadores, o edifício obedece às normas arquitectónicas e formas de construção fixadas por Vitruvius nos seus tratados, e os vestígios da sua ornamentação, presentes no Museu do Teatro Romano, testemunham a importância do patrocínio por parte das elites na construção e renovação dos edifícios públicos.

10h30-11h30

## #03. Termas dos Cássios

R. das Pedras Negras 26, 1100-404 Lisboa / GPS: 38°42'39.0"N 9°08'05.3"W

Passagem por uma zona de edifícios que incluem no seu subsolo, vestígios daquele que seria um dos maiores complexos termais da província romana da Lusitânia. Foram identificados pela primeira vez em 1771, durante as obras de reconstrução da cidade, altura em que surgiu uma inscrição com a designação dos banhos públicos – *Thermae Cassiorum* – revelando o nome dos seus patrocinadores, os Cássios, uma destacada família olisiponense.

11h40-11h55

## #04. Inscrições romanas da Travessa do Almada

Tv. do Almada, 1100-404 Lisboa / GPS: 38°42'37.3"N 9°08'05.9"W

Na fachada de um edifício na Travessa do Almada, encontram-se embutidas quatro lápides com inscrições em latim, a maior das quais constitui uma homenagem dos cidadãos de *Olisipo* a *Lucio Cecilio*, questor da província da Bética (actual Andaluzia), e as menores são dedicatórias aos deuses Mercúrio e Cibele. Estas lápides foram encontradas em 1749, durante as obras de construção de um edifício no local, altura em que ali se descobriram também diversos vestígios de um templo de época romana.

12h00-12h15

#05. Vestígios romanos do claustro da Sé

Largo da Sé, 1100-585 Lisboa / Tel.: 218 866 752 / Email: info@sedelisboa.pt

No subsolo do claustro gótico da Catedral de Lisboa encontrou-se um troço de uma importante via pedonal de época romana, que ligaria a zona alta, perto do Teatro Romano, à zona baixa da frente ribeirinha de *Olisipo*. Com 17,5 metros de comprimento e 3,5 de largura, o arruamento desenvolvia-se em vários degraus e patamares, dando acesso, em ambos os lados, a diversas lojas – *tabernae* – e a edifícios de habitação romanos – *insulae*.

12h20-13h00

#06. Muralha tardo-romana

Rua de São João da Praça (junto ao n.º 18), 1100-585 Lisboa / GPS: 38°42'36.8"N 9°07'47.6"W

Paragem no local onde foi identificada uma secção da muralha romana tardia (final do séc. III d.C.), a qual incluía uma das torres semicirculares que ladeavam a porta da cidade donde partia a via *decumanus* em direcção aos *agri* (campos agrícolas) e para norte em direcção a *Scallabis* (Santarém). Depois de registado, este troço de muralha foi reenterrado, deixando-se, no entanto, assinalado o seu traçado no pavimento da rua.

13h15-13h30

#07. *Domus* romana do Áurea Museum Hotel

Rua Cais de Santarém n.º 52, 1100-104 Lisboa / **Visitas sujeitas a marcação prévia** – Tel.: 211 166 100 / Email: visitas@aureamuseum.com

Neste hotel reconvertido de um antigo palácio quinhentista adossado à cerca medieval de Lisboa, encontraram-se inúmeros vestígios arqueológicos que dão testemunho da longa diacronia de ocupação da zona ribeirinha da cidade. De época romana destaca-se parte de uma *domus* de meados do séc. II d.C. da qual subsiste um compartimento com um belíssimo pavimento em mosaico com a representação da deusa Vénus, e parte da decoração parietal em estuque pintado.

15h00-16h00

#### #08. Criptopórtico das termas portuárias da Rua da Prata

Esquina da Rua da Prata com a Rua de São Julião, 1100-413 Lisboa / GPS: 38°42'34.1"N 9°08'11.2"W

Passagem no local onde, durante as obras de reconstrução de Lisboa pós-terramoto, foi identificado um conjunto de galerias abobadadas, que pelo facto de se encontrarem parcialmente inundadas, e de ter aparecido uma inscrição romana dedicada a Esculápio, deus da Medicina, foram de imediato interpretadas como termas romanas. Graças a trabalhos arqueológicos mais recentes, hoje sabemos que de facto estes vestígios incluem estruturas e materiais de um grande complexo termal, mas constituem sobretudo um extenso criptopórtico de sustentação das mesmas.

16h15-16h45

#### #09. Necrópole e via romana da Praça da Figueira

Praça da Figueira, 1100-241 Lisboa / GPS: 38°42'49.1"N 9°08'16.2"W

Paragem numa zona que, em época romana, correspondia à principal via de saída de *Olisipo*, e que com o tempo, como era costume nas cidades romanas, foi desenvolvendo em seu redor diversas áreas de necrópole. Os trabalhos arqueológicos realizados até recentemente, revelaram os vestígios não só dessa grande via de acesso à cidade, como de diversos espaços de sepultamento, monumentos e espólios funerários, confirmando que a actual Praça da Figueira foi, em época romana, a "cidade dos mortos" (*necropolis*) da Lisboa romana.

17h00-17h30

#### #10. Circo romano da Praça do Rossio

Praça do Rossio, 1100-200 Lisboa / GPS: 38°42'49.2"N 9°08'21.5"W

Em 1994, durante as obras de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, identificou-se no subsolo da Praça do Rossio uma estrutura arqueológica longitudinal a 6,5 metros de profundidade, que se confirmou tratar-se da *spina* do circo romano de *Olisipo*. Esta funcionava como uma barreira localizada no meio do popular recinto de lazer, à volta da qual decorriam as corridas de bigas e quadrigas (pequenos carros de duas rodas puxados por dois ou quatro cavalos). Para além da identificação de outras evidências arqueológicas que

ajudaram a caracterizar este equipamento romano, um fragmento de cerâmica de *terra sigillata*, permitiu situar a sua construção no séc. II d.C.

17h30-18h00

(Mapa com ligação ao *Google MyMaps*)

## Sítios

### **#01. Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge**

Instalado no local onde se erguia o antigo Paço Real da Alcáçova da Lisboa medieval, o actual Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge apresenta uma importante colecção de materiais arqueológicos que dão testemunho da longa e diversificada ocupação humana no topo da colina do Castelo. São cerca de 2500 anos de história com realidades e vivências bem distintas: desde uma primeira ocupação da Idade do Ferro (séc. VII a.C.), que dá notícia de um já relevante *oppidum* portuário em contacto regular com o mundo mediterrânico; passando pelos mais de cinco séculos do expressivo período romano; o mundo medieval, com grande foco na presença islâmica por estar na génese de todo o complexo do Castelo, assim como o período cristão, já no contexto do Reino de Portugal quando foi Paço Real da Alcáçova; até à Idade Moderna, altura em que começa gradualmente a perder a importância como centro de poder; terminando no inevitável terramoto de 1755 que deixa em ruínas e vota ao abandono todo o espaço por largas décadas.

Este circuito, que aborda exclusivamente a cidade romana, focar-se-á apenas nos materiais e estruturas deste período histórico encontrados nas áreas ao longo do roteiro. O seu início no topo da Colina do Castelo deve-se a uma razão fundamental: terá sido aqui que esta marcante ocupação de mais de 500 anos terá tido o seu primeiro momento. Essa é pelo menos a conclusão que desde há muito se intui dos textos antigos, e sobretudo, que é mostrada pelas evidências arqueológicas mais recentes.

Quanto aos textos antigos, destaca-se a monumental obra, *Geografia*, do autor grego, Estrabão (64 a.C. - c.24 d.C.), a qual conta a história e descreve os povos e os territórios do mundo então conhecido. A certo ponto do seu *Livro III* (dedicado à Ibéria) é referido o seguinte:

“O Tejo tem de embocadura uma extensão de vinte estádios e uma grande profundidade, de modo que pode ser subido por cargueiros com capacidade para dez mil ânforas. (...) no estuário superior circunda uma pequena ilha (...) fecunda e com belas vinhas. A ilha fica diante de Móron, cidade bem situada numa elevação perto do rio, a uns quinhentos estádios do mar, e também com uma terra fértil em redor e com as navegações fáceis (...). A esta cidade, Bruto, denominado o Galaico, usou-a como base de operações quando lutou contra os Lusitanos e os submeteu. [...] poderia ter as navegações desimpedidas e o abastecimento dos víveres, de modo

que, de entre as cidades em redor do Tejo, são estas as mais poderosas.” ESTRABÃO, *Geografia* – Livro III (Cap. 3, 1 - tradução de Jorge Deserto e Susana M. Pereira, pp. 59-60).

De facto, na sua obra, Estrabão refere que após a morte de Viriato, o governador romano da província da Hispânia Ulterior, o procônsul Décimo Júnio Bruto, denominado *o Galaico*, terá dirigido uma campanha militar para "pacificar" os últimos focos de rebelião lusitana, tendo utilizado como base de operações a cidade de *Moron* (cidade situada no Vale do Tejo, hoje identificada com Chões de Alpompé). Desencadeada em 138 a.C., esta campanha ter-se-á traduzido em diversas conquistas até à foz do rio Minho, num território inserido já na longínqua região da Galécia e alcançada então, pela primeira vez, por este general (daí o cognome pelo qual passou à história). Contudo, o texto de Estrabão encontra-se muito corrompido a determinado momento desta passagem, tendo alguns críticos e algumas edições proposto a possibilidade de uma referência à "*fortificação de Olisipo*" por iniciativa de Júnio Bruto, de forma a "*ter as navegações desimpedidas e o abastecimento dos víveres*" garantidos. Esta ideia consolidou-se, passando a ser referida na maioria dos textos que falam sobre as origens e a história de Lisboa. Na verdade, esta assunção da fortificação da cidade estuarina não só conferia sentido ao resto da frase do texto de Estrabão, como seria indispensável na estratégia militar para controlo do Vale do Tejo: *Olisipo*, cidade situada na barra do rio, assumia um papel fundamental como cidade de retaguarda, não só controlando o acesso marítimo ao Tejo e assegurando a liberdade de navegação, como permitindo o regular abastecimento de víveres aos exércitos romanos situados rio acima e para Norte.

O relato desta extraordinária campanha do general romano ao noroeste da Península Ibérica constitui, pois, a mais antiga referência literária à presença romana na região do Vale do Tejo, e com ela à entrada definitiva de *Olisipo* na órbita de Roma. No entanto, quanto a estes factos é hoje bastante mais elucidativa e inequívoca a arqueologia, do que aquilo que apenas podemos deduzir do texto de Estrabão.

Com efeito, esta primeira ocupação romana de *Olisipo* – a qual teria um carácter essencialmente militar –, tem vindo recentemente a ser bem documentada em certas zonas da Colina do Castelo, com um destaque claro para uma maior concentração no seu topo. Na verdade, toda a área ocupada pelo complexo e bairro do Castelo é um espaço que, desde há muito, vem sendo sugerido como local preferencial de implantação de um primeiro contingente militar romano, sobretudo pelas excepcionais condições de controlo visual que oferecia da barra e estuário do Tejo, bem como das colinas e vales que se estendem a Norte. Mas hoje, efectivamente, é a arqueologia que nos parece indicar isso mesmo.

Nas diversas intervenções arqueológicas que têm sido promovidas em diferentes pontos do complexo da antiga alcáçova, tem sido sistematicamente detectada a súbita presença de uma camada de materiais arqueológicos romanos compatíveis com a cronologia da campanha militar de Décimo Júnio Bruto.

"Ao estudarmos os vestígios materiais da cidade, verificamos a súbita e maciça presença, em meados do século II a.C., das primeiras importações itálicas, que sublinham a relevância deste momento no desenvolvimento da urbe. O estudo dos contextos arqueológicos em diversos pontos da antiga alcáçova medieval de Lisboa permitiu-nos definir a primeira fase da presença romana. Estas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permitem aferir uma cronologia centrada (...) precisamente entre 140-130 a.C., tendo em conta as cerâmicas finas aí identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares de distintos pontos do Mediterrâneo (...). Esta cronologia é compatível com a primeira grande campanha militar romana no extremo Ocidente da Península Ibérica, desencadeada em 138 a.C. pelo procônsul Décimo Júnio Bruto." (PIMENTA, 2020: 118).

Alguns exemplares destes inúmeros materiais romanos encontram-se actualmente expostos no Núcleo Museológico do Castelo. Apesar da sua importância histórica e arqueológica, – pois tratam-se de objectos que dão testemunho da entrada em cena de Roma, na história da cidade –, estes materiais estão um pouco escondidos, apresentando-se muito discretamente na terceira sala (Sala da Cisterna), num dos pequenos espaços que se abrem do lado esquerdo (2º espaço).

Destacam-se pela quantidade as cerca de 500 ânforas datadas de meados do séc. II a.C. Os característicos contentores de cerâmica utilizados na Antiguidade no transporte e armazenamento de alimentos evidenciam, neste caso, um claro predomínio de produções provenientes da Península Itálica, nomeadamente da costa Tirrénica e da costa Adriática. Contudo, conforme nos mostram algumas marcas impressas na argila com o selo do produtor, terão tido também outras diversas proveniências, as quais estariam já bem inseridas nos circuitos comerciais que serviam Roma. A expressiva presença destes contentores em *Olisipo* num mesmo contexto, evidenciam de forma clara um panorama súbito de importações de produtos alimentares associados à dieta mediterrânica, – vinho, azeite e preparados de peixe –, importações essas que apenas se poderão relacionar com o abastecimento institucional de Roma aos seus exércitos em campanha, neste caso, à campanha militar do procônsul Décimo Júnio Bruto ao extremo ocidental da Península Ibérica, iniciada em 138 a.C.

"A importância da alimentação para o sucesso do esforço de guerra romano era uma realidade consensualmente admitida e, na fase da conquista da Península Ibérica, não faltam alguns desaires militares atribuídos a deficiências dos abastecimentos alimentares, que privaram os exércitos de alguns produtos considerados de primeira necessidade." (FABIÃO, 1989: 123)

Para além das ânforas e dos diversos exemplares de moedas itálicas identificados, outros vestígios arqueológicos associados nas mesmas camadas do subsolo, reforçam esta realidade de uma súbita presença de vários materiais até então praticamente ausentes na cidade.

Tratam-se sobretudo das designadas cerâmicas campanienses e cerâmicas de paredes finas, mas também de lucernas e alguma cerâmica comum. Todos estes materiais correspondem a objectos que acompanhavam os exércitos romanos em campanha, estando bem documentados na maioria dos acampamentos militares actualmente conhecidos.

As cerâmicas campanienses, oriundas na sua maioria da região itálica da Campânia, destinavam-se sobretudo a serem utilizadas como recipientes para servir à mesa, constituindo-se essencialmente de taças e pratos, que se identificam bem pelo característico revestimento de verniz ou engobe negro. De produção também itálica, as cerâmicas de paredes finas, características pela sua reduzida espessura como indicado pelo nome, serviam o mesmo propósito de utilização à mesa, sobretudo como recipientes para consumo de bebidas. Na cerâmica comum, embora domine a produção local, encontram-se também produções itálicas campanienses.

As lucernas, alimentadas a azeite e utilizadas na iluminação durante toda a época romana, apresentam também alguns exemplares revestidos a verniz negro e com características de influência helenística, indicando a sua produção na Península Itálica e no Mediterrâneo Oriental no séc. II a.C.

Apesar da ausência de materiais relacionados directamente com o armamento e *militaria* próprios de um contingente militar romano, não há dúvida que os dados apresentados pela arqueologia têm força suficiente para se crer na sua presença efectiva na cidade indígena de *Olisipo*. Quanto à forma como esta primeira instalação romana se processou e se traduziu em termos da construção de estruturas defensivas, é algo que teremos de aguardar por novos dados vindos de mais investigação e trabalhos futuros.

"Ainda que as fontes sejam omissas à forma, entenda-se conquista militar, acordo ou tratado, certo é que Roma fez por assegurar o apoio desta cidade indígena à sua causa, tendo

esta desempenhado durante a campanha de Decimo Junio Bruto um papel crucial. Com este apoio, Roma domina a foz do Tejo e assume o controlo da grande estrada fluvial para o interior da Península Ibérica." (PIMENTA, 2014: 56)

Todavia, associados a este conjunto de materiais datados de 140-130 a.C. têm sido identificados vestígios de um urbanismo que se sobrepõe imediatamente às estruturas do povoado indígena pré-existente. Este apresenta, não só, um novo desenho de matriz e características inequivocamente itálicas, como recorre à utilização de materiais e técnicas construtivas inovadoras, completamente desconhecidas no ocidente peninsular até então. É exemplo disso mesmo a estrutura arquitectónica detectada no Beco do Forno do Castelo n.º 16/20, a qual constitui um amplo edifício de planta rectangular, orientado aos pontos cardeais, e que apresenta as paredes rebocadas com uma argamassa constituída à base de cal e um pavimento revestido com a característica argamassa romana isolante denominada de *opus signinum*.

Os restantes materiais romanos expostos no Núcleo Museológico não pertencem ao contexto republicano descrito até agora. Tratam-se na sua maioria de inscrições epigráficas descobertas fora do seu contexto original em intervenções arqueológicas feitas em diferentes locais do recinto do Castelo, entre os anos 1990-2010. Duas delas são já de época Alto-Imperial (séc. I-II d.C.), assim como o são os fragmentos de mármore expostos. As outras duas, entre as quais um bem conservado lintel, são ainda mais tardias, já do período paleocristão.<sup>[1]</sup> Para além destas, encontram-se ainda reutilizadas nas muralhas do recinto do Castelo algumas epígrafes, que à semelhança das muitas que foram descobertas durante as obras de restauro do Castelo em 1940 (algumas actualmente à guarda de museus, outras desaparecidas), pouco se sabe acerca do seu contexto original.

## #02. Teatro Romano

No Castelo de São Jorge pudemos ver os importantes vestígios que dão testemunho da mais antiga ocupação romana da cidade, remontando ao séc. II a.C., em plena República, num período eminentemente marcado pela conquista militar dos territórios do Norte peninsular.<sup>[2]</sup> No Teatro Romano, os vestígios arqueológicos que constituem as suas ruínas e os diversos materiais expostos no seu Museu, testemunham já outro tempo, – o tempo da *Pax Romana* –, período de pacificação e plena integração dos territórios conquistados no universo global da romanidade. Este tempo de grandes transformações inicia-se com Augusto (27 a.C. –

14 d.C.), o primeiro imperador de Roma, sobretudo a partir de 19 a.C., quando consegue estabelecer o domínio definitivo de toda a Península Ibérica, após a conquista da Cantábria.

Neste período, por toda a *Hispania* assiste-se a uma nova organização territorial, onde a emergência de novos ou renovados centros urbanos de estatuto privilegiado, conjugada com a vinda de colonos romanos e o estabelecimento de uma extensa rede viária, vão assumir um papel fundamental na difusão dos valores e do modo de viver romanos.

*Felicitas Iulia Olisipo* receberá de Augusto o estatuto privilegiado de município de cidadãos romanos – *municipium civium romanorum* –, o que por um lado nos diz que a comunidade instalada em *Olisipo* passa a usufruir dos mesmos direitos e privilégios dos cidadãos de Roma, e, por outro, constitui uma evidência clara que esta seria, já então, uma população plenamente romanizada.<sup>[1]</sup> Com efeito, apesar da distância aparente de se constituir como a urbe mais ocidental do Império, esta cidade portuária mantinha, desde há muito, contacto regular com Roma, tendo certamente acolhido no seu território a fixação de várias famílias de origem itálica. Neste tempo de mudança seria, pois, uma população bastante receptiva a novos valores e novos modelos emanados, quer do centro do império – Roma –, quer da capital da província da Lusitânia onde se inseria, – *Augusta Emerita* (actual cidade de Mérida).

A partir deste período, a encosta sul da colina do Castelo começa, de facto, a apresentar uma nova estrutura urbana segundo modelos romanos padronizados, incorporando no seu cenário uma série de arquitecturas públicas consideradas imprescindíveis para se "viver à romana".

O teatro romano, com os seus programas arquitectónico e decorativo específicos, é sem dúvida um dos mais relevantes edifícios públicos de época romana, constituindo-se como símbolo destacado, não só da adopção de novos valores estéticos, culturais e conceptuais, mas também de afirmação de um novo poder instituído.

"Desde cedo que a ligação entre religiosidade e teatro se manifestou. As duas vertentes estão intrinsecamente ligadas e não podemos pensar no teatro romano apenas como um edifício lúdico. Era no teatro que se manifestava o culto às divindades do panteão romano, mas, igualmente, onde se plasmava o culto ao imperador e à sua família, o que ocorre especialmente a partir do século I d.C. quando o teatro passa, progressivamente, a desempenhar um papel fulcral na veiculação da ideologia imperial." (FERNANDES, 2020b: 28)

O Teatro Romano de *Olisipo* é um dos primeiros edifícios a ser construído na nova cidade romana que se ergue no início do séc. I d.C. A sua implantação num local de grande impacto visual – a meia encosta da colina do Castelo, virado ao rio –, produzia o efeito cenográfico e propagandístico desejado e afirmava claramente a adesão de *Olisipo* ao novo poder imperial.

Com capacidade para cerca de 4000 espectadores, as suas bancadas semicirculares (*cavea*) escavadas na rocha, encontravam-se perfeitamente encaixadas na encosta, tirando assim partido do seu acentuado declive. Defronte das bancadas erguia-se a imponente estrutura cénica (*scaenae*) como elemento de maior volume e destaque na paisagem urbana. Por trás desta e ajudando na sua sustentação, erguiam-se ainda dois volumes paralelos e desnivelados (*porticus post scaenam*), cujos terraços, voltados ao rio e decorados com pórticos e pátios ajardinados, eram aproveitados como espaços de lazer.

Logo em 57 d.C., no tempo do Imperador Nero, o teatro sofrerá uma remodelação de acordo com um novo programa decorativo que se generalizou por todo o Império, o qual privilegiava o uso do mármore em detrimento da utilização de pedra revestida a estuque. Esta remodelação terá incidido sobretudo na parte central do teatro, nomeadamente na *orchestra* – espaço semicircular próximo do palco, destinado às elites –, a qual terá sido embelezada com um novo pavimento em *opus sectile*, formando um padrão geométrico de lajes de lioz cinza e rosa (da região de Sintra), ainda hoje parcialmente visível (embora este tipo de calcário ornamental, ou lioz, não seja efectivamente mármore, integra o que em período romano se designava de *marmora*).

O proscénio (*proscenium*) – o muro que separa o palco da zona dos espectadores –, viu os seus nichos revestidos também a mármore cinza e lioz rosa, e epigrafados com uma inscrição latina dando notícia do encomendante da nova ornamentação: o liberto *Caius Heius Primus*, augustal perpétuo (sacerdote responsável pelas cerimónias religiosas oficiais do culto imperial), que dedica a sua obra ao Imperador Nero. Estes actos de patrocínio de obras públicas, designados de *evergetismo*, eram comuns nas cidades romanas e uma forma de se poder aceder a cargos destacados do funcionalismo público.

O embelezamento do *proscenium* terá sido complementado, ainda, com estatuária de mármore da qual se destacam as duas esculturas de Sileno que chegaram aos nossos dias.

"Todos contribuíram para dotar os núcleos urbanos dos edifícios necessários para se «viver à romana». Todo este esforço parece só ter sido possível pelo investimento do Estado

imperial, conjugado com o das elites locais. Recorde-se que, na estrutura da sociedade romana, o patrocínio por parte da elite da construção ou renovação dos edifícios públicos foi essencial no processo que permitia aceder aos cargos públicos (evergetismo)." (VIEGAS, 2020: 103)

O Teatro de *Olisipo* terá funcionado até finais do séc. IV d.C. Esta data de desactivação do edifício cénico é nos indicada por alguns muros e materiais, de um possível núcleo habitacional identificado nas bancadas do teatro, com cronologia mais recuada atribuível ao séc. V d.C. Desde então, as suas pedras e demais elementos arquitectónicos e decorativos foram sendo sucessivamente removidos e reaproveitados noutras construções. Ao longo dos séculos, o que restava do antigo edifício cénico foi-se escondendo debaixo de sedimento e de novas estruturas de uma cidade em constante mudança e, aos poucos, a sua memória desapareceu também.

Apenas em 1798, quando se reconstruía Lisboa após o grande terramoto de 1755, voltará a ser descoberto pelo arquitecto da Casa Real, Manuel Caetano de Sousa e, pouco depois, pelo italiano Francisco Xavier Fabri, também arquitecto da Casa Real, tendo este último documentado o que então se observou num belíssimo e pormenorizado desenho, que se conserva até hoje.

"Apesar de a descoberta ter causado furor no meio intelectual, na primeira década do século XIX já novas construções se erigiam por cima do antigo monumento romano. Teria de se esperar pelo ano de 1964 para se colocar de novo a descoberto o que se havia encontrado no século XVIII." (FERNANDES, 2020b: 36)

Com efeito, somente em 1964 foi possível redescobrir o sítio exacto do teatro, quando o então presidente da Associação dos Arqueólogos e professor da Faculdade de Letras de Lisboa, D. Fernando de Almeida, voltou ao local para efectuar com os seus alunos algumas sondagens arqueológicas num prédio da Rua de São Mamede, cujo interior continha reutilizações à vista de três fustes de colunas jónicas. Dois anos depois, Irisalva Moita, arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa, é chamada a dar continuidade a estes trabalhos, sendo que a sua intervenção irá incidir sobretudo na área central do monumento, coincidindo com a área registada por Francisco Fabri e correspondendo a cerca de um terço da totalidade do edifício. Esta intervenção implicou a demolição dos dois prédios que se sobrepunham a esta zona das ruínas, situada exactamente no vértice do ângulo que une as ruas da Saudade e de S. Mamede.

Neste processo recuperaram-se inúmeros elementos arquitectónicos entretanto reaproveitados nos edifícios sobrepostos, e iniciou-se o desentulhamento das estruturas e recolha de capitéis, fustes, bases de colunas e demais materiais que se encontravam dispersos. Após um ano de trabalho, fora posto a descoberto "grande parte da *orchestra* que conserva parte do seu revestimento de mármore cinzento e rosa e a infra-estrutura das bancadas que lhe correspondem; o início das bancadas da *cavea* (...); a infra-estrutura de um pouco mais de metade do *proscænium*; o pavimento inferior revestido de *opus signinum* e os pilares do *pulpitum* (...); e a infra-estrutura da zona correspondente a uma das entradas principais (*vomitorium* ou *aditus maximus*).\" (MOITA, 1970: 15-16)

Estes importantes e pioneiros trabalhos arqueológicos da segunda metade dos anos 60 identificaram a quase totalidade do que actualmente se encontra a descoberto no sítio arqueológico do Teatro Romano, correspondendo a cerca de 1/3 da área total do edifício:

– *Hyposcaenium* – constitui a área por baixo do palco (*pulpitum*), o qual seria em madeira e sustentado pelas pequenas colunas rectangulares que ainda hoje se podem ver no seu lugar. A depressão circular que se vê no pavimento em *opus signinum*, poderá ter servido como bacia para recolha de águas. Por sua vez, as pequenas concavidades quadrangulares destinavam-se a receber os postes em madeira por onde subia e descia o *auleum* (pano de cena).

– *Proscænium* – dos 25 blocos de mármore cinza e rosa com inscrição latina, que revestiam a parte frontal deste muro e foram registados no século XVIII, é conhecido apenas o paradeiro de nove, cinco dos quais se encontram expostos no Museu do Teatro Romano.

– *Orchestra* – mantém vestígios do pavimento em *opus sectile* e os dois largos degraus (*proedria*) que se destinavam também às elites.

– *Imma cavea* – corresponde ao anel inferior das bancadas, apresentando apenas o seu miolo, escavado na própria rocha com a parte superior em *opus caementicium*, tendo-se perdido os silhares de pedra afeiçoada que serviam de assento.

– *Aditus maximus* (lado nascente) – constituía a entrada principal do teatro, conduzindo as elites da cidade à *orchestra*.

Nos anos 89/90, foi possível identificar ainda um dos *vomitória*, isto é, um dos pequenos corredores de acesso às bancadas.

Em 2001 é inaugurado o Museu do Teatro Romano para dar a conhecer os múltiplos objectos do antigo edifício cénico que se conseguiram recuperar, bem como, outros diversos materiais arqueológicos provenientes de intervenções realizadas nas imediações.

O local escolhido para albergar esta importante colecção foram os edifícios que se implantam, desde o séc. XIX, a sul do sítio arqueológico, precisamente onde, em época romana, se erguia o imponente muro tardoz de contenção da fachada cénica do teatro (*post scaenam*), e os espaços porticados subsequentes (*porticus post scaenam*). Escavações arqueológicas efectuadas localmente, entre 2001 e 2011, identificaram os vestígios destas estruturas, permitindo, deste modo, complementar a configuração do teatro e definir o seu limite sul.

A actual integração destes vestígios no contexto museológico, ajuda a compreender a reutilização sucessiva destas estruturas romanas ao longo do tempo e, até presentemente, visto que hoje constituem os alicerces de boa parte do edifício do museu.

No andar de baixo do museu, destinado à exposição permanente, encontram-se vários elementos arquitectónicos e decorativos que integravam o Teatro Romano de *Olisipo*. Destacam-se alguns capitéis e fustes de coluna, os quais, maioritariamente, apenas conservaram o miolo em pedra calcária local, restando muito pouco da sua ornamentação mais cuidada e trabalhada realizada em estuque.

Os três grandes capitéis jónicos expostos a meio da sala, integrariam a decoração da frente cénica do teatro (*frons scaenae*), ou seja, a fachada de frente para o público. Esta incluía dois pisos de módulos decorativos pertencentes à ordem de arquitectura jónica, compostos por bases, fustes e capitéis de coluna e respectivos entablamentos, que seriam de maior dimensão no piso inferior. Quanto à cronologia, estes capitéis terão pertencido ao primeiro momento de construção do teatro, ou seja, início do séc. I d.C., acontecendo o mesmo com a maioria dos elementos arquitectónicos expostos no museu – bases e fustes de coluna; cornijas e elementos moldurados de vãos de porta.

"Os melhores paralelos para os capitéis do teatro de *Olisipo* encontramos-os no teatro de *Mettelinum* (Medellín) (...). O estado de conservação dos exemplares é notável, mantendo grande parte do seu revestimento a estuque. Por este facto, podemos obter uma ideia clara de como seriam os capitéis do teatro de *Felicitas Iulia Olisipo*." (FERNANDES, 2020b: 40)

São ainda de destacar pela sua relevância e curiosidade, os seguintes objectos presentes no museu: um fragmento de placa em mármore branco, encontrado na década de 1960, onde se reconhece parte do perfil de uma figura esculpida em baixo-relevo, cuja legenda, em grego, nos

diz tratar-se de *Melpomene*, a musa inspiradora do género teatral da Tragédia. Esta placa faria parte de um conjunto de outras semelhantes, que se distribuíam pelos topos frontais dos nichos do *proscenium*, onde, eventualmente, estariam representadas as várias musas inspiradoras ligadas à criação artística (tradicionalmente, são nove as musas da mitologia greco-latina).

Um prumo de bronze feito a molde, encontrado durante uma escavação arqueológica no teatro em 2005. Os prumos faziam parte de uma ferramenta – a “groma” –, imprescindível na projecção do urbanismo e da construção de edifícios, servindo, no essencial, para traçar linhas rectas e definir ângulos. Levando em conta o local onde foi encontrado e a cronologia do início do séc. I d.C. que lhe foi atribuída, podemos suspeitar do seu envolvimento na construção do edifício cénico de *Olisipo*.

### **#03. Termas dos Cássios**

Quem hoje passa junto ao edifício pombalino que se ergue na esquina da Travessa do Almada com a Rua das Pedras Negras, deparar-se-á com a presença de vários painéis informativos expostos na porta e janelas do seu piso térreo. Estes, para além de fornecerem informação sobre a longa ocupação humana do local, dão notícia, sobretudo, da presença de vestígios arqueológicos de um grande complexo termal de época romana – as Termas dos Cássios – que, segundo os dados fornecidos pela arqueologia, seriam uma das maiores estruturas de banhos públicos da antiga província romana da Lusitânia.

Como vimos no Teatro Romano, no início do séc. I d.C., depois de assegurada a estabilidade do território e de consolidado um poder local promotor da romanização da cidade, *Olisipo* assistiu a uma transformação e crescimento rápido. Para além da implantação de um novo urbanismo, com a abertura de novos arruamentos e zonas residenciais dotadas de saneamento básico e abastecimento de água, a cidade receberá também todas as arquitecturas identitárias de uma autêntica urbe romana, permitindo-lhe afirmar-se como uma importante representação do Império no extremo ocidental do mundo então conhecido.

As designadas Termas dos Cássios, serão sem dúvida um dos mais emblemáticos desses elementos identitários na nova paisagem urbana, constituindo-se como um verdadeiro símbolo da romanidade de *Olisipo* e dos seus habitantes.

"Estes edifícios, que empiricamente apenas seriam os locais dedicados à higiene pessoal, transformaram-se num dos locais de encontro e transformação colectiva da sociedade romana. Talvez assim se compreenda a rápida apropriação deste novo edifício por parte das

comunidades indígenas. Nos finais do séc. I a.C., as termas eram impostas nos novos projectos urbanos, delineados para as novas colónias e futuros municípios. No período flaviano eram já projectos directamente associados aos centros monumentais, adaptados à realidade de cada província." (REIS, 2014: resumo)

Conforme nos indicam os materiais arqueológicos identificados e registados em estudos recentes, as Termas dos Cássios terão sido construídas no final do período dos Flávios (69-96 d.C.) ou nas décadas imediatamente seguintes. Foram descobertas pela primeira vez em 1771, quando se procedia a obras de preparação do terreno para a reconstrução da zona da cidade a noroeste da Sé, após o terramoto de 1755. Nessa altura, para além do aparecimento de várias estruturas e materiais atribuídos à época romana, surgiu uma inscrição latina com a designação – *Thermae Cassiorum* – o que revelou não só a função das ruínas arqueológicas descobertas – um local de banhos públicos –, como o nome dos seus patronos – os Cássios.

Esta família, bem documentada por algumas epígrafes romanas de diferentes cronologias, seria uma destacada família olisiponense que, em diversos momentos, terá visto alguns dos seus membros a ocuparem altos cargos públicos e com capacidade económica suficiente para exercer o acto prestigiante do patrocínio de obras públicas. Como no final do séc. I / início do II d.C. – cronologia apontada para a construção original das Termas dos Cássios – se destaca nesta família o proeminente olisiponense, Marco Cássio Semproniano, será este, possivelmente, o responsável pela edificação das termas:

"A cronologia da vida deste cidadão, inscrito na tribo de recenseamento da cidade e filho de um outro Marco Cássio também cidadão, abarcará, com alta probabilidade, os finais do século I d.C. e a primeira metade do século II d.C. (...) Nela se constata a actividade de Semproniano na zona de Tocina (Andaluzia), envolvido entre finais do século I d.C. ou nas décadas iniciais do seguinte nos circuitos de comercialização oficial do azeite bético, com a importante função de *Diffusor Olearius* (...), para constataros estar, cerca de 135 d.C., na posse de oficinas oleiras produtoras de materiais de construção (tijolo) na própria Óstia, o principal porto abastecedor de Roma (...). De forma altamente sugestiva, a contemporaneidade de Semproniano com a edificação das *Thermae Cassiorum* e a proeminência e alta capacidade económica por ele atingida transformam-no como “suspeito principal” do patrocínio do balneário, quer o tenha feito isoladamente ou em associação com um ou mais outros Cássios seus familiares." (SILVA & NOZES, 2020: 78)

Por outro lado, ao analisarmos a inscrição latina observada em 1771-72 e registada pelo Padre Tomás Caetano de Bem, podemos constatar que, em 336 d.C. – o «ano em que foram

cônsules Nepociano e Facundo» –, o edifício termal sofreu uma profunda reforma promovida pelo próprio governador da Lusitânia.

Certamente, a maior parte daquilo que foi então observado e cuja informação nos chegou pelo registo do erudito padre, corresponderá a esta reforma do edifício termal do séc. IV, num período a que se assistiu, de forma generalizada, a uma campanha de recuperação de edifícios públicos em várias cidades lusitanas. A informação registada por Tomás Caetano de Bem, dá-nos a imagem de um espaço amplo e bem ornamentado, registando-se a presença de um grande reservatório de água (uma provável *natatio*) e, a oeste deste, num espaço interpretado como *frigidarium*, um conjunto de estruturas excepcionalmente bem conservadas:

"(...) uma ábside alta, coroada por meia abóbada nervurada em tijolo, atingia aproximadamente 10 metros de altura, (...) na sua parede, em semicilindro, se abria um nicho destinado a uma estátua e, acima deste, uma inscrição (tão importante quanto discreta) especificava o nome original do edifício, *Thermae Cassiorum* (...). O espaço revelou em 1771-72, no total, três álveos (tanques) semicirculares, a totalidade da sala que permitia aceder a estes tanques e as respetivas canalizações de alimentação de água." (SILVA & NOZES, 2020: 69)

Todo este conjunto monumental terá sido desmantelado em 1772 para se voltar a erguer no local o Palácio do Correio-Mor, que logo no início do séc. XIX será remodelado, dando lugar ao actual Palácio dos Condes de Penafiel. Apesar da inevitável destruição das estruturas de época romana provocada por estas transformações, há uma forte possibilidade para que, sob o piso térreo do actual edifício, subsistam ainda vestígios do observado em 1771-72 (n.º 1 da imagem incluída no anexo ou no *website*).

Quanto aos materiais então identificados, tanto a inscrição pintada como uma estátua de mármore branco que também se encontrou, interpretada à época e até recentemente como um «militar romano», não se sabe do seu paradeiro. No entanto, tal como no caso das estruturas, as descrições documentadas pelo erudito padre setecentista, permitiu a investigação mais recente fazer uma reconstituição aproximada das mesmas, sendo que em relação à escultura, foi possível identificá-la como uma representação do deus Marte, num modelo conhecido como *Mars Ultor*, e cuja tipologia foi bastante reproduzida a partir de final do séc. I d.C. Se for o caso, a escultura encontrada poderá ter integrado a decoração do edifício original das Termas dos Cássios e ter-se mantido com a remodelação do séc. IV.

Já recentemente, entre 1991-98, as obras de remodelação de um conjunto de três edifícios pombalinos a oeste do Palácio dos Condes de Penafiel – onde se encontra actualmente

o sítio arqueológico das Termas dos Cássios –, permitiram dar início a uma ampla intervenção arqueológica, cujos resultados deram a conhecer uma nova área de estruturas correspondente ao sector noroeste do complexo balnear (n.º 2 da imagem incluída no anexo ou no *website*). Este incluía os seguintes espaços: um compartimento interpretado como vestiário (*apodyterium*); uma área aberta ajardinada interpretada como *palestra*; uma área aquecida subterraneamente (*hipocaustum*) e respectiva fornalha (*praefurnium*); um corredor pavimentado a *opus signinum* com uma cloaca de drenagem das águas no seu subsolo.

Esta intervenção foi também decisiva para a definição da cronologia da construção primitiva das Termas dos Cássios, – finais do séc. I d.C. ou início do seguinte –, nomeadamente pela presença de:

"(...) um pequeno conjunto de cerâmicas finas (*sigillata*) muito bem datadas, encontradas ou nas valas de fundação do muro de limite oeste do balneário, ou associadas a duas construções pré-existentes (domésticas?) anuladas pela instalação do grande complexo público (...); por seu turno, os escassos elementos colhidos nas valas de fundação dos alicerces do balneário em 1996, onde pontuam vasos decorados produzidos no Norte da Hispânia do período Flávio (69-96 d.C.) ou ligeiramente ulteriores, remetem a construção dos embasamentos para uma data necessariamente das últimas décadas do século I d.C. ou pouco após esta centúria." (SILVA & NOZES, 2020: 75-76)

Entretanto, em 2013, os trabalhos arqueológicos efectuados numa zona a sul deste sector, para além de diversos materiais que reforçam as cronologias atribuídas, forneceu também o importante dado da identificação do limite sul do complexo termal (n.º 3 da imagem incluída no anexo ou no *website*), permitindo através da sua associação aos outros limites já conhecidos (norte e oeste), calcular a dimensão aproximada do edifício.

Deste modo, e apesar de existirem múltiplos aspectos por esclarecer em relação às Termas dos Cássios, o conjunto das três acções realizadas – em 1771-72, 1991-98 e 2013 – permite deduzir a presença de um amplo edifício balnear de época romana, datado de entre o final do séc. I d.C. e o final do séc. IV d.C., com uma área que rondará os 1700 m<sup>2</sup> e planta quadrangular de cerca de 43m de lado.

Os números e dados aferidos permitem destacar, assim, as Termas dos Cássios como um dos mais monumentais edifícios da cidade romana de *Olisipo*.

#### #04. Inscrições romanas da Travessa do Almada

Um pouco mais abaixo na Travessa do Almada, quase a chegar ao Largo da Madalena, podemos ver embutidos na fachada do último edifício, quatro monumentos epigráficos de época romana.

Tratam-se de quatro inscrições latinas gravadas em pedra trabalhada, que foram encontradas no local em 1749, quando se procedia à escavação do terreno para aí fixar os alicerces de um grande e moderno edifício. Concluído em 1753, esta nova construção viria a ocupar quase todo o quarteirão e, dois anos mais tarde, a sobreviver ao grande terramoto de Lisboa.

O proprietário dos terrenos e do novo edifício, D. João de Almada, – o Visconde de Vila Nova de Souto e primo do futuro Marquês de Pombal, que veio a dar o nome à Travessa –, deu ordem expressa para que as inscrições romanas fossem colocadas na fachada do prédio, exercendo assim uma certa prática de salvaguarda de antiguidades então em voga, ao mesmo tempo que prestigiava a sua casa com a exibição de tais testemunhos de um passado antigo.

Na mesma altura, para além das epígrafes, descobriram-se também alguns elementos arquitectónicos romanos, que à época, e ao longo do tempo, fizeram supor a vários autores, serem vestígios da presença no local de um importante templo romano.

"Descobriram-se em 1753, nas escavações para a construção do prédio que do Largo da Madalena torneja para a Travessa do Almada, as ruínas duma *fabrica romana, grande e magestosa*. Este edifício, pelos restos dos trechos arquitectónicos encontrados, muitas e grossas colunas (...), bases e capitéis jónicos, pedras com epígrafes e pulidas, etc., cujo inventário nos foi deixado pelo P.e Bem (...), levam-nos a supor que devia ter sido um templo rico e vasto, provavelmente de estilo jónico." (SILVA, 1944: 51)

O facto de duas das quatro epígrafes que se mantiveram no local, constituírem consagrações a Cíbele, levantou também a hipótese de que o suposto templo fosse dedicado a esta deusa. Contudo, arqueologicamente, nem mesmo a presença de um templo romano no local está ainda categoricamente comprovada. Fazendo fé nos relatos que chegaram aos nossos dias, apenas podemos afirmar a existência de uma estrutura monumental no local, sendo imprescindível uma intervenção arqueológica que utilize a metodologia actual para ver confirmadas, ou não, estas e outras suposições.

Deixando ao futuro o encargo de mais esclarecimentos, detenhamo-nos assim nos quatro monumentos epigráficos que chegaram aos nossos dias embutidos no prédio da Travessa do

Almada e que se encontram classificados como Monumento Nacional. A informação que contém permite-nos conhecer um pouco melhor as pessoas que habitaram a cidade em época romana.

"A epigrafia, a ciência que estuda as inscrições em suportes duráveis (em pedra, na maioria dos casos), ensina-nos a lidar com um conjunto significativo de materiais de extrema utilidade para compreender o passado da cidade. (...) No seu conjunto, constituem uma amostragem da população de uma cidade particularmente importante no contexto da província da Lusitânia, e cuja prosperidade se reflete em boa parte destes testemunhos. Estes testemunhos e as pessoas cujos nomes neles se transmitem constituem a base para a compreensão desta sociedade olisiponense." (GUERRA, 2019: 13-14)

Da esquerda para a direita, os dois primeiros e o último monumento epigráfico são aras votivas, ou seja, pequenos altares com uma inscrição dedicada aos deuses. O terceiro é um pedestal honorífico, onde o texto inscrito constitui uma homenagem a alguma personalidade.

#### Ex-voto a Mercúrio César Augusto

MERCVR[io] / CAESA[ris] / AVGVST[i] / C(aius) IVLIVS PHI[lus?]/ PERMISSV DEC[uri(onum)] / DEDIT D(edicavit)

A Mercúrio César Augusto, Caio Júlio Filo deu e dedicou, com a permissão dos decuriões.

Trata-se de um ex-voto, ou seja, de uma manifestação pública do cumprimento de uma promessa por determinado pedido ou desejo – o *votum* – se ter concretizado (daí ser um *ex voto*), neste caso, por intervenção do deus Mercúrio (protector dos mercadores, advogados, mensageiros e ladrões). O dedicante foi *Caius Iulius Phi[lus?]* com permissão da parte dos magistrados do senado municipal (decuriões). O facto da epígrafe estar partida do lado direito dificulta a sua leitura, contudo, segundo os epigrafistas, Mercúrio é referido com os epítetos César e Augusto, indicando que poderá tratar-se de um acto religioso oficial no âmbito do culto imperial.

#### Ex-voto à Grande Mãe dos Deuses (Cibebe)

DEV M MATR(I)/ T(itus) LICINIVS/ AMARANTHVS/ V(otum) S(olvit) L(ibens) M(erito)

À Mãe dos Deuses. Tito Licínio Amaranto cumpriu a promessa de livre vontade e com mérito.

Ara votiva dedicada a Cibele, divindade oriental protectora das cidades, designada por "Mãe dos Deuses". Neste ex-voto, *Titus Licinius Amaranthus* declara ter cumprido a promessa que fez a Cibele "de livre vontade e com mérito", consistindo esta fórmula numa das mais frequentes manifestações religiosas de natureza votiva e de iniciativa particular. Nela, o assunto que é tratado, o que é concedido e prometido fica apenas entre o dedicante e a divindade, sendo do conhecimento público somente o facto de que a promessa foi cumprida.

A ara encontra-se assente sobre um pequeno fuste de coluna, que embora Caetano de Bem tenha considerado fazer parte do monumento, é possível que não haja qualquer associação entre estas peças originalmente.

#### Pedestal honorífico de Lucius Caecilius Celer Rectus

L(ucio) CAECILIO L(ucii) F(ilio) CELERI RECTO/ QVAEST(ori) PROVINC(iae) BAET(icae)/ TRIB(un) PLEB(is)/ PRAETORI/ FEL(icitas) IVL(ia) *OLISIPO*

A Lúcio Cecílio Célere Recto, filho de Lúcio, questor da província da Bética, tribuno da plebe, pretor [dedicou] Felicitas Iulia *Olisipo*.

Pedestal honorífico, cuja inscrição faz presente a homenagem pública promovida pelos cidadãos de *Felicitas Iulia Olisipo* a *Lucius Caecilius Celer Rectus*, cidadão romano de ordem senatorial (grupo sócio-económico com acesso aos mais altos cargos políticos do Império), que já teria sido governador (questor) da província da Bética (actual Andaluzia), e em Roma, tribuno da plebe (representante do povo) e pretor (máxima magistratura judicial do Império).

É bem provável que *Lucius Caecilius Celer Rectus* fosse natural de *Olisipo*, não só porque justificaria esta homenagem pública promovida pelos seus concidadãos, mas também porque são conhecidas mais epígrafes de *Caecilius* no município de *Felicitas Iulia Olisipo*, sugerindo a presença expressiva desta família na região.

#### Ex-voto à Grande Mãe dos Deuses (Cibele)

MATRI DE/VM MAG(nae) ID[e]/AE PHRYG(iae) FL(avia)/ [Ty]C  
CERNO/PHOR(a) PER M(arcum) IVL(ium)/ CASS(ianum) ET [C]ASS(iam) SEV(eram)/  
M(arco) AT(ilio) ET AN[nio] CO(n)SS(ulibus) GAL(lo)

À Grande Mãe dos Deuses, *Idea e Phrygia*, pela *cernophora*, *Flavia Thyche*, em favor de *Marcus Iulius Cassianus* e de *Cassia Severa*, durante o consulado de *Marcus Atilius* e *Annius Gallus*.

Ara com inscrição votiva dedicada à "Grande Mãe dos Deuses", – Cibele –, designada sob as invocações, Ídea e Frígia, pelo facto do seu culto ser originário do monte Ida, na Frígia (Ásia Menor). A oferta terá sido realizada por uma sacerdotisa – a *cernophora* –, a qual nas procissões rituais tinha a função de transportar (na cabeça) os vasos sagrados, – o *kernos* –, que continham as diferentes substâncias oferecidas às divindades nesses rituais. O seu nome, *Flavia Thyche*, sugere-nos que seria uma liberta de origem oriental, que neste caso terá realizado a oferenda em benefício de um possível casal, – *Marcus Iulius Cassianus* e *Cassia Severa* –, membros de duas das mais importantes famílias de *Olisipo*, os *Cassii* e os *Iulii*, no ano em que foram cônsules em Roma, *Marcus Atilius* e *Annius Gallus*, ou seja, em 108 d.C.

"A homenagem da *cernophora Flavia Tyche* à *Mater Deum Magna Ida Phrygia* (...) reveste-se claramente de carácter oficial, pois que nela intervêm dois membros de ilustres gentes olisiponenses, a *Iulia* e a *Cassia* (...), havendo inclusive a preocupação de datação pelo consulado de *M. Atilius Metellus Bradua* e *App. Annius Trebonianus Gallus* (108 d.C.). Notem-se, aliás, dois pormenores bem sugestivos: a invulgar intervenção duma *cernophora* e a junção à habitual designação da divindade (*Mater Deum Magna*) epítetos que são mui clara manifestação de como este culto impregnava a vida religiosa da cidade: *Ida e Phrygia!* (...) Conheciam-se bem os ritos e a nomenclatura! (...) Registe-se, para mais, que é a única vez em todo o mundo romano quer nos textos clássicos quer nos monumentos epigráficos - que se utiliza a palavra *cernophora* (...) para designar a sacerdotisa que, numa procissão, levava a bandeja com as ofertas para as divindades. Não nos repugnaria até, por isso mesmo, sugerir a hipótese de estarmos perante a ara destinada a comemorar a consagração de um templo que, em *Olisipo*, se tivesse erguido em honra de Cibele." (ENCARNAÇÃO, 2019: 39)

## #05. Vestígios romanos do claustro da Sé

A Sé de Lisboa, igreja-mãe da cidade desde, pelo menos, o séc. XII, há muito que constitui um verdadeiro desafio para várias gerações de investigadores no que diz respeito às suas origens. São várias as interrogações e poucas as certezas de historiadores e arqueólogos em relação à evolução histórica do local antes do ano de 1147, quando D. Afonso Henriques

conquista a Lisboa muçulmana e manda erguer o templo cristão. A única fonte existente deste momento marcante de transição é a carta, *De expugnatione Lyxbonensi*, do cruzado inglês Osberno, que nos diz ter existido no local uma mesquita de cinco naves, mas até hoje, arqueologicamente, falta comprovar esta forte suposição. Certo é que na construção do edifício românico incorporou-se nos seus muros pedras trabalhadas de épocas anteriores, – visigóticas ou moçárabes –, bem como de um passado ainda mais longínquo, de quando a cidade se chamava *Felicitas Iulia Olisipo*.

Para além do registo de três epígrafes romanas, chegaram aos nossos dias encastrados nos muros da Sé alguns materiais romanos, dos quais se destacam dois fragmentos de lintel de um possível templo. Na verdade, há muito que é sugerida a presença de um importante edifício forense implantado em período romano, no local onde mais tarde se ergueu a Sé. Este é de facto um local que, desde sempre, aparentou ser extremamente central e marcante no tecido urbano, e essa percepção de centralidade conjugada com outros dados avançados por alguns autores, – nomeadamente a orientação, alinhamento e métrica do traçado medieval e moderno conservado na zona e a disposição de alguns vestígios de estruturas romanas – tem permitido colocar a hipótese de ter sido nesta zona que se situaria o há muito procurado *forum* de *Olisipo*. Nesse caso, terão estes fragmentos de entablamento (lintéis) pertencido a um edifício monumental desse *forum*? Infelizmente não é possível sabermos, pois tratam-se de vestígios romanos descontextualizados, podendo bem terem sido trazidos de outros sítios da cidade. Tão pouco se sabe ainda onde ficava o *forum* de *Olisipo*.

Até hoje, somente os achados e os trabalhos arqueológicos mais recentes no Claustro da Sé têm permitido vislumbrar o que terá sido, pelo menos a nascente, este sítio da cidade no período romano.

Logo no início do séc. XX, José Leite de Vasconcelos, fundador e director do Museu Nacional de Arqueologia, escreveria o seguinte:

"Em excavações que por conta do Ministerio das Obras Publicas se tem feito na crasta da Sé cathedral tem apparecido, nos entulhos, varias antiguidades. Segundo determinação especial, emanada d'aquelle Ministerio, ficou pertencendo ao Museu Ethnologico Português o direito da posse de todos os objectos antigos encontrados lá. (...) O que recebi no Museu foi o seguinte: uma pedra aparelhada; varios fragmentos de amphoras e de tegulas; um cossoiro, ou *verticillus*, de barro negro; varios fragmentos de loiça pintada (...) dada como romana. (...) Todos estes objectos estavam enterrados a uns 6 metros de profundidade." (VASCONCELLOS, 1899-1900: 284-285)

Os materiais descobertos até 1990 foram, porém, fruto de trabalhos pouco rigorosos do ponto de vista da arqueologia, não havendo qualquer registo dos contextos onde se encontravam. Esta total ausência de rigor metodológico dificulta bastante a sua correcta interpretação e tem como consequência a inviabilização destes achados mais antigos para o conhecimento da evolução histórica do local. Contudo, a partir de 1990, o abatimento de uma zona do jardim do claustro desencadeou uma série de campanhas arqueológicas cujos trabalhos de escavação e registo, estendendo-se por mais de duas décadas, permitiram descobrir uma multitude de vestígios – materiais e estruturas localizados a diferentes profundidades –, que constituem hoje um inequívoco testemunho da densa ocupação do local em sucessivos momentos históricos e fazem deste espaço um local privilegiado para conhecer as diversas populações que aqui viveram.

Desde uma primeira ocupação da Idade do Ferro no séc. VII a.C. até à construção do claustro gótico do rei D. Dinis no final do séc. XIII, são distintos momentos históricos – Idade do Ferro, romano, visigótico, medieval islâmico e medieval cristão –, que se foram sobrepondo uns aos outros, sempre com grande densidade de ocupação numa zona que aparenta contínua centralidade nas sucessivas cidades que se foram erguendo ao longo de quase vinte séculos.

Do período romano, as diferentes intervenções arqueológicas no claustro da Sé, a partir de 1990, identificaram abundantes materiais dos diferentes momentos da ocupação romana – período republicano (séc. II-I a.C.), alto imperial (séc. I-II d.C.) e baixo-imperial (séc. III-V d.C.) –, incluindo cerâmicas, moedas e elementos arquitectónicos, como um capitel jónico datado do séc. IV d.C. encontrado no enchimento de um muro.

O mesmo sucedeu com as estruturas exumadas, salientando-se, do período republicano, um muro com cerca de dois metros de altura e os pavimentos de seixos rolados regularizados por argamassa a ele associados, que serviriam como zonas de circulação.

Na primeira metade do séc. I d.C., em pleno período alto-imperial, quando se desenvolvia o novo plano de urbanização da cidade de *Olisipo*, foi construída uma rua pedonal com orientação norte-sul que acabaria por destruir os pavimentos de seixo republicanos, mas que dotaria a nova urbe romana de uma importante via de ligação entre a zona baixa da cidade – dedicada à actividade portuária e à indústria de preparados de peixe – e a zona alta – eminentemente residencial, comercial e monumental –, vindo a ter essa nova via utilização contínua durante mais de 300 anos (até ao final do séc. IV).

Esta rua pedonal, que seria um dos *cardine* – via romana com sentido norte-sul – de *Olisipo*, constitui um raro e importante vestígio estruturante da cidade romana, sendo fundamental para o estudo e conhecimento do seu urbanismo.

"No estudo das cidades romanas a identificação das ruas é importante pois permite definir os quarteirões (*insulae*) e a forma como se desenvolvia o urbanismo aproximando-nos das vivências, do quotidiano da cidade. (...) Estas ruas limitam os quarteirões existentes e a sua identificação permite a definição da métrica da cidade." (GASPAR & GOMES, 2020: 105)

Extremamente bem construído com grandes lajes de pedra calcária, este troço de rua com três metros de largo e 17,5m de extensão, é um bom testemunho de como seriam os *cardine* de *Olisipo* (ruas secundárias com orientação norte/sul). Simultaneamente, o seu bom estado de conservação e as características que apresenta dão-nos uma importante noção dos padrões de qualidade e das dimensões prováveis dos demais elementos urbanísticos da cidade que aqui se ergueu durante o séc. I d.C.

A sua organização em largos patamares interrompidos por um ou dois degraus, vencia de forma suave o pendor da encosta virada a sul, permitindo mais facilmente fazer a ligação entre a zona ribeirinha da cidade e as zonas superiores, situadas a norte. A sua identificação numa plataforma imediatamente abaixo do teatro de *Olisipo*, sugere que esta constituísse um acesso preferencial ao edifício cénico, sendo possível o seu cruzamento com o *decumanos maximus* (via principal de uma urbe romana com sentido este-oeste) apenas poucos metros a norte. Por outro lado, e apesar da sua largura e robustez, a circulação exclusivamente pedonal da rua é nos sugerida tanto pela presença de degraus como pela ausência de marcas de rodas no pavimento.

"Sob a rua corria o esgoto principal (cloaca), com 1,30m de altura e 64cm de largura, construído com paredes de pedra e cobertura em abóbada de volta inteira sendo a base em lajes de calcário. As restantes canalizações identificadas utilizam a tijoleira ou a pedra para as suas bases e coberturas. A cloaca vai manter-se em uso ainda durante a época islâmica, só sendo abandonada em época medieval cristã." (GASPAR & GOMES, 2020: 106)

A construção de infraestruturas relacionadas com o saneamento público, nomeadamente, uma rede de esgotos e de condução de águas, era um aspecto fundamental do planeamento e construção de qualquer cidade romana. A cloaca central identificada no claustro da Sé, construída na mesma altura da rua que corre sobre ela, fazia parte do esgoto principal de *Olisipo*, apresentando maior dimensão e robustez construtiva que as canalizações secundárias

a ela associadas, e vindo a ter uma utilização bastante mais longa que a própria rua (até ao final do período islâmico, em meados do séc. XII). Uma das canalizações secundárias, especificamente, uma caleira em tijoleira, tinha como origem as casas construídas no séc. I d.C. ao lado da via romana. Os vestígios destas casas romanas conservam-se também no claustro da Sé.

Aparentemente, estas seriam casas integradas em edifícios – ou *insulae* – que ladeavam a rua e definiam os quarteirões a ela associados. Os compartimentos identificados evidenciam uma utilização até ao início do séc. VI d.C., mas com alterações ao longo do tempo como mostram as várias repavimentações dos pisos. Alguns espaços aparentam ter sido lojas – *tabernae* – que quase sempre marcavam presença no piso térreo destes edifícios romanos, nomeadamente, os três pequenos espaços virados à rua do lado nascente. Estes apresentam ainda as portas de acesso bem definidas com as respectivas ombreiras, assim como os pavimentos de tijoleira bem conservados. Apesar de não ser possível definir a que tipo de venda se dedicariam, a presença de ânforas e de um *dolium* enterrado – grande recipiente de cerâmica semelhante a uma talha que servia para armazenar alimentos –, pode sugerir tratar-se de um espaço de venda de comida e bebida tipicamente romano conhecido como *thermopolium*.

Estes pequenos espaços comerciais geralmente associados a uma habitação, eram muitas vezes explorados pelos seus proprietários, podendo ser também arrendados. As próprias casas ou apartamentos que integravam as *insulae* (edifícios habitados por diversas famílias), também podiam ser arrendados ou comprados.

No caso da casa localizada a nascente, esta estendia-se para norte e para leste, aparentando ter tido mais do que um piso. Para além de uma cozinha, não foi possível identificar a funcionalidade dos diferentes espaços, contudo no que diz respeito à sua ornamentação é provável que vários fragmentos de mosaico romano encontrados em entulhos da cloaca tenham pertencido a uma ou mais habitações desta zona.

"A rua irá funcionar até aos finais do séc. IV d.C., momento em que é privatizada, provavelmente pelo proprietário da casa contígua, (...) [e] transformada em novos compartimentos possivelmente ligados a uma das habitações. (...) No séc. VI (primeira metade) assiste-se ao aterro e abandono de toda a área tendo sido identificados sob os níveis de derrube e partidos sobre os pavimentos, abundantes fragmentos de potes de armazenagem, panelas, tigelas, etc." (GASPAR & GOMES, 2020: 105 e 109)

No final do séc. IV, a construção de algumas paredes a meio da antiga via romana, cortando a passagem daquela que terá sido uma importante e movimentada rua de *Olisipo*, mostra bem a mudança de vida na cidade e a sua entrada numa nova fase. Esta e outras alterações bruscas que se verificam um pouco por todo o lado na organização das cidades, não só testemunham uma evidente perda de dinamismo da vida urbana, como denunciam um clima geral de instabilidade e insegurança. A necessidade de se erguerem estruturas defensivas é disso sinal, e a conseqüente retracção do espaço disponível dentro do perímetro urbano, vai fazer com que as populações procurem novos espaços para ocupar, nomeadamente os espaços livres de estruturas que já haviam perdido a sua relevância. Foi o caso da rua romana identificada no claustro da Sé e de vários equipamentos públicos da cidade de *Olisipo*, que paulatinamente deixaram de servir na sua função original e se viram ocupados por novas construções de carácter privado.

#### **#06. Muralha tardo-romana**

A delimitação do perímetro urbano definido pelo *pomerium* era uma parte fundamental no processo de fundação ou refundação de cidades à maneira romana. A muralha que se erguia sobre esse "cinturão" sagrado materializava não só a separação entre a urbe e o mundo rural, mas também entre o espaço dos vivos e o espaço reservado aos mortos, devendo as necrópoles, por questões religiosas e de salubridade, situar-se fora de portas. Às áreas extramuros estavam também reservadas todas as actividades consideradas "nefastas", ou seja, que fossem causadoras de lixos, fumos ou maus odores. Era o caso das oficinas de salgas e de produção de preparados de peixe, bem atestadas na antiga *Olisipo* no exterior do recinto amuralhado.

Das muralhas que se ergueram em período romano na cidade de *Olisipo*, a actividade arqueológica desenvolvida nos últimos anos tem conseguido identificar vários troços, quer da estrutura defensiva mais antiga – do tempo dos primeiros imperadores quando a cidade é redesenhada e reconstruída à maneira romana (séc. I d.C.) –, quer da mais expressiva muralha tardia do baixo-império (final séc. III-IV d.C.). Estes vestígios encontram-se em múltiplas zonas junto da base da chamada *Cerca Velha* ou *Cerca Moura*, bem como, no subsolo em zonas onde esta passaria, testemunhando assim a sua origem romana.

A diferença construtiva entre as muralhas dos distintos períodos romanos não é difícil de identificar, apresentando as muralhas mais antigas, construídas no tempo favorável da *Pax romana*, um carácter mais simbólico que defensivo – o cinturão sagrado do *pomerium* –, bem

patente na reduzida espessura de muros, – até 2 metros –, assim como na escassez de torres. As contrastantes estruturas defensivas que se erguem a partir de final do séc. III d.C. evidenciam, por outro lado, uma clara preocupação com a segurança e fortificação do núcleo urbano:

"Neste período, na Hispânia, regista-se uma redução generalizada dos recintos urbanos delimitados pelas novas muralhas, podendo observar-se em diversas cidades algumas características comuns nas tipologias construtivas: presença de um elevado número de torres semicirculares ou quadrangulares, espessura médias entre os 3 e os 5 metros, portas flanqueadas por duas torres e com um único vão e o uso de *spolia*, ou seja, reutilizando elementos arquitetónicos retirados de antigas construções abandonadas ou desativadas." (FILIPE *et al.* 2020: 50)

Os vestígios arqueológicos identificados, em 2001 e 2009, no final da Rua São João da Praça (n.º 18), são bem demonstrativos deste último tipo de estruturas defensivas. Apesar de actualmente não ser possível observá-los, pois nesta zona de circulação seria muito difícil deixar quaisquer estruturas visíveis, ficou marcado no pavimento o seu traçado, dando-nos uma noção da sua forma e dimensão: um troço de muralha com uns expressivos cinco metros de espessura, ao qual se encontra associada uma torre de planta semicircular.

O registo destes trabalhos arqueológicos mostra, pois, a presença de uma muralha com paramento duplo e enchimento em *opus caementicium* (argamassa romana), apresentando os muros de ambas as faces, fiadas regulares de silhares de pedra calcária bem aparelhada, com as juntas preenchidas por argamassa e pequenas pedras. A torre, também com enchimento em *opus caementicium*, apresentava o muro com blocos de pedra de menor dimensão e aparelhados de forma mais tosca.

As razões que explicam a ocorrência deste generalizado fenómeno de amuralhamento, verificado um pouco por todo o Ocidente entre finais do séc. III / inícios do IV d.C., não estão ainda bem esclarecidas. Tradicionalmente apontava-se as invasões de tribos germânicas como principal causa da construção ou reforço das estruturas defensivas das cidades, contudo, no caso do ocidente da Hispânia, estas incursões, relatadas a partir de fontes textuais antigas, são bastante mais tardias (início do séc. V d.C.) do que a fortificação verificada na maior parte dos sítios estudados. A fragilidade desta causa por si só, tem suscitado a proposta de outras hipóteses para tentar explicar o fenómeno, contudo estas dividem ainda opiniões ou carecem de mais fundamentação. Consensual é apenas a constatação de que o Império, durante este período, terá vivido sob um clima generalizado de grande instabilidade económica, política e militar.

A secção de muralha e torre identificada no final da Rua São João da Praça estaria associada à designada, durante o domínio islâmico, de *Bab al-Hamma* (Porta de Alfama, ou, Porta dos Banhos), que seria assim também de origem romana. Na verdade, em época romana, esta porta terá sido, certamente, uma das mais relevantes portas da cidade, pois daqui partia a via – *decumanus* – em direcção à importante cidade de *Scallabis* (actual Santarém), capital conventual do território, de onde se podia fazer a ligação quer para *Bracara* (actual Braga), quer para *Emerita* (actual Mérida). Pelo meio ficavam os férteis *agri* (campos) da margem norte do Tejo, os quais assumiam já o fundamental papel de abastecer *Olisipo* de alimentos.

"Os miliários constituem, quando os há, mesmo deslocados e sem distâncias expressas, um indicador de primeira ordem para determinar a presença de uma estrada e precisar o seu traçado. Infelizmente são poucos os que sobreviveram entre Lisboa e Santarém, representando uma amostra muito reduzida dos que existiram. O primeiro deles é o que se achou em Lisboa na Casa dos Bicos. É um miliário de Probo, imperador que governou entre 276 e 282, revelando algum cuidado na execução, a relacionar com o ambiente urbano e, seguramente, com o facto de marcar o início da estrada." (MANTAS, 2012: 16)

Ao longo da via, ladeando o troço já próximo da cidade, encontravam-se os espaços reservados aos mortos. Com efeito, tanto os dados históricos fornecidos por referências antigas, como os vestígios de necrópoles e de sepultamentos identificados pela actividade arqueológica mais recente, documentam a utilização funerária de várias zonas situadas a nascente desta porta, de onde partia a antiga via *Olisipo-Scallabis*.

No interior do Pátio da Senhora de Murça, a cerca de três metros abaixo da muralha visível, foi também identificada a construção original romana desta zona de muralha. O pequeno troço registado apresentava, na base, grandes blocos de pedra toscamente aparelhada e dispostos na horizontal, com vestígios de argamassa na superfície exterior. As três fiadas horizontais imediatamente acima alternavam blocos de pedra dispostos longitudinalmente e transversalmente, assemelhando-se ao sistema construtivo designado de *opus quadratum*. O nível seguinte, já na cota do pavimento, corresponde já também ao de regularização do terreno e de arranque da muralha que se ergue em época posterior ao séc. VI.

"O paramento visível até ao nível do beirado do telhado do edificio contíguo mostra várias remodelações e restauros empreendidos entre o século VI e a Época Contemporânea. A sua fase mais antiga é caracterizada pela presença massiva de *spolia*, onde se destacam três monumentos epigráficos de cariz funerário, dois fragmentos de placas, reutilizados como calços da silharia, e um cipo paralelepípedo, colocado numa das fiadas. Atendendo à paleografia e

formulário analisados, estas epígrafes datam de entre os meados do século I d.C. e a segunda metade do II d.C." (FILIPE *et al.* 2020: 54)

### **#07. *Domus* romana do Áurea Museum Hotel**

Na frente ribeirinha da colina do Castelo, precisamente no n.º 52 da Rua Cais de Santarém, destaca-se um grande edifício de perfil palaciano, cujo brasão saliente no cunhal do lado poente nos diz ter pertencido à família Mascarenhas, Condes de Coculim. Na sua origem, contudo, estarão os Condes de Linhares, família nobre do séc. XVI que, à semelhança de outras, se irão instalar ao longo da Ribeira Velha durante este século e o seguinte, quando a cidade de Lisboa se torna o centro comercial de um imenso território ultramarino disperso entre o Atlântico e o Índico.

O terramoto de 1755 e posterior abandono do edifício, levou à sua rápida degradação, adaptando-se o piso térreo conservado – correspondente à antiga loja do palácio – a diversos espaços comerciais e, mais tarde, a armazém de ferro da firma Sommer & C.<sup>a</sup>, que aqui permanecerá até 1958.

Recentemente a construção de um hotel (Hotel Áurea Museum) aproveitando o que restava do edifício, suscitou a realização de duas grandes campanhas de trabalhos arqueológicos – em 2004-2005 e 2014-2015 –, pondo a descoberto um extraordinário conjunto de estruturas e materiais de diferentes épocas, que pela sua excepcionalidade patrimonial e relevância para o conhecimento histórico da cidade, foram musealizados *in situ*, sendo possível hoje serem observados no local.

"Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito da construção de um Hotel na Rua Cais de Santarém permitiram identificar contextos que retratam a ocupação da cidade entre a Idade do Ferro e a primeira metade do século XX." (NETO *et al.* 2020: 111)

De época romana destaca-se no átrio do hotel (passando a recepção, ao fundo, subindo as escadas) parte de uma *domus* urbana do séc. II d.C. com as paredes revestidas a estuque decorado, e o piso pavimentado com um mosaico policromo, surpreendentemente bem preservado.

Estas estruturas foram inicialmente identificadas no decurso da intervenção de 2004-2005, numa sondagem de diagnóstico que permitiu observar parte do mosaico e algumas paredes com uma altura preservada de cerca de 2,75m, mas foi a escavação em área entre 2014-

2015 que conseguiu identificar os três compartimentos da habitação conservados e o início de um outro, expondo todo o espaço da *domus* que viria depois a ser alvo de restauro, consolidação e musealização.

O compartimento 2 corresponde ao espaço de maior visibilidade na área musealizada e é onde se encontra o mosaico, cujo bom estado de conservação ajudou a interpretar a funcionalidade do espaço como um provável *tablinum*, ou seja, uma sala privada para o *dominus* da casa receber e tratar de negócios. Nesse caso, o compartimento 1 (actualmente inexistente, foi apenas registado e depois desmontado), de reduzida dimensão e formato triangular, poderia corresponder a um pequeno espaço complementar do *tablinum* para arquivo ou arrumação, podendo também constituir apenas um recanto aproveitado para a colocação de um pequeno altar (*lararium*).

"O mosaico ocupa a totalidade do espaço deste compartimento, e a análise da disposição dos painéis dentro do mosaico permite apresentar uma proposta da interpretação da utilização do espaço (...), podendo assim tratar-se do *tablinum* desta *domus* (...), a localização do painel rectangular com os moinhos de peltas no fundo da sala, e o painel com a Vénus mais próximo da entrada, actuando como figura de convite a quem acedia à sala, é uma estruturação semelhante ao que pode ser encontrado em Mérida, na sala do Mosaico Cosmológico da *Casa del Mítreo*." (NETO *et al.* 2020: 113-114)

O maior cuidado e complexidade decorativa do motivo central do mosaico que se encontra virado a Sul, defronte para a entrada do *tablinum* de forma a chamar a atenção de quem entrasse, reforça esta atribuição de uso do espaço. De facto as *tesselae* – as pequenas peças cúbicas multicolores feitas de diferentes tipos de pedra, cerâmica ou pasta de vidro – têm uma dimensão mais reduzida ao centro (inferior a 2cm) e utilizam diferentes materiais na sua elaboração, permitindo uma maior diversidade cromática e um efeito decorativo e composição mais ricos. No interior do hexágono central, a figura representada é a deusa Vénus, que se apresenta nua, com a perna esquerda traçada enquanto com a mão direita descalça a sandália do pé. O fundo encontra-se preenchido por uma grande concha, de onde terá nascido esta divindade associada à beleza e ao amor, numa clara ligação à Afrodite grega e remetendo toda esta iconografia para raízes mais antigas de tradição helenística.

"Numa hipótese, conjectura-se que esta figura represente um dos mais antigos epítetos da deusa, o de Afrodite Euploia, da boa viagem (...), protectora dos navegantes. Baseia-se esta teoria no facto de nesta representação a deusa apoiar o braço esquerdo num elemento de cor

castanha (...) que se crê ser um remo (atributo que acompanha a deusa nalgumas representações de estatuária)." (NETO *et al.* 2020: 121)

Também as paredes desta sala conservaram parte dos estuques decorados a fresco, sendo perceptível ainda na parte inferior uma espécie de varandim estilizado pintado a vermelho e negro sobre fundo branco, e na parte superior apenas grandes quadros emoldurados. Esta ornamentação sóbria deverá, no entanto, corresponder a uma segunda fase decorativa do espaço, provavelmente no séc. III ou início do IV d.C., havendo a possibilidade de terem incluído, anteriormente, representações figurativas e uma decoração mais complexa e rica.

No compartimento a nascente, a decoração é diferente, apresentando em cima painéis rectangulares sobre fundo cor de laranja, e em baixo um remate a imitar almofadados em pedra mármore.

A ornamentação cuidada dos espaços domésticos identificados denota o bom gosto, cultura e um certo nível económico dos seus proprietários, e a sua implantação à beira rio, no local onde mais de um milénio volvido se ergueu um palácio da Idade Moderna, leva-nos a pensar na constante renovação do papel que esta zona da cidade desempenhou ao longo dos tempos, não deixando de atrair periodicamente uma certa elite urbana ligada ao comércio marítimo. Não é difícil imaginar a repetição dos mesmos gestos e quotidianos das actividades que se desenrolariam nesta zona portuária da cidade através dos séculos, desde que *Olisipo* se tornou o principal porto da província da Lusitânia até ao declínio do Império Marítimo Português. Com efeito, é possível admitir que as razões que levaram o *dominus* da casa romana do séc. II e, muito tempo depois, no séc. XVI, os Condes de Linhares a fixar residência no mesmo local, junto ao rio, tenham sido muito semelhantes.

"Com o desenvolvimento das navegações atlânticas ao longo do século I, (...) a fachada ocidental da Península Ibérica ganhou relevância no apoio aos transportes de abastecimento aos contingentes militares (...), o tráfego adensou-se seguramente e as necessidades logísticas cresceram também. Não custa crer que a própria cidade se reconfigurasse em função da sua orla ribeirinha, por relevante que já fosse esse espaço. Basta pensar na transformação de Lisboa, no séc. XVI, quando ganhou relevância crescente o Império marítimo. Terá sido também assim no período romano?" (FABIÃO, 2020: 12)

O compartimento 3 apresenta o mosaico destruído na sua quase totalidade, não sendo possível atribuir-lhe uma função, no entanto, a reduzida dimensão do espaço e o facto de sabermos ter sido pavimentado a *opus tessellatum* (obra com tesselas) permite propor a hipótese

de se tratar de um *cubiculum* de acesso privado. De qualquer forma, estaria separado do *tablinum* por uma parede de pouca espessura em tijolo, cujas marcas são ainda visíveis no pavimento e na pintura mural do lado Norte.

Não existem vestígios de qualquer abertura entre os dois compartimentos, sendo o acesso feito a nascente, através do compartimento 4, provavelmente onde se encontram as marcas de uma porta entaipada. Deste último compartimento, quase nada se pode dizer já que corresponde ao limite da área intervencionada. Apenas se sabe que integraria a continuação da *domus* para nascente, o único lado possível de haver prolongamento na mesma cota de nível, pois a Norte e a poente os muros visíveis encostam directamente no substrato geológico.

Assim sendo, a haver prolongamento da *domus* para Norte, este teria de ser feito em patamares, num nível superior adaptando-se ao declive da encosta.

Para Sul não haveria muito espaço disponível, pois a poucos metros estaria já a margem do rio. De qualquer forma, a identificação de um pilar que faria parte do vão de acesso ao *tablinum* por este lado, faz supor a presença de uma espécie de átrio ou corredor a Sul, que no entanto foi cortado por um muro em época contemporânea, impossibilitando a sua identificação. Porém, esta ideia é reforçada pela presença de uma janela com uma espécie de banco que se abre na parede Sul do compartimento 3, a qual só faria sentido se se abrisse para um espaço aberto, tipo átrio ou corredor porticado.

"O momento de abandono e destruição parece ocorrer, possivelmente, com a construção da muralha tardo-imperial, que foi (...) identificada durante a escavação. (...) O depósito argiloso de cor verde será advindo da abertura das valas para a colocação dos alicerces da muralha, construída a Sul. Efectivamente, o traçado da muralha tardo-imperial passa imediatamente a Sul da *domus*, e a sua construção (...) terá contribuído para o abandono e destruição da habitação." (NETO *et al.* 2020: 118-119)

No exterior do hotel, marcado no chão defronte da fachada encontra-se parte do traçado desta muralha identificada pela equipa de arqueólogos que intervencionou o local, que registou também a presença dos alicerces da muralha romana primitiva do séc. I d.C. Noutras zonas do hotel onde existem mais vestígios da muralha tardia, foi possível confirmar que algumas casas romanas foram simplesmente emparedadas no seu interior quando houve a necessidade súbita de fortalecer a linha defensiva da cidade. Também ficou clara a sua continuidade muito para lá do período romano, justificada, certamente, pelas suas características de robustez e eficiência.

No piso 1 do hotel, mediante marcação prévia, é possível visitar o restante núcleo museológico, onde se encontram outros importantes vestígios arqueológicos identificados nas escavações, chamando a atenção para o impressionante intervalo cronológico que se estende do Neolítico, há mais de cinco mil anos, até ao séc. XIX. Salienta-se pela raridade, uma estela funerária do séc. VII a.C. com uma inscrição em escrita fenícia.

De época romana, destaca-se já em período tardio (séc. IV d.C.) uma área pública situada perto da muralha que então se ergue em *Olisipo*. Esta apresenta vestígios de uma rua com cerca de 6 metros e sentido Norte-Sul, dando acesso, de um lado, a um pátio com piso em *opus signinum* e, do outro, a um tanque-fontanário rectangular com fecho em abóbada de volta inteira, e, um pouco mais adiante, a um poço. Foram também identificadas as canalizações do sistema de abastecimento público de água que servia o fontanário, bem como, uma cloaca por baixo da rua, que atravessava a muralha e escoava para o rio. Encontrar vestígios deste tipo de infraestruturas públicas, ajuda-nos hoje a entender as soluções de urbanismo adoptadas num período em que a cidade, acolhendo um considerável aglomerado populacional, se transforma profundamente.

"A boa preservação deste conjunto permite recriar a vivência pública deste local da cidade, ponto de socialização relacionado com o abastecimento de água." (GASPAR & GOMES, 2017: 104)

### **#08. Criptopórtico das termas portuárias da Rua da Prata**

Grande parte dos dois quarteirões da Rua da Prata que se estendem da Rua de São Julião à Rua da Conceição (antiga *Rua dos Retrozeiros*), escondem no seu subsolo um complexo conjunto de galerias abobadadas construídas há dois mil anos, que sabemos hoje corresponder a uma solução de engenharia desenvolvida pelos romanos, designada de criptopórtico.

Excepcionais arquitectos e engenheiros, os romanos, ao construírem novas cidades, muitas vezes deparavam-se com relevos difíceis ou terrenos demasiado instáveis para aí erguerem edifícios de maior dimensão. Com o pragmatismo e engenho que lhes são reconhecidos, estas dificuldades apenas os levaram a desenvolver novas soluções de arquitectura e engenharia que superassem tais obstáculos, constituindo o criptopórtico uma dessas soluções.

Com efeito, o criptopórtico – um conjunto de estruturas abobadadas, adaptadas ao terreno existente –, permitia criar uma ampla plataforma artificial sobre a qual se podiam erguer

edifícios de grande porte, quer se procurasse o nivelamento de um relevo mais acidentado, quer o fim fosse trazer estabilidade a terrenos pouco firmes.

É o caso do criptopórtico portuário da cidade de *Olisipo*, o qual foi construído unicamente com o propósito de criar uma base sólida capaz de suportar um ou vários edifícios, numa zona da cidade que, apesar de quase plana, apresentava solos pouco firmes das areias das margens do Tejo. Este criptopórtico teve, assim, uma função meramente estrutural, a qual é sublinhada por uma série de características apontadas pelos arqueólogos que têm estudado estas estruturas: a exiguidade do pé direito no interior das galerias, a austeridade da construção onde são visíveis alguns erros e alterações ao projecto, e ainda a falta de acessos ao exterior. Não se exclui, no entanto, uma eventual utilização das galerias internas do criptopórtico como armazém para o acondicionamento de produtos relacionados, ou com a actividade portuária, ou com a funcionalidade do edifício que suportava. Porém, quanto a este último, é ainda pouco o que se sabe.

"A função e forma do edifício construído sobre o criptopórtico permanecem como algumas das principais incógnitas no estudo do monumento, tendo sido avançadas ao longo dos tempos várias hipóteses. Interessa salientar que a interpretação e estudo do edifício superior não podem, contudo, ser dissociados do criptopórtico, seu embasamento, e, por conseguinte, uma parte constituinte do mesmo. Estas duas realidades fazem parte de um mesmo todo, de um mesmo projeto sendo a forma do criptopórtico certamente um reflexo da composição arquitetónica do edifício que suportava." (CAESSA, MOTA & MARTINS, 2020: 85-86)

De facto, ao longo dos tempos estas estruturas têm sido interpretadas de forma diversa. Logo no período pós-terramoto de 1755, altura em que foram vistas pela primeira vez, chamou a atenção a descoberta de uma base de estátua consagrada a Esculápio, deus da Medicina, cuja inscrição permitiu, desde logo, atribuir aos vestígios cronologia romana. Mas, foi em 1773, após a construção de um colector da rede de saneamento que dividiu ao meio as estruturas, que se fizeram os primeiros levantamentos, plantas e descrições sumárias do que foi encontrado, dando assim notícia de se tratar de um monumento subterrâneo de época romana, constituído por múltiplas galerias abobadadas de diferentes dimensões, dispostas paralelamente e perpendicularmente entre si.

Houve, nesta fase inicial, quem as designasse de *cryptas*, tomando como referência outros conjuntos de galerias subterrâneas de época romana, como as conhecidas catacumbas de Roma. Contudo, o facto de se encontrar permanentemente inundado, parecendo a água brotar naturalmente do chão, apontava para outras hipóteses. Com efeito, começou nesta altura a ser

utilizado pela população local como cisterna, abrindo-se então algumas bocas de poço nas abóbadas das galerias para facilitar o acesso à água, e passando as estruturas a ser chamadas de *Conservas de Água da Rua da Prata*.

Mais tarde, a investigação concluiu tratar-se, na verdade, de águas do lençol freático que se infiltravam nas galerias subterrâneas através de uma fissura presente numa zona do edifício, sugestivamente designada de *Galeria das Nascentes*. Todavia, à época a suspeita da existência de uma nascente de água, conjugada com a descoberta da epígrafe dedicada a Esculápio, deus da Medicina, e a comparação com outras estruturas semelhantes conhecidas no Império Romano, levaram a que as galerias fossem interpretadas como parte de um edifício termal, mantendo-se esta a leitura maioritária até meados do séc. XX.

"Edifício balnear, com funções terapêuticas ou não, foi a interpretação que a bibliografia produzida em grande parte do século XX seguiu (...), colocando-se quase sempre as instalações balneares no interior das galerias. A interpretação de balneário terapêutico foi posta em causa pelo resultado das análises da água que não é medicinal e se infiltra pelas fissuras do monumento proveniente do lençol freático que atravessa a Baixa lisboeta, sujeito também ao movimento das marés." (CAESSA, MOTA & MARTINS, 2020: 75)

A interpretação das estruturas subterrâneas como criptopórtico surge nas últimas décadas do séc. XX. A partir de então, o debate passa a centrar-se em saber que tipo de estruturas suportaria o criptopórtico, colocando-se a hipótese da presença de um *forum* portuário de vocação comercial, à semelhança do que acontecia noutras cidades costeiras do Império, ou ainda, eventualmente, apenas armazéns e outras estruturas funcionais expectáveis num porto comercial numa cidade com a vitalidade de *Olisipo*. Com efeito, o expressivo tráfego marítimo que se faria sentir nesta cidade de ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico, onde, certamente, fariam escala muitos navios de várias proveniências do mundo romano, justificaria tais estruturas.

Porém, as mais recentes intervenções arqueológicas, tanto no interior como sobre as galerias do criptopórtico, associadas a todo o trabalho de investigação histórica e científica de um projecto promovido pelo Município de Lisboa (projecto CRLx), permitiram construir uma leitura mais rigorosa do monumento, assente em evidências concretas. Assim, e de certa forma recuperando a visão de muitos que observaram o monumento no passado, tudo aponta para a presença de um grande edifício termal de carácter público ou corporativo, alicerçado nas galerias do criptopórtico.

Das evidências analisadas pela equipa de arqueólogos e investigadores, destaca-se:

– A identificação dos vestígios do hipocausto, ou seja, da infraestrutura que permitia a circulação do calor indispensável para aquecer algumas zonas das termas, nomeadamente, o *caldarium* e o *tepidarium*. Registaram-se três pilares de tijolo que sustentavam o fundo de um tanque de uma zona quente das termas, e ainda restos de cinzas das últimas utilizações do sistema de aquecimento.

A disposição destes vestígios sobre o criptopórtico encontrava-se perfeitamente alinhado com o seu eixo longitudinal, localizando-se na área do topo nascente, numa zona onde se situam as galerias mais baixas do conjunto abobadado.

– A presença de diversos elementos arquitectónicos e materiais construtivos característicos deste tipo de equipamentos, reforçando a existência de um edifício termal público bem ornamentado:

"(...) nomeadamente o fragmento de um fuste de coluna lisa em calcário lioz, cornijas, frisos, revestimentos marmóreos diversos, estuques pintados, fragmentos de travessas de janela de madeira e vidraça e vários fragmentos de base e capitel coríntio, datáveis de meados do século I, a data da construção do edifício termal. Embora o espólio cerâmico presente nos contextos do criptopórtico se tenha revelado escasso, (...) exumou-se sobretudo uma elevada percentagem de material de construção, nomeadamente fragmentos de *later* (tijoleira), *imbrex* e *tegula* (telha). De particular importância foi a identificação de *lateres* que se sabe serem habitualmente usados na construção de paredes e abóbadas de equipamentos balneares (...)." (CAESSA, MOTA & MARTINS, 2020: 85)

– A identificação de estruturas associadas ao *frigidarium* (zona de banhos frios), as quais se encontravam parcialmente sobrepostas às galerias do limite noroeste do criptopórtico (onde se localiza actualmente o edifício da Rua da Conceição, 71-77), nomeadamente, algumas áreas pavimentadas com placas de mármore branco e lioz rosa, e um tanque revestido a *opus signinum* (argamassa romana impermeabilizante), o qual havia já sido identificado e registado em 1859. Encontraram-se ainda, vestígios de arranque de coluna e um troço da cloaca que escoava as águas dos tanques. Por outro lado, a aparente continuidade tanto de pavimentos como de algumas estruturas para lá deste limite do criptopórtico, aponta para a provável existência de outros espaços habitualmente situados em zonas abertas dos edifícios termais, como seria o caso de uma *natatio* (piscina ao ar livre) ou da *palaestra* (pátio para lazer e fazer exercício).

Paralelamente, noutra intervenção arqueológica um pouco mais a Sul, na cave do edifício de esquina da Rua da Prata com a Rua de São Julião, foram encontrados vestígios de um segundo tanque, o qual se encontrava também revestido a *opus signinum* e ainda com alguns vestígios de um revestimento final em mármore branco, sendo de salientar o seu alinhamento completamente simétrico com o primeiro tanque identificado a Norte.

– A dimensão e configuração do criptopórtico constituem também aspectos que concorrem para a sustentação de um edifício termal. Com uma dimensão de cerca de 29m por 53m, na verdade, o criptopórtico teria uma área demasiado exígua para comportar as estruturas de um *forum*, adequando-se com maior probabilidade a um grande edifício público de tipo termal. Por outro lado, a sua estrutura, que se desenvolve a partir de um eixo central longitudinal no sentido Oeste-Este, apresenta no primeiro terço do conjunto – designado pela investigação de *plataforma Oeste* –, uma estrutura mais elevada que no restante edifício – ou *plataforma Este*.

"Esta diferença de cotas é também tradicionalmente encontrada nos edifícios termais, não se traduzindo, contudo, numa verdadeira diferença entre cotas de pavimentos, mas antes na existência de pavimentos elevados aquecidos (hipocaustos), sendo a circulação realizada sempre no mesmo nível. Teríamos assim sobre as abóbadas mais altas da plataforma Oeste o espaço de *frigidarium* e, sobre as abóbadas mais baixas da plataforma Este, o hipocausto com os espaços aquecidos do *tepidarium* e *caldarium*, ou de outros espaços aquecidos que também integram o circuito dos banhos." (CAESSA, MOTA & MARTINS, 2020: 89)

É de sublinhar, ainda, as razões e significado da presença de um edifício termal em pleno porto da frente ribeirinha de *Olisipo*. Sabemos hoje que, em época romana, a cidade estava fortemente vocacionada para o comércio marítimo, assistindo diariamente à chegada e partida de gentes e produtos provenientes de grande parte das províncias do Império. A presença de termas portuárias sendo conhecida noutras cidades costeiras destacadas do mundo romano, – como Barcelona, Tarragona ou Cartagena –, funcionaria em *Olisipo*, também, como um importante equipamento portuário de carácter público ou corporativo, constituindo certamente um espaço privilegiado de encontro entre os diversos protagonistas da dinâmica económica e comercial da cidade, quer fosse para tratar de negócios ou apenas como espaço de sociabilidade.

## #09. Necrópole e via romana da Praça da Figueira

Seguindo para Norte, através da Rua da Prata, chegamos à Praça da Figueira, actualmente um amplo espaço aberto onde, para além do movimento de carros e gentes num vai e vem constante, apenas se destaca ao centro a estátua equestre de D. João I – *rei pela firmeza do povo de Lisboa* –, que veio adornar a praça em 1971. Todavia, basta recuarmos umas décadas e andando sempre para trás, veremos que este local foi quase sempre cenário de contextos históricos de grande significado na vida da cidade, mas cuja mudança de uns para outros, provavelmente, não terá sido noutros locais de Lisboa tão drástica como aqui.

De 1949, recuando, até quase à data do terramoto de 1755 foi sítio de um dos mais importantes mercados de Lisboa, inicialmente consistindo apenas numas tendas e barracas sobre os terrenos aplanados das ruínas do terramoto, mas que, a partir das últimas décadas do séc. XIX, erguida uma moderna arquitectura em ferro e vidro, seria considerado um dos mais elegantes mercados da Europa. Do final do séc. XV até à catástrofe de 1755, que deixou todo o local em ruínas, foi aqui o maior hospital da cidade, o Hospital Real de Todos-os-Santos, cujos vestígios ainda se encontram no interior e no subsolo de alguns edifícios da zona. Em época medieval, todos estes terrenos pertenciam ao vizinho Convento de São Domingos, no local desde 1240, e em cuja cerca, sobre a actual praça, se produziam diversos hortícolas.

Por certo, terá sido essa a sua função primária também por todo o período islâmico e visigodo até chegarmos à cidade romana, onde sabemos, por abundante evidência arqueológica, que do séc. I d.C. ao início do séc. IV d.C. todo este espaço consistia na principal área de necrópole de *Olisipo*, ou, segundo a sua etimologia – *necro + polis* –, na "cidade dos mortos" da Lisboa romana.

As primeiras evidências surgem em 1961, no contexto das obras do Metropolitano de Lisboa para a construção da estação do Rossio no subsolo da Praça da Figueira. Inicialmente, estes trabalhos apenas revelaram as camadas dos vestígios do antigo Hospital Real de Todos-os-Santos, que pelo seu grande interesse para a história da cidade, fizeram a Câmara Municipal de Lisboa ditar a suspensão da obra por 15 dias de forma a permitir que fossem efectuadas as devidas sondagens arqueológicas. Foi a primeira vez que a necessidade de salvaguardar potencial património arqueológico implicou a paragem total de obras em contexto urbano, cabendo a responsabilidade de dirigir esta intervenção arqueológica à conservadora e investigadora do Museu da Cidade, Irisalva Moita. Foram então exumadas várias estruturas do hospital e seus anexos e recolhidas uma grande quantidade de cerâmicas e azulejos e diversos elementos arquitectónicos que foram registados e depositados à guarda do Museu da Cidade.

Irisalva Moita terá dirigido assim, a primeira extensa escavação em área em contexto urbano do país, no âmbito do que hoje se classifica como "conservação pelo registo". Após o seu término, a arqueóloga descreveu esta intervenção em pleno centro de Lisboa como um trabalho árduo e extremamente exigente, sobretudo tendo em conta o prazo muito reduzido (um mês), face à dimensão da área intervencionada (cerca de 250m<sup>2</sup>).

"Contudo, em Abril de 1961 Irisalva Moita iria de novo ser chamada ao estaleiro das obras para dali recolher o primeiro de doze conjuntos fúnebres romanos que iriam ser encontrados ao longo desse ano pelos engenheiros e operários, abaixo dos alicerces do antigo Hospital. A repetição das visitas ao local para levar do estaleiro os conjuntos de objectos romanos para o Museu da Cidade permitiu fazer perceber paulatinamente a Moita estar-se na presença de uma necrópole romana importante, e seria a sua insistência que permitiria ser-lhe autorizada por fim a sua ida ao subsolo, já nos primeiros dias de Fevereiro de 1962. Com a ajuda dos operários, ali procedeu então a desaterros de estruturas, colectou artefactos e recuperou a soleira de porta de um edifício que arrancou da construção original." (SILVA, *et al.* 2021a: 45)

Face ao aparecimento destas importantes realidades arqueológicas, Irisalva Moita esforçava-se por ir diariamente recolhendo os múltiplos materiais, incluindo, urnas cinerárias; cerâmicas; alguns elementos estruturais e lápides funerárias. Simultaneamente, insistia na necessidade de se proceder às devidas escavações arqueológicas junto das instâncias competentes o que, de facto, acabou por acontecer mais tarde, já não através dos serviços da CML mas da Junta Nacional de Educação, com o arqueólogo Fernando Bandeira Ferreira na direcção dos trabalhos. Apesar disso e tendo como base as notas que foi recolhendo no seu diário de trabalhos, Irisalva Moita redigiu e publicou um relatório sobre o que verificou desta necrópole. O relatório encontra-se publicado sob a forma de artigo na Revista Municipal com o título, "Achados da época romana no subsolo de Lisboa", e nele a investigadora conclui tratar-se de uma necrópole "cuja origem remonta ao século I, que sobreviveu durante o século II, mas que não deve ter ido além do século III", por ali ser praticado, quase exclusivamente, o rito de incineração.

Por sua vez, as escavações dirigidas pelo arqueólogo Bandeira Ferreira, apesar de realizadas em condições difíceis, produziram registos e levantamentos importantes para posterior compreensão das diferentes áreas da necrópole afectadas pela escavação. Nesta intervenção de 1962, destaca-se sobretudo a identificação da importante via romana, construída

durante o tempo do imperador Tibério (14 d.C. – 37 d.C.), a qual estruturava todo o espaço funerário e consistia na principal estrada de acesso à cidade romana de *Olisipo*.

"Sabia-se, muito antes das acções arqueológicas do séc. XX, que ali jazia o troço de um dos principais itinerários viários de entrada e saída da cidade medieval e moderna, caminho cujo traçado seria integrado sob a antiga arcaria do Rossio anterior a 1755. O tecido urbano dos nossos dias ainda o mostra fossilizado na paisagem, traduzindo-se na sequência formada pelas ruas das Portas de Santo Antão, de São José e Santa Marta, passando sob a Fontes Pereira de Melo até ao Largo do Andaluz, até se desvanecer logo após o Largo de São Sebastião da Pedreira. Seria o troço da via romana encontrada em 1962 nas escavações de Bandeira Ferreira (...) o antepassado mais remoto daquele caminho, comprovando como certeza a intuição de antigos estudiosos de Lisboa que viam no itinerário medieval e moderno uma origem romana." (SILVA, *et al.* 2021a: 46)

Ao longo desta via que seguia para Norte em direcção a *Scallabis* (actual Santarém), a partir de meados do séc. I d.C., vão começar a surgir nas áreas mais próximas da cidade romana, várias parcelas de terreno destinadas ao uso funerário. Este facto encontra-se comprovado pela investigação mais recente, que tem identificado na zona a Noroeste de *Olisipo*, pelo menos, sete núcleos ao longo da via principal e de uma outra via adjacente, correspondendo o núcleo da Praça da Figueira, mais próximo da porta da cidade, à área de maior densidade de ocupação funerária.

A expressiva utilização funerária verificada no núcleo da Praça da Figueira terá a ver com o facto desta ser, em época romana, uma das zonas fora de portas de maior circulação e visibilidade. Na verdade, para além do preceito romano restringir as áreas de necrópole ao exterior da cidade por questões religiosas e de salubridade, havia na própria organização destes espaços uma forte componente de índole sócio-económica, na qual, as zonas de maior visibilidade e mais frequentadas seriam também as mais procuradas para uso funerário, pois constituíam uma forma das pessoas, famílias ou determinados grupos da cidade se fazerem representar e perpetuar no tempo. Seria esse, sem dúvida, o caso da necrópole da Praça da Figueira, situada ao lado da principal via de acesso à cidade, já na proximidade de uma das suas portas e perto de um equipamento público como o circo romano de *Olisipo*, identificado no subsolo da vizinha Praça do Rossio.

"A apresentação exterior dos espaços funerários da necrópole Noroeste parece ter utilizado distintas formas em função das zonas onde se localizava, evidenciando uma hierarquização em função da maior ou menor proximidade à “Via Norte”. As maiores diferenças

não respeitam aos mobiliários funerários mas, e sobretudo, ao facto de que, enquanto que no subsolo da Praça da Figueira as diferentes escavações revelaram uma continuidade de estruturas arquitectónicas correspondentes às utilizações funerárias dos primeiros séculos da Era, nas áreas restantes (Encosta de Santana/Calçada do Garcia) são raras as construções associadas aos sepultamentos." (SILVA, 2005: 32)

Porém, esta primeira leitura de conjunto para a principal necrópole da Lisboa romana, só seria possível traçar com a intervenção arqueológica mais recente na Praça da Figueira. Realizada entre 1999-2000, numa extensa área a Sul da zona afectada anteriormente pelo Metro, forneceu um significativo e diversificado volume de dados, os quais, devidamente registados e analisados, permitiram fazer uma revisão da informação dos anos 60, e começar a conhecer, com maior rigor e como um todo, o mais importante espaço funerário de *Olisipo*.

Desde logo, definiu-se a cronologia de início da necrópole com os primeiros sepultamentos a serem registados em meados do séc. I d.C., no tempo do imperador Cláudio (41-54 d.C.). Salienta-se deste período inicial, a construção de várias estruturas que conferem ao local um traçado romano "clássico": a poente da via principal assiste-se à instalação de uma via secundária de acesso ao circo romano e, em ambos os lados da via, erguem-se monumentos e edifícios funerários de diferentes formas e tamanhos e, simultaneamente, assiste-se ao parcelamento do terreno através da construção de muros que definem grandes recintos funerários. Um deles, a nascente da via, foi dotado de um expressivo pórtico cujo embasamento chegou intacto aos nossos dias.

Um dos primeiros edifícios identificados (n.º 1 da planta incluída no anexo ou no *website*) possuía três portas e três espaço distintos no interior. A porta central, com soleira em lioz rosa (actualmente exposta no Museu de Lisboa – Palácio Pimenta), dava acesso ao espaço principal, provavelmente, destinado ao sepultamento do membro mais destacado da família. Os restantes espaços deveriam estar reservados aos seus dependentes, incluindo os de condição servil, que poderiam eventualmente ser sepultados no espaço exterior junto do edifício. Curiosamente, perto da entrada foi encontrada no subsolo uma ânfora reutilizada como sepultura de cremação, onde uma placa em pedra lioz rosa servia de tampa. A sua inscrição fazia referência a uma escrava de 16 anos, chamada Creusa, pertença de Avita.

"Apesar do achado ser muito apelativo pela possível ligação entre sepultura e identidade da sepultada, esta relação não existe, pois não fazia sentido a lápide epigrafada estar enterrada, oculta, devendo antes figurar na parede, pelo que se deduz ter sido reutilizada como tampa." (SILVA, *et al.* 2021a: 48)

Do edifício imediatamente a Sul deste (n.º 2 da planta incluída no anexo ou no *website*), sabe-se que tinha planta rectangular, mais de 5m de frente virados para a via e o interior com dois compartimentos. No compartimento menor encontrava-se um forno de cremação – *ustrinum* – com dois sepultamentos de cremações primárias tipo *bustum* e, na mesma área, uma pequena urna paralelepípedica em chumbo com os restos da cremação e um unguentário carbonizado no seu interior.

No compartimento maior, o aparecimento de várias placas funerárias em lioz cinzento e rosa e de topo arredondado, cujas inscrições assinalavam sepulturas com cronologias semelhantes, levam a crer que as paredes deste espaço estivessem cobertas de múltiplos nichos destinados a receber as urnas com as cinzas ou os restos carbonizados dos defuntos, – constituindo assim um columbário –, onde as placas funerárias serviriam de tampa.

"(...) as placas de fecho (...) assinalavam as sepulturas de, respectivamente, *Vrsia Fundana*, *Vrsius Arrenus* e *P. Vrsius Nicerotis*, de *Caius Vrsius Clemens*, de *Caius Terentius Saturninus* e de *T. Callaeus Saluianus*. Contemporâneas, e enquadráveis no último terço do século I d.C. às primeiras décadas do séc. II d.C., a circunstância de os nomes de família inscritos nas tampas mostrarem três gentes (famílias) diferentes não é de espantar, e pode assumir significados distintos mas de qualquer das formas sugestivos: ou estamos em presença de um monumento colectivo, eventualmente pertença de um *collegium funeratium* (agremiação mutualista com a finalidade de providenciar ritos e sepultura aos seus associados) ou, ao invés, trata-se de um monumento familiar que acolheu indivíduos com outros gentílicos (...)." (SILVA, *et al.* 2021a: 47-48)

Em frente deste edifício, mas do lado poente da via encontraram-se vestígios de dois grandes monumentos de planta quadrangular, sendo, contudo, difícil perceber qual seria a sua configuração em altura por só restarem os seus maciços de base em cimento romano (n.º 3 da planta incluída no anexo ou no *website*) e, até porque, ao contrário da maioria das construções públicas romanas que seguiam cânones relativamente rígidos, as construções funerárias – edifícios e monumentos – podiam assumir formas muito diversificadas.

Entre estes dois monumentos foi construída, já no séc. II d.C., uma cupa em alvenaria de tijolo sobre uma sepultura do tipo *bustum*, ou seja, onde foi praticado o ritual da cremação. Uma cupa semelhante a esta foi encontrada no amplo recinto porticado do outro lado da via (n.º 4 da planta incluída no anexo ou no *website*), porém, neste grande recinto os vestígios mais expressivos vão ser mais tardios, da segunda metade do séc. II ao final do III d.C., onde, para além de se realizarem inúmeros sepultamentos, quer de cremação – em cista, em urna e tipo

*bustum* –, quer de inumação – geralmente praticados em coval –, assiste-se também à construção de, pelo menos, quatro grandes monumentos funerários, dos quais três correspondem a cremações e um a uma inumação.

O primeiro dos monumentos de cremação, situado a cerca de 5m do pórtico, apresentava planta quadrangular, tendo sido erguido sobre um sepultamento em cista de tijolo. Esta, para além de conter vestígios dos restos carbonizados – *ossilegia* – no local sobre *pyra* funerária – *ustrinum* –, continha também algum espólio associado ao defunto: um potinho de duas asas em barro branco, uma lucerna e um prato de mesa norte-africano datado de meados do séc. III d.C. Apesar do monumento se encontrar muito destruído pela pilhagem do material construtivo de que era feito, conservou-se parte do estuque pintado com painéis policromos num dos lados da estrutura, fazendo adivinhar a riqueza decorativa original do monumento.

Pelo menos, mais dois monumentos semelhantes terão sido erguidos nas proximidades, sendo que o espólio funerário de um deles continha um bem preservado conjunto de recipientes em vidro – uma garrafa globular, duas taças e um copo – e ainda um incensório em bronze que se pensa representar uma divindade masculina oriental.

"A utilização ritual de objectos depositados em associação ao defunto foi um costume generalizado nos mais variados quadros geográficos e culturais da Antiguidade, e, no caso romano, compunha uma parte das cerimónias e ritos destinados a propiciar ao falecido uma boa transição para o além e para a eternidade, que dependia da perpetuação da sua memória e da nutrição da mesma. (...) Deste modo se induz nos oficiantes fúnebres a preocupação de propiciar um certo "conforto" ao defunto no seu *locus sepulchri* expresso pela deposição de bens alimentares (onde o vinho ocupa um lugar de primeiro plano, mas pode compreender também o leite, azeite, carne, cereal, fruta e frutos secos) e dos objectos que o ajudariam na sobredita transição que a arqueologia nomeia como «mobiliários funerários»." (SILVA & QUARESMA, 2021: 183)

O monumento funerário associado a uma inumação destacava-se no centro do recinto porticado. Possuía maiores dimensões e continha no interior uma câmara funerária hipogeica feita em tijolo, na qual foi depositado o corpo de um indivíduo e, aos seus pés, algum espólio ou mobiliário funerário datado de meados do séc. III d.C. Por sua vez, em redor da câmara foi construído um parapeito em argamassa isolante – *opus signinum* –, sendo que do lado nascente o parapeito alargava-se formando um leito – *clina* –, sugerindo assim tratar-se de um espaço destinado à comensalidade funerária.

"(...) dos finais do séc. I ao III d.C., pelo menos, estas evidências estão presentes, pois elas compõem um elemento fundamental (...) no ritual de época romana, ao associar o sepultado e a respectiva família, que em dias específicos se deslocava ao sepulcro para partilhar com o(s) defunto(s) uma refeição, deixando-lhe a porção respectiva, designadamente na data de nascimento (*diis natalis*), no *novendialis* (nono dia após o funeral, que marcava o fim do luto), mas também em festividades pagãs específicas (...)." (SILVA, *et al.* 2021b: 138-139)

Num outro recinto murado identificado no extremo Sul da intervenção de 1999-2000 (n.º 5 da planta incluída no anexo ou no *website*), foram erguidas também no séc. III d.C. duas construções funerárias monumentais. A sua localização de forte exposição visual, defronte do cruzamento da via principal com a via que conduzia ao circo, terá justificado um maior investimento nestas arquitecturas, as quais apresentavam ainda vestígios dos grandes silhares de pedra que as compunham. Infelizmente, como registado em quase toda a necrópole, a súbita procura de pedra no final do séc. III d.C. / início do IV. d.C., deixou a maioria das estruturas arquitectónicas e monumentais desprovidas de corpo, sobrevivendo neste recinto apenas uma grande câmara funerária localizada no tardoz de um dos monumentos. Com efeito esta encontrava-se ainda revestida por grandes silhares de pedra calcária e o seu fundo coberto com uma grande laje.

Defronte desta estrutura, mas a poente da via, um outro recinto (n.º 6 da planta incluída no anexo ou no *website*) com alguns sepultamentos apresentava num dos espaços, uma cista coberta por uma bonita laje de líoz rosa com os restos da cremação de uma menina, cujas características do espólio associado se destacaram pela sua excepcionalidade:

"No interior da cista, (...) foi depositado a meio sobre as cinzas e carvões (*ossilegia*), entre dois recipientes em vidro colocados primeiro (entretanto completamente degradados, um dos quais um possível *askos* = biberão), uma panóplia de objectos pessoais composto por uma pequena caixa cilíndrica em marfim (*pyxis*) e as jóias em ouro da defunta, que compreendiam um anel de aro simples, um outro com a inscrição VTF (*utere felix* = sê feliz), um par de brincos com uma pérola de água doce e ainda dois pingentes, dos quais um falisco (um *phalus*, usado como amuleto) e o fecho áureo de um pingente em forma de gota, em vidro vermelho rubi (...)." (SILVA, *et al.* 2021a: 59)

Este achado constitui, de facto, uma excepção pela presença de metais preciosos no sepultamento, pois a inclusão destes ou outros materiais de valor elevado estavam expressamente proibidas pela Lei das XII Tábuas (considerada a base do Direito Romano), precisamente, como forma de prevenção de eventuais pilhagens e de manutenção da ordem

social. Houve assim neste caso um claro desrespeito à lei, motivado muito provavelmente por um sentimento maior de dor pela perda desta criança.

Com o avançar do tempo todo o espaço de necrópole correspondente à actual zona da Praça da Figueira começa a transformar-se. Como já referido, a pilhagem de pedra verificada no final do séc. III / início do IV d.C., destruiu a maior parte dos elementos arquitectónicos e monumentais que compunham a necrópole, transfigurando por completo a sua paisagem. A investigação actual, através do cruzamento de vários dados, tem sugerido que esta procura voraz de pedra se relaciona com a urgência de construção da muralha tardia que se ergue em *Olisipo* numa altura de forte instabilidade no Império. O que a evidência arqueológica mostra claramente, é que com a construção da muralha tardia a cidade retrai-se e a antiga necrópole da cidade romana parece torna-se um lugar mais periférico. Apesar disso, alguns sepultamentos – agora maioritariamente inumações – continuam a ser feitos na zona, mas toda esta área a Noroeste da cidade já não possui no seu conjunto o carácter de espaço funerário que a identificava anteriormente de forma inequívoca, vendo paulatinamente algumas das suas estruturas funerárias reaproveitadas para diferentes actividades agropecuárias. Somente a via principal manterá a sua função, continuando a servir a cidade e vindo a ter obras de renovação no início do séc. V d.C., apenas já não oferecerá mais, a quem por ela circula, a expressiva paisagem monumentalizada que a caracterizou nos três primeiros séculos da nossa Era.

#### **#10. Circo romano da Praça do Rossio**

A importante via Norte que servia a urbe romana e enquadrava todo o espaço da maior necrópole de *Olisipo*, dava acesso a uma via secundária que conduzia ao circo romano da cidade (ambas as vias foram identificadas na actual Praça da Figueira). Este importante equipamento lúdico com origem provável no séc. II d.C., situava-se num amplo terreno aplanado a poente da referida necrópole, ocupando aproximadamente o mesmo espaço que corresponde hoje à Praça do Rossio, apenas apresentando uma inclinação mais acentuada NW-SE e estendendo-se um pouco mais para Norte, até ao início da actual Praça dos Restauradores.

A sua descoberta deu-se também no âmbito dos trabalhos de expansão da rede do Metropolitano de Lisboa nos anos 60, sendo que nada faria supor a presença de uma grande estrutura romana naquele local.

Com efeito, não havia nenhuma fonte histórica – quer textual, da epigrafia ou da arqueologia – que fizesse referência a vestígios romanos nos terrenos do Rossio, sendo esta

zona da cidade apenas e quase sempre referida em textos mais antigos como um descampado, frequentemente alagadiço e pouco apelativo para habitar. A própria etimologia da palavra *rossio* sugere isso mesmo, sendo antigamente referido como *ressio*, termo que José Leite de Vasconcelos diz ter vindo do latim – *residuus* –, um terreno resíduo, sobranete.

Somente no tempo do rei D. Fernando com a construção da muralha de 1373, é que este amplo terreno é inserido no interior da cidade, porém continua a ser um local desocupado perto da entrada Norte de Lisboa que é aproveitado para a realização de frequentes feiras e mercados, passando a constituir o regular ponto de encontro da cidade com o mundo rural da região. Na Idade Moderna, parte do comércio passa também a fazer-se no interior da arcaria gótica do Hospital Real de Todos-os-Santos, onde se comprava e vendia todo o tipo de produtos, enquanto o terreiro do Rossio era pontualmente palco de celebrações e espectáculos públicos, como corridas de touros ou demonstrações equestres, mas também de procissões e de autos-de-fé. A reconstrução pombalina conferiu-lhe o traçado ortogonal e a edificação austera, mas elegante que lhe conhecemos, e o séc. XIX acrescentou-lhe o teatro, o bonito pavimento em calçada portuguesa, as duas fontes e a estátua do rei liberal no centro da praça.

Face ao cenário actual, é verdadeiramente extraordinário pensar que aqui um dia se fizeram corridas de carros puxados por parelhas de cavalos – bigas e quadrigas (respectivamente de dois e quatro cavalos) – e outros espectáculos romanos dos *ludi circenses*, como lutas com animais (*venationes*). Graças à actividade arqueológica recente podemos conhecer este facto surpreendente da história da cidade, e embora ainda faltem esclarecer vários aspectos relacionados com o grande equipamento público romano, a arqueologia demonstrou que durante os primeiros séculos da nossa Era, no sítio actual do Rossio erguia-se o hipódromo da cidade de *Olisipo*.

Esta interpretação, no entanto, não foi imediatamente assim entendida. Em 1961, Irisalva Moita, conservadora do Museu da Cidade, era alertada para o aparecimento no subsolo do Rossio – "junto à fonte situada a norte" –, de uma estrutura plana e alongada construída em *opus signinum* – uma argamassa isolante caracteristicamente romana também designada de "formigão". Esta estrutura encontrava-se a uma profundidade de cerca de 6m do nível actual e mostrava indícios de se tratar apenas de um fragmento de uma construção mais vasta. Com efeito assim era, dias antes tinham sido já identificadas e registadas em planta outras secções de pavimento semelhantes:

"Examinando, atentamente, aquelas plantas, logo se conclui tratar (...) de secções duma mesma construção que, a uma profundidade que oscila entre os 5,50m e 6,30 m do pavimento

actual do Rossio se dispõe de NE para SO, formando longa faixa de «*opus signinum*», de cerca de 6m de largo, de comprimento indeterminado, sustentada, pelo menos nalgumas secções, por um paredão de alvenaria. (...) Para já, porém, não parece ousado, sabendo nós que, na época romana, um dos braços do Tejo provavelmente atingiria o Rossio, relacionar os presentes vestígios com a notícia registada por Frei Luís de Sousa relativamente ao aparecimento de uns silhares de pedraria bem lavrada, e a partes grossas argolas de bronze travadas e pendentes deles, como um cais, para servirem de amarrar navios» (...). Ainda que estes vestígios se situassem sob o dormitório de S. Domingos, portanto, não muito distantes do local onde apareceram as presentes ruínas, é bem possível que com elas se possam relacionar e que sejam parte de alguma obra de drenagem de águas, tão necessária na zona alagadiça do Rossio. Porém, só escavações ou, pelo menos, algumas sondagens no local, poderiam esclarecer este assunto." (MOITA, 1968: 34)

Essas escavações vieram, de facto, a acontecer em 1994-95 e em 1997, confirmando-se a continuação desta estrutura numa área a sudeste da anterior e atribuindo-se a correcta interpretação de se tratar, na verdade, da *spina* de um *circus* romano (interpretação já entretanto sustentada numa conferência, em 1989, pelo arquitecto Vítor Mateus).

Elemento estruturador e fundamental nos hipódromos, a *spina*, era a barreira central à volta da qual corriam as atrelagens – bigas e quadrigas. Nos dois extremos, geralmente erguiam-se postes com três obeliscos que marcavam os pontos de viragem – *metae* – e o seu eixo, ao contrário do que à partida parece, era ligeiramente oblíquo em relação ao edificio, de forma a que a distância a partir dos cárceres, de onde partiam os carros, fosse idêntica para todos. Para além de alguma ornamentação – revestimento em mármore, estatuária e os elementos para contagem de voltas –, a partir do reinado do imperador Trajano (98-117 d.C.) a *spina* passou a integrar também grandes tanques de água – *euripus* –, não só como elemento decorativo, mas também com a função de refrescar os cavalos e as rodas fumegantes dos carros conduzidos pelos aurigas nas alucinantes voltas à arena.

"A partir do século I d.C. as mais importantes cidades provinciais começam a construir as suas próprias estruturas, tendo como modelo o Circo Máximo. Teriam dimensões mais modestas, adaptadas às necessidades locais, ocupando normalmente uma extensão que rondaria os 450 metros de comprimento e os 80 de largura. Do século II d.C. em diante, outras cidades terão seguido o exemplo. Por conseguinte, o surgimento da maior parte dos circos das províncias foi posterior às reformas de Trajano, sendo este o modelo mais difundido. A barreira

central apresenta-se invariavelmente como uma sucessão de tanques de água de onde emergiam estátuas e os dispositivos de contagem de voltas." (VALE, *et al.* 2020: 56)

Após análise das estruturas exumadas nas intervenções mais recentes, concluiu-se que a *spina* identificada no subsolo da praça do Rossio era, na verdade, constituída por uma sucessão destes tanques de água, ou *euripus*.

De facto, toda a superfície da estrutura em forma de tabuleiro encontrava-se coberta por uma camada de cerca de 18cm de revestimento impermeável em *opus signinum*, desenhando uma meia-cana na junção da base com o muro lateral. Por sua vez, a presença dum fragmento de mármore rosa junto deste muro construído em pedra calcária e argamassa, apontou para o seu revestimento exterior neste tipo de mármore. Também a identificação de parte de um plinto (base de estátua ou obelisco) em calcário, foi outro elemento encontrado que poderá ser elucidativo quanto à decoração da parte superior da *spina*, a qual como já referido, podia incluir, para além dos obeliscos nos extremos, alguma estatuária a emergir dos tanques, sendo frequentes também as representações de golfinhos ou ovos a marcar a contagem das voltas à arena.

Em relação à arena, a área muito limitada da intervenção apenas permitiu detectar uma pequena parte preservada do seu pavimento, o qual era constituído por uma camada de terra batida compacta de, pelo menos, 34cm de espessura. Sob a arena e correndo junto à *spina* foi ainda identificado um pequeno murete que servia de suporte a uma canalização, por certo relacionada com a água dos tanques.

Do restante edifício – bancadas (*cavea*), tribuna, cárceres, portas, ou mesmo os seus limites –, nada se sabe em concreto. Neste momento, apenas se pode ir deduzindo com base naquilo que se conhece de outros edifícios deste tipo identificados em cidades geograficamente próximas e, em relação à sua planta, com base na evolução urbanística posterior do local, que como referido, parece ter sido influenciada pela pré-existência do circo.

Com efeito, ambas as intervenções terão incidido apenas sobre cerca de 1,5% da totalidade do edifício romano (tomando-se como referência para a dimensão total do monumento alguns paralelos encontrados noutras cidades da antiga *Hispania*, cujos vestígios permitem conhecer as respectivas dimensões): em 1994-95 consistiu no acompanhamento da obra de construção de um poço de ventilação do metropolitano numa área muito restrita a poucos metros a sudeste da estátua de D. Pedro IV, e em 1997, no acompanhamento da abertura

de um túnel de ligação entre o poço e a estação do Metro situada no subsolo da Praça da Figueira.

Apesar disso, estas duas intervenções permitiram avançar com um dado fundamental: a atribuição de uma data para a construção do circo. Esta importante informação deve-se ao aparecimento de alguns fragmentos de cerâmica romana nas mesmas camadas do subsolo associadas às estruturas da *spina* e da arena.

"Recolheu-se um fragmento de *terra sigillata* inserido no interior da *spina*, um outro em *terra sigillata* galo-romana ou hispânica, na desmontagem da estrutura, de cronologia pouco precisa, mas indicando um período balizado entre a dinastia flávia e os meados do séc. II d.C. Outro fragmento, exumado de uma estrutura anterior, situada a nascente da barreira e subjacente à arena, indica uma cronologia de entre os finais do séc. I d.C. e os meados da seguinte centúria (...)." (VALE & FERNANDES, 2017: 125-126)

As *terra sigillata* eram cerâmicas de mesa importada muito utilizadas no mundo romano, que, neste caso, mostraram ser predominantemente produções da Gália e da Hispânia. Como sabemos a data de fabrico destas cerâmicas – entre a 2ª metade do séc. I até meados do II d.C. – deverá ser neste intervalo cronológico que se terá erguido o circo romano de *Olisipo*.

A investigação atribuiu o nome latino *terra sigillata* a este tipo de cerâmicas, pela presença de uma marca impressa – o *sigillum* – do oleiro ou da oficina onde era feito o recipiente. Dentro das cerâmicas de época romana, a *terra sigillata* constitui-se como espólio de importância crucial para a arqueologia, pois como era produzida a larga escala em formas e tamanhos padronizados, e se sabe onde e em que datas estas foram produzidas, geralmente permitem atribuir uma datação aproximada aos contextos arqueológicos em que se encontram. Estas cerâmicas reconhecem-se por apresentarem um revestimento de um engobe laranja-escuro de aspecto vitrificado, que lhe confere características únicas de beleza, resistência e impermeabilidade.

Em relação à data de desactivação do edifício lúdico não há suficientes dados que possam indicar uma cronologia, no entanto, a maioria destes equipamentos não permaneceram para lá do séc. V d.C.

No caso de *Olisipo*, deve ser salientado que a relevância da presença de um hipódromo na cidade é acrescida pelo facto desta se situar no território donde eram originários os famosos cavalos lusitanos, cuja criação está documentada desde o séc. I d.C. e cuja fama se estendeu por todo o Império nos séculos seguintes.

## **Temas complementares**

### **#01. A cidade romana**

A civilização romana foi uma civilização essencialmente urbana. Os romanos privilegiavam as cidades e, socialmente, consideravam acima de tudo o estatuto de cidadão romano. Por outro lado, após a submissão a Roma de todos os povos envolvidos em conflito e a sua integração definitiva na esfera imperial, da Hispânia ao Golfo Pérsico e do Norte de África à Alemanha, consolidou-se uma nova geografia e organização territorial na qual a cidade romana constituiu, sem sombra de dúvida, o principal instrumento que assegurou a “romanização” do vasto território conquistado.

O destaque dado à vida urbana foi fomentado por todos os imperadores do Alto-Império (séc. I-II d.C.), sobretudo na sua fase inicial entre os principados de Augusto e Cláudio. Onde quer que emergissem ou se fixassem elites que pudessem servir de apoio ao imperador, foram sendo fundadas novas cidades ou refundados antigos aglomerados urbanos segundo modelos e conceitos romanos, ao mesmo tempo que se concediam privilégios aos seus habitantes.

"Fora precisamente na ordem urbana, nas aristocracias municipais, na rica burguesia das cidades, que se alicerçara o triunfo de Augusto e a possibilidade da *Pax Augusta*, factores que permitiram a reconstrução do Império. Frente ao antigo senado, formado por famílias susceptíveis de constituir uma ameaça para o novo sistema imperial, o imperador tinha de ir buscar apoio a outras classes dirigentes, de novo cunho: funcionalismo do Estado, exército, burguesia municipal, etc. Estas classes eram fundamentalmente urbanas." (GOITIA, 2014: 52)

#### Conceito

Como conceito, a cidade romana – *civitas* (*civitates*, pl.) – era sobretudo um espaço político-administrativo que englobava tanto a cidade propriamente dita – a *urbs* capital de *civitas*, que funcionava como cabeça cívica e política, com governo local próprio –, como incluía o território rural envolvente – o *territorium* ou *ager*, de dimensão muito variável, sendo que no imenso espaço dominado por Roma, não havia nenhum território, por mais periférico e longínquo que fosse, que não pertencesse e fosse representado por uma cidade.

No caso da *civitas Olisiponensis*, a sua cidade capital era *Olisipo* – designação derivada do nome comum do *oppidum*, ao qual se acrescentou a titulação, *Felicitas Iulia* – e o seu

território abarcaria uma vasta área da faixa Atlântica que iria, sensivelmente, desde a actual cidade de Torres Vedras, a Norte, até Setúbal, a Sul. A impossibilidade de determinar os seus limites precisos deve-se ao facto de não se conhecerem quaisquer *termini augustales* – ou seja, os marcos de pedra com inscrições que delimitavam as *civitates* –, associados, neste caso, ao território olisiponense.

Para além do espaço físico, o conceito de cidade incluía ainda a sua população, sendo esta entendida como "conjunto político". Com efeito, era precisamente o sentido e o exercício de cidadania – o conjunto de cidadãos unidos por fortes vínculos de índole jurídica e ideológica –, que constituía para os romanos a matéria-prima da cidade.

Os primeiros imperadores esforçaram-se em conceder a cidadania romana (*civis romanus*) às populações das províncias que os apoiavam, mas este estatuto privilegiado que garantia vários direitos era fortemente defendido pelas aristocracias de Roma, sendo apenas no período dos Antoninos (séc. II d.C.) e culminando no Édito de Caracala (ou, *Constitutio Antoniniana*, promulgada em 212 d.C.), que a cidadania romana se universalizará, sendo então outorgada a todos os indivíduos livres do Império.

Todavia, antes da universalização deste estatuto e, desde o tempo de Augusto, todas as *civitates* da *Lusitania* encontravam-se integradas numa das três seguintes categorias jurídico-administrativas: *coloniae*, *municipia* e *civitates stipendiariae*.

"O *municipium*, como a *colonia*, podia ser *civium Romanorum*, «de cidadãos romanos» ou *Latinum*, «de direito latino». No primeiro caso, a maioria (ou, pelo menos, um largo número) dos indivíduos nascidos livres na cidade ou no seu território tinha plena cidadania romana; no segundo, essa cidadania era reconhecida apenas aos que exerciam as magistraturas locais (...). A *colonia civium Romanorum* era normalmente o resultado de uma *deductio*, isto é, de uma instalação de cidadãos romanos, em grande número, numa província. Os cidadãos podiam ser civis ou militares. (...) enquanto o *municipium civium Romanorum* era uma cidade indígena, de longa história, na qual se tinham fixado numerosos cidadãos romanos imigrantes; concedia-se também a cidadania a muitos indígenas naturais da cidade e nela residentes [o caso de *Olisipo*] (...). Finalmente, abaixo das *coloniae* e dos *municipia* havia na Lusitânia (como na *Hispania* em geral), no tempo de Augusto, *civitates stipendiariae*. Caracterizava-as a ausência de *ius Latii*: os seus magistrados — com o nome de *magistri* ou *magistrati* — não adquiriam a cidadania romana no termo dos respetivos mandatos. Nestas cidades, cidadãos seriam apenas aqueles a quem os imperadores concediam tal estatuto a título pessoal, assim os distinguindo e privilegiando (...)." ALARCÃO, 2018: 108-110.

Por fim, a cidade romana era também uma realidade construída – segundo modelos urbanísticos e arquitectónicos próprios e segundo práticas construtivas inovadoras –, que materializava no seu conjunto a ideologia e o modo de vida romano. As cidades assumiam assim um papel fundamental na construção e na identidade do Império Romano reflectindo localmente, e ainda que de forma abstracta, o esquema e os modelos da cidade-mãe – eram *speculum romanae*, um reflexo de Roma.

### Tipos de cidade e sua implantação

As cidades romanas que surgiram desde o principado de Augusto desenvolveram-se a partir de diferentes situações. Uma parte considerável correspondia a núcleos indígenas que eram gradualmente romanizados, assimilando e reproduzindo todas as características urbanísticas, arquitectónicas e decorativas da Península Itálica; outras teriam sido acampamentos militares romanos que ao longo do tempo foram consolidando e aumentando as suas estruturas, tornando-se autênticas urbes; outras ainda seriam construídas *ex novo*, ou seja, em sítios sem quaisquer pré-existências para aí instalar um grande número de cidadãos romanos, civis ou militares. Menos frequentemente, algumas grandes propriedades rústicas podiam acabar também por evoluir, dando origem a novas cidades.

No caso das cidades que eram construídas *ex novo*, para eleger o local de implantação eram tidos em conta dois critérios fundamentais. O primeiro tinha um carácter geoestratégico, visando um eficaz controlo territorial, administrativo e político. O segundo era de cariz económico, privilegiando a implantação em zonas de confluência de rotas comerciais ou em zonas ricas em recursos naturais susceptíveis de serem explorados.

Outros aspectos igualmente considerados favoráveis eram: a implantação num local baixo e plano com ligeiro declive e altura suficiente para facilitar a drenagem de águas pluviais e evitar futuras inundações; a presença de matérias-primas de construção (sobretudo pedra e madeira); a existência de cursos de água nas proximidades, bem como de terras férteis nos campos envolventes. A importância destes e doutros factores na escolha do local ideal para a fundação de cidades, foi explicada e sistematizada por Vitruvius (c. 80 a.C. - 15 a.C.), arquitecto e engenheiro militar, considerado o grande teorizador do urbanismo e da arquitectura romana.

Na sua obra, *De Architectura*, estão presentes várias recomendações que reflectem preocupações várias relacionadas, não só, com princípios higiénicos e de saneamento – o clima;

a orientação aos ventos; a exposição solar; etc. –, mas também preocupações de ordem social e económica:

"Em primeiro lugar, a eleição de um lugar o mais saudável possível. Este será alto e não nebuloso, sem geadas e voltado para um quadrante que não seja nem quente nem frio, mas temperado. Depois evitar-se-á a vizinhança de pântanos. (...) as propriedades salubres da terra são verificáveis através da pastagem e do alimento (...). Quando, pois, segundo estas regras, se verificar o requisito da salubridade dos recintos urbanos a levantar, forem escolhidas regiões abundantes em frutos para alimentar a cidade, quando construções de vias, localizações favoráveis de rios ou comunicações marítimas através de um porto proporcionarem facilidades de transportes para as cidades, (...) deverão ser construídos, então, os fundamentos das torres e das muralhas." Vitruvius, *De Architectura*, I, 4 e 5 (in MACIEL, 2009: 41-46)

#### Ritual fundacional da cidade romana

Segundo Plutarco (c. 46 d.C. – 120 d.C.), os romanos terão aprendido dos etruscos os segredos da fundação das cidades. Ainda que tenham aperfeiçoado normas urbanísticas e técnicas construtivas adaptando-as às aspirações e necessidades do Império, no momento da fundação de novos núcleos urbanos preocuparam-se em manter religiosamente os ensinamentos dos seus antecessores.

Determinado o local de implantação da nova cidade a erguer, seguia-se o acto fundacional. Este combinava aspectos de carácter estritamente religioso com aspectos topográficos, compreendendo o seu cerimonial cinco momentos distintos: a consulta dos presságios; a *inauguratio*; a *limitatio*; a *orientatio*, e por fim, a *consecratio*.

A consulta dos presságios era realizada pelo *augur*, o qual inspeccionava o terreno e interpretava nas entranhas dos animais, os sinais que comprovariam que a escolha do local era favorável à construção de uma nova cidade, bem como, os sinais que mostravam a aprovação dos deuses.

A *inauguratio* começava pela abertura de uma fossa semicircular no centro do espaço escolhido, como se esta fosse um reflexo da esfera celeste – o *mundus* –, onde eram colocadas oferendas para apaziguar os deuses do submundo (teoricamente, seria sobre este local que mais tarde seria erguido o *forum*). De seguida, o sacerdote conduzindo uma junta de bois que puxava um arado de bronze, abria um sulco – o *sulcus primigenius* – para definir o perímetro da cidade, designado de *pomerium*. O *pomerium* coincidia com o futuro traçado das muralhas e

constituía, segundo a mundividência romana, uma fronteira mágico-religiosa poderosa de separação do espaço interior da cidade considerado sagrado, pertença dos deuses e habitação dos homens, do mundo exterior, visto como nefasto e caótico. Com este ritual fundacional, que reproduziria os mesmos gestos de Rómulo na sua mítica fundação de Roma, era anulado no interior do *pomerium* esse caos inquietante de um espaço indiviso e desconhecido. Por sua vez, e não apenas por questões religiosas mas também de salubridade, relegavam-se para o mundo exterior caótico, para além das actividades agropecuárias, todas as actividades consideradas "nefastas", ou seja, que fossem causadoras de lixos, fumos ou maus odores – as olarias de grande dimensão; as ferrarias; as fábricas de preparados de peixe –, assim como os espaços reservados aos mortos – as necrópoles e demais locais de sepultamento.

"(...) cerca de 31-27 a.C. foi atribuído a *Olisipo* um estatuto único no quadro da *Lusitania*, o de *municipium civium romanorum*. Esta promoção legal a um estatuto privilegiado (colónias e municípios) implicou para os centros urbanos, mesmo os de origem bem mais remota como Lisboa, a prática de um ritual fundacional bem ilustrativo da mundovisão romana pagã, como se de uma cidade nova se tratasse: como Rómulo na fundação da própria Roma, um sacerdote conduziu um jugo de dois bois claros rompendo com o arado a crosta terrena, desta forma expondo o submundo; a cidade simbolicamente assim fundada (ou "refundada") sujeita-se aos augúrios divinos, e prosseguirá se a vontade dos deuses fosse favorável (...)." (SILVA, 2021: 25-26)

A *limitatio* consistia na delimitação do espaço interior da cidade em diferentes zonas. Esta etapa era efectuada pelos agrimensores (genericamente, correspondem aos topógrafos actuais) que para realizarem as delimitações projectadas, utilizavam uma groma como instrumento de medição e de correcção de direcções. A groma ao ser colocada sobre um ponto escolhido no centro do núcleo urbano – *umbilicus urbis* ou *locus gramae* –, indicava as direcções dos pontos cardeais, permitindo através destes desenhar os dois eixos principais da cidade: o *decumanus maximus*, com uma orientação este-oeste, e perpendicular a este, o *cardo maximus*, com orientação norte-sul. A partir destes eixos a cidade podia então ser dividida em quatro áreas distintas: *sinistra*, *dextra*, *antica* e *postica*.

A etapa seguinte, designada *orientatio*, estabelecia a localização do centro cívico da cidade – o *forum* (*fora*, pl.) – o qual normalmente, ficava na intersecção entre o *decumanus maximus* e o *cardo maximus*, ou perto deste. De seguida passava-se ao desenho das ruas secundárias – *decumani minores* e *cardines minores* –, as quais se desenvolviam em paralelo e perpendicularmente aos dois eixos principais e definiam os espaços ou quarteirões destinados

à construção de estruturas de habitação (*insulae* e *domus*), ou diferentes espaços e edifícios públicos. Por fim, a *consecratio* consistia na consagração da cidade à Tríade Capitolina – Júpiter, o pai dos deuses; Juno, rainha dos deuses e Minerva, filha de Júpiter – a qual envolvia a realização de um sacrifício efectuado pelo *pontifex*.

Na prática, nem sempre era possível observar todos os pressupostos presentes nas cinco etapas do ritual de fundação. Existem abundantes exemplos de cidades romanas que mostram que a orientação, norte-sul / este-oeste, só muito dificilmente seria possível de concretizar assim como o princípio da perpendicularidade da malha urbana, particularmente quando havia grandes condicionantes topográficas: relevo irregular; existência de cursos de água; configuração da linha de costa ou, ainda, a presença de pré-existências difíceis de conciliar.

## #02. O urbanismo romano

### O modelo teórico

Se o urbanismo romano encontra no povo etrusco os seus fundamentos religiosos e simbólicos para imprimir na cidade uma harmonização com a ordem cósmica, é nos gregos e nos ensinamentos de Hipódamo de Mileto (séc. V a.C.) que se irão inspirar para desenvolver um urbanismo coerente, ordenado e rigoroso, assente no princípio da perpendicularidade, que se tornará característico da maioria das suas cidades. Este rigor quadricular constitui, na verdade, a contribuição mais original e marcante do urbanismo romano, estando fortemente relacionado com a funcionalidade prática das estruturas que estarão na sua origem: os acampamentos militares romanos.

"A Europa romana povoou-se de cidades logo que as funções militares dos campos deixaram de ser uma necessidade e começaram a acolher, além de colonos romanos, as populações locais. Por toda a parte a tipologia dos campos mantém-se, na Grã-Bretanha, como em Itália, na Alemanha como em Espanha." (DELFANTE, 1997: 68)

O melhor exemplo que nos chegou deste tipo de cidades mais regulares de origem militar, será o de Timgad, na Numídia (Argélia), cidade fundada no tempo do imperador Trajano (98 d.C. – 117 d.C.) como colónia militar, e que materializa de forma exemplar o modelo teórico do urbanismo romano.

Com efeito, o núcleo primitivo desta cidade configurava um perímetro rectangular de escala modesta e defendido por muralha. A meio dos quatro panos da estrutura defensiva

abriam-se as quatro portas principais que davam acesso às duas vias mais importantes do interior da cidade: o *decumanus maximus*, com uma orientação regular este-oeste e largura de cerca de 15m, e o *cardo maximus*, com orientação norte-sul, perpendicular ao *decumanus maximus*, e, nos primeiros tempos, bastante mais estreito (c. 7/8m). Os dois dividiam a cidade em quatro partes iguais, e no seu cruzamento, ou próximo dele, situava-se o *forum*, o centro político-administrativo, judicial, religioso e comercial da cidade, onde se situavam os edifícios públicos importantes que lhe estavam associados: os templos, a cúria e a basílica.

A escala e dimensões planeadas para cada cidade variavam localmente consoante a previsão do número de habitantes e de equipamentos públicos indispensáveis de acordo não só com esse número, mas também, com o estatuto jurídico da cidade.

"Os programas urbanísticos augustanos incluíam, para qualquer cidade capital de *civitas*, muralha, fórum, termas e aqueduto. Para as cidades com categoria colonial ou municipal, também teatro e anfiteatro. (...) Nas capitais de *civitates stipendiariae* construíram-se foros e, certamente, também termas. Não se terão, porém, edificado teatros ou anfiteatros." (ALARCÃO, 2018: 145).

A partir dos dois eixos principais, desenvolviam-se paralelamente e perpendicularmente as restantes vias, as quais tendo uma largura mínima de 2,5m e um espaçamento de cerca de 60/70m (c. de 200/230 pés romanos), formavam quarteirões perfeitamente regulares – as *insulae*. O nome latino *insulae*, tanto designava os quarteirões limitados por quatro ruas, como os prédios de vários andares que os ocupavam, sendo que, por vezes, alguns deles ocupavam um quarteirão inteiro. Constituídos por múltiplos apartamentos, a maioria destes prédios destinavam-se à habitação através de arrendamento, alojando assim diversas famílias. Os espaços do piso térreo voltados para a rua eram, frequentemente, *tabernae*, ou seja, lojas dedicadas à venda de comida e bebida ou outros produtos, e que, tal como os apartamentos, podiam ser arrendadas.

As famílias com mais recursos viviam em *domus*. Estas casas de tipologia romana, construídas com materiais mais nobres e resistentes que as *insulae*, integravam também os quarteirões urbanos, e compreendiam vários compartimentos que geralmente se distribuía em redor de um pátio interior. Se este pátio fosse simples, apenas com tanque e telhado de quatro águas, tratar-se-ia de uma *domus* de *atrium*, se fosse grande, aberto e rodeado de galeria porticada, seria de *peristylum*.

"Parece dever atribui-se à época júlio-claudiana a introdução na Lusitânia de um modelo de *domus* que viria a manter-se durante séculos: a casa de peristilo. Esta tinha seu centro num espaço aberto cujo pórtico possibilitava o arejamento e a iluminação, bem como o acesso aos vários compartimentos. É a esse espaço, ajardinado e agraciado de um tanque, que se dá o nome de peristilo." (ALARCÃO, 2018: 181).

Articulavam-se também nestes quarteirões os restantes edifícios públicos que faziam parte de qualquer cidade romana de estatuto privilegiado, e dos quais se destacam: as termas, os mercados, o teatro e o anfiteatro. Estes edifícios, de uma forma geral, ficavam dentro da cidade, nas imediações do fórum, mas podiam também ficar em zonas mais excêntricas do recinto urbano e até no seu exterior, sendo que o circo, pela sua grande dimensão, ficava quase sempre fora do perímetro das muralhas.

Também às áreas extramuros – *suburbium* –, estavam limitadas as zonas de necrópole e sepultamento, tanto por questões religiosas como de saúde pública. O mesmo se aplicava a todas as actividades consideradas nefastas, ou seja, que fossem poluentes ou de difícil convivência por produzirem fumos, lixos ou maus odores. Era o caso dos fornos de cal e de tijolo, das oficinas de salgas e de preparados de peixe, das actividades de metalurgia e os açougues, entre outras, que por norma teriam de se situar em zonas exteriores às muralhas.

Compunham o resto do cenário da maioria das cidades romanas, as várias infraestruturas técnicas que vinham já dos gregos, mas que os romanos souberam aperfeiçoar e adaptar às exigências de cidades cada vez mais congestionadas e exigentes: rede de esgotos; rede de abastecimento e distribuição de água (aquedutos, cisternas, fontanários); gestão dos lixos e resíduos; rede viária; pavimentação de vias de rodagem e passeios pedonais (com ou sem pórtico); etc.

Todo este cenário da cidade romana era imposto e regulado por leis municipais coercivas (das quais a mais conhecida é a *Lex Julia Municipalis*), a fim de garantir o bom funcionamento dos serviços de segurança e higiene pública, assim como, o bem-estar geral da população sem, no entanto, deixar de ter presente a importância das questões estéticas e da ornamentação das estruturas.

A variabilidade da cidade romana no terreno

Apesar do modelo de cidade aqui brevemente descrito constituir a contribuição mais marcante e original do urbanismo romano, a verdade é que nem sempre era possível reproduzir

o desejado rigor quadricular na malha urbana, constatando-se, na prática, uma grande variabilidade de soluções urbanísticas que foram sendo adoptadas em função das conjunturas locais.

Os romanos eram acima de tudo um povo pragmático e ordenador que procurava sempre soluções simples, claras e facilmente aplicáveis a nível local. A variabilidade formal que, na prática, as cidades romanas assumiram é um reflexo disso mesmo, ficando esta a dever-se a uma série de diferentes factores. Desde logo, os que se relacionavam com as diversas condicionantes físicas: a presença, ou não, de estruturas de um aglomerado anterior; o relevo e demais características do terreno, bem como, a existência de matérias-primas de construção (pedra, argilas, madeira).

Havia, ainda, outros factores que tinham enorme influência na capacidade para dotar a cidade de uma maior ou menor expressão em termos urbanísticos, arquitectónicos e decorativos: o seu estatuto jurídico; a iniciativa local e regional e respectiva capacidade financeira; a época de construção; as actividades económicas existentes, e certamente, a presença de mão-de-obra adequada e do importante saber fazer de engenheiros, arquitectos, agrimensores e demais especialidades e conhecimento técnico.

O estatuto jurídico conferido às cidades, reflectia-se no poder político e económico das suas elites e conseqüentemente nos programas urbanísticos e arquitectónicos de cada cidade: "O espírito de cidadania obrigava os magistrados (como, aliás, muitos particulares) a contribuírem para as despesas do seu município ou a pagarem, total ou parcialmente, obras públicas. *Evergetismo* é, como vimos, o nome que se dá a este espírito cívico; *evérgeta* era o que contribuía desta forma, dispondo por vezes de somas consideráveis da sua fortuna pessoal. O *evérgeta* não agia, porém, de forma inteiramente desinteressada, pois, com as suas doações, alcançava prestígio social na sua cidade. (...) No tempo de Augusto, e sobretudo nas *civitates stipendiariae*, não haveria ainda homens suficientemente ricos para tomarem a seu cargo a construção de foros, templos, termas, aquedutos. O imperador contribuiria generosamente ou asseguraria mesmo por inteiro o financiamento indispensável." (ALARCÃO, 2018: 198 e 148)

### O urbanismo de *Olisipo*

Ao contrário das cidades que os romanos ergueram de raiz em terrenos livres e aptos para imprimir facilmente o traçado hipodâmico na futura malha urbana, a construção de cidades sobre aglomerados indígenas, na maior parte dos casos, levantava sérias dificuldades à

aplicação do mesmo tipo de rigor quadricular. Desde logo pela presença de estruturas pré-existentes que seriam, muitas vezes, difíceis de conciliar com o novo urbanismo romano, e depois pelo facto da maioria destes assentamentos se situarem em sítios elevados, onde, geralmente, os arruamentos e o edificado se desenvolviam no terreno ao longo de áreas de acentuado declive.

Seria este, sem dúvida, o caso do antigo *oppidum* de *Olisipo*, erguido ao longo da Idade do Ferro e com origem, pelo menos, no séc. VII a.C.

Nas últimas décadas, a investigação arqueológica que se debruça sobre a evolução histórica da cidade de Lisboa, no que toca ao período romano, tem, entre muitos outros aspectos, procurado perceber como é que o desaparecimento do assentamento indígena da Idade do Ferro foi dando lugar ao surgimento do novo município romano, e também como é que este se foi transformando nas suas diferentes fases até dar lugar a outras realidades. Os dados provenientes das múltiplas intervenções no subsolo da cidade actual têm sido fundamentais para ir vislumbrando um pouco destas cidades do passado romano, porém, podia conseguir-se muito mais se fosse implementada uma acção concertada de investigação arqueológica em todo o município, que permitisse ir mais além do conhecimento fragmentário e por vezes desconexo que actualmente se consegue produzir.

Apesar desta e doutras limitações, os dados disponíveis permitem ir percebendo alguns aspectos das distintas soluções urbanísticas que a cidade romana foi adoptando nas suas diferentes fases dos mais de cinco séculos sob influência de Roma.

Período republicano – 138 a.C. - 27 a.C.

"Os dados relativos ao urbanismo de *Olisipo* nesta fase são relativamente escassos, mantendo-se muitas questões em aberto. De qualquer modo, patenteiam uma rutura clara entre o povoado indígena e o momento referido: não se assiste à reutilização de estruturas pré-existentes de cronologia pré-romana, mas sim a novas construções, com distintas orientações e a técnicas de construção inovadoras desconhecidas no Ocidente à data." (PIMENTA, 2020: 119)

Como se viu no Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge, a primeira fase da presença romana está especialmente bem documentada no topo da colina do Castelo, onde para além da identificação de uma quantidade expressiva de materiais arqueológicos de origem itálica associados à presença de um contingente militar romano, se detectaram também vestígios

de construções com características completamente inovadoras — novos materiais e de novas técnicas construtivas, onde, por exemplo, as argamassas de cal e areia, a pedra e os diferentes tipos de tijolo e telha substituem as anteriores construções maioritariamente em adobe — e um novo desenho urbanístico de matriz itálica que se sobrepõe e apaga por completo as estruturas pré-romanas do povoado indígena. Por outro lado, o próprio traçado ortogonal do recinto do Castelo — um grande quadrado com cerca de 140m de lado — permite pensar, também, na sua possível origem neste primeiro estabelecimento militar romano do séc. II a.C.

Da fortificação de *Olisipo* (percebida no texto Estrabão e expectável face à presença militar romana), os dados provenientes da arqueologia, apesar de ainda muito escassos, não são inexistentes. Com efeito detectaram-se em três intervenções distintas do lado nascente do antigo *oppidum*, onde mais tarde se ergueu parte do lanço oriental da Cerca Moura — na actual Fundação Ricardo Espírito Santo e Silva (n.º 2 da imagem incluída no anexo ou no *website*); no Largo do Contador Mor + Pátio de Dom Fradique (n.º 3) e na Rua Norberto de Araújo (n.º 4) —, uma ampla estrutura negativa de corte em forma de V, associada a uma plataforma e a materiais romanos datados do séc. II a.C. que levou os autores a avançar com a interpretação de um muro barbacã e fosso defensivo pertencente ao sistema de muralha deste período mais recuado da presença romana na cidade.

"A Oeste é provável que [a mesma estrutura defensiva] se contivesse nas plataformas naturais dos Loios e da Verbena, ladeada pela actual Rua Bartolomeu de Gusmão." (MOTA & MARTINS, 2020: 33-34)

No final do séc. II a.C. as evidências arqueológicas mostram que a área do topo da colina perde importância face às áreas da meia encosta meridional e junto ao rio. Apesar de dispersos, de facto, têm sido descobertos abundantes materiais associados a vestígios de uma nova estruturação urbana (n.ºs 5 a 9 da imagem incluída no anexo ou no *website*) que se desenvolve nestas áreas a partir da viragem para o séc. I a.C., apagando o urbanismo anterior e sugerindo um crescente dinamismo comercial associado às actividades marítimas e industriais centradas na zona portuária de *Olisipo*.

Os autores que têm estudado estes vestígios relacionam-nos com o contexto político-militar do séc. I a.C., caracterizado por forte instabilidade com episódios de guerra civil e, ainda, frequentes conflitos nos territórios não pacificados do centro e norte peninsular. A necessidade de fazer chegar alimentos às legiões em campanha, terá levado certamente a cidade da foz do Tejo a desempenhar um papel relevante como ponto de paragem estratégico nos circuitos institucionais de abastecimento ao exército romano, potenciando a actividade e importância da

zona portuária da cidade. Os inúmeros fragmentos de ânforas desta época encontrados nas intervenções realizadas a meia encosta e junto ao rio atestam o volume das importações de produtos indispensáveis para a dieta mediterrânica – nomeadamente, preparados de peixe; vinho e azeite –, não podendo deixar de se relacionar a importação significativa destes produtos com a necessidade essencial de abastecer de alimentos os contingentes romanos envolvidos em conflito.

Período alto-imperial – 27 a.C. - final séc. II d.C.

Com a ascensão do novo poder imperial, as cidades irão adquirir enorme relevância na difusão dos valores recém instituídos. Na Lusitânia, assiste-se ao crescimento de vários aglomerados habitacionais, que passam a incorporar novos programas urbanísticos e arquitectónicos baseados em modelos emanados quer da cidade-mãe (Roma), quer da capital da província (Mérica). Este processo de profunda transformação das cidades que se estende, sobretudo, ao longo das dinastias dos imperadores Júlio-Cláudios (14-68 d.C.) e dos Flávios (69-96 d.C.), dotará a urbe portuária de *Olisipo* de todos os equipamentos próprios duma cidade de estatuto privilegiado – fórum, teatro, anfiteatro, circo, termas públicas e aqueduto.

Os testemunhos arqueológicos de alguns destes edifícios sobreviveram ao passar dos séculos e podem ser hoje conhecidos – o teatro, o circo e as termas públicas –, outros, possivelmente, apenas ainda estarão por descobrir.

"No campo das ausências registam-se o fórum, o anfiteatro, o aqueduto e no caso desta cidade à beira rio, as infraestruturas portuárias, em parte identificáveis nas funções acrescidas do criptopórtico da Rua da Prata e nos vestígios de armazéns (*horrea*) identificados no NARC e na Rua da Madalena. (...) o caso do fórum, que integraria a basílica, a cúria e o principal templo (dedicado à tríade capitolina e ao culto imperial), (...) localizações hipotéticas lhe foram alvitradas: o criptopórtico da Rua da Prata, acumulando funções comerciais em área portuária; o Largo da Madalena, devido à descoberta, no século XVIII, de um possível pódio de templo e de inscrições epigráficas de natureza votiva e honorífica; na plataforma do Largo dos Loios, acima do teatro romano, pela comparação com modelos urbanísticos idênticos (...)." (MOTA & MARTINS, 2020: 35-36)

Em relação ao anfiteatro, embora se trate apenas de uma suposição ainda sem qualquer demonstração factual, a morfologia urbana que se manteve até aos nossos dias numa parte do actual bairro de Alfama, perto da Igreja de São Miguel – onde sobressai uma inesperada mancha

de edificado de contorno semicircular –, levou a investigação a colocar a hipótese de poder ser este o local de implantação do anfiteatro de *Olisipo*. Com efeito, noutros locais da cidade é evidente a continuidade das formas urbanas do passado no traçado actual, das quais a fossilização do formato do circo romano na configuração alongada da Praça do Rossio será porventura a mais óbvia. De qualquer modo, é certo que nesta época a cidade terá sido dotada de anfiteatro – equipamento público, onde, entre outros espectáculos, se faziam as emblemáticas lutas de gladiadores –, sendo expectável que este fosse semelhante em dimensão e construção a alguns dos edifícios lúdicos deste tipo geograficamente próximos.

*Olisipo* beneficiaria ainda de um aqueduto, pois ainda que a colina original da cidade fosse dotada de nascentes e munida pelos romanos de sistemas de aproveitamento de águas infiltradas, estas não seriam suficientes para alimentar, desde logo, a quantidade de banhos públicos e privados desta época já identificados. Segundo vários autores, a ter existido um aqueduto, este terá tido a sua origem em Belas, local onde foi identificado um paredão romano pertencente a uma barragem. Para além disso, vestígios do que poderia ser parte integrante do corpo do aqueduto foram identificados na Amadora, reforçando esta convicção. Trata-se de uma estrutura com 14 troços construídos em *opus caementicium* (espécie de cimento romano) e caleira interior revestida a *opus signinum* (argamassa isolante romana) com ângulos em meia-cana. A identificação destes 14 troços da estrutura hidráulica, permitiu não só reconstituir parcialmente o seu traçado, como perceber o aproveitamento que se fez do desnível natural do terreno de modo a facilitar a condução das águas.

Relacionado com a questão do abastecimento de água poderá estar o aparente abandono da parte superior da colina, verificado já desde o início do séc. I a.C. O facto das nascentes de água e dos sistemas de aproveitamento hidráulico conhecidos se situarem apenas a partir da zona da meia encosta, poderá justificar a ausência de vestígios de construções neste lugar alto, sugerindo a sua menor adequação ao uso residencial e da vida urbana. Contudo, a identificação de materiais arqueológicos datáveis quer do período imperial, quer de época tardia, aponta para que esta zona alta da cidade tivesse mantido algum tipo de uso ao longo dos séculos de domínio romano, colocando-se a hipótese de se tratar exclusivamente de um espaço sagrado, reservado apenas para fins religiosos.

"A estes elementos deverá ser conferida a maior importância, pois permitem delinear um perímetro urbano olisiponense um pouco acima dos 10 Ha de área. Esta característica da cidade romana de *Olisipo* surpreende pela sua exiguidade, sobretudo se se tiver presente a sua importância económica, tratando-se da “capital litoral” da Lusitânia como a adjectivou Vasco

Mantas. Na realidade, parece ser sobretudo a amplitude da área suburbana que dá fundamento a este qualificativo. Era ali que se situava seguramente a zona portuária, como ali teve lugar uma intensidade de produção artesanal, que a investigação das últimas décadas vem devidamente sublinhando, de que a elaboração dos produtos resultantes da exploração dos ricos recursos piscícolas disponíveis constitui a sua face mais visível arqueologicamente." (SILVA, 2012: 198-199)

Abaixo da zona de acrópole – de provável cariz simbólico-religioso –, desenvolvia-se então a malha urbana da cidade, a qual forçosamente se ajustava à desafiante topografia da encosta meridional.

Apesar das evidentes condicionantes físicas à implementação do modelo teórico de urbanismo clássico, a arqueologia tem demonstrado que os romanos procuraram, sempre que possível, imprimir algum rigor ortogonal à cidade que então se erguia. Desde logo, souberam aproveitar as plataformas naturais da encosta, consolidando-as de forma a conseguirem acolher os edifícios de maior volume, bem como, orientá-los segundo alinhamentos pré-definidos.

Por outro lado, a investigação mais recente tem demonstrado cada vez com maior clareza, que, em certas zonas da área ribeirinha, a configuração de alguns quarteirões apresenta ainda fossilizado o modelo ortogonal romano deste período alto-imperial, por vezes, com surpreendente rigor métrico.

"(...) depois de se terem coligido os dados disponíveis referentes às orientações das construções romanas dadas a conhecer até ao presente, foi ensaiada a equivalência destas com a dos traços urbanos atuais próximos, tendo-se verificado uma constância de linhas similares dotadas de métrica compatível com parcelamento urbano romano, nomeadamente o *atus* e múltiplos desta unidade. A aplicação desta útil metodologia vem revelando a sua utilidade noutros pontos da cidade, (...) tendo permitido entrever deste modo a hipótese de a cidade romana alto-imperial de *Olisipo* ter conhecido duas orientações dominantes, resultado de uma expectável adaptabilidade programática e da planificação ao relevo da encosta sul do morro do Castelo." (SILVA, 2012: 194)

Período baixo-imperial – séc. III d.C. a V d.C.

A muralha que se ergue em *Olisipo* em finais do séc. III ou no início do IV d.C., constituirá o elemento de maior impacto no urbanismo da cidade do Baixo Império.

Como já referido, esta robusta estrutura defensiva com mais de 5m de espessura terá reduzido o perímetro urbano, levando a uma inevitável diminuição do espaço interior disponível para os seus habitantes e a uma necessária reconfiguração da cidade. São vários os exemplos da arqueologia que dão testemunho desta transformação. Desde logo, o desmantelamento massivo dos monumentos funerários da necrópole noroeste, para reutilização da pedra na construção da nova muralha. Também na Casa dos Bicos e nos antigos Armazéns Sommer, onde a muralha erguida anula, no primeiro caso, uma oficina de preparados de peixe e, no segundo, aparentes estruturas habitacionais. Ainda, no teatro, onde as bancadas são ocupadas por novas construções, assim como, no claustro da Sé, onde a via pública deixa de o ser pela sua compartimentação em novos espaços de carácter privado.

Estes dados, porém, podem não indicar de forma categórica uma crescente decadência da cidade, apenas a sua adaptação a novos valores e a eventuais mudanças conjunturais (que são, no entanto, ainda de difícil interpretação).

Na verdade, no séc. IV, *Olisipo* assiste a um reflorescimento económico e comercial, evidenciado, sobretudo, pela intensa laboração das oficinas de salgas e preparados de peixe da cidade. Neste período está bem documentada arqueologicamente tanto a ocorrência de remodelações e transformações em fábricas de produtos piscícolas da zona ribeirinha, como a produção intensiva e local (em olarias localizadas na margem sul do estuário do Tejo) de ânforas para exportação destes produtos.

De salientar, também, que um dos principais equipamentos públicos da cidade – as Termas dos Cássios – vê em pleno séc. IV, o seu edifício completamente reconstruído e renovado com nova ornamentação.

"(...) a redefinição do uso dos edifícios e espaços urbanos, a partir do séc. IV d.C., pode não ter significado a decadência da cidade. Mas teve certamente consequências urbanísticas diretas. (...) pode eventualmente ser explicado pela pressão urbana, mas também certamente pela imposição do cristianismo ao paganismo, ao longo do séc. IV d.C., que haveria de culminar com as destruições massivas de templos, estátuas e outros equipamentos públicos no final da centúria (...)." (MOTA & MARTINS, 2020: 44)

### #03. Architecturas de uma urbe romana

#### A arquitectura romana

A par do urbanismo, terá sido na arquitectura estabelecida pelos romanos que melhor se revelaram os valores e a ordem do novo poder imperial. Com efeito, se o urbanismo romano foi factor fundamental de desenvolvimento civilizacional por todos os territórios conquistados, as arquitecturas que se ergueram nesses territórios manifestavam de forma explícita o enorme poder e prestígio de Roma, por mais distantes que estivessem da cidade-mãe.

"Tendo, porém, notado que não apenas te preocupas com a vida comum de todos e com a ordem do Estado, mas igualmente te empenhas com a oportunidade dos edificios públicos, porque a Cidade não foi apenas engrandecida, através de ti, com as províncias, mas também a dignidade do Império foi sublinhada pela egrégia autoridade dos edificios públicos, julguei que não deveria adiar mas, bem pelo contrário, te deveria apresentar, quanto antes, estes escritos sobre estas coisas, (...) porque verifiquei que edificaste e edificas no momento presente muitos monumentos e no futuro te preocuparás com os edificios públicos e privados, para que sejam entregues à memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis. Redigi normas pormenorizadas, de modo que, tendo-as presentes, possas por ti ter conhecimento perante obras já construídas ou futuras, quaisquer que sejam. Com efeito, nestes livros expliquei todos os preceitos da Arquitectura." Vitruvius, *De Architectura*, Liv. I (c. 25 a.C.), (in MACIEL, 2009: 29-30)

Foram sobretudo Etruscos e Gregos que mais influência tiveram nas formas arquitectónicas que se ergueram na capital do Império. A expansão territorial e a capacidade de assimilação de elementos culturais destes e de outros povos acabaram por se reflectir na arte romana, sendo que, no que diz respeito à arquitectura – considerada a arte maior da civilização romana –, tornou-se o resultado da influência de alguma tradição dos seus antecessores Etruscos e da integração das formas e conceitos do legado grego, manifestamente admirado pelos romanos. Contudo, apesar do fascínio pela estética helenística, o pragmatismo e racionalismo inerentes ao modo romano de ver o mundo, levou a que estes acabassem por estabelecer um programa arquitectónico diversificado e original, que respondia às suas motivações e interesse pelo real, pelo imediato e pelo útil.

"Apesar da dívida romana para com as tradições gregas, especialmente no que diz respeito ao uso dos estilos dórico, jónico e coríntio, os edificios resultantes são inequivocamente romanos." (JANSON *et al.*, 2010: 186)

O enorme sucesso que esta arquitectura original romana veio a alcançar, ficou a dever-se, em grande parte, ao desenvolvimento de novas tecnologias de construção – como a abundante utilização do arco e da abóbada – associadas ao uso de materiais completamente inovadores – betão (*opus caementicium*) e diferentes formas de tijolo –, que não só permitiram diversificar a construção com a criação de novos sistemas estruturais e novas tipologias de edifícios, como permitiram que a arquitectura romana se tornasse mais arrojada, com construções cada vez mais grandiosas e funcionais.

### O *opus caementicium*

Os romanos inventaram e utilizaram sistematicamente uma argamassa compacta, designada de *opus caementicium*, feita de alvenaria muito miúda (ou pedacinhos de tijolo) ligada por abundante massa de cal (mistura de areia, cal e água). Este material, resistente e de baixo custo, permitia construir de forma mais rápida e económica edifícios maiores e mais complexos, servindo tanto como ligante entre as fiadas de pedra ou de tijolo, como constituir o enchimento interno de muros, ou ainda auxiliar na construção de arcos e abóbadas.

### O arco

O arco romano era de volta perfeita ou rebaixado, e era construído com auxílio de uma cofragem ou armação de madeira, designada de cimbria. As pedras talhadas (ou os tijolos) em forma de cunha ou em ângulo – as aduelas –, colocavam-se radialmente formando o arco, sendo chamada de chave a pedra ou tijolo que fechava o semicírculo no seu centro. A utilização sistemática de arcaria possibilitou a substituição das pesadas traves e arquitraves das construções gregas e egípcias e conferiram à arquitectura romana maior dinamismo e funcionalidade.

### A abóbada

A abóbada já era conhecida de outros povos, porém consistia apenas em simples arcos de aduelas contíguos uns aos outros e a sua utilização resumia-se a pequenas coberturas. A invenção do *opus caementicium* permitiu aos romanos empregar abundantemente a abóbada nas suas construções e transformar em obra de arte uma simples técnica construtiva. O seu uso foi tal que se tornou marca distintiva da arquitectura romana, tanto a abóbada de berço como as

suas derivações: a cruzada, ou de aresta, utilizada para cobrir espaços quadrados e, a hemisférica, ou cúpula, para cobrir espaços circulares.

Estas novidades tecnológicas aliadas a processos construtivos, pela primeira vez, normalizados e sistematizados nos seus meios e recursos, potenciaram a capacidade de execução de grandes obras de engenharia – pontes, estradas, aquedutos e infraestruturas técnicas – e a construção em grande escala de edifícios públicos – templos, basílicas, fóruns, teatros, termas, anfiteatros e hipódromos – que percorreram todas as províncias do Império, criando uma dinâmica de desenvolvimento nunca antes alcançada por qualquer outra civilização.

### Edifícios públicos de uma urbe romana

As necessidades e motivações de uma sociedade cada vez mais complexa e heterogénea levaram ao surgimento de novas e variadas tipologias de edifícios nas urbes romanas: o templo, adaptado da estrutura grega; a basílica, um amplo edifício de criação romana, simultaneamente tribunal, espaço comercial e de assembleia; o teatro, de origem grega modificado à realidade romana; o anfiteatro, equipamento descoberto para espectáculos lúdicos; o circo, grande construção longitudinal destinada às corridas de atrelagens; as termas públicas, imprescindível edifício monumental a qualquer cidade romana.

Esta diversidade de arquitecturas traduzia o desenvolvimento e complexificação da cidade romana, organizada sempre em torno de um fórum, centro vital da urbe que concentrava as principais funções públicas da cidade – administrativas, através da cúria; judiciais, com a basílica; religiosas, nos templos; económicas, novamente na basílica e pela da presença de várias *tabernae*.

O *forum* era ainda identificador do estatuto jurídico da cidade e, simultaneamente, expressão de prestígio e de propaganda tanto do poder imperial como das elites locais.

"Nas cidades romanas, o *forum* era um equipamento fundamental, de tal modo que sabemos existirem *fora* que não tinham propriamente cidades de grande dimensão associadas (sobretudo no Norte da Península Ibérica), mas não conhecemos cidade relevante sem o seu *forum*. O modelo do edificado podia variar dentro de um leque relativamente amplo de soluções arquitectónicas. Incluía, por norma, um templo (ou templos) consagrado aos cultos institucionais, uma ampla praça pública, frequentemente rodeada por áreas porticadas, uma basílica, edifício sem as conotações religiosas que mais tarde viria a adquirir e que era

basicamente um espaço coberto de funções similares às da praça, edifícios administrativos e, por vezes, estabelecimentos comerciais. Em suma, um complexo de amplas dimensões, por norma, não inferior aos 6 ou 7000 metros quadrados de área construída." (FABIÃO, 2020a: 15)

#### O templo (*templum/aedes*)

O que caracteriza o templo romano é o espaço sagrado da *cella* destinado a receber a imagem da divindade e os troféus das campanhas militares e, a partir do tempo de Augusto, a sua consagração também ao culto imperial. Embora tenham sido erguidos templos com diferentes plantas, o modelo que mais se disseminou no mundo romano inspirou-se no modelo do templo grego – planta rectangular, com uso de colunas a toda a volta, frontão triangular e telhado de duas águas. No entanto, a sua implantação sobre um pódio elevado, o facto das colunas em redor da *cella* estarem adossadas às paredes laterais e do tardoz – limitando dessa forma o acesso pelo lado frontal através de uma escadaria – e, ainda, a presença de um pórtico profundo que precede a *cella*, introduzem já diferenças suficientemente expressivas para ser considerado um novo tipo de edifício religioso, especificamente romano. De resto, os templos romanos podem ser classificados consoante a disposição das colunas no edifício, o número de filas de colunas, o espaço entre colunas e o seu número na fachada, sendo os mais difundidos na Península Ibérica, o templo períptero – totalmente rodeado de colunas – e o pseudoperíptero – colunas à frente e, adossadas aos muros, dos lados e tardoz – e quanto ao número na fachada, o hexástilo – com seis colunas frontais –, sendo esse o caso do templo romano da cidade de Évora.

"O estaleiro da obra era dirigido por um *architectus*, a quem competia fazer a maqueta (em grego, *parádeigma*), desenhar cortes e pormenores, elaborar orçamentos e dirigir os trabalhos. Em Portugal conhecemos um único nome de arquitecto romano, *Caius Sevius Lupus*, natural de *Aeminium* (Coimbra), que construiu o farol da Corunha e possivelmente o *forum* da própria cidade de *Aeminium*." (ALARCÃO, 2004: 13)

#### A basílica (*basilica*)

Situada num dos lados porticados da praça do *forum*, a basílica era um grande edifício multifuncional indispensável a qualquer cidade romana de estatuto. Servia simultaneamente como sala de assembleia cívica, tribunal e espaço público para a realização de transacções comerciais. O edifício compreendia uma grande sala rectangular com acesso lateral,

desenhando geralmente uma ou duas ábsides nos topos (por vezes defronte da entrada lateral a partir do *forum*), onde, se destacava no hemiciclo, a tribuna reservada aos juristas para administração da justiça em nome do imperador. O interior do corpo principal era dividido por colunata formando três naves (podendo haver de 1 a 5 naves), sendo que a nave central era mais larga e alta que as laterais, de forma a receber a luz das aberturas do clerestório na parte superior da nave central.

"Não se podia, porém, fazer obra sem instrumentos de medida. A régua (*regula* em latim), de madeira, bronze ou osso, geralmente de um pé (*pes*, 29,58 cm), estava dividida em palmos (*palmus*, 1/4 do pé) e em dedos (*digitus*, 1/16 do pé). O esquadro (*norma*) e o compasso (*circinus*) eram outros instrumentos essenciais. Mais usados na própria construção (...) havia o nível de bolha de ar (*libella*) e o fio-de-prumo (*perpendicularum*)." (ALARCÃO, 2004: 13)

Compunham ainda o *forum*, outros espaços da administração local: a *curia*, sítio de reunião do senado local ou da *ordo decurionum* (decuriões); o *tabularium*, que albergava o arquivo local, e o *aerarium*, que administrava o tesouro local (erário). Para além disso, no interior dos pórticos ou em redor do fórum encontravam-se várias lojas (*tabernae*), que também podiam ser encontradas no interior mercado (*Macellum*), geralmente localizado perto do *forum* juntamente com uma zona de armazéns.

### Edifícios para espectáculos lúdicos e de ócio

Desde os finais da República, começam a ser construídos edifícios permanentes para espectáculos lúdicos e de lazer – teatro, anfiteatro e circo. Os primeiros aparecem em Roma, disseminando-se rapidamente por todo o Império e substituindo muitas das estruturas anteriores desmontáveis construídas em madeira. Com a ascensão do Império, o carácter religioso que estava na origem destes espectáculos e celebrações começa a perder a sua importância a favor de uma função apenas de entretenimento público, assistindo-se também a uma crescente politização dos espectáculos. Estes passam a servir a propaganda dos imperadores e transformam-se simultaneamente em instrumento de controlo da plebe.

### O teatro (*theatrum*)

O teatro romano adopta claramente o modelo grego, mas introduz-lhe diferenças essenciais. As bancadas (*cavea*) que no teatro grego se encaixavam na encosta de uma colina,

com os romanos passam a constituir uma estrutura artificial elevada, construída a partir do solo, em disposição radial e assente em galerias abobadadas que permitem a passagem do público (o teatro de *Olisipo*, e outros espalhados pelo Império, constituem assim exceções).

O teatro passa a ser, então, um edifício independente e isolado que pode ser construído em qualquer lugar. A *orchestra* grega, reservada aos dançarinos do coro e às representações dos actores, é tomada pelo público passando a ser o espaço destinado às elites locais. O palco grego que era bastante estreito, torna-se maior e mais profundo no teatro romano e a sua parte de trás constitui uma *scaenae frons* arquitectónica sumptuosa, com dois ou três níveis decorados com diferentes ordens de colunas a elevarem-se à altura máxima das bancadas, fechando assim todo o espaço do edifício. Vista externamente, esta grande fachada apresentava-se também ricamente ornamentada, servindo bem a componente propagandística e de representação do poder instituído aliado ao entretenimento da população.

"O facto de os edifícios teatrais serem abertos a toda a população, sem restrições, transforma-os em “cidades dentro da cidade” onde a população se distribui pelas bancadas de acordo com o seu estatuto social e económico. Esta democracia, somente aparente, espelha a hierarquia social da sociedade e constitui o lugar ideal para atos de proselitismo, divulgação de mensagens políticas e captação de apoios populares." (FERNANDES, 2020b: 28)

#### O anfiteatro (*amphitheatrum*)

O anfiteatro será porventura o mais inovador e emblemático dos edifícios romanos. Tendo como ponto de partida o modelo do teatro grego, esta nova forma arquitectónica de planta oval, disposta a céu aberto, possibilitava a visão de todos os lados, tirando partido máximo dessa possibilidade nos espectáculos que apresentava: lutas de gladiadores (*munera gladiatoria*) e entre animais (*venationes*).

O mais antigo anfiteatro conhecido será o de Pompeia de c. 80 a.C. e, em Roma, o primeiro a construir-se data de 30 a.C.

A sua estrutura serve-se das galerias interiores abobadadas, simultaneamente, para sustentar as arquibancadas à volta da arena e para resolver os problemas de acesso de uma vasta multidão. Tal como no teatro, as bancadas estavam divididas em três partes de altura crescente – *ima cavea*, *media cavea* e *summa cavea*, onde as distintas classes sociais se encontravam distribuídas e separadas por corredores, podendo conter ainda tribunas para as autoridades.

A arena encontrava-se rodeada por um alto muro, o *podium*, e subterraneamente continha corredores e espaços que serviam o espectáculo e de onde saíam os animais (*fossa bestiarum* ou *arenaria*). O acesso directo à arena podia ser feito através de duas grandes galerias situadas nos extremos da arena.

Externamente, o anfiteatro dispunha-se em três ou quatro andares formados por ordens sobrepostas e animados com estatuária e outros elementos decorativos.

### O circo (*circus*)

O primeiro circo permanente construído em Roma – o Circo Máximo – deve-se a Júlio César, vindo a crescer em complexidade arquitectónica e decorativa em diversas fases posteriores. Embora no início recebesse todo o tipo de espectáculos dos *ludi circenses*, a partir de meados do séc. I d.C. passa a destinar-se essencialmente às corridas de carros puxados por parcas de cavalos – bigas e quadrigas (respectivamente de dois e quatro cavalos).

Esta arquitectura romana consistia numa longa estrutura de planta elíptica que, no caso do Circo Máximo, chegou a atingir 600m.

Ao centro, a arena encontrava-se dividida por uma barreira, a *spina*, que era ligeiramente oblíqua em relação ao edifício, para que todos os competidores ao saírem dos cárceres percorressem exactamente a mesma distância. A *spina* passa a ser constituída por tanques de água, ou *euripus*, no reinado de Trajano. Estes serviam para refrescar os cavalos e as atrelagens durante as extenuantes sete voltas à arena, cuja contagem era feita por dispositivos que emergiam dos tanques e que usavam frequentemente representações de golfinhos ou ovos. Nos topos da *spina* encontravam-se as *metae*, ou postes de viragem constituídos geralmente por três obeliscos.

As bancadas dispunham-se paralelamente em cada lado do eixo da arena. Numa das extremidades, de formato semicircular, ficava a porta triunfal (*porta triumphalis*) e na outra, desenhando uma curva ligeira, ficavam os cárceres (*carceres*), de onde partiam os carros que participavam nas corridas (*curros circenses*).

"A Península Ibérica regista uma proporção de circos, no universo dos edifícios de espectáculos, sem paralelo em qualquer outra província (...). Algumas estimativas permitem avançar a quantidade de espectadores que estas estruturas comportavam. Assim, o circo de *Augusta Emerita* teria capacidade para 30.000 espectadores, seguido pelo de *Tarraco* que

comportava cerca de 23.000. *Corduba* e *Toledum* têm uma estimativa de 13.000 espectadores. O edifício com maiores dimensões corresponde ao de *Emerita* com um comprimento máximo de 433 metros e 114 metros de largura. Os que apresentam, até à data, dimensões mais reduzidas são os de *Valentia*, com 350 m por 70 m e o de *Tarraco* com 325 m por 115 m de largura. A proporção mais usual é geralmente de 1/4." (VALE, *et al.* 2020: 56-57)

#### As termas (*thermae*)

As termas romanas fazem parte de uma tradição que remonta ao fim da República e aos primeiros tempos do Império, vindo a tornar-se, com o passar do tempo, em construções monumentais e polivalentes que atraíam grande parte da população das cidades. Porque eram edifícios muito populares, foram também objecto de ostentação por parte de patronos que se empenhavam nestas construções ou em periódicas obras de remodelação.

"Monumentos por excelência da cultura romana, as termas públicas foram, mais que um edifício, o símbolo de uma cultura. Primeiro temos uma questão construtiva: as termas foram edifícios tecnologicamente complexos, que foram evoluindo no projecto e estrutura como resultado de um saber acumulado, experimentado no terreno. As novas técnicas construtivas que desse processo resultaram deixaram os arquitectos livres para aumentar áreas cobertas, sem pilares centrais, e para procurarem fórmulas engenhosas de aquecer amplíssimos espaços. Segundo: os edifícios crescem e com eles a demanda das comunidades urbanas por estes equipamentos, transformados em espaços essenciais no quotidiano. As classes sociais mais elevadas levaram para a esfera privada as termas e fizeram delas balneários privados, alguns dos quais foram símbolos exteriores do fausto que se tinha, ou que se queria demonstrar. Terceiro: as termas transformaram-se em bens politicamente importantes, porque permitiam uma ampla gama de mecenatos públicos, sempre bem acolhidos pelo povo." (REIS, 2014: resumo)

Era nas termas públicas que decorria grande parte da vida social das cidades do Império. Para além dos banhos de calor graduado que proporcionavam – com uma *natatio* (piscina) ou *frigidarium* (banhos frios), *tepidarium* (banhos tépidos) e *caldarium* (banhos quentes) – estes edifícios polivalentes ofereciam também espaços para se fazer exercício (*palaestra*); banhos a vapor (*sudatorium*) ou sauna seca (*laconicum*); salas de massagens e de tratamentos corporais como o *dstrictarium* (onde se raspava o corpo com uma espátula, o *strigiles*, após praticar desporto) e o *unctorium* (onde se aplicavam óleos no corpo); vestiários (*apodyterium*);

biblioteca e salas onde decorriam sessões de oratória, declamação e música; lojas e espaços para comer e beber, e ainda pátios exteriores de convívio.

Do ponto de vista tecnológico, os grandes edifícios termais terão sido certamente das estruturas mais complexas de construir. Se nas diferentes arquitecturas, os novos materiais e as novas técnicas construtivas utilizadas pelos romanos permitiram construir grandes estruturas abobadas e edifícios cada vez mais imponentes e versáteis, nos complexos termais, acrescia a necessidade de conhecimento e perícia técnica para serem encontradas formas habilidosas de aquecer grandes áreas, bem como, de fazer o abastecimento e condução das águas.

Tal conhecimento e engenho permitiu dotar os grandes edifícios balneares de uma complexa infraestrutura constituída no essencial por:

- canalizações (*tubuli*) e caixas-de-ar (feitas em tijolo *tegulae mamatae*) no interior de paredes, permitindo a circulação do ar quente e o aquecimento dos respectivos espaços;
- áreas de fornalha (*prae-furnium*), que produziam o calor necessário;
- espaços subterrâneos que acumulavam o calor (*hypocaustum*) com as características *suspensurae* de tijoleira a suportar o chão da sala a aquecer.

Estas infraestruturas juntamente com as canalizações e condutas por onde circulavam as águas asseguravam o funcionamento de todas as valências do complexo termal.

#### **#04. Infraestruturas técnicas da cidade romana**

Com a civilização romana desenvolve-se e dissemina-se, pela primeira vez, um urbanismo ao serviço de grandes aglomerados populacionais, movido por um esforço constante de dar uma resposta às necessidades básicas e ambições cívicas de cada cidadão. Para os romanos, uma cidade para além de constituir um centro político, económico e religioso, teria de ser sobretudo um local atractivo onde as pessoas desejassem viver. Para isso empenharam-se em tornar quer aglomerados antigos, quer cidades construídas de raiz, nesses locais, escolhendo e projectando cada espaço para as diferentes construções – habitações; lojas; praças; edifícios públicos, etc. –, mas também para dotá-los das infraestruturas técnicas necessárias à habitabilidade e salubridade dos espaços públicos e privados.

Com efeito, os sistemas de captação e distribuição de água, os esgotos e a pavimentação das vias, são aspectos essenciais no quotidiano da vida nas cidades, que só muito recentemente se tornaram objecto de estudo da arqueologia.

## O abastecimento de água

"Em Época Romana a disponibilidade e o usufruto da água converteram-se num elemento essencial do modo de vida urbano. Esta era requerida não apenas para cobrir as necessidades básicas, mas também para outros usos de tipo ritual, social, higiénico, produtivo e inclusive ornamental. Graças ao desenvolvimento da engenharia hidráulica e, em especial, à construção de aquedutos, foi possível assegurar o fornecimento deste recurso vital que constituiu, sem dúvida, uma componente básica da nova *civilitas* que representavam as cidades de Roma." (ACERO, 2020a: 93)

Todos os recursos hídricos presentes localmente eram aproveitados pelos romanos, através da construção de diferentes engenhos que tiravam o melhor proveito das diferentes fontes de água. A construção de aquedutos assegurava o fornecimento de um caudal de água fresca abundante e constante, necessário, por exemplo, para alimentar as fontes públicas e as exigências das estruturas balneares de uma cidade romana de estatuto. Neste caso, a água seria procurada de entre as melhores fontes da região, muitas vezes localizadas a várias dezenas de quilómetros de distância. Para fazer a água chegar às cidades, estas longas estruturas construídas em pedra, tijolo e cimento romano, desenrolavam-se no espaço subterraneamente e à superfície, ultrapassando por vezes profundos vales em arcos sobrepostos ou o interior de colinas através de túneis. Recorrendo à lei da gravidade, transportaram água em abundância para os núcleos urbanos, tornando-se até hoje um dos maiores símbolos do génio romano.

A maioria dos sistemas de aqueduto incluía tanques de decantação (*piscinae limariae*), com a função de reduzir os resíduos presentes na água, e tanques de armazenamento e distribuição (*castella aquae*), que regulavam a repartição da água para os diferentes destinos dentro das cidades, aos quais chegava através de uma rede de tubagens de cerâmica ou de chumbo colocados sob os pavimentos das ruas. O excesso de água seria aproveitado para a drenagem contínua dos esgotos, contribuindo assim para a salubridade pública.

Eram ainda aproveitadas as águas subterrâneas através de poços e aquíferos, bem como o eram as nascentes naturais. A água da chuva era armazenada em cisternas e os transbordamentos entrariam no sistema de drenagem sob as ruas. Da cidade romana de *Olisipo*, a este respeito, registou-se o seguinte:

"(...) algumas das estruturas documentadas correspondem a tanques cobertos por *opus signinum* (uma argamassa de cal com funções impermeabilizantes) ou a cisternas abobadadas, sem contexto urbanístico bem definido, sendo difícil determinar até que ponto estão vinculadas

à captação das águas do terreno e não a outras funções, como por exemplo, a recolha e armazenamento da água da chuva. Tal é o caso dos dois tanques localizados na Rua de Santiago ou a parede revestida a *opus signinum*, com vestígios do arranque de uma cobertura abobadada, documentado na Rua de São João da Praça, junto à Mãe de Água do Chafariz d'El-Rei, além de outras estruturas em posição extra-muros, nomeadamente, um tanque detetado nas Alcaçarias e uma cisterna localizada na Rua da Regueira." (ACERO, 2020a: 93-94)

Expressivos são os elementos hidráulicos de época tardia identificados no sítio dos antigos armazéns Sommer – um poço e um fontanário com cobertura abobadada e parte da canalização –, bem como as estruturas do sistema de aproveitamento de águas de infiltração identificado na Rua Norberto de Araújo – um muro semicircular rodeando uma pequena torre adossada à muralha alto-imperial, que integrava na base um dreno de captação de águas locais, e se prolongava numa caleira de tijolo para o exterior.

Quanto ao aqueduto, o qual teria de ter existido face às necessidades de uma urbe como *Olisipo*, vários autores apontam para a sua origem em Belas. Com efeito, neste local a cerca de 13Km, foi identificado um paredão, tido como romano, pertencente a uma barragem da ribeira de Carenque. Complementando ou em alternativa à barragem, várias nascentes em Belas também poderão constituir os pontos originais de captação de água (*caput aquae*). De qualquer forma, vestígios do que poderia ser parte integrante do corpo do aqueduto foram identificados a cerca de 3Km a sul, na Amadora, reforçando a convicção da sua origem em Belas. Trata-se de uma estrutura com 14 troços construídos em *opus caementicium* (cimento romano) e caleira interior revestida a *opus signinum* (argamassa isolante romana) com ângulos em meia-cana para evitar sedimentação e infiltrações. A identificação destes 14 troços da estrutura hidráulica, permitiu não só reconstituir parcialmente o seu traçado, como perceber o aproveitamento que se fez do desnível natural do terreno facilitando a condução das águas. Quanto ao seu local de entrada em *Olisipo*, sabe-se quase nada, apenas uma informação do séc. XVII, do Engenheiro-mor do Reino, Leonardo Turriano, que sugere ao rei trazer as Águas Livres rumo a Lisboa, utilizando o mesmo trajecto do aqueduto romano, o qual afirma ter-se estendido até dois locais altos da cidade: São Roque e a Porta de Santo André.

#### A rede urbana de saneamento

"Da mesma forma que era importante abastecer um núcleo urbano de água potável (...), também o era assegurar o escoamento das águas utilizadas. Por este motivo, as cidades romanas

contavam com redes de saneamento que conduziam a água residual para fora do espaço habitado. Este sistema materializava-se por uma malha de coletores principais, normalmente instalados no eixo das ruas, para os quais convergiam, recorrendo a caleiras de menor entidade, tanto a água da chuva como as águas residuais geradas nos edifícios contíguos às vias." (ACERO, 2020b: 111)

Os esgotos das cidades romanas eram normalmente construídos sob as calçadas, acompanhando o traçado das ruas e ligando-se aos edifícios públicos e privados que as ladeavam através de tubos de cerâmica ou de chumbo. A sua função era fazer a eliminação simultânea tanto das águas pluviais como dos resíduos líquidos gerados nos edifícios de toda a superfície urbana. Para isso, eram dispostos coletores em correspondência com as ruas, recebendo tanto as tubagens dos edifícios vizinhos como dos drenos responsáveis pela evacuação das águas pluviais. Por sua vez, estes coletores secundários e outros drenos ligavam-se a grandes túneis construídos em pedra e argamassa – *cloacae* –, que quase sempre corriam sob as vias principais da malha urbana, conduzindo os resíduos líquidos por gravidade até serem despejados em cursos de água – ribeiras, rios ou mar – próximos do núcleo urbano.

Em muitos casos, o esforço construtivo investido nestas infraestruturas foi impressionante, tendo algumas destas cloacas constituído uma extensa rede subterrânea de túneis interligados, percorrendo, por vezes, dezenas de quilómetros e com uma altura suficiente para caminhar no seu interior.

Em relação a *Olisipo* apenas se conhecem bem duas cloacas – sob a via romana do Claustro da Sé e nas Termas dos Cássios. Ambas aproveitam a inclinação natural da encosta para o transporte dos resíduos em direcção ao seu destino, o rio Tejo.

"Sob a via [do Claustro da Sé] desenvolve-se a cloaca romana mais bem conhecida da cidade, com cerca de 1,20 x 0,60 m, constituída por paredes de alvenaria sobre um fundo de laje calcária, e cobertura de abóbada semicircular construída com o mesmo material. Localizada a 2,10 m do piso da via, reconhecida ao longo de 18 m, possui uma inclinação de 10 graus. No local foi escavado, a Este da cloaca, um troço de adutor em caixa rectangular de *lateres*, observável no local. (...) [Nas Termas dos Cássios] destaca-se um corredor de circulação interno com o pavimento forrado a *opus signinum*, sobre o qual foi identificada uma cloaca de sentido NE-SO. A estrutura hidráulica era constituída por paredes e abóbada em meia-cana em alvenaria com no total, 1,20 m de altura média e 0,60 m de largura, tendo sido reconhecida numa extensão de 21 m (...)." (SILVA, 2011: 207-208)

As latrinas e fossas existentes nas cidades romanas – estruturas especificamente destinadas à eliminação de resíduos fisiológicos humanos – distribuíam-se em espaços públicos e privados pelo tecido urbano, de forma articulada com a rede de esgotos. Desse modo, era expectável que as latrinas de uso público se situassem nas ruas principais ou perto dos edifícios mais frequentados (fórum, mercado, termas, etc.), pois era sob eles que corriam os principais colectores da cidade (cloacas). As latrinas públicas eram geralmente lugares de socialização, constituindo espaços amplos e ornamentados, com capacidade para algumas dezenas de pessoas, que dispunham de assentos ao longo dos muros interiores. Sob o assento, um canal ligeiramente inclinado com fluxo de água corrente facilitava a condução dos resíduos até ao colector mais próximo.

As *domus* privadas possuíam latrinas próprias, mais simples do que as de uso público e geralmente situadas na zona menos nobre da casa. Aproveitavam o canal de escoamento das águas residuais domésticas ligado à rede de esgotos ou, por vezes, a fossas perfuradas no terreno envolvente (cuja limpeza era dever dos proprietários).

Todo este cenário da cidade romana era imposto e regulado por leis municipais coercivas (das quais a mais conhecida é a *Lex Julia Municipalis*), a fim de garantir condições mínimas de segurança, salubridade e limpeza pública e privada, sem no entanto, deixar de ter presente a importância das questões estéticas e da ornamentação das estruturas: "este urbanismo é dominado por um espírito prático e um saber jurídico" e pela "procura de um equilíbrio entre o direito público e privado". (DELFANTE, 1997: 68-69)

No mesmo sentido, os aterros sanitários – espaços destinados à acumulação de todo o tipo de lixos sólidos – deveriam obrigatoriamente localizar-se fora do perímetro da muralha – em valas ou à superfície do terreno –, partilhando o espaço destinado a outros elementos considerados nocivos ao bem-estar das pessoas (todas as actividades de alguma forma poluentes, instalações industriais; áreas de sepultamento; etc.).

### A pavimentação urbana

Os arruamentos das cidades também eram projectados e construídos a pensar nos seus habitantes. Depois de definida a localização e dimensões de cada via, o terreno era preparado de forma a conseguir a pendente apropriada, quer através da escavação de estratos geológicos, quer da construção de aterros de nivelção. Sob o terreno assim preparado eram construídas as

infraestruturas hidráulicas – rede de esgotos e de abastecimento de água –, seguindo-se depois a pavimentação da via e a construção dos passeios pedonais (*margines*).

A faixa de rodagem era primeiro preenchida com camadas de pedras de tamanhos variados sobre a qual assentava uma camada de terra batida. A camada superior formava o pavimento da via e elevava-se ligeiramente ao centro para conduzir as águas da chuva para as valas laterais. Geralmente, era constituída por grandes lajes de pedras cuidadosamente encaixadas, mas também podia ser de seixos rolados, cascalho ou terra batida.

Os passeios, dotados ou não de pórticos, tinham obrigatoriamente de ser mais altos (cerca de 45cm) do que a via de rodagem, de forma a que qualquer movimento inesperado de carroças ou carros não pudesse colocar em risco a segurança das pessoas que circulavam nos passeios. Este e outros regulamentos eram promulgados a nível municipal de forma a pensar não só no bem-estar dos cidadãos, mas também como forma de controlar o tráfego nos centros urbanos. As passadeiras de pedras elevadas que, pontualmente, se colocavam no meio das vias paralelamente entre as calçadas, são exemplo disso mesmo. Por um lado, constituíam uma forma de impor um limite de velocidade às carroças e animais, que só devagar conseguiriam passar entre as pedras, por outro lado, permitiam que as pessoas atravessassem a rua sem molhar os pés quando chovia, pois as ruas enchiam-se de água que escorria para os esgotos sob as calçadas.

Outros elementos que podiam incorporar as vias eram os guarda cantos, para protecção das esquinas das casas de eventuais danos causados pelo tráfego; escadas, caso as vias fossem pedonais; e fontanários, tendo os mais comuns forma quadrangular com uma bica zoomórfica ou antropomórfica.

Da antiga *Olisipo* estão identificadas, a via romana do Claustro da Sé e outras duas já fora do perímetro muralhado, sendo uma delas a importante via Norte que consistia no principal acesso à cidade e estruturava em seu redor a grande necrópole de *Olisipo*, e uma outra no arrabalde ocidental da cidade, no local onde hoje se encontra o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC):

"Durante a ocupação romana, a estrutura viária em torno da cidade consolida-se. Em meados do século I, foi construída uma via sobre o eixo de circulação possivelmente pré-existente localizado a sul do NARC, ligando a cidade ao território rural que se estendia para ocidente. O troço conservado é muito reduzido, mas a sua orientação é clara, nascente-poente, e a sua implantação urbana coloca-a entre o criptopórtico e o NARC. A via teria cerca de cinco

metros de largura total, embora apenas tenha sido possível expor cerca de três. O tabuleiro é construído com lajes rectangulares de calcário margoso onde são visíveis vestígios de rodados e reparações com *opus signinum*, denunciando um tráfego intenso. A norte, o tabuleiro estava delimitado por um muro, que o separava da área de circulação pedonal revestida a *opus signinum*, sob a qual corria uma cloaca." (BUGALHÃO *et al.*, 2021: 18)

## #05. Materiais de construção da edificação romana

Os Romanos utilizaram nas suas construções diferentes materiais – nomeadamente, a pedra, o tijolo, o adobe, a taipa, a madeira e a cal –, dependendo o seu emprego da disponibilidade da matéria-prima em cada lugar. A maioria destes materiais era já bastante conhecida e utilizada desde há muito por outros povos, porém os romanos vão intensificar a sua exploração, com a introdução de novas ferramentas e técnicas de extracção ou produção, assim como, desenvolver a sua transformação em novos materiais e, consequentemente, diversificar a sua aplicação e usos.

Para além disso, os romanos inventaram dois materiais específicos – o *opus caementicium* e o *opus signinum* – que utilizaram abundantemente nas suas construções e que foram fundamentais para desenvolver as obras grandiosas e funcionais que caracterizam a sua arquitectura e engenharia.

### O *opus caementicium* e o *opus signinum*

Tratam-se de duas argamassas constituídas à base de cal, com características e usos distintos. O *opus caementicium* era um material compacto, mas extremamente adaptável. Tanto podia ser utilizado em muros como ligante entre fiadas de pedra ou de tijolo, como constituir o enchimento interno de paredes ou, ainda, auxiliar na construção de arcos e abóbadas, assumindo nestes casos o formato das molduras de madeira (cimbres) nas quais era vertido. O *opus signinum* era empregue, sobretudo, em construções hidráulicas devido à suas qualidades impermeabilizantes e de extraordinária resistência. Na Península Itálica era ingrediente essencial na sua preparação, a pozolana, uma rocha de origem vulcânica que melhorava substancialmente as características da argamassa, permitindo inclusive a sua solidificação dentro de água. Noutros locais do Império, onde não se encontrava este tipo de rocha, substituiu-se a pozolana por outros ingredientes – cinzas, gorduras animais, tijolo triturado ou

“pó de mármore” – que lhe conferiam também as pretendidas características de impermeabilidade e resistência.

"O *opus caementicium*, ao qual podemos dar o nome português de concreto, era feito de alvenaria muito miúda ligada por abundante massa de cal. Aplicava-se sobretudo em abóbadas e requeria um molde de madeira, cimbre. O *opus signinum*, a que também se pode chamar formigão, era um material de revestimento usado em tanques, cisternas, canais de aquedutos, pavimentos. Era feito de tijolo moído, cal e areia. O tijolo dava-lhe uma cor rósea ou avermelhada. Quer o *opus caementicium*, quer o *opus signinum*, eram, obviamente, preparados misturando a pedra miúda, o tijolo moído, a areia e a cal, com água." (ALARCÃO, 2004: 11)

As vantagens destes dois materiais eram evidentes, pois para além do baixo custo, eram muito resistentes; versáteis na aplicação e nos usos pela sua extrema maleabilidade; permitiam construir grandes volumes muito mais rapidamente, e podiam também ser aplicados por trabalhadores pouco especializados. Porém, pelo facto de não constituírem materiais muito agradáveis à vista, eram quase sempre ocultados (sobretudo no caso do *opus caementicium*) por revestimentos em estuque, pedra ou tijolo.

#### A pedra

O emprego da pedra na construção assumia fundamentalmente duas formas: a alvenaria e a silharia. A alvenaria – cujo aparelho se designa de *opus incertum* — consistia em pedra de pequena dimensão e forma irregular, que tanto podia ser utilizada recorrendo a um ligante de argamassa de cal, argila ou terra, como podia ser assente sem qualquer ligante, dizendo-se então de pedra seca ou insossa. A silharia utilizava blocos de pedra bem esquadriados de dimensão variável – designando-se de *opus vittatum* se fosse de silharia miúda, e de *opus quadratum* se a silharia fosse de grande dimensão. O seu emprego era feito, sobretudo, na construção de edifícios públicos de carácter monumental.

Devido aos elevados custos de transporte, utilizava-se quase sempre pedra oriunda de explorações próximas do local de construção. A única excepção a este facto, foi o expressivo comércio de **mármore** verificado em todo o mundo romano.

Com efeito, esta pedra era considerada um bem de luxo, tendo sido amplamente utilizada tanto na arquitectura – sobretudo como revestimento de paredes e em pavimentos de casas mais ricas e em edifícios públicos – e na escultura – com grande expressão a partir do tempo de Augusto e da difusão do culto imperial.

Na província da Lusitânia, as jazidas da actual região de Estremoz / Vila Viçosa foram desde o reinado de Augusto intensamente exploradas devido à sua riqueza em mármore de excelente qualidade e beleza, e por isso não havia necessidade de importação de mármore de outras regiões do Império. No território de *Olisipo* este tipo de rocha estava também disponível, provindo de jazidas situadas nas zonas baixas da Serra de Sintra.

"Estes materiais marmóreos são identificáveis no extrato dos calcários metamórficos que contactam com as rochas graníticas da Serra de Sintra. Tratam-se de mármore cristalinos (marmoritos) brancos ou cinzentos, explorados nas pedreiras de Janes e Porto Covo e utilizados para revestimentos de cantaria. São também aproveitados para preparação de cal." (LEITÃO & CARDOSO, 2021: 305)

Porém na região de *Olisipo* destacam-se os **calcários**, nomeadamente um tipo de calcário ornamental designado de **lioiz**, que foi amplamente utilizado na região desde a época romana, sobretudo como elemento de revestimento de paredes e chãos, bem como, em monumentos epigráficos. São várias as pedreiras da região que fornecem este tipo de rocha, salientando-se as da zona de Sintra, - onde inclusivamente, em Colaride, foram identificados vestígios de uma pedreira romana -, mas também, Cascais; Oeiras; Loures; Torres Vedras e mesmo na cidade de Lisboa, no vale de Alcântara. A pedra lioz, rosa ou branca, proveniente destas diferentes áreas foi a matéria-prima utilizada em inúmeros monumentos e construções romanas identificados em toda a região da antiga *Olisipo*.

“Às pedreiras davam os Romanos o nome de *lapicidinae* ou *quadraria*. As fendas ou fissuras naturais da rocha eram aproveitadas para introduzir as cunhas de madeira ou de ferro (em latim, *cunei*), marteladas com malhos de madeira (*mallei*). Quando a pedra era maciça, com picaretas (*fossaria dolabra*) abriam-se rasgos onde depois se metiam as cunhas (...). A exploração das pedreiras fazia-se geralmente a céu aberto; mas também se podiam escavar galerias (...). No estaleiro da obra (ou na própria pedreira), os blocos de pedra eram afeiçoados com variados instrumentos de ferro que vieram até aos nossos dias sem grandes alterações: o *martelo de talhe* ou *escoda*, o *picão*, o *camartelo*, o *ponteiro*, a *escacilhadeira*, o *escopro*, a *enxó*, a *ascia* (nome latino), o *gradim*, a *serra* e o *pião de furar*.” (ALARCÃO; 2004: 12-13)

Os calcários brandos e os arenitos, mais fáceis de talhar e afeiçoar, foram os mais utilizados em cantarias para construção em todo o território de *Olisipo*. Em alguns casos a qualidade nos acabamentos dos silhares demonstra bem o grau de especialização dos canteiros que trabalhavam nas pedreiras da região, constituindo um dos acabamentos mais característicos durante toda a época romana, o “almofadado”. Este acabamento está identificado em diversas

construções da cidade romana, vindo a desaparecer no período medieval e a ressurgir mais tarde no Renascimento.

### O tijolo

A cerâmica de construção constitui um dos materiais mais abundantemente utilizados pela civilização romana, a qual desenvolveu diferentes tipos e formas de tijolaria consoante a função e aplicação a que se destinavam.

A sua matéria-prima, a argila, era inicialmente decantada em fossas próprias e misturada com desengordurantes minerais, sendo depois colocada em moldes de madeira, simples ou compartimentados, de modo a adquirir o formato desejado após a cozedura em fornos próprios. Consoante o formato, a tijolaria cozida podia ser empregue na edificação de muros; de pilares; em aduelas de arcos e abóbadas; em pavimentos ou telhados; em *suspensurae* de edifícios balneares, etc. À construção em tijolos cozidos davam os romanos o nome de *opus testaceum*.

“Os tijolos classificavam-se em *bessales*, quadrados, com 2/3 do pé; *pedales*, quadrados, com um pé de lado [ 1 pé romano = c. 29,6 cm ]; *sesquipedales*, quadrados, com um pé e meio de lado; *bipedales*, quadrados, com dois pés; *lidios*, rectangulares, de variadas dimensões. Quando modelados para servirem de aduelas de arco, recebiam o nome de *cunei*. Os tijolos de coluna eram semicirculares ou em forma de sector circular.” (ALARCÃO; 2004: 15)

Os pavimentos revestidos a tijoleira (*lateres*) eram muito comuns, mesmo em casas modestas, assentando geralmente sobre uma camada de argamassa. Era frequente a utilização do *opus spicatum*, onde as pequenas tijolas rectangulares eram colocadas em forma de espiga ou espinha de peixe.

Quanto às telhas usadas nas coberturas dos edifícios, os romanos aplicaram quase exclusivamente o sistema de telhas coríntias, usadas já na Grécia, constituído pela associação de telhas mais largas e planas com rebordos levantados – *tegulae* —, cobertas nas juntas por telhas em forma semicircular – *imbrices*. Quando bem feitas e devidamente aplicadas, dispensavam a aplicação de qualquer selante ou impermeabilização.

As chaminés eram também de cerâmica, geralmente colocadas sobre uma *tegula* com um orifício circular, enquanto as telhas que compunham o beiral – *antefixae* – tinham por vezes a frontaria decorada de modo a cobrir cada extremidade das sequências de *imbrices*.

A tijolaria adquiria grande relevância na construção de edifícios termais. As salas aquecidas — *caldaria* — possuíam um espaço sob o pavimento — o *hypocaustum* —, constituído por pilares ou por arcaria em tijolo — *suspensurae* — que sustentavam o pavimento e permitiam a circulação do ar quente. Este era alimentado por uma fornalha próxima — *praefurnium* —, na maior parte dos casos também constituída por muros e arco de tijoleira.

“O sistema aquecia muito o pavimento, mas tinha o inconveniente de condensar a humidade nas paredes. Por isso se começaram a construir as salas aquecidas (*caldaria*) com paredes duplas. Estas podiam ser feitas com *tegulae mamatae*, isto é, tijoleiras providas de pés em cone, que permitiam assim uma estreita passagem do ar quente. As tijoleiras podiam ter também os ângulos recortados e serem aplicadas com peças de barro que tinham a forma de pequenas ânforas. Outro tipo ainda de aplicação era por meio de tubos [*tubuli*] ou carretos de barro aos quais as tijoleiras se fixavam por grandes pregos de ferro. Também se podiam construir as paredes duplas dos *caldaria* com tijolos ocos e lateralmente perfurados (...). As próprias coberturas abobadadas dos *caldaria* podiam ser feitas com arcos cujas aduelas de tijolo tinham perfurações que permitiam a circulação do ar quente.” (ALARCÃO, 2004: 16)

Em relação à cidade de *Olisipo*, até à actualidade, são poucos os exemplos documentados da utilização de cerâmica de construção nos edifícios. Este facto causa alguma estranheza à investigação face à clara evidência de olarias com intensa produção de cerâmica no território olisiponense, sobretudo para envase de produtos alimentares.

Com efeito, a cidade romana da foz do Tejo tem demonstrado o domínio da alvenaria, da silharia e das argamassas como materiais e métodos preferenciais de construção, onde a utilização de tijolo apenas se documenta pontualmente associado a pavimentações ou a aspectos técnicos da construção. É o caso do arco de uma boca de fornalha das Termas dos Cássios; dos pilares de tijolo de um hipocausto das termas portuárias, e da tijolaria associada às mesmas termas, que permitia a circulação do ar quente no interior de paredes e abóbadas do respectivo *caldarium* ; ou ainda, das tijoleiras que forram as concavidades onde assentavam os mastros do pano de cena (*auleum*) do Teatro Romano.

#### O adobe e a taipa

Os Romanos usaram o adobe e a taipa, sobretudo nos locais onde a pedra escasseava. Em ambos os casos utilizava-se terra argilosa como matéria-prima, a qual era misturada e

amassada com água e com um desengordurante natural (palha ou erva), ou mineral (areia, cascalho, cal).

No caso do adobe, a mistura seria moldada em pequenos blocos em forma de tijolo que se deixavam a secar ao sol. Uma vez secos podiam ser utilizados em construções, ligando-se uns aos outros através de uma camada de argila húmida. À construção em tijolos secos (não cozidos em fornos) davam os romanos o nome de *opus latericium*.

No caso da taipa, a mistura era vertida directamente no local da construção, no interior de uma cofragem de madeira – o taipal – erguido sobre um muro baixo de pedra – o baldrame –, que evitava que a taipa ficasse em contacto com o solo. Durante o processo, a taipa era batida com um maço ou pilão de madeira de modo a ficar o mais sólida e compacta possível, deixando-se depois a secar ao sol. Após a secagem era conveniente, também, aplicar-lhe uma, ou várias, caiações de modo a que a taipa não se viesse a desfazer com a água da chuva.

#### A cal

O calcário (e o mármore) é a matéria-prima da cal, rocha bastante abundante no território olisiponense, assim como o registo de fabrico de cal na região até época recente. Apesar de cronologia comprovadamente romana, não ter chegado aos nossos dias qualquer forno de cal, é altamente expectável a sua presença expressiva no território durante todo o período romano, pois a utilização de argamassas constituídas à base de cal está amplamente documentada em toda a região como um dos materiais mais utilizados em quase todo o tipo de construções.

“Da existência de fornos de cal construídos no período romano, não temos vestígios confirmados até ao momento na área do *ager Olisiponensis*. A existência de uma pequena estrutura circular, escavada nas margas, a norte do Vale Travesso (Cascais), perto do Pisão de Baixo, poderá ser o indicador de uma estrutura de combustão para esse fim. Contudo, a ausência de outros indícios que o comprovem não possibilita confirmar a data da sua construção. Em Freiria, foi detetado um depósito de cal junto à parede poente das termas sul. A fornada não foi completamente consumida, dado que a maioria dos blocos de cal tinham pederneira no seu interior, inviabilizando a sua produção, tendo a mesma sido rejeitada e ali abandonada.” (LEITÃO & CARDOSO, 2021: 306)

A cal era queimada ou calcinada em fornos de chaminé a temperaturas muito elevadas. No interior, os blocos de calcário dispunham-se em forma de falsa cúpula sob a qual se acendia uma fogueira. A queima ou calcinação completa podia demorar cerca de uma semana, e, durante

o processo, a reacção química produzida daria origem à cal viva. Se à cal viva se juntasse água, transformava-se em **cal apagada**, apropriada para caiadas, e se à cal e à água se juntasse areia esta transformava-se em **argamassa de cal** utilizada como ligante e como material de revestimento de paredes. Ainda, pela adição de agregações como, alvenaria miúda ou tijolo triturado, produzia-se as argamassas que os romanos utilizaram abundantemente nas suas construções – *opus caementicium* e *opus signinum*.

“Os revestimentos murais eram de argamassa de cal caiada e ao caiador dava-se o nome de *dealbator*. Quando se pretendiam paredes mais ricas, pintadas a fresco, aplicavam-se sucessivas camadas de argamassa de cal cada vez mais finas, até ao número máximo de sete. (...) Plínio recomendava que se não usasse cal que não estivesse calcinada há pelo menos três anos. O mesmo autor distingue 3 tipos de areia: *haremma fossica* (de areeiros ou terraços fluviais), *glarea fluminea* (areia do rio) e *haremma marina* (areia das praias marinhas). E adverte para os perigos de salitre que a areia marinha provoca, recomendando que, a ter de usar-se esta, se lave em água doce.” (ALARCÃO, 2004: 17 e 20)

A cal estava ainda na origem do **estruque**, o qual consistia na mistura de cal, areia, água e pó de mármore. O estruque — *opus albarium* — era aplicado sobre uma camada de argamassa de cal e podia receber pintura ou ser usado para se obter decorações em relevo em, muros; abóbadas e cornijas, ou fazer imitações de motivos de cantaria e de mármore, quando não era possível empregar estas pedras ornamentais.

#### A madeira

A madeira era também bastante utilizada nas construções romanas, tanto como material integrante nas edificações – em pavimentos; vigamentos; armaduras de telhados; estruturação de paredes; em janelas; portas; escadas e balcões –, como também era utilizada para construir o material auxiliar do processo construtivo – guas; andaimes; cimbres e as diferentes cofragens.

Nas paredes internas dos edificios utilizava-se a madeira, geralmente, como uma espécie de armação de barrotes que depois se enchia de argamassa de cal, caiando-se ou pintando-se a parede no final. Era frequente também fazer-se paredes mistas de madeira e alvenaria – *opus craeticium* –, ou madeira e adobes ou tijolos cozidos. Dada a menor resistência da madeira à passagem do tempo, são muito raros os exemplares deste tipo de estruturas romanas que

chegaram aos nossos dias, encontrando-se apenas conservados alguns exemplos em Herculano e em Pompeia.

## **ROTEIRO – O *AGER* OLISIPONENSE**

### **O mundo rural do território olisiponense**

As terras férteis do vasto território pertencente à cidade de *Olisipo*, fortemente vocacionadas para a exploração agro-pecuária, foram desde a presença romana alvo de continuadas atenções para um melhor e mais racional aproveitamento dos seus recursos. O conhecimento romano relativamente à agricultura e às suas práticas, permitiu o incremento local de culturas como a vinha, a oliveira e os cereais, a partir de então exploradas de forma articulada com uma economia regional, que serviria, em primeiro lugar, para abastecer de alimentos a cidade de *Olisipo*. A criação de gado, com particular destaque para os equídeos, terá constituído, também, nesta região de cavalos velozes "gerados pelo vento", uma importante fonte de rendimento local.<sup>[1]</sup> Mas, na verdade, mais do que os proventos do trabalho da terra e do gado, os ricos proprietários rurais, quase sempre membros das elites urbanas, encontravam a partir das suas *villae* e dos domínios que administravam, um refúgio idílico para o qual frequentemente se retiravam. Aí se dedicavam ao ócio e à vida amena do campo.<sup>[2]</sup> Para conhecer em pormenor todos os aspectos do mundo rural antigo da região de Lisboa, convidamo-lo a aventurar-se numa viagem arqueológica pelo *ager* olisiponense, para a qual se disponibiliza a informação presente neste *site*.

### **Roteiro Arqueológico**

#### **#01. *Villa* romana de Freiria**

Rua da Freiria, Polima, 2785-511 São Domingos de Rana / Tel.: 214 815 316 / Email: [patrimonio.cultural@cm-cascais.pt](mailto:patrimonio.cultural@cm-cascais.pt)

Visita a uma conhecida *villa* romana do território agrícola olisiponense, que se destaca por integrar os vestígios do maior celeiro romano da Península Ibérica.<sup>[3]</sup> Terá sido fundada no início do séc. I d.C. por *Titus Curvatus Rufinus*, um dos primeiros colonos romanos a chegar à região de *Olisipo*, que, em conjunto com os sucessivos proprietários, a dotaram de todas as estruturas e elementos basilares de uma propriedade agrícola romana, definidos segundo os cânones clássicos e os tratados de agronomia antigos.

09h30-10h10

## #02. Adega de Colares Viúva Gomes

Largo Comendador Gomes da Silva nº 2 e 3, Almoçageme, 2705-041 Colares. **Visita à adega e prova de vinhos sujeitas a marcação prévia** – Tel.: 219 290 903 / 967 248 345 / Email: info@adegaviuvagomes.com

Fundada em 1808, esta adega é uma das mais antigas da região vitivinícola de Colares, região essa que, apesar de ser uma das mais pequenas do mundo, teve um papel excepcional na história recente do vinho ao sobreviver à praga da filoxera que destruiu grande parte da vinha europeia durante o séc. XIX. Demarcada desde 1908, a ligação desta região ao vinho é, todavia, muito mais antiga, recuando até à época romana, período em que está já documentado tanto o cultivo da vinha como a produção de vinho um pouco por todo este território do extremo ocidental do Império.

10h40-11h30

## #03. *Villa* romana de Santo André de Almoçageme

Estrada do Rodízio, Santo André de Almoçageme, Colares / GPS: 38°48'01.2"N 9°28'04.9"W

Passagem no local onde foi descoberta uma *villa* romana, que será a mais ocidental do Império romano. Terá sido ocupada entre os séculos II e VI da nossa Era e, apesar de se encontrarem actualmente ocultos, apresenta o maior conjunto de mosaicos romanos encontrados no distrito de Lisboa.

11h40-12h00

## #04. Sítio Arqueológico do Alto da Vigia

Praia das Maçãs, Colares (na margem esquerda da ribeira de Colares, em plataforma sobranceira ao mar)./ GPS: 38°49'27.2"N 9°28'21.7"W

Passagem pelo sítio do Alto da Vigia, localizado em época romana no extremo ocidental do mundo então conhecido, e cujos vestígios arqueológicos dão testemunho da existência de um importante santuário consagrado ao Oceano e Sol Poente. Estes vestígios, na sua maioria altares votivos, demonstraram também que este seria um lugar exclusivamente visitado por altos dignitários imperiais, governadores da Lusitânia e representantes do próprio Imperador.

12h15-12h45

#05. *Villa* romana e Museu de São Miguel de Odrinhas

Avenida Prof. Dr. D. Fernando de Almeida, São Miguel de Odrinhas, 2705-739 São João das Lampas / Tel.: +351 21 960 95 20 / Email: dbmu.masmo.geral@cm-sintra.pt

Ao lado de uma *villa* romana de início do séc. IV, foi construído um museu para albergar, entre outros materiais arqueológicos, um apreciável conjunto de monumentos epigráficos de carácter funerário encontrados na região de Sintra. Estes espelham não só a diversidade socio-cultural das pessoas que aqui habitaram em período romano, como permitem entrever o seu *modus vivendi*, quer se tratem de membros das elites municipais que aqui se recolhiam em grandes propriedades rurais – as *villae* –, quer de escravos, libertos, ou cidadãos de pleno direito que viveram e morreram neste território nos primeiros séculos da nossa Era.

14h30-15h30

#06. *Villa* romana de Frielas

Rua Quinta do Caiado, 2660-063 Frielas / **Visitas sujeitas a marcação prévia:** Arqueóloga da CMLoures, Ana Raquel Silva / Tel.: 211 151 507 / Email: ana\_silva@cm-loures.pt

A *villa* romana de Frielas, estrategicamente implantada nas terras férteis do actual vale de Loures e na confluência de importantes vias de comunicação de época romana, apresenta a descoberto apenas a sua parte residencial – a *pars urbana* da *villa*. A configuração das estruturas, a sua rica decoração bem como os diversos materiais arqueológicos exumados apontam para uma construção de finais século III d.C., no entanto, reconhecem-se alguns vestígios que apontam para a existência de uma ocupação anterior enquadrável nos séc. I/II d.C.

16h00-16h20

#07. Coudelaria da Companhia das Lezírias

Monte de Braço de Prata, Estrada Nacional n.º 118 - Km 19, Porto Alto, Samora Correia. **Visitas sujeitas a marcação prévia:** Tel.: +351 263 654 593/989 / Email: lezirias.coudelaria@cl.pt

Inserida num território de excelência com condições naturais ímpares para actividades rurais, a Companhia das Lezírias dá a conhecer a riqueza desta região e dos abundantes recursos disponíveis através de programas de visita pela propriedade, onde se inclui a sua coudelaria. Actualmente com um efectivo de 16 fêmeas de ventre, esta dedica-se em exclusivo à criação de animais de raça lusitana, que nas férteis terras da lezíria do estuário do Tejo, são criados, desbastados e ensinados.

17h00-18h00

(Mapa com ligação ao *Google MyMaps*)

## Sítios

### **#01. *Villa* romana de Freiria**

Os vestígios arqueológicos da *villa* romana de Freiria constituem uns dos melhores testemunhos que actualmente dispomos, de uma grande propriedade agrícola de época romana no território olisiponense.

Todo o mundo rural pertencente à *civitas olisiponensis* – os campos, ou *agri*, enquadrados sensivelmente entre o Atlântico e a envolvente da bacia do Tejo – conheceram uma profunda transformação a partir do séc. I d.C., quando alguns dos cidadãos mais abastados e influentes da capital da *civitas* – a cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* – começaram a estabelecer, um pouco por todo o território circundante, as suas grandes propriedades rústicas vocacionadas para a exploração agropecuária: as *villae*.

A *villa* de Freiria terá sido uma delas, apenas se diferenciando de muitas outras que existiram na região, pela circunstância feliz dos seus vestígios se terem conservado e terem sido descobertos, surpreendendo desde logo os arqueólogos tanto pela extensão da propriedade, como pelo bom estado de conservação dos seus vestígios. De imediato ficou clara a necessidade de elaborar um projecto de investigação extensível a toda a *villa*, com vista à sua preservação e futura divulgação pública.

"A existência de vestígios arqueológicos em Freiria foi inicialmente detetada por Vergílio Correia (1888-1944), quando encontrou uma sepultura romana junto às pedreiras do local. Guiados por essa informação, os arqueólogos Guilherme Cardoso e José d'Encarnação fizeram sondagens em meados da década de 80 e, com enorme surpresa, depararam-se com vestígios inequívocos de uma *villa* romana. O sítio viria a ser escavado em campanhas sazonais, entre 1985 e 1998, dirigidas por estes arqueólogos, que permitiram expor cerca de um terço da *villa* romana de Freiria. As escavações focaram-se essencialmente no estudo da área de produção, a *pars fructuaria*, deixando por escavar a totalidade da zona mais nobre, a *pars urbana*, detetada em 1985." CMC, 2020

Situada numa zona de vale de pendente suave, sobranceiro a um curso de água e rodeada de terras férteis, esta *villa* segue bem os preceitos clássicos presentes nos tratados dos agrónomos da Antiguidade. Segundo esses preceitos, e conforme confirmam os vestígios arqueológicos exumados, a *villa* foi ainda dotada de todos os elementos fundamentais numa

propriedade rural romana (*fundus*), concebidos especificamente para cada uma das suas diferentes áreas – *fructuaria*, *urbana* e *rustica*. O seu fundador provável – o romano *Titus Curiatius Rufinus* – terá sido um dos primeiros colonos provenientes da Península Itálica a estabelecer-se no *territorium* de *Olisipo*, logo no início do séc. I d.C. Conhecemos o seu nome, graças à descoberta de um pequeno altar consagrado por este colono à divindade indígena, *Triborunnis*, gesto que mostra bem a boa convivência da recém-chegada população romana e das suas práticas, com a tradição dos cultos locais.

Com efeito, a leitura de diversas epígrafes latinas encontradas na região, permitem sabermos que a população local era bastante diversificada, sendo constituída por autóctones – populações indígenas que habitavam este território desde a Idade do Ferro –; por famílias romanas de origem itálica, que, em muitos casos, integram as elites locais, evidenciando um certo bem-estar económico e, ainda, por escravos provenientes de diversas geografias. Serão estes primeiros colonos romanos que irão introduzir os saberes clássicos de agronomia, silvicultura e criação animal no mundo rural olisiponense. Estes saberes incluem, entre outros aspectos mais teóricos, novos preceitos construtivos e novas tecnologias que permitem erguer e fazer funcionar as diferentes estruturas indispensáveis numa grande propriedade de exploração agropecuária – os lagares de vinho e de azeite; os celeiros; adegas; armazéns; estábulos; zonas de forja e fornos; estruturas de moagem; etc. – e também a residência senhorial para albergar o proprietário, a sua família e alguns escravos principais – a *pars urbana* – onde, o conforto, algum luxo, e as comodidades dos diferentes espaços deveriam permitir recriar o *modus vivendi* semelhante ao praticado nos *agri* da Península Itálica.

#### As termas (*balnea*)

Este modo de vida romano está bem patente logo início da visita ao recinto musealizado da *villa*. Com efeito, mal entramos no recinto visitável, do lado esquerdo, deparamo-nos com os vestígios de um edifício termal, o maior dos dois existentes na propriedade. Elemento fundamental na rotina diária, a prática dos banhos e tratamentos termais tanto servia os senhores como os seus trabalhadores, sendo que estas estruturas balneares localizadas a sul, na parte mais baixa da propriedade, deverão ter servido os trabalhadores da *villa*, pois as outras estruturas de banhos encontradas, situam-se ao lado da casa senhorial, constituindo, por certo, as termas privadas dos proprietários.

Apesar de muito alteradas por remodelações posteriores de diferente funcionalidade – entre as quais, eventualmente, uma tinturaria e uma padaria –, os vestígios observados registaram da primeira fase das termas (séc. I d.C.), a presença de um espaço que terá servido de *apodyterium* (vestiário) (n.º 1 da imagem incluída no anexo ou no *website*), o qual, a poente possuía dois degraus (n.º 3) de acesso a um tanque em abside e revestido a *opus signinum*, que deveria pertencer ao *frigidarium* do edifício (área de banhos frios) (n.º 2). O tanque exibia ainda vestígios de uma barra vermelha no bordo interno superior, bem como, o tubo em chumbo na base de um dos cantos para evacuação das águas. Identificou-se também o negativo de um muro (n.º 4) com vestígios de estuque do lado norte (n.º 5), que faria a divisão com o *tepidarium* (banhos mornos) ou com o *caldarium* (banhos quentes) do lado sul (n.º 6).

"Do *hipocaustum* restam vestígios [n.º 7] da base dos pilares de apoio do piso do *tepidarium*, a uma profundidade de 1,06 m em relação ao piso do *frigidarium* (...). O edifício prolongar-se-ia para sul, mas não o conseguimos determinar com exactidão, devido às alterações entretanto sofridas com as edificações posteriores. (...) Por sua vez, as segundas termas, construídas no lado sul do edifício da 3ª fase, estão completas ao nível da planta do piso inferior, faltando o superior, o que cria dificuldades para esclarecer a função das dependências existentes (...). Era formado por três salas, duas no lado norte [n.º 8] e uma a sul [n.º 9]." (CARDOSO, 2018: 134 e 138)

#### *A pars fructuaria* (área produtiva)

Seguindo no passadiço para norte e, virando à esquerda, chama imediatamente a atenção uma série de muros construídos em alvenaria de pedra seca, dispostos paralelamente entre si e a pouca distância uns dos outros.

Quando da sua descoberta, esta estrutura intrigou bastante os arqueólogos que não entendiam o que podiam constituir aqueles muretes assentes directamente no substracto geológico, apenas que pareciam servir de embasamento a uma qualquer outra construção. Somente quando se identificou na Extremadura espanhola, na *villa* romana de Monroy, uma estrutura muito semelhante, se percebeu que os muros seriam os alicerces de um grande celeiro, um monumental *horreum* romano.

Na verdade, veio depois a concluir-se que a *villa* romana de Freiria possuía os vestígios do maior celeiro encontrado até hoje na Península Ibérica e também os mais bem conservados.

Os muros paralelos que chegaram aos nossos dias suportariam, em época romana, um enorme estrado de madeira sobre o qual se armazenavam os cereais, permitindo mantê-los secos e longe de eventuais pragas de roedores. De facto, o espaçamento entre os muros permitia a circulação de ar por baixo do celeiro, e a sua elevação impedia o contacto do cereal com o solo mais húmido, um pouco à semelhança do que ainda hoje se observa nos espigueiros da região do Minho.

"A primeira fase de construção do *horreum* de Freiria, com paredes de pedras pouco afeiçãoadas, datará dos finais do século I a.C. a inícios do I d.C., visto que os materiais recolhidos na base dos corredores ocidentais e lado exterior meridional, incluem basicamente fragmentos de cerâmica campaniense, cerâmicas cinzentas e ânforas datáveis da segunda metade do século I a.C., inícios do seguinte. Por sua vez, o acrescento do lado oriental ter-se-á dado já no Baixo-Império, uma vez que as paredes apresentam blocos de calcário mais bem afeiçãoados e uma construção mais minuciosa – o que corresponderá a uma construção da segunda metade do século III d.C. ou inícios do IV d.C." (CARDOSO, 2018: 99)

Será nesta segunda fase, já no período do Baixo-Império, que é possível que o celeiro de Freiria tenha servido para armazenar, não só os cereais da produção própria, mas também de outras propriedades agrícolas da região, justificando, assim, a expressiva ampliação do edifício para nascente. Por outro lado, a sua localização próxima de uma das entradas da *villa* – o portão sul – ladeado por dois grandes tanques que serviriam para saciar a sede dos animais que aqui chegavam, e com espaço livre suficiente para circulação de carros de carga, aponta também para que este equipamento não servisse apenas localmente, mas centralizasse o armazenamento de grande parte da produção de cereal das propriedades vizinhas, muito provavelmente, para posterior abastecimento da cidade de *Olisipo*.

É desta época, também, que data o compartimento construído no lado oriental do celeiro, podendo este trata-se do local onde se guardavam as alfaias agrícolas da *villa*.

Passando o que resta do portão sul, entramos numa ampla via estruturada na rocha-mãe, onde ainda se consegue ver algum do desgaste provocado pelas rodas dos carros que aqui circularam ao longo dos primeiros séculos da nossa Era. *Grosso modo*, esta via fazia a separação da *pars urbana*, da *pars fructuaria* da *villa*, pois, do lado esquerdo da mesma, vêm-se logo de início os vestígios de algumas estruturas de apoio à zona residencial – entre as quais, possivelmente, uma *fullonica* destinada à lavagem e branqueamento de tecidos –, seguidas pelo que resta das termas privadas dos proprietários e, finalmente, pela *domus* senhorial que se estende depois, para noroeste. Do lado direito e para norte do celeiro, continuava a área

produtiva da *villa*, bem identificada quer através da presença dos estábulos dos animais – bovinos e equídeos –, quer das estruturas que constituiriam o lagar de azeite. Este último situa-se no final da via, do lado de lá do passadiço.

O lagar – em latim, *torcularium* – evidencia, neste caso, ter servido apenas para produção de azeite, pois não se encontraram quaisquer vestígios de grainhas de uvas, expectáveis nos lagares de vinho.

Do edifício, pode ainda observar-se a parte inferior das suas paredes em alvenaria de pedra, bem como, alguns elementos que, por se terem conservado *in situ*, permitem reconstituir o circuito de produção do azeite. Com efeito, ainda podem ser vistos no seu local original, o contrapeso [n.º 3 da planta incluída no anexo ou no *website*] – um enorme bloco de pedra que integraria o sistema tradicional de prensa de vara para moagem da azeitona –, bem como, os tanques [n.º 4] que recolhiam o líquido proveniente da prensagem e onde se fazia a decantação do azeite, apresentando estes, como habitualmente, revestimento a *opus signinum* (uma argamassa romana isolante), cantos curvos de forma a evitar a sedimentação e, no fundo, pequenas depressões para facilitar a sua limpeza.

"Localizada no lado sul do lagar, a sala [n.º 1] (...) onde estaria a base da prensa [n.º 2] (...), já só existia o enrocamento que, na parte superior, era em *opus caementicium* [argamassa romana], sobre o qual assentava o piso da sala. Pelas dimensões do espaço, tudo aponta que seria no lado sul deste compartimento que estaria a mó, possivelmente do tipo *trapetum*, para esmagar as azeitonas antes de serem colocadas nas esteiras e levadas à prensa. No compartimento [n.º 3] (...), o contrapeso da antiga vara do lagar (...), talhado em calcário local (...), apresenta um canal central na parte superior, que ligava os dois lados onde se encontram dois encaixes em “cauda de andorinha”, que serviam para encastrar os barrotes. Estes, por sua vez, prendiam o torno onde se enrolava o cabo que ligava à vara." (CARDOSO, 2018: 107-108)

#### *A pars urbana* (zona residencial dos proprietários)

Seguindo no passadiço para poente, em direcção à zona de maior altitude e com melhor controlo visual da propriedade, entramos na área da *pars urbana* da *villa*. Aqui chegados, de imediato podemos constatar que os vestígios visíveis são, infelizmente, muito reduzidos. A justificação é simples, a zona residencial dos senhores desta propriedade não foi ainda totalmente escavada e, dos vestígios que foram encontrados, grande parte estão ocultos por uma

cobertura destinada à sua protecção. À época, quando se encontraram vários pavimentos de mosaico considerou-se que seria difícil assegurar a sua adequada conservação, bem como a de outros materiais relevantes que viessem a aparecer, preferindo-se avançar com os trabalhos de escavação na *pars fructuaria* pela raridade dos vestígios que esta zona então revelava.

De qualquer forma, foi possível determinar a extensão do peristilo – o grande pátio ajardinado, interior e central das *domus* romanas –, documentar os seus tanques semicirculares para recolha das águas pluviais; algumas bases e fustes de colunas da estrutura porticada em redor do pátio e, ainda, pequenos fragmentos de estuques pintados que animavam as suas paredes. Identificou-se também o *triclinium* – espaço de refeições geralmente dotado de três camas reclinadas, ou *clinae* – o qual exibia quatro bonitos painéis de pavimento em mosaico policromo decorados com motivos geométricos e onde, também, se encontrou um belíssimo capitel coríntio em lioz regional, o qual, juntamente com uma verga de porta e um fragmento com voluta de mármore cinzento, enriquecia, certamente, a ornamentação do *triclinium*.

Exumaram-se parcialmente outros espaços de funcionalidade indefinida, entre os quais, possivelmente, uma cozinha e, ainda, uma sala onde teria início a escada de acesso ao piso superior da casa.

Importa referir que as estruturas postas a descoberto pertencem quase todas a remodelações feitas desde finais do séc. III d.C. / início do séc. IV, contudo, diversas terão sido as decorações e formas dos diferentes espaços, sempre sujeitos às modas e gostos das sucessivas gerações de proprietários que se acomodaram nesta *domus* rural ao longo dos seus cerca de cinco séculos de vida.

#### *A pars rustica* (zona de habitação dos trabalhadores)

Continuando no passadiço, que após circundar a *pars urbana* volta para nascente, passamos por uma área, situada a cerca de 15 metros a norte do lagar, que deverá corresponder à *pars rustica* da *villa*, ou seja, ao local onde se ergueriam as dependências para albergar os escravos que trabalhavam na propriedade. Toda esta zona a norte é, porém, ainda insuficientemente conhecida, pois por um lado, grande parte dela está ainda por escavar, por outro, encontra-se bastante adulterada devido aos trabalhos agrícolas que eliminaram por completo os estratos romanos, tendo-se identificado apenas na zona central, estratos anteriores de ocupação pré-romana correspondentes à Idade do Ferro.

"Nos últimos anos de escavação, procedeu-se à abertura de uma grande área a cerca de quinze metros a norte do lagar, onde se identificaram estruturas romanas de paredes de pedra seca de dupla fiada (...), já localizado fora da *pars urbana* e da *pars fructuaria*, deverá corresponder ao que os autores clássicos romanos classificavam como sendo a *pars rustica*, local onde se encontrava o *ergastulum*, bem como outras celas para escravos, os estábulos e, eventualmente, o pombal." (CARDOSO, 2018: 78-79)

Um pouco mais adiante, passamos ainda perto da entrada norte da estrutura murada que cercava a parte central da propriedade. Com cerca de 3 metros de largura, esta entrada permitia o fácil acesso de carros de carga puxados por animais a áreas importantes da *pars fructuaria*, tendo o pavimento da via conservado alguns vestígios das marcas das suas rodas. Visíveis nas pedras que se mantiveram no local, são também os buracos dos gonzos e do batente central do grande portão que protegia esta entrada.

#### Zona de exposição

Virando agora para sul e seguindo no passadiço, encontramos, à esquerda, uma zona expositiva com diversos painéis interpretativos, que permitem conhecer um pouco melhor, não só, alguns aspectos relacionados com a propriedade romana mas, também, alguns dos materiais mais significativos que aqui se recolheram ao longo das muitas campanhas arqueológicas desde a década de 80 (parte do espólio encontra-se actualmente exposto no Museu da Vila de Cascais). Destes chama-se a atenção para o quadrante solar, um relógio de sol talhado em pedra calcária branca, expressamente, para a latitude de Freiria. O destaque dado a esta peça justifica-se pela sua raridade e pela relevância que teria em época romana, num local onde os ritmos do trabalho agrícola e da criação de gado se pautavam por tempos e momentos certos, tempos esses que os romanos conheciam e procuravam implementar nas rotinas diárias das suas explorações.

"Foram recuperados dois fragmentos, em calcário da região, que permitem determinar, desde já, que se trata de um quadrante de tipo cónico e gnómon horizontal, (...) tendo a linha meridional recta e todas as outras curvas. (...) De secção meio cilíndrica, apresenta um orifício central na parte superior, para fixação do gnómon, com 12 mm de diâmetro e a profundidade de 28 mm. (...) Embora só sejam visíveis, actualmente, dez segmentos horários, o que permite obter nove espaços, o quadrante apresentava, decerto, originalmente, os onze que são habituais. (...) pudemos chegar à conclusão de que se trata efectivamente de um quadrante (...) desenhado para a latitude de 39°-40'. Não é, pois, significativa a diferença em relação à latitude local, que

é de 38°-43', sabendo quão difícil seria, na Antiguidade, traçar um ângulo com todo o rigor." (CARDOSO, 1987: 219-223)

## #02. Adega de Colares Viúva Gomes

O grande edifício do início do séc. XIX que ocupa todo o lado Sul da praça central de Almoçageme pertence à já bicentenária adega do vinho de Colares, Viúva Gomes, que desde 1808, se dedica de corpo e alma à produção de vinhos de uma das mais singulares regiões vitivinícolas do país. Tal como a maioria dos produtores da região, o volume de vinho que produz é relativamente pequeno, consequência de se tratar de uma região demarcada das mais pequenas de Portugal, com áreas de vinhedo muito reduzidas.

Na verdade, nas últimas décadas, esta tradicional região vitivinícola esteve em sérios riscos de sobrevivência devido à forte pressão imobiliária numa zona de grande especulação que tem ameaçado muitos hectares de vinha. Graças a algumas políticas que têm ajudado e travar esta tendência e, sobretudo, à perseverança e paixão dos vitivinicultores locais, nos últimos anos tem-se conseguido manter a produção do tradicional vinho de Colares, ao mesmo tempo que se procura garantir para o futuro a sua continuidade e sustentabilidade. Neste momento, em algumas zonas, assiste-se mesmo a um crescimento de área plantada e volume de produção, consequência da crescente procura por parte de novos e importantes mercados (EUA e Canadá) cada vez mais interessados em adquirir produtos únicos e autênticos, como é sem dúvida o caso do tradicional vinho de Colares.

### O vinho de Colares

Não se sabe ao certo quando é que esta região litoral de solos arenosos começou a produzir vinhos, no entanto, as fontes antigas e a arqueologia sugerem-nos que em época romana, sobretudo a partir do séc. II d.C., integraria já alguns vinhedos e por certo alguma produção. Vários monumentos epigráficos e múltiplos vestígios arqueológicos associados a explorações agrícolas da zona ocidental dos *agri* olisiponenses, denunciam a presença de grandes senhores da terra que ganhariam o seu sustento a partir dos bens que produziam, entre eles, cereais; azeite e vinho.

No caso do cultivo da vinha, em específico, faltam-nos ainda estudos que confirmem de forma directa e categórica a sua existência em período tão recuado na região.

"Afigura-se pertinente começar por abordar a temática da “visibilidade arqueológica” da produção vitivinícola, isto é, dos indícios rastreáveis no registo arqueológico de tais produções, já que, como é sabido, apenas uma pequena parte das múltiplas actividades humanas do passado são directa ou indirectamente identificáveis através de registos materiais conservados. Esta “visibilidade”, directamente considerada, resume-se, no caso da vinha, a dados de natureza paleobotânica: registos polínicos e macro-restos (grainhas, pedicelos, etc.) (...). Indirectamente, é possível documentar a sua presença pelas alfaias agrícolas usadas no trabalho da vinha e, sobretudo, pelos vestígios de unidades de produção e armazenagem do vinho (lagares e adegas) (...)." (FABIÃO, 1998: 171)

Assim, na actual região de Colares ou perto dela, até ao momento, dispomos apenas de evidências indirectas para o período romano, tanto do cultivo da vinha como da produção de vinho, nomeadamente, alfaias agrícolas usadas na viticultura – é o caso das foices de vindima e foices de poda –; equipamentos associados à transformação da uva em vinho – conservam-se sobretudo, pesos de lagar –, bem como, materiais arqueológicos associados ao armazenamento e transporte de vinho – essencialmente, fragmentos de talhas e de ânforas. Neste último caso, é de salientar a presença na *villa* romana identificada em Almoçageme, tanto de fragmentos de ânforas de transporte de vinho (Lusitanas 3), como das grandes talhas que podiam servir o seu armazenamento.

Quanto a fontes escritas, para encontrarmos o primeiro documento histórico que ateste a produção de vinho na região, teremos de avançar vários séculos, precisamente, até 1154, data em que D. Afonso Henriques concede a Sintra a sua primeira carta de foral. Nela, o rei fundador da nacionalidade, permitia aos habitantes de Sintra pagar os seus reduzidos tributos em bens produzidos na região, entre os quais, vinho: "E paguem um puçal de vinho a tirar de cinco quinais" (COSTA, 1976: 59). Será, no entanto, com D. Afonso III que se assiste às primeiras medidas de incentivo ao cultivo e à protecção da vinha na região, doando este rei, terras a quem a plantasse e condenando a pagar "300 maravedis" a quem a destruísse. É durante este reinado (séc. XIII) que alguns autores colocam mesmo a hipótese de ter sido introduzida na região a casta “Ramisco”, identificativa dos tintos de Colares, a qual o rei *Bolonhês* teria trazido de França. Contudo, as primeiras referências históricas que existem à casta Ramisco, de facto, não antecedem o séc. XVIII.

"D. Afonso III pretendeu animar a cultura da vinha, porquanto na doação que em 1255 fez do Reguengo de Colares a Pedro Miguel e sua mulher, Maria Estêvão, foi com obrigação de plantar vinhas, o que leva o erudito Visconde de Jerumenha a observar não ser talvez errada

a conjectura de ter êste rei ali introduzido cepas originárias da França, pela semelhança dêste vinho com o daquele país." (SANTOS, 1938: 11-12)

D. Diniz, conhecido pelo impulso que deu à agricultura do reino, procedeu a doações e alterações nos antigos foros de Sintra, obrigando os muitos mouros que possuíam terras no Reguengo de Colares a dar à coroa a quarta parte do vinho e tudo mais que produzissem. A partir do reinado de D. Fernando (1367-1383), a produção do vinho de Colares seria já bastante expressiva, cobrindo não só o consumo interno do reino como dando azo à primeira exportação documentada deste vinho, em 1367.

Referem ainda alguns autores, que já no período da expansão marítima, as características do vinho de Colares, entre as quais, a durabilidade, teria feito dele um dos bens mais requisitados nas longas viagens oceânicas.

"Nos documentos comprovativos do aviamento e cargação das naus que se destinavam à Índia se nota que o Vinho de Colares era, pelas suas qualidades, um dos preferidos. No geral, cada nau levava 20 pipas de vinho escolhido e 50 do têrmo de Lisboa." (SANTOS, 1938: 13)

Contudo, o que acabaria por vir a dar mais visibilidade aos vinhos de Colares, traduziu-se para viticultura mundial numa verdadeira catástrofe.

Em 1863, chega à Europa um minúsculo insecto – a filoxera (nome que designa tanto o insecto como a praga que constitui) – cuja sobrevivência depende totalmente da videira, atacando-a rapidamente através da raiz. A sua expansão no terreno dá-se a um ritmo implacável, tendo começado, no grande surto do séc. XIX, por devastar as vinhas da maioria das regiões vitivinícolas francesas, e estendendo-se depois aos países em seu redor onde encontrou vinha.

Em Portugal entrou em 1865, grassando na maioria das regiões vinhateiras do país, porém, quando chegou a Colares, surpreendentemente, as vinhas de toda a região mantiveram-se intactas.

No início, não foi logo percebida a razão da sobrevivência das videiras da região mas, mais tarde, chegou-se à conclusão que se devia à singularidade da viticultura local, a qual se teve de adaptar a condições naturais mais exigentes presentes neste território. De facto, a grande camada de solo arenoso que cobre a maioria dos terrenos da região de Colares, obriga a que quando se planta a vinha, se coloquem as cepas a grande profundidade – a uma média de 3 metros – o que no caso da filoxera impediu o insecto de alcançar as raízes, travando a sua propagação em toda a região.

"O solo é composto de areia fina, cuja profundidade varia de 1 metro a 6 e 7 metros, chegando em certos locais a atingir 10 metros, e que descansa sobre uma camada de argila. (...) Os fossos e as valas a que em certos casos poderíamos bem chamar trincheiras, são abertas a uma profundidade variável de 3 a 8 metros, distância que depende do ponto em que se encontra a desejada terra argilosa, na qual é de rigor «unhar» o bacelo. (...) Enterrados esses báculos cerca de 25 centímetros nesse terreno argiloso tão trabalhosamente procurado, procede-se ao enchimento do fôssou ou vala, até certa altura, de terreno areento, devendo ficar apenas acima da superfície os olhos para que, quando os botões já derem ramos laterais, se proceda ao nivelamento para o terreno voltar à sua posição primitiva." (SANTOS, 1938: 33-34)

A nível mundial, a filoxera constituiu a praga mais devastadora da história da viticultura, provocando uma crise global na produção e comércio de vinho que viria a durar quase meio século. Em toda a Europa, desde então, é necessária a utilização de videiras americanas (resistentes ao insecto), enxertadas com castas locais.

Colares foi uma das únicas regiões vinhateiras onde permaneceram intactas antigas castas europeias, sem necessidade de quaisquer enxertias (daí o nome de "pé-franco"), nomeadamente as castas características do vinho de Colares – Ramisco, para os tintos, e Malvasia, para os brancos. Este facto acabou por contribuir para um maior incremento da vinha na região, e no reconhecimento da singularidade do seu vinho que se tornou então no mais apreciado do país. Logo no início do séc. XX, em 1908, todo este reconhecimento culminaria com a atribuição do estatuto de Região Demarcada, a segunda a receber esta distinção no país, a seguir ao Douro.

Para além das suas castas, as características únicas do vinho de Colares devem-se, também, e muito, ao solo e clima particulares da região. No caso do solo, como referido, este é constituído por uma grande camada arenosa, tendo de ser as cepas plantadas a grande profundidade. Quanto ao clima, a maioria dos vinhedos situa-se apenas a escassos quilómetros do Atlântico, ficando entalados entre esta grande frente oceânica e a Serra de Sintra. Sujeita-se, assim, a todas as condições de um clima de forte influência marítima, maior humidade e menor exposição solar com a presença de frequentes brumas, e por vezes, rajadas de vento forte e ocasionais tempestades. Por esta razão, as vinhas encontram-se geralmente protegidas por paliçadas de canas secas, as quais constituem um dos elementos paisagísticos mais característicos de Colares.

Na visita à Adega Viúva Gomes poderá ficar a conhecer muito melhor os vinhos de Colares; a sua história; características e métodos de vinificação, através da experiência e saber

acumulado daquela que é uma das mais antigas adegas da região. A visita inclui no final a prova de alguns dos mais emblemáticos vinhos aqui produzidos, sendo sempre acompanhada pelo produtor ou pelo enólogo.

No final da visita, não deixe de ver a prensa de vara que se encontra exposta no interior da adega. Este sistema tradicional de prensagem, que serviu até bem recentemente tanto em lagares de vinho como de azeite, seria já utilizado em época romana, surpreendentemente, sem grandes diferenças no equipamento e na forma de utilização.

### **#03. *Villa* romana de Santo André de Almoçageme**

Foi em 1905, durante a construção da estrada que liga Almoçageme à Praia Grande, que se descobriram os primeiros vestígios daquela que terá sido a mais ocidental das *villae* do Império romano. Os trabalhos então efectuados de abertura da estrada incidiram precisamente sobre o peristilo – o grande pátio central porticado e ajardinado da casa senhorial –, expondo à luz do dia os belíssimos mosaicos com motivos geométricos coloridos que vieram adornar o característico pátio romano, em meados do séc. III d.C.

"Proximo do logar de Santo André, na freguesia de Collares, nas escavações que se estão fazendo para a construção da estrada de Almoçageme ao Rodisio, foram descobertas umas ruínas de edificações antigas, as quaes, segundo nos informam, devem contar alguns seculos. Tivemos ocasião de observar um fragmento do solo de uma d'essas edificações, o qual é formado por quadrados de pedra e tijolo, de um decimetro quadrado de superficie cada um, e dispostos simetricamente." (AZEVEDO, 1905: 152)

A beleza e originalidade do pavimento noticiado pela publicação centenária d'*O Archeologo Português*, justificaram o seu levantamento parcial por uma equipa do Museu Etnológico Português (actual Museu Nacional de Arqueologia), tendo depois ficado encaixotado e à guarda daquele que é o museu de referência da arqueologia portuguesa. Actualmente, porém, apenas temos conhecimento do pavimento musivo descoberto em 1905 através de um desenho aguarelado feito à época por Guilherme Gameiro, pois infelizmente, passado mais de um século, a tarefa de conseguir localizar o mosaico nas reservas do museu tem-se revelado difícil.

Sabemos também através d'*O Archeologo Português* que, no ano seguinte, deram entrada no mesmo museu alguns materiais provenientes do sítio da *villa* romana de Almoçageme, destacando-se: seis moedas romanas de bronze; uma mó de pedra; duas bases de

coluna em pedra; fragmentos de *dolia*; cerâmica de construção, entre as quais, uma telha ornamentada; fragmentos de ossos humanos e de objectos metálicos vários (em ferro e em bronze); vários fragmentos de cerâmica, entre os quais de ânforas; dois *pondera* de barro; uma asa de lucerna; dois coeiros e diversos pedaços de mosaico, entre outros.

Em anos seguintes foram dando entrada no museu mais materiais arqueológicos recolhidos à superfície – a maioria de cronologia romana – e, apesar do longo historial de descoberta de vestígios significativos no local, os primeiros trabalhos arqueológicos surgiram apenas em 1985, através da intervenção da equipa do Museu Regional de Sintra.

Estes primeiros trabalhos (1985-87) incidiram numa zona imediatamente a sul da estrada do Rodízio, que corresponderá já à *pars rustica* ou *fructuaria* da *villa*. Nesta zona colocou-se então a descoberto uma série de muros construídos em alvenaria de pedra seca, de aspecto precário; dois tanques revestidos a *opus signinum* – um deles interpretado como tanque de decantação de argila, com uma pequena depressão ao fundo que facilitaria a sua limpeza – e, perto deste, um forno de cerâmica de construção.

"(...) detectámos um forno de tijolo e telha, que deve ter funcionado exclusiva ou preponderantemente para uso da *villa* (...). O forno, reduzido ao *fornax*, apresenta secção circular, com c. de 3,75 metros de diâmetro no exterior, e possui a respectiva entrada demarcada por dois muros paralelos construídos com pedra e argamassa, sendo a câmara do *fornax*, por sua vez, construída em tijolo envolvido por uma faixa de pedras e barro cozido (...). Toda a área em torno do forno apresentava uma mancha cerâmica compacta, com inúmeras tonalidades vermelhas e negras, correspondente às sucessivas "descargas" derivadas da sua contínua utilização (...) os quais remetem a plena utilização do forno para a primeira metade do século IV d.C." (RIBEIRO & SOUSA, 1987: 3-4)

Após o séc. IV, estas estruturas dedicadas à produção de cerâmica terão sido desactivadas e o local passou a ser utilizado como espaço de necrópole. Assim o comprovam as sepulturas identificadas.

Apesar de constituir a zona menos nobre da *villa* romana, esta pequena área escavada da *pars rustica* revelou ser fundamental para o conhecimento do local no que toca, também, à sua cronologia de ocupação e utilização. De facto, a abundância de materiais arqueológicos aqui encontrados – sobretudo, cerâmica de mesa denominada de *terra sigillata*, importada em época tardia, quer do Norte de África, quer do Mediterrâneo Oriental e, em menor quantidade, importações do Sul da Gália ainda do período Alto Imperial, bem como, ânforas das tipologias

Almagro 50 e 51C; para além das várias moedas exumadas – permitiram balizar o funcionamento da propriedade rural entre o séc. II e início do VI d.C.

Deverá ainda dar-se nota da identificação de alguns outros materiais arqueológicos que ajudam a conhecer um pouco melhor a economia e as actividades desenvolvidas na exploração rural. Para além dos materiais já referidos, encontrados em maior abundância, identificaram-se, também, alguns fragmentos de ânforas Lusitana 3 – produzidas exclusivamente para transportar vinho durante os sécs. II-III d.C. –, e de *dolia* – os grandes contentores cerâmicos de armazenamento de alimentos (vinho e azeite, entre outros) – permitindo assim colocar a hipótese de uma possível produção local de vinho já em época romana.

As intervenções dos anos seguintes incidiram sobretudo a norte da estrada, na *pars urbana* da *Villa*, identificada já no longínquo ano de 1905. Nas primeiras campanhas (1988-90), os materiais arqueológicos recuperados foram muito escassos, reflectindo, por certo, o remeximento do subsolo e recolha de grande parte do seu espólio aquando da descoberta do sítio no início o século.

No que diz respeito às estruturas, para além das alas norte e este do peristilo – ou seja, das alas do pátio central não afectadas pela construção da estrada –, identificaram-se mais dez compartimentos a norte, sendo que é certa a presença de um número indeterminado de outros espaços sob a estrada e a fazerem o prolongamento da *domus* para sul. Os dez compartimentos escavados, a norte, possuíam planta rectangular e muros em alvenaria irregular, que provavelmente seriam revestidos a estuque pintado. Cinco deles mantinham ainda vestígios dos pavimentos de mosaico policromo – branco, amarelo, vermelho, cinza e azul – exibindo distintos motivos geométricos. Apesar de alguma falta de rigor no desenho, todos os painéis identificados apresentam uma assinalável criatividade no jogo de cores que formam os diferentes padrões.

"De facto, os mosaicos (...) datados da segunda metade do século III, apresentam uma grande unidade estilística e transmitem a certeza de terem sido concebidos como um todo, como se pode observar na coerência gramatical e no sentido de continuidade que lhes foi outorgado. Será, pois, lícito supor que os mosaístas - certamente por opção do proprietário da *villa* - se tenham baseado num bom conjunto de cartões, ainda que a inépcia dos artífices seja evidente a nível da execução, pois os mosaicos revelam grandes deficiências sobretudo na concretização do desenho subjacente. Por outro lado, refira-se que estes mosaicos, apesar da reduzida paleta cromática, articulam com mestria as diferentes cores, camuflando o desalinho formal dos

diversos motivos geométricos e florais ali existentes, os quais, de certa forma, recordam os mosaicos tunisinos." (CAETANO, 2006: 33-34)

No centro do peristilo identificou-se ainda um *impluvium* – um tanque que para além de ornamentar o pátio tinha também a função de fazer a recolha de água da chuva – apresentando, neste caso, planta quadrada com os muros interiores a desenharem semicírculos ao centro de cada lado, muito semelhante aos encontrados em outras *villae* do território de *Olisipo* (Freiria e Frielas). O interior apresentava-se revestido a *opus signinum* (argamassa romana impermeabilizante), como geralmente acontece em estruturas hidráulicas romanas.

É de salientar que na escavação efectuada na zona do *impluvium*, mas já a uma profundidade abaixo dos alicerces do tanque, se recolheu um fragmento de cerâmica cinzenta, datada do séc. I d.C., podendo fazer recuar a cronologia romana de ocupação do local para os primeiros tempos do Império.

"Nos últimos trabalhos realizados no local (...) foi recolhido um fragmento de cerâmica cinzenta com cronologias da época de Augusto, que pode recuar o início da ocupação romana para o princípio do século I d.C., ainda que essa possibilidade necessite de ser confirmada por outras evidências. (...) A presença de fragmentos de cerâmica fina de importação, nomeadamente de *terra sigillata* sudgálica, reflecte algum poder aquisitivo da população que já no século II d.C. se encontrava no local. Nesse sentido, a continuação dos trabalhos no local passam por procurar caracterizar esta ocupação mais antiga, até ao momento registada de forma ténue." (GONÇALVES & MENDES, 2011: 56-57)

A presença de colonos romanos nos *agri* olisiponenses está bem documentada desde o séc. I d.C., sobretudo pela epigrafia, evidenciando já alguma dinâmica de povoamento em locais de forte vocação agro-pecuária. No entanto, estas instalações de carácter rural mais antigas – dos sécs. I e II d.C. – são mais difíceis de documentar, encontrando-se os indícios da sua existência, quase sempre e apenas, através de materiais arqueológicos, aos quais raramente se podem associar quaisquer estruturas. A razão para esta impossibilidade é quase sempre a mesma, ocorrendo também no caso da *villa* de Sto. André de Almoçageme – propriedades que são reformuladas em época tardia (meados séc. III - IV d.C.), cujas construções afectam fortemente as estruturas das etapas anteriores, e onde a presença de elementos arquitectónicos e decorativos visualmente mais apelativos, como é o caso dos pavimentos de mosaico, acabam por ditar a necessidade da sua conservação, impedindo qualquer hipótese de escavação e conhecimento de contextos mais antigos.

Os trabalhos arqueológicos dos últimos anos têm tido por objectivo ajudar a definir a melhor estratégia de musealização do sítio sem afectar quaisquer vestígios da antiga exploração rural, esperando-se, com isso, dar a possibilidade a público de poder usufruir da riqueza patrimonial que a *villa* romana mais ocidental do Império ainda conserva.

#### #04. Sítio Arqueológico do Alto da Vigia

Para os romanos, o pequeno promontório a que hoje chamamos o Alto da Vigia era, precisamente, o ponto mais ocidental, não só, do Império, mas de todo o mundo antigo. Era o *finis terrae*, o local onde findavam todas as terras.

Em 2008, uma primeira intervenção no local realizada pela equipa do Museu de Odrinhas, dirigida pelo arqueólogo José Cardim Ribeiro, revelou os vestígios de um importante santuário romano consagrado ao Oceano, ao Sol Poente e à Lua. As epígrafes então encontradas demonstraram, também, que este seria um lugar visitado pelos mais altos dignitários imperiais, os representantes do próprio Imperador.

Na primeira metade do séc. I d.C., quando o Império ainda organizava territorialmente as suas províncias, o segundo imperador, Tibério, terá mandado construir neste local remoto da província da Lusitânia, um santuário de estatuto imperial dedicado ao Oceano e ao Sol Poente. A razão para tal construção era simples, este era o ponto exacto de todo o mundo conhecido de maior proximidade a essas divindades, um local único na mundividência romana, que marcava o fim de todas as terras e o início do terrível mar sem fim, onde todos os dias o próprio Sol mergulhava e se extinguia. Daí a ordem para a sua construção vir directamente de Roma como se se tratasse de um santuário principal da cidade-mãe, e daí também a sua frequência destinar-se, em primeiro lugar, aos representantes do próprio imperador, os seus legados e governadores da Lusitânia.

"Nas raízes do *promunturium Magnum*, junto à foz do rio de Colares e numa pequena colina sobranceira ao oceano (no Alto da Vigia, junto à Praia das Mações), implanta-se o santuário imperial dedicado ao Sol, à Lua e ao Oceano, conferindo ao sítio as características de um verdadeiro *locus sacer*. O significativo conjunto de inscrições já aí recuperadas testemunha a realização de cultos oficiais naquele santuário durante pelo menos 150 anos consecutivos, desde cerca de 140 d.C. até finais do século III, período durante o qual as vivências religiosas, ideológicas e políticas se foram diferenciando e refletindo na diversidade das invocações registadas." (GONÇALVES, 2019: 69)

A partir de 380 d.C., com a declaração do cristianismo como religião oficial do Império, este santuário de estatuto imperial que cultuava divindades pagãs, deixava de fazer sentido, pelo menos, para altos dignitários imperiais. Acabaria por ser destruído em meados do séc. V d.C. e, ao longo do tempo, os seus vestígios ocultados debaixo da acumulação de sedimento, perdendo-se assim a sua memória.

Mais de meio milénio volvido, durante o séc. XI, em pleno período de ocupação islâmica, ergue-se neste preciso local um edifício religioso muçulmano – um *ribat* –, uma espécie de eremitério que constituía simultaneamente espaço de recolhimento espiritual e posto de vigilância da costa, numa época em que várias povoações costeiras da região vinham sendo alvo ocasional de violentas incursões e razias de povos nórdicos (viquingues e normandos). Na sua construção, todavia, foram reutilizados alguns elementos arquitectónicos e epigráficos do antigo santuário romano, facto que foi documentado pela actividade arqueológica recente.

Porém, logo em 1147, D. Afonso Henriques conquista o território de Sintra, e o *ribat* acabará também por ser destruído.

Passados mais de três séculos, precisamente em 1505, quando o rei D. Manuel I manda construir no local um abrigo de vigia de controlo da costa, agora assolada por piratas e corsários, ao escavar-se o solo para construção dos alicerces, para surpresa de todos, começaram a surgir várias pedras lavradas com inscrições latinas muito antigas.

Os trabalhos foram de imediato suspensos, dando-se notícia da descoberta ao rei, que se encontrava perto, a veranejar no paço de Sintra. Sabe-se que D. Manuel I veio pessoalmente ao local para ver os achados, trazendo consigo o seu séquito de eruditos, os quais imbuídos já do espírito renascentista não hesitaram em valorizar tais antiguidades. Tornou-se o Alto da Vigia então local de passagem obrigatória de muitos ilustres e letrados da época, nomeadamente, D. Miguel da Silva (embaixador de D. Manuel I junto da Santa Sé), Valentim Fernandes (de origem alemã, um dos impulsionadores da imprensa em Portugal), bem como os conhecidos humanistas André de Resende e Francisco de Holanda, tendo este último deixado um desenho idealizado do que poderia ter sido o santuário segundo os vestígios observados à época (1543).

Contudo, na viragem do século, mais uma vez, a memória deste sítio iria voltar a perder-se. O período da União Ibérica com a inevitável mudança de elites políticas e culturais fez novamente que o local do antigo santuário romano caísse no esquecimento. Ficou apenas o seu registo para a posteridade através de alguma correspondência manuscrita entre eruditos do séc.

XVI; da obra póstuma de André de Resende, *As Antiguidades da Lusitânia* e, sobretudo, através do registo escrito e desenhado de Francisco de Holanda.

Porém, só a partir do final do séc. XX seriam estas referências alvo da devida atenção como forma de tentar perceber no terreno o preciso local referido por Francisco de Holanda.

"(...) «na Costa do Mar Oçeano na foz do Ryo de Colares». Nesse sítio exacto sabemos que se implantava, já próximo da falésia sobranceira ao mar, uma vigia de época manuelina, de que restam os alicerces e que veio a dar nome àquela colina: Alto da Vigia. Guiada pela interrogação da causa concreta que teria levado às escavações ocorridas em 1505, relacionando-as probabilisticamente com a construção do referido abrigo, a equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO) logrou descobrir em 2008, por debaixo e em torno daquela estrutura, as ruínas de um *ribat* islâmico em grande parte edificado com lápides romanas — incluindo aras epigrafadas — pertencentes ao antigo santuário consagrado ao Sol e à Lua." (RIBEIRO, 2016: 140)

Desde 2008 até à actualidade várias campanhas de trabalhos arqueológicos permitiram não só confirmar e documentar vestígios do antigo santuário romano, como identificar ocupações posteriores do local ainda desconhecidas, nomeadamente do *ribat* islâmico e da pequena estrutura de vigia do tempo de D. Manuel I.

No que diz respeito, especificamente, ao santuário aqui presente entre os sécs. I d.C. e V d.C., há ainda muito por esclarecer, sendo necessário ter presente que, até à actualidade, apenas foi escavada uma ínfima parte da área que deveria corresponder à totalidade do santuário. De facto, para além das várias aras votivas encontradas e registadas, bem como, de alguns elementos arquitectónicos romanos identificados nas últimas campanhas (todos fora do seu contexto original), da configuração do santuário sabe-se ainda muito pouco, tanto de como seriam as suas arquitecturas, como da evolução que terá sofrido ao longo do tempo. Das escavações realizadas até hoje somente se documentou, já do derradeiro momento do seu funcionamento (séc. IV e V d.C.), a construção de uma pequena edícula votiva (uma espécie de oratório), numa fase em que o culto já não seria aqui praticado pelos representantes de novos imperadores cristãos, mas apenas por membros de elites regionais mais conservadoras que resistiam em cultuar os antigos deuses pagãos. Na construção da edícula, no entanto, foram reaproveitados elementos arquitectónicos de estruturas anteriores do santuário, como as duas bases de coluna assinaladas no local com imitações (as originais, em pedra calcária, encontram-se actualmente expostas no Museu de Odrinhas).

Um fragmento de um extenso lintel com uma inscrição epigrafada, aponta para que o santuário tenha sido construído na primeira metade do séc. I d.C. – ao tempo de Tibério –, supondo-se que este elemento arquitectónico possa ter pertencido a um templo fundacional de maiores dimensões que poderia, ou não, ter convivido com outras estruturas menores, no alto do pequeno promontório. Porém, em relação à configuração do santuário, apenas mais escavações permitirão novos dados e mais esclarecimentos. Para já, para além de tais elementos soltos de arquitecturas romanas – como é o caso do grande lintel; de alguns silhares; de uma imposta moldurada; capitéis, fustes e bases de coluna; todos em pedra lioz da região – restam-nos ainda algumas suposições com base, quer nos dados deixados pelos eruditos do séc.XVI, quer no estabelecimento de possíveis paralelismos.

"Vários autores antigos falam, como vimos, em templo. Mas nenhuma das escassas descrições dos vestígios descobertos, nem mesmo o desenho de Francisco d'Ollanda, asseveram de forma inequívoca tal identificação. O facto, inquestionável, de existirem estruturas que delimitavam um recinto - mais, ou menos vasto - não implica, necessariamente, que se tratasse de um edifício, podendo circunscrever-se a um *témenos*, a uma plataforma que, em si mesma, constituísse o espaço sagrado. Em qualquer das hipóteses, estamos perante uma planta circular, bem compatível com a tradição dos santuários romanos de cariz astral (...)." (RIBEIRO, 2002c: 237)

Na verdade, a maior parte da informação mais relevante de que dispomos do santuário chega-nos através das inscrições epigrafadas nas diversas aras votivas, registadas no passado e encontradas mais recentemente pela equipa do Museu de Odrinhas. Desde logo, são elas que confirmam a enorme importância deste lugar sagrado no contexto do Império, ao constituírem, todas elas, votos pela saúde do imperador ou pela eternidade do Império, dedicados, exclusivamente, por governadores da Lusitânia e legados do imperador, ou seja, por notáveis das classes equestre e senatorial, representantes do poder imperial na província. Por outro lado, são elas também que nos dão a conhecer a diversidade de invocações religiosas aqui cultuadas ao longo do tempo, sendo estas invocações verdadeiros sinais de mudanças ideológicas e políticas na capital do Império, reflectidas neste distante extremo ocidental da Lusitânia.

"Ainda que a epígrafe gravada num lintel fragmentado, provavelmente de um templo erigido no local, possa fazer remontar a fundação do santuário à primeira metade do século I d.C., os altares mais antigos conservados são já datáveis da época de Adriano / Antonino Pio, e contêm invocações ao Sol e ao Oceano, assinalando o carácter de finisterra extremo daquele sítio no âmbito do *Orbis Romanus*.

No último terço do século II e inícios do III cultuou-se o Sol e a Lua; pertencendo a esta fase uma raríssima árula com inscrição em grego. A inesperada epígrafe dedicada «Ao Sol Poente e ao Oceano Pai», datável do século III d.C., corresponde ao único altar conhecido em todo o Império com esta invocação. Do final da mesma centúria data uma outra ara colocada ao «Sol Invencível»." (GONÇALVES, 2019: 69)

A singularidade e extraordinária relevância deste santuário estará bem patente, logo no momento da sua fundação, no tempo de Tibério, ao poder relacionar-se com uma curiosa passagem da monumental obra, *Naturalis Historia* (*Nat. Hist.*, IX-9), da autoria de Plínio-o-Velho (séc. I d.C.). Nela é referido que os habitantes de *Olisipo* terão enviado a Roma uma embaixada, para dar conhecimento a este imperador dos seres míticos que povoavam a costa oceânica da finisterra ocidental – Tritões e Nereides, com o corpo coberto de escamas, que emitiam tristes cantos e que soprando em búzios faziam ecoar o som do vento e das ondas – tendo o próprio cortejo alegórico da embaixada integrado representações dessas figuras fantásticas. Carregada de grande simbolismo, esta embaixada olisiponense homenageava assim o imperador e mostrava na capital do Império que o domínio de Roma se estendia até aos confins do mundo onde se podiam avistar tais seres.

#### **#05. Museu e sítio arqueológico de São Miguel de Odrinhas**

O actual Museu de São Miguel de Odrinhas encontra-se implantado em terrenos dominados, em época romana, por uma rica propriedade rural com origem no séc. I a.C. Os vestígios da *villa* ainda presentes no local mostram apenas os momentos finais de vida da casa senhorial que centralizava estes domínios, destacando-se a alta parede semicircular que identifica um dos espaços de maior prestígio da residência – um provável *oecus* (salão nobre) –, bem como, os bonitos mosaicos polícromos que no séc. IV d.C. vieram revestir os pavimentos de algumas salas adjacentes.

Como facilmente se percebe, durante a Idade Média, ergueu-se um templo cristão sobre parte da *domus* romana – a actual Ermida de São Miguel –, e os terrenos santos em seu redor foram ocupados por uma ampla zona de necrópole, cujos sepulcros em pedra se implantam também sobre a *pars urbana* da antiga *villa*.

"(...) uma profunda reestruturação das estruturas arquitetónicas daquela *villa* terá ocorrido entre o final do século III e o início do século IV d.C., altura em que é construída a abside ainda hoje visível e que se integrava numa monumental sala, na qual o *dominus* recebia

os seus convidados de elite. (...) conservam-se ainda na *villa* de Odrinhas, em dois compartimentos contíguos, um mosaico *in situ* e vestígios de outro, tendo-se também recuperado na escavação da zona da abside dezenas de pequenos elementos de vidro de várias cores (tesselas) que, provavelmente, pertenciam a mosaicos parietais que se dilatariam ao teto abobadado (...)." (GONÇALVES, 2019: 74)

Ao longo do tempo chamaram a atenção as ruínas de Odrinhas, nomeadamente a alta abside que se impunha a norte da Ermida, sendo esta referida desde, pelo menos, o séc. XVI, quando André de Resende menciona «*hum templo velho, de que ainda sta uma abboboda*». Contudo, o conhecimento efectivo do local era muito escasso. Apenas em meados do séc. XX, as primeiras escavações arqueológicas no local permitiram identificar o conjunto de sepulturas medievais, constatando-se então a sua implantação sobre estruturas de uma *domus* rural de época romana tardia (final séc. III-IV d.C.), concretamente, alguns compartimentos divididos por paredes de alvenaria (um deles com o já referido pavimento musivo e outros dois apenas com fragmentos) e um tanque revestido a *opus signinum*, reaproveitado na Idade Média como sepulcro de dois indivíduos. Porém, outros vestígios encontrados evidenciavam a existência de uma primeira residência da *villa* romana, construída ainda no séc. I-II d.C., e, alguns materiais mais antigos identificados no subsolo – nomeadamente algumas cerâmicas campanienses, uma moeda com caracteres pré-latinos e uma fibula datável dos sécs. II-I a.C. –, apontavam mesmo para o início da ocupação do local desde, pelo menos, o séc. I a.C., sugerindo a existência de um núcleo populacional que terá dado lugar, somente nos séculos seguintes, à propriedade rural romana.

Importa referir que após estas primeiras intervenções dos anos 50, se efectuaram alguns trabalhos de consolidação das estruturas romanas, que acabaram, em parte, por deturpar os contextos exumados, dificultando a sua leitura. É o caso de alguns muros romanos que se encontram actualmente imbricados em sepulturas medievais.

Também foi mexida a estrutura da abside, tapando-se o grande buraco que existia a norte e reconstruindo-se as suas extremidades viradas a sul. Note-se, porém, que esta reconstrução foi efectuada de acordo com a interpretação defendida, então, de se estar perante a abside de uma basílica paleocristã construída em finais do séc. IV d.C.

José Cardim Ribeiro, conhecido historiador e arqueólogo, mentor do actual Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, defende que a abside é, na sua origem, parte integrante da *villa* áulica que aqui se ergue no final do séc. III, estando associada ao salão nobre da *domus* senhorial – um *oecus*. De qualquer forma, tal facto não impede que, em época

posterior, possa ter sido reutilizada como templo cristão, podendo inclusive ter acolhido uma primitiva ermida de São Miguel.

"Efectivamente, coloca-se a hipótese das sepulturas registadas radialmente à volta da estrutura absidal, sem a orientação canónica a Nascente, pertencerem a uma fase mais arcaica da necrópole, articulada com a tese da abside poder ter albergado uma primitiva igreja, eventualmente dedicada a São Miguel, anterior à que actualmente existe. Aliás, o muro ortogonal a NE da estrutura absidal, que aparentemente apresenta uma orientação e construção distinta dos restantes compartimentos da *domus*, poderá estar relacionado com uma possível primitiva ocupação cristã alto medieval. Apenas uma nova intervenção arqueológica nesta área específica poderá vir a esclarecer as dúvidas levantadas." (COELHO, 2007: 123)

Em 1988, numa sondagem no adro sul da actual ermida, dirigida por José Cardim Ribeiro e Élvio Melim de Sousa, para além de mais 40 sepulturas medievais, identificaram-se também vestígios de umas estruturas de calefação caracteristicamente romanas, em concreto, parte da *suspensura* de um hipocausto associado a um eventual espaço termal da casa senhorial da *villa*.

Recentemente, duas novas zonas intervencionadas a sul, contribuíram um pouco mais para o conhecimento desta antiga propriedade romana. A identificação de uma *cloaca* e de uns muros (a nascente), bem como, de um poço e condutas de água identificados num terreno localizado alguns metros mais a sul (e a poente), ambas as zonas maioritariamente associadas a materiais romanos de uso funcional, pode indicar a presença das primeiras áreas de vocação laboral identificadas na *villa* de Odrinhas, eventualmente já pertencente à *pars rustica* da exploração rural.

Mas, mais uma vez, apenas novas intervenções arqueológicas permitirão clarificar estas funcionalidades, assim como, outras várias questões por esclarecer sobre a *villa* romana de Odrinhas.

### **O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO)**

Durante o séc. XVI, a par das ruínas romanas de Odrinhas, chamavam também a atenção dos eruditos os inúmeros monumentos epigráficos com inscrições latinas da Antiguidade que se encontravam com assinalável frequência nos campos e nas aldeias da região. Decidiram então alguns destes letrados do Renascimento – provavelmente primeiro, D. Diogo de Sousa, ainda como prior em Sintra, e, mais tarde, André de Resende e Francisco de Holanda –, reunir

em torno da Ermida de São Miguel os monumentos que se iam recolhendo, constituindo-se assim uma primeira e importante coleção de epígrafes romanas que estará na origem do actual Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Após vários séculos de abandono, finalmente, em 1955 (quando também se preparava a primeira intervenção arqueológica no local), o então autarca de Sintra e historiador, Prof. Joaquim Fontes, toma a iniciativa de construir, perto da ermida, um primeiro museu para abrigar a colecção, então, com um acervo já muito mais numeroso e de inquestionável valor patrimonial. O reconhecimento da importância histórica do conjunto reunido era sentido também pela população da região, que muitas vezes contribuiu para enriquecer a colecção com novas peças que se iam encontrando ou das quais se sabia a existência. Certamente reviam naquele museu, construído em plena zona rural à qual pertenciam, um importante guardião da memória local.

A assinalável quantidade de vestígios lapidares de época romana descobertos neste território – sobretudo monumentos epigráficos, mas também diversos elementos escultóricos e arquitectónicos –, tem sugerido à investigação a existência de uma possível exploração local de pedra ornamental durante a Antiguidade. A forte presença deste valioso recurso na região poderá mesmo ter potenciado o surgimento de um núcleo populacional – um *vicus* – dedicado à exploração e transformação de pedra.

"Para além dos estabelecimentos rurais, a dimensão e natureza do território olisiponense justificam a existência de outro tipo de aglomerados, ora de carácter urbano, os *vici*, frequentemente associados a actividades económicas de dimensão e importância públicas. Na região de Sintra um deles será *Chretina* ou *Aretina*, referido por Ptolomeu (...). (...) a grande quantidade de vestígios epigráficos e de outros elementos lapidares de época romana e da Antiguidade Tardia, todos recuperados numa mesma zona, sugerem que o *vicus* referido pelo geógrafo grego se poderia situar sob a actual aldeia do Faião, próxima da *villa* de São Miguel de Odrinhas. A existência de um aglomerado de cariz urbano naquela área estaria muito provavelmente relacionada com a exploração pública da valiosa pedra ornamental rósea das Lameiras e com o inerente funcionamento local de oficinas para produção de elementos escultóricos, arquitectónicos, e epigráficos, actividades que assumiram ali grande relevância em época romana e que terão sido mesmo um importante fator de desenvolvimento regional (...)." (GONÇALVES, 2019: 77)

Após 38 anos de funcionamento, as fragilidades do edifício que albergava o primeiro museu de Odrinhas, acabou por ditar o seu encerramento em 1993. Porém, logo no mesmo ano,

o arqueólogo e investigador, José Cardim Ribeiro, concebe a construção de um novo museu, projectado de raiz para acolher e expor, especificamente, as colecções de epigrafia e arqueologia, entretanto, bastante mais volumosas e diversificadas.

De facto, actualmente, só a colecção lapidar integra mais de 400 peças, somando-se a esta as expressivas colecções de moedas, cerâmica, vidros, líticos, metais, restos osteológicos, entre outros inúmeros materiais arqueológicos, de diversas cronologias, encontrados por toda a região de Sintra.

"(...) o novo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas está concebido como um todo, alicerçado em alguns princípios muito simples e objectivos que pretendemos venham a constituir-se no seu verdadeiro *genius loci*: a Tolerância; o Humanismo; a Harmonia dos Contrários; a Pluralidade Cultural; o Conhecimento, a Conservação e a Passagem do Legado da Tradição; o *Otium Fecundum*. (...) herdou, do seu mais remoto antecessor, o espírito humanista e cosmopolita que foi apanágio do Renascimento. Do mais recente, colheu o vínculo privilegiado ao meio que o rodeia e à população rural do Termo de Sintra, região onde, de algum modo, se podem ainda hoje escutar os longínquos ecos do Passado." (RIBEIRO *et al.*, 1999: 453-455)

A exposição permanente do museu abrange uma cronologia de mais de 6 milénios, articulando-se em torno de duas áreas distintas – Epigrafia e Arqueologia. A época romana encontra-se especialmente bem representada na sala n.º 6, a mais destacada do museu, dedicada em exclusivo à expressiva colecção de monumentos epigráficos recolhidos ao longo dos séculos na região de Sintra, constituindo actualmente uma das mais importantes da Península Ibérica. A sua relevância para o conhecimento do passado histórico do mundo rural olisiponense é enorme, pois no seu conjunto dá-nos a conhecer inúmeros aspectos da sociedade romana que ocupou este território, sobretudo entre os sécs. I e II d.C., cronologia a que correspondem a maioria das epígrafes.

Como quase todos os exemplares expostos constituem monumentos funerários de cremações – onde as urnas com as cinzas eram geralmente depositadas no interior dos túmulos –, a circulação na sala e a exposição das peças foram concebidas de forma a recriar uma característica via romana à entrada da uma cidade, inevitavelmente ladeada pelos monumentos funerários dos seus mortos. Tal como os romanos nos primeiros séculos da nossa Era, somos impelidos a ler e a conhecer um pouco melhor as pessoas mencionadas nos túmulos. Facilmente encontramos representadas as diferentes classes, estatutos e géneros sociais de então: cidadãos de pleno direito, libertos, escravos; homens, mulheres e crianças das mais diversas origens e

proveniências. É um autêntico espelho da população romana da região, permitindo-nos entrever não só o momento da sua morte, mas também um pouco das suas vivências e crenças religiosas.

Na visita orientada por um guia do Museu, poderá ficar a conhecer com maior detalhe os principais monumentos expostos. As restantes salas dedicadas também à epigrafia e a outros vestígios trabalhados em pedra, são na sua maioria de cronologias mais avançadas, exibindo, entre outros, lintéis paleocristãos e visigóticos; túmulos medievais; lápides epigrafadas renascentistas, e, de data anterior ao período romano, três sarcófagos etruscos (os únicos existentes em Portugal).

A secção de Arqueologia, que reúne milhares de materiais recolhidos em diversos locais arqueológicos de Sintra, percorre o passado histórico da região num intervalo cronológico de mais de 6 mil anos, sendo a época romana um dos momentos mais bem representados.

#### **#06. *Villa* romana de Frielas**

A elevada aptidão agrícola dos solos da várzea de Loures determinou, desde muito cedo, o seu destino como grande área produtora de alimentos para abastecer o expressivo aglomerado populacional da cidade que veio a ser Lisboa. Como demonstrado pela arqueologia, logo nos primeiros séculos da nossa Era, este facto terá propiciado o surgimento de várias *villae* e de outros tipos de explorações na actual região de Loures que, em época romana, integrava o *territorium* de *Olisipo*. Por outro lado, a facilidade de fazer chegar os produtos até à cidade da foz do Tejo terá constituído, também, um factor determinante de povoamento e de desenvolvimento económico em toda a região. As cargas mais pesadas e volumosas chegariam a *Olisipo* através da navegação fluvial – onde diversos cursos de água se ligavam ao Tejo –, as cargas mais simples seriam transportadas em carros de tracção animal através da bem estruturada rede de vias terrestres implementada em época romana.

A *villa* romana de Frielas constitui actualmente um dos mais expressivos testemunhos desse povoamento e desenvolvimento económico de época romana na região de Loures, sendo mais evidente, todavia, durante o período baixo-imperial (séc. III-IV d.C.). Como documentado pela arqueologia em muitas outras propriedades rurais, em Frielas, a *villa* escavada demonstrou também possuir dois momentos distintos de ocupação. O primeiro – entre finais do séc. I d.C., inícios do séc. III –, com os vestígios da casa senhorial a conservarem-se muito discretos sob um segundo momento de ocupação – a partir de finais do séc. III até meados do séc. V –, onde

é notória a opulência e o maior investimento na construção e ornamentação da maioria dos espaços.

"Este segundo momento de ocupação da *villa* de Frielas terá obedecido a uma profunda reformulação arquitetónica donde resultou uma casa de planta em U, com um amplo peristilo de planta quadrangular, (...) pavimentos em mosaico, revestimentos parietais pintados e em mármore. A construção deste novo espaço habitacional terá arrasado as estruturas anteriores, mantendo-se apenas alguns troços sob os novos pavimentos. É o período áureo desta *villa*, durante o qual se verifica intensa atividade económica comprovada pela abundante importação de *terra sigillata* clara D e pelo conjunto homogéneo de numismas recolhidos que aponta para uma cronologia entre os 2º e 4º quartel do século IV d.C." (SILVA, A.R. 2012: 90)

A sua descoberta deu-se em 1997, quando se procurava localizar as estruturas pertencentes ao antigo paço medieval de Frielas, conhecido como de D. Dinis, nomeadamente as fundações da primitiva capela de Santa Catarina, eventualmente associada ao paço. Porém, desta residência real, nada se descobriu. Nas camadas iniciais do subsolo, muito remexidas, começaram a aparecer apenas materiais misturados de cerâmica recente, medieval e romana e, mais tarde, surgiram alguns muros que definiam pequenos compartimentos. Um deles apresentava várias tesselas de mosaico romano soltas, mas exibia também alguns fragmentos do pavimento musivo no seu sítio original, com um tipo de desenho que apontava para o final do séc. III ou início do IV d.C. Esta descoberta denunciava a presença de uma *domus* romana, a qual seria, provavelmente, parte integrante de uma *villa* baixo-imperial.

Nos anos seguintes e até 2016, passaram a realizar-se no local diversos trabalhos arqueológicos promovidos pela autarquia, os quais foram revelando a *pars urbana* de mais uma rica propriedade do *ager* olisiponense.

Não estando definidos os seus limites, apenas se avançou com uma estimativa de 3500m<sup>2</sup> de área mínima para o edificado, o qual estaria ainda rodeado pelos férteis campos agrícolas do domínio fundiário.

Com a descoberta do peristilo e dos espaços adjacentes, definiu-se uma primeira planta da *domus*. O peristilo, outrora rodeado por um pórtico colunado, conservava ainda quatro bases de coluna áticas, um capitel jónico, parte dos revestimentos murais a estuque pintado e a mármore, bem como algumas zonas de pavimento em mosaico, principalmente na ala sudoeste. Este tipo de revestimento musivo estendia-se também a outros espaços – a um possível *triclinium* a sudeste, com desenho musivo mais elaborado; a um largo corredor de acesso ao

peristilo, a sul; e a parte de um espaço a sudoeste que apresentava um mosaico de desenho invulgar, ou mesmo, único até ao momento, pelo menos, na Península Ibérica.

"Ainda em escavação, conhecem-se já alguns tesselados, designadamente os do grande peristilo e dos compartimentos adjacentes, alguns deles apenas parcialmente descobertos, mas as evidências arqueológicas apontam para a existência de outros pavimentos. Este conjunto musivo (...) revela, para além de notórias imperfeições construtivas, um léxico vulgar, mas de grande aparato visual, designadamente o pavimento da ala SW, com paralelo regional (...) na *villa* de Freiria (...), ou o pavimento com esquema a compasso, acantonado por crateras ornadas de suásticas, cujo centro se encontra totalmente destruído, mas o achamento de *tesselae* de pasta vítrea indiciarão, talvez a existência pretérita de um medalhão figurado. A perspetiva mais idiossincrática destes mosaicos encontramos-la, sem dúvida, no pavimento do compartimento a SW do peristilo, porquanto, a deficiente interpretação - ou execução - do modelo, originou a construção de um mosaico singular." (CAETANO, 2019: 55)

O espaço central do peristilo, muito semelhante ao de outras *villae* do território olisiponense – de Freiria e Sto. André de Almoçageme – apresenta planta quadrada com os muros internos a desenharem semicírculos de cada lado. O interior destes revestido a *opus signinum* (argamassa romana impermeabilizante) e com a base convexa, aponta para a possível presença de um espelho de água, o qual contornaria um provável espaço ajardinado no centro do peristilo (dada a ausência de quaisquer vestígios de pavimento). No interior de um tanque próximo (do séc. XIX), foi recolhido parte de um fuste de coluna pertencente ao peristilo, tendo sido colocado sob uma das quatro bases que chegaram aos nossos dias. Todos estes elementos são hoje visíveis no local.

Quanto às áreas produtivas e afectas aos trabalhadores, serão difíceis de identificar, pois a conservarem-se os seus vestígios, estes deverão localizar-se sob zonas actualmente ocupadas por edifícios. Contudo, uma sondagem num terreno a SE da *pars urbana* revelou uma estrutura de um tanque, podendo o espaço associado corresponder já a uma área de cariz estritamente laboral, eventualmente, da *pars rustica* da *villa*. Também a recolha de vários fragmentos de *dolia* pode sugerir o armazenamento de excedentes agrícolas, assim como, a presença de alguns pesos de tear e de um alfinete de costura em bronze apontam para a actividade de fiação e tecelagem e para uma possível criação de ovinos para produção de lã, pelo menos, para consumo interno da propriedade.

Na verdade, apenas podemos conjecturar acerca do tipo de bens que seriam produzidos ou transformados nesta *villa*. Os reconhecidos terrenos férteis da várzea de Loures e o tipo de

recursos naturais existentes na zona serão, por certo, um indicador da produção ou transformação de um conjunto de bens que permitiam sustentar a exploração e, preferencialmente, gerar lucro aos seus proprietários. As atividades económicas nesta região, tradicionalmente, relacionam-se sobretudo com a horticultura, mas também com o cultivo de vinha, de olival, cereais e algumas árvores de fruto. Por outro lado, nesta zona de proximidade do estuário, a pesca, a recolha de moluscos e, sobretudo, a extração de sal, poderão, também, ter constituído actividades relevantes.

"Foram detetados, na *villa* de Frielas, já em contextos pós-romanos, conjuntos de moluscos que evidenciam o seu consumo no local mas, cuja recolha poderia ter constituído uma atividade económica rentável. No entanto, a mercadoria mais relevante deveria ser o sal. O rio Trancão e seus afluentes eram influenciados, através do rio Tejo, pelas marés e correntes de água salgada que viabilizaram a importante atividade de extração de sal, bem documentada em época medieval (...). (...) é por comparação que se coloca a hipótese de, em época romana, a atividade salineira ter assumido um papel importante na economia local. A importância do sal, sobretudo na conservação dos alimentos, torná-lo-ia um bem precioso. É tentador, pois, ver no sal a mercadoria mais importante com destino ao mercado da metrópole." (SILVA, A.R. 2012: 95)

A expressiva actividade de salga e produção de preparados de peixe amplamente documentada em *Olisipo*, exigia a correspondente abundância de sal na região. Em épocas bastante mais avançadas – sécs. XIV e XV –, encontra-se documentada a existência de marinhas na zona de Loures, em áreas onde, nestes séculos, o efeito das marés ainda se fazia sentir, determinando a presença local de água salgada e a exploração do seu sal marinho (por evaporação). Esta descoberta conduziu inclusive à identificação do lugar de Marnotas, topónimo que se relacionará com a actividade salineira no local.

No sítio de Almoínhas – uma grande *villa* ou um possível aglomerado populacional (*vicus*) nas proximidades de Frielas –, foram documentados alguns tanques que podem, eventualmente, associar-se a salgas, as quais, por certo, beneficiariam da proximidade deste recurso em marinhas locais. Tratam-se, no entanto, apenas de possibilidades que carecem ainda de confirmação factual.

Quanto aos materiais identificados na *villa* de Frielas, para além da cerâmica de mesa que permitiu datar os diferentes momentos de ocupação do local, destacam-se as ânforas piscícolas – da tipologia Dressel 14, na primeira fase (final do séc. I e todo o II d.C.), e da tipologia Almagro 50 e 51C, em período tardio (entre o final do III e todo o séc. IV d.C.) – com

uma representatividade de quase 30% no registo arqueológico. O claro predomínio destes contentores piscícolas face a outras tipologias de cerâmica de transporte, deverá não só indicar a relevância destes produtos no consumo local, bem como, a relativa facilidade na sua aquisição.

De facto, geograficamente, a *villa* de Frielas implantava-se numa zona baixa de encosta na proximidade de um braço do Tejo, cujo antigo estuário entrava por toda a região da actual Loures. Esta facilidade de mobilidade de mercadorias e pessoas através da rede hidrográfica local, ter-se-á mantido por largos séculos, sendo de assinalar que ainda no séc. XVIII, está documentada a navegação fluvial na várzea de Loures até Sto. António do Tojal.

A par do transporte fluvial, como já referido, a rede de vias terrestres complementava a facilidade de circulação de bens e pessoas, sendo, com certeza, factor essencial para o desenvolvimento da economia local, circunstância que, de resto, está bem patente na *villa* romana de Frielas, sobretudo, a partir do séc. IV d.C.

"Parece, igualmente, bastante provável relacionar a dinâmica desta 2ª fase de ocupação da *villa* de Frielas com a passagem, na Ponte de Frielas, do troço de estrada que ligava *Olisipo* a *Scallabis*. Se nos detivermos na cronologia dos marcos miliários conhecidos nesta estrada, como é o caso dos de (...) Frielas, Almoínhas e Alverca, todos apontam para os meados do século IV d.C. o que pode subentender um maior investimento nesta via durante o Baixo-império, que potenciou novas formas de ocupação daquele território." (SILVA, A.R. 2012: 96)

## **#07. Coudelaria da Companhia das Lezírias**

A Companhia das Lezírias foi criada em 1836, quando um grupo de empresários portugueses comprou a um Estado, acabado de sair de duas guerras e praticamente falido, uma vastíssima parcela do seu património fundiário – 48 mil hectares – pela módica quantia de dois mil contos.

Desde o início da sua fundação que a empresa assumiu a coudelaria como actividade central, contando logo, em 1896, com um expressivo efectivo de 331 animais, sendo este constituído por cavalos e éguas de diferentes raças. No início do séc. XX, a empresa começa a dar os primeiros sinais de preocupação com a selecção dos animais para reprodução, passando a adoptar as primeiras orientações zootécnicas nesse sentido. Porém, será apenas após a nacionalização decorrente da revolução de 1974, que a empresa passará a assumir uma clara opção por cavalos e éguas de raça lusitana.

"Na década de 80, a Companhia das Lezírias evoluiu de Empresa Pública para Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos, situação que ainda hoje se mantém e que permitiu que por volta de 1983, aproveitando a excelente base genética feminina entretanto desenvolvida, se decidisse optar pela introdução de ganhanhões das melhores linhagens (...), fruto da política de seleção que tem sido seguida e cujos princípios orientadores são a funcionalidade em conjugação com a morfologia e andamentos, tem dado origem à obtenção de produtos de elevado nível e reconhecida qualidade, como atestam os diversos prémios conquistados nos principais concursos de Modelo e Andamentos, (...) Equitação de Trabalho e Ensino, patenteando assim a graciosidade e funcionalidade que presentemente os caracteriza." Fonte: Companhia das Lezírias

Actualmente, reduzida a cerca de 19 mil hectares situados entre os rios Tejo e Sorraia, a Companhia das Lezírias continua a constituir uma das maiores explorações agropecuárias e florestais do país, compreendendo duas áreas distintas, a Lezíria de Vila Franca de Xira – terreno plano à beira-Tejo, dedicado à agricultura, pecuária e, também onde se encontra o Espaço de Visitação e Observação de Aves (EVOA) – e a Charneca do Infantado – onde está instalada a coudelaria e o centro hípico da Companhia das Lezírias.

A coudelaria continua a ser uma das actividades mais relevantes da empresa, dedicando-se hoje exclusivamente à criação de animais de raça Puro-Sangue Lusitano. Na Charneca do Infantado (Monte de Braço de Prata), onde está instalada, podemos encontrar o seu efectivo reprodutor – fêmeas de ventre e ganhanhões – bem como os poldros, machos e fêmeas, que até aos seis meses aqui ficam com a eguada. Após os seis meses, irão para os campos da fértil Lezíria de Vila Franca de Xira, onde serão desbastados e ensinados até atingirem os dois/três anos de idade.

É interessante constatar que passados tantos séculos, apesar das profundas transformações na paisagem e de múltiplas vicissitudes históricas, aqui se mantém uma espécie cuja ligação a este território concreto – o baixo vale do Tejo – vem de tempos literalmente ancestrais até à actualidade.

De facto, a presença do cavalo nesta região está documentada desde a Pré-História, tendo sido em vários momentos do passado histórico e até recentemente de tal maneira expressiva, que acabou por condicionar e moldar culturalmente as sucessivas populações que aqui habitaram.

### A presença do cavalo no território

Na Península Ibérica, a presença da espécie *Equus ferus* (cavalo selvagem) encontra-se documentada a partir do Plistoceno, pelo menos, desde há 200/130 mil anos, sendo que no actual território português, alguns dos mais representativos sítios arqueológicos deste período – nomeadamente, na Gruta das Fontainhas, no Algar de João Ramos, na Pedreira das Salemas e na Gruta do Escoural – a presença de ossos, crânios e dentes de cavalo, mostram mesmo tratar-se de uma das espécies mais bem representadas em cronologias tão recuadas.

Com efeito, ao contrário de outros locais do continente europeu, na Península Ibérica, de uma forma geral, durante todo o período correspondente ao Paleolítico Superior, são relativamente abundantes os restos osteológicos (ossos e dentes) de cavalo no registo arqueológico, ao qual se podem somar as diversas representações em pinturas e gravuras rupestres onde tantas vezes se destaca a figura deste animal. A consistente permanência de vestígios de *Equus ferus* ao longo das etapas finais do Plistoceno na Península Ibérica tem mesmo levado diversos autores a concluir que este território terá consistido num refúgio para a espécie durante o Último Período Glaciar.

"No território português esta espécie continua a existir durante o Mesolítico, o que é confirmado pelos restos encontrados em Muge [região do Baixo-Tejo]. No Neolítico e no Calcolítico da Península Ibérica continua a estar representada, mas é a partir da Idade do Bronze que a sua distribuição aumenta exponencialmente já no estado doméstico." (DETRY, 2007: 261)

No Holoceno, com o recuo dos glaciares, a domesticação do cavalo terá sido das mais tardias se comparada à de outras espécies de gado mais comuns, não estando ainda inequivocamente determinada onde e quando aconteceu. Até recentemente prevalecia a teoria que teria havido uma primeira domesticação na região das grandes estepes da Eurásia durante o IV milénio a.C., e que daqui o cavalo domesticado se teria disseminado para os diferentes territórios. Actualmente, porém, novas evidências apontam para possíveis ocorrências independentes de domesticação em distintas geografias, com cronologias a partir do final do III milénio a.C.

"The earliest archaeological evidence of horse milking, harnessing, and corralling is found in the ~5,500-year-old Botai culture of Central Asian steppes (...). Botai-like horses are, however, not the direct ancestors of modern domesticates but of Przewalski's horses [*Equus ferus przewalskii*] (...). The genetic origin of modern domesticates [*Equus caballus*] thus

remains contentious, with suggested candidates in the Pontic-Caspian steppes (...), Anatolia (...), and Iberia (...)." (FAGES *et al.*, 2019: 1421)

A Península Ibérica é pois um dos territórios considerados como um dos possíveis focos originais de domesticação do cavalo. Os seus defensores, até recentemente, apoiavam-se, sobretudo, no significativo conjunto de pinturas e gravuras rupestres pós-paleolíticas encontradas em diferentes sítios do território peninsular (com maior ocorrência no Sul e Levante ibérico), as quais exibem o que parecem ser cenas de domesticação de cavalos. Contudo, as cronologias avançadas para a maioria destas representações não são consensuais e apresentam, por vezes, um intervalo muito dilatado, desde o IV milénio a.C. até cerca de 900 a.C., ou seja, do final do Neolítico até ao final da Idade do Bronze.

Na última década, todavia, esta teoria passou também a ter como suporte diferentes estudos da área da biologia evolutiva, os quais têm incidido sobretudo na análise da variabilidade genética presente em algumas raças tradicionais de cavalos presentes em diferentes geografias do continente europeu, bem como, na análise de amostras de ADN antigo. No primeiro caso, os resultados da distribuição da variabilidade genética actual apontam para a existência de dois importantes centros de domesticação do cavalo durante o Holoceno: o território ibérico e o das estepes da Eurásia. No segundo caso, um estudo que analisou diversas amostras de ADN antigo de cavalo revelou a presença de vestígios de linhagens ibéricas do Neolítico e da Idade do Bronze em cavalos ibéricos actuais, especificamente em Lusitanos (LIRA *et al.*, 2010). No entanto, actualmente não é possível confirmar se estas linhagens ancestrais foram domesticadas com sucesso de forma independente na Península Ibérica ou se apenas se misturaram de forma significativa com os primeiros cavalos domesticados vindos de outros territórios. Mesmo confirmando-se uma domesticação ibérica, ficará ainda por esclarecer se o seu conhecimento técnico foi transmitido por outras culturas ou se foi adquirido de forma independente.

"Our investigation of genetic diversity in traditional European horse breeds reveals two hotspots of genetic diversity, one in the Caspian region of western Asia and one in the Iberian Peninsula. The distribution of high genetic diversity in European horses coincides with the distribution of open vegetation in the mid-Holocene, suggesting that these areas acted as refugia for wild horses at a time when most of Europe was covered by dense forest. (...) Our results suggest that primary areas of horse domestication were confined to regions where considerable expanses of open landscape persisted throughout the Holocene, and that previously forested regions in Europe primarily relied on an import of domestic horses. Whether the knowledge of

how to successfully capture, tame and breed horses reached Iberia through cultural transmission, or whether this knowledge was acquired independently, is an open question that cannot be answered with genetic data.” (WARMUTH *et al.*, 2011: 2-5)

Com efeito, para ajudar a responder a esta questão é essencial o trabalho da investigação arqueológica. Tendo presente os dados provenientes de outras disciplinas, as evidências do âmbito da arqueologia e da zooarqueologia são essenciais para o apuramento de mudanças culturais significativas nestas cronologias mais recuadas que possam ajudar a esclarecer estas questões, nomeadamente: artefactos associados à montagem, atrelagem e tratamento de cavalos; resíduos de leite em recipientes com tipologias relevantes; análise morfológica comparativa de ossos e dentes de cavalo encontrados em contexto arqueológico (embora os equídeos não apresentem indicadores morfológicos de domesticação como outras espécies, tornando difícil a sua identificação, existem alguns sinais a considerar, como, por exemplo, danos nos dentes que sugiram o uso de freios, ou espinhas dorsais mais robustas capazes de suportar mais peso); sinais de relevância simbólica do cavalo; ou ainda as eventuais representações de cavalos em arte rupestre com datações mais rigorosas para os diferentes períodos a ter em conta (Calcolítico e Idade do Bronze  $\approx$  III-II milénio a.C.).

A partir da Idade do Ferro, ressaltando a necessária distinção por regiões, períodos e influências várias que constituem o heterogéneo território peninsular, os dados arqueológicos disponíveis apontam de forma inequívoca para a emergência de uma aristocracia militar equestre em vários pontos da Antiga Ibéria, sobretudo durante os sécs. VI e V a.C.

No interior de túmulos interpretados como pertencendo a guerreiros e/ou membros das aristocracias locais, para além da mais frequente presença de panóplias militares mais ou menos completas, regista-se também, em vários casos, a inclusão de arreios de cavalo – sobretudo embocaduras (bridões e freios) – e seus ornamentos, ou objectos relacionados com as atrelagens ou com o seu apetrechamento – mais frequentemente rodas de carros ligeiros que seriam puxados por cavalos.

Em outras situações menos comuns, documentam-se enterramentos de cavalos junto aos túmulos dessas elites guerreiras, ou mesmo no interior de contextos habitacionais, sugerindo em ambos os casos uma relação de grande proximidade com esta espécie e a criação de cavalos como actividade de relevo, não só numa perspectiva social, mas também, cultural, religiosa, militar e económica.

Esta situação apesar de mais evidente nas zonas de predomínio das culturas ibérica e celtibérica, ou seja, o levante e centro peninsular, está também documentada a ocidente, no centro-sul do actual território português. Neste, no entanto, a influência celtizante vinda do interior da península mescla-se com influências vindas do Mediterrâneo Oriental, fruto de um regular contacto, primeiro com fenícios e depois com púnicos.

Em relação aos equídeos, vários autores crêem ter sido nesta altura que entraram na Península novos cavalos trazidos por estas populações celtizantes vindas do centro da Europa, os quais, adaptando-se perfeitamente ao território, sobretudo às planícies do sul e ocidente peninsular, acabaram por se misturar com as raças indígenas, dando origem ao famoso cavalo peninsular.

Porém, importa dar nota que, por vezes, ao longo do tempo, tanto investigadores hispanos como estrangeiros que se dedicaram ao estudo destas realidades da Península, centrando-se em artefactos arqueológicos – sobretudo, embocaduras de cavalo das necrópoles celtibéricas e figuras de bronze de cavaleiros ibéricos –, e convenientemente associando-os a acontecimentos históricos relatados em textos antigos, deram lugar a generalizações pouco fundamentadas que não levam em conta a realidade complexa e multifacetada que constituiu o território peninsular pré-romano.

"Esta nova «raça» foi largamente apreciada desde muito cedo: provam-no as estatuetas e as próprias moedas ibéricas. Nestas, aparece representado, talvez desde os fins do séc. III a.C. ou de certeza nos princípios do séc. seguinte, com as características, forma e atitude do cavalo peninsular. Este cavalo erigido em «raça», criou fama desde épocas recuadas. Foram as suas excelentes qualidades, apreciadas pelos Cartagineses; por isso eles os levaram para as guerras Púnicas na Sicília. Daqui seguiram para a Grécia, acompanhando Dionísios, que ali apareceu com eles para ajudar os seus aliados Lacedomónios, então em guerra." (ALMEIDA, 1970: 266)

Com o domínio romano começamos a ter mais informação sobre a presença do cavalo no território do ocidente peninsular.

A província da Lusitânia, criada em 27 a.C., começa a ser conhecida também pelos seus cavalos, sobretudo os que cresciam nas lezírias das margens do Tejo, perto do *oppidum* de *Olisipo* – exactamente nas mesmas zonas onde pastam hoje os cavalos e éguas da Companhia das Lezírias. Por vezes designado como *lusitano* outras, mais genericamente, como *cavalo hispano*, as fontes literárias geralmente reconhecem-no como dos melhores que se criavam no

Império, tanto pela extrema destreza que apresentava como animal de sela para combate, como pela sua reconhecida velocidade, procurada, sobretudo, para as corridas de circo.

A iconografia, por outro lado, dá-nos a imagem de um animal com características muito semelhantes ao cavalo que hoje designamos de "puro-sangue lusitano": bem proporcionado e de aspecto robusto, com musculatura bem definida; corpo curto mas cheio, com peito alto e garupa redonda; o pescoço é largo e liga-se à cabeça numa curva harmoniosa que lhe dá uma elegância muito característica, e a cabeça ligeiramente abaulada com olhos grandes e expressivos sugerem o temperamento vivo e dócil que lhes é reconhecido.

Apesar de ser já um animal extremamente valorizado antes da chegada dos romanos, é de facto sob o seu domínio que a pecuária de equinos se intensificará e que a coudelaria se começará a especializar na criação de cavalos com características mais apuradas para servir fins específicos.

Para saber mais sobre os cavalos da província romana da Lusitânia, deverá ir para a página – *O cavalo lusitano* – que, tendo como base fontes literárias e arqueológicas, aborda vários aspectos relacionados com a sua criação, características e as actividades a que estava associado.

Na coudelaria da Companhia das Lezírias, como já referido, criam-se apenas equídeos de raça lusitana, que apesar de geneticamente ser herdeira dos cavalos criados na antiga província romana, foi sofrendo novas contribuições genéticas desde então até ao presente. Actualmente, o Lusitano é um cavalo de sela muito semelhante ao que no país vizinho se produziu também desde a Antiguidade, sobretudo nos territórios correspondentes à Extremadura e à Andaluzia, sendo ambos designados até recentemente de forma genérica por cavalo *peninsular* ou *ibérico*, em que o ser lusitano ou espanhol era apenas referido para indicar a sua origem. Uma vez que em 1942, em Espanha se impôs aos cavalos nascidos e registados no país vizinho a designação de *Cavalo de Pura-Raza-Española* (mais conhecido por *Andaluz*), Portugal viu-se assim na necessidade de diferenciar também os seus cavalos.

"A raça lusitana, recentemente designada por alguns como Puro-Sangue-Lusitano, é administrada desde 1967 através do respectivo Livro Genealógico (*Stud-Book*), no qual não se aceitam inscrições de animais que não sejam o produto de outros já inscritos. É caracterizada e seleccionada com base num padrão morfo-funcional, incluído no referido Livro (...)." (OOM, 1992: 70)

## **Temas complementares**

### **#01. O mundo rural romano**

O mundo rural em época romana foi uma realidade complexa e multifacetada cujo conhecimento se deve, em grande parte, a várias fontes antigas que conseguiram sobreviver à passagem dos séculos. Em primeiro lugar, destacam-se alguns fundamentais tratados de agrónomos antigos – da primeira metade do séc. II a.C., o *De agri cultura* de Catão; do final do séc. I a.C., o *De re rustica* de Varrão; do séc. I d.C., o *De re rustica* de Columela; e já mais tardio, do final do séc. IV d.C., o *Opus agriculturae* de Paládio –, todos com abundante informação sobre vários aspectos deste mundo, desde as culturas produzidas, passando pelas estruturas e tecnologias agrárias, até aos importantes conselhos e recomendações sobre como implementar todos os elementos de forma a fomentar uma maior produtividade económica nas explorações rurais.

"O melhor dos manuais, pela informação abundante que nos presta, é o *De re rustica* de Columela, autor do séc. I d.C, nascido em Cádiz. Numa altura em que os grandes proprietários itálicos se inclinavam mais para a criação de gado do que para a cultura do trigo, da vinha e da oliveira, Columela pretendeu demonstrar que a agricultura, quando convenientemente gerida, era rendível." (ALARCÃO, 1997: 139)

Depois, juntam-se à tratadística outros fontes literárias, como, a *História Natural* de Plínio e as *Geórgicas* de Virgílio, onde se encontra também informação bastante relevante sobre vários aspectos do mundo rural, e, por fim, a abundante iconografia presente, sobretudo, em mosaicos e baixos-relevos, que constituem importantes fontes complementares aos textos referidos.

Para além das fontes antigas, destaca-se a expressiva informação que nos chega da arqueologia contemporânea, a qual, se por um lado, vai de encontro ao que dizem os textos clássicos, por outro, tem produzido dados significativos que permitem vislumbrar especificidades e soluções adoptadas a nível local que enriquecem bastante o panorama conhecido do mundo rural antigo e suas dinâmicas. Por exemplo, em relação à região de *Olisipo*, graças à actividade arqueológica mais recente e, num estudo em concreto, através da análise dos vestígios encontrados de ânforas vinárias, podemos saber que a produção de vinho na região atingiu em época romana uma escala considerável, verificando-se inclusive a sua exportação para fora da Lusitânia.

"(...) dispondo das privilegiadas fontes que são as marcas impressas nas ânforas, verdadeiras denominações de origem, podemos indagar para onde se difundiu o vinho olisiponense, uma vez que se considera plenamente adquirida a ideia de que uma ânfora produzida em determinado lugar se destinava a transportar / difundir alimentos produzidos nessa região. Os resultados começam a ser surpreendentes, com a verificação de uma robusta exportação de vinho, nos séculos II e III, não só para o território provincial, mas também para paragens mais distantes." (FABIÃO, 2021a: 20)

Outro aspecto muito relevante que a arqueologia tem permitido conhecer são algumas das transformações e desenvolvimento no tempo deste mundo rural. Sabemos, por exemplo, que no início do domínio romano no Sul do actual território português, as primeiras instalações dedicadas à exploração rural correspondiam a estruturas fortificadas, implantadas, obrigatoriamente, em locais altos com excelente domínio visual. Designadas de *castella*, seriam por certo um reflexo da relativa instabilidade ainda sentida na região, bem como, da provável origem militar dos seus construtores e proprietários. Apresentavam normalmente planta quadrada e dispunham em seu redor de várias plataformas edificadas onde se erguiam estruturas secundárias, que, no caso do Castelo da Lousa (Mourão), conservavam ainda alguns materiais e engenhos agrícolas.

Após a consolidação da presença romana no território, quando surgem as mais conhecidas unidades de exploração agrária – as *villae* – sabemos também com maior detalhe, graças à investigação arqueológica, que estas se foram transformando substancialmente em dimensão e complexidade ao longo dos séculos.

Este maior conhecimento vindo da arqueologia, não quer dizer que os textos antigos deixem de constituir referências incontornáveis para o estudo do mundo rural romano, mesmo tendo em conta que a maioria da informação contida nesses textos faz referência quase exclusivamente à Península Itálica, por um lado, e, por outro, poderem em alguns aspectos constituir mais uma idealização genérica do que uma concretização no terreno. Porém, é também incontestável que a arqueologia tem permitido demonstrar que esta terá sido uma realidade ainda mais complexa e multifacetada do que a apresentada nos textos clássicos.

### O povoamento rural

O mundo rural romano era um complemento do mundo urbano; um território definido por uma malha cadastral – centurição – com parcelas ortogonais de dimensões variáveis,

planeadas em articulação com as vias principais que partiam das cidades. Cada parcela era atribuída a um proprietário, que deveria administrar o domínio fundiário assim constituído – o *fundus* – explorando da melhor maneira os seus recursos naturais para a produção de alimentos e de eventuais outros bens, não só como forma de auto-sustento mas também como gerador de lucro. Deveria assim poder abastecer a sua cidade e os mercados do seu território, sendo especificamente aconselhada a instalação das explorações rurais perto de vias ou cursos de água que facilitassem o acesso a esses mercados que asseguravam o escoamento dos excedentes produzidos.

"Não se sabe ao certo como foi feita a distribuição das propriedades do *ager* e qual a dimensão que teriam. Num estudo realizado na zona norte e oeste de *Olisipo*, em que se definiram hipotéticos territórios de exploração de *villae* através da análise de distâncias a percorrer em 15 minutos de raio, obteve-se para a propriedade rústica (*fundus*) dimensões máximas de 328ha, o caso da *villa* de Casal do Clérigo, e mínimas de 88ha, o caso da *villa* de Miroiços da Malveira, dando a média 208ha, valor muito próximo do salto (*saltus*) que era de 201,9ha, ou seja 800 jeiras." (CARDOSO & NOZES, 2019: 13)

Nos *agri* romanos coexistiam diferentes tipos de explorações rurais. Havia pequenos "casais agrícolas" e "granjas" de maior dimensão, ambas de exploração unifamiliar e habitação própria, mas que no caso das granjas a residência teria já algum vulto e a dimensão da propriedade poderia exigir o recurso a mão de obra sazonal. Havia ainda aglomerados de dimensões relativamente modestas, onde se concentravam várias famílias que trabalhariam as mesmas terras, e, finalmente, o tipo de exploração mais conhecido – as *villae* –, propriedades de cariz senhorial, que incluíam uma residência mais ou menos rica e várias estruturas relacionadas com as actividades agro-pecuárias.

"A *villa* era a grande propriedade rústica. Não poderemos falar propriamente de latifúndios na Lusitânia no séc. I d.C. Seria já grande, na área de Mérida ou no Alentejo, uma propriedade de 100 ou 200 hectares. Noutras zonas da província, a propriedade seria menor.

A área edificada das *villae* compreendia a *pars urbana* ou residência do proprietário e a *pars rustica*, que reunia o alojamento dos criados de lavoura, adega, celeiro, estábulos, currais e todas as instalações necessárias numa herdade. Por vezes reserva-se o nome de *pars rustica* para o alojamento dos criados e usa-se o de *pars fructuaria* para aquelas instalações necessárias ao processamento e armazenamento da produção e ao abrigo dos gados." (ALARCÃO, 2018: 185)

No território olisiponense, apesar de estarem documentadas arqueologicamente explorações rurais do tipo "casal", "granja" e "aglomerado" agrícolas, apenas se conhece relativamente bem a realidade das grandes unidades rurais – as *villae* –, as quais, pela sua maior dimensão e impacto na paisagem, se conservaram melhor no tempo, facilitando o seu estudo. Salienta-se, no entanto, que esse estudo tem privilegiado sistematicamente as áreas residenciais, ficando por aprofundar o conhecimento sobre as áreas produtivas, ou seja, os equipamentos e materiais relacionados especificamente com as actividades agrícolas e pecuárias.

Constitui uma excepção a esta tendência, a investigação arqueológica desenvolvida nas últimas décadas na *villa* romana de Freiria, onde os arqueólogos optaram por centrar o seu trabalho na *pars fructuaria*, vindo esta a revelar-se uma aposta ganha pelas novidades que trouxe ao conhecimento e ao registo arqueológico de estruturas relacionadas em específico com o trabalho rural.

#### Os recursos e os trabalhos no espaço rural

Na bacia do Mediterrâneo, os romanos privilegiaram o cultivo dos três grandes alimentos desta região, os cereais – diferentes tipos de trigo, cevada, aveia e milho-miúdo –, a vinha e a oliveira. Juntamente com estes, cresciam também nos campos toda a espécie de árvores de fruto, entre as quais, macieiras; pereiras; ameixieiras; cerejeiras; pessegueiros; nespereiras; romãzeiras; figueiras; noqueiras e castanheiros. Também se cultivavam em hortas irrigadas vários dos hortícolas que hoje conhecemos, bem como, leguminosas e inúmeras ervas aromáticas, abundantemente utilizadas no receituário da cozinha romana.

Nas pastagens, onde crescia a erva espontânea, semeava-se também feno como forragem para ajudar a alimentar o gado – bovino, ovino-caprino e cavalariço. As vacas eram criadas para produzir leite e seus derivados, e as ovelhas e as cabras para além da carne e do queijo, eram valorizadas também pela lã e peles. Os bois juntamente com as mulas e burros eram sobretudo utilizados para auxiliar nos trabalhos agrícolas mais pesados e para transporte, ficando geralmente de fora os cavalos que eram criados sobretudo para as corridas no circo ou para o exército, para além de serem também utilizados em caçadas. O porco e as aves de capoeira – galinhas, patos, gansos e pavões – eram muito apreciados na cozinha romana, tendo presença obrigatória na maioria das explorações rurais.

Coexistiam muitas vezes com estas produções de base essencialmente agro-pecuária, outras complementares de mais-valia económica, como a produção de mel, muito apreciado

pelos romanos, ou várias pequenas manufacturas e fabricos especializados como, a olaria; a produção de tecidos; tinturarias; padarias; metalurgias, ou ainda, exploração de pedreiras e extracção de minério, e, no caso de propriedades rurais perto do mar, a exploração de recursos marítimos.

As florestas e os bosques envolventes forneciam ainda importantes recursos silvestres e sustentavam a muito apreciada actividade da caça, sobretudo ao veado e ao javali, conforme testemunhado em inúmera iconografia.

O cíclico trabalho agrícola desenvolvia-se ao ritmo das estações. No outono, entre Outubro e Novembro faziam-se as sementeiras, e no final da primavera, entre Maio e Junho, faziam-se as ceifas. Nas propriedades agrícolas de maior extensão, os romanos utilizavam já técnicas de melhoramento agrícola, quer através da rotação de culturas ou afolhamento – implicava a divisão da terra em parcelas (as folhas) onde se alternavam diferentes culturas em cada ano como forma de rentabilizar a qualidade dos solos –, quer através do pousio – onde nas terras lavradas se punham os animais a pastar de modo a fertilizarem o solo.

De acordo com o tipo de terras, os romanos recomendavam diferentes fertilizantes, referindo Varrão no seu tratado, *De re rustica*, que o melhor para a agricultura seria o estrume de aves, mas que para as pastagens, o que mais ajudava a erva a crescer seria o estrume de cavalo.

"O cultivo de cereais seria a produção a que estaria dedicada a maior área da propriedade, pois necessitava de três afolhamentos que possibilitassem uma produção equilibrada sem o desgaste dos solos. No primeiro ano, após a preparação do solo, era feita uma sementeira de trigo ou de outro cereal. No segundo ano, a terra era deixada de pousio. No terceiro ano, fazia-se certamente uma sementeira de fava, ervilha ou nabos para aumentar a quantidade de azoto no solo e assim poderem voltar a produzir cereais no ano seguinte." (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2019: 105)

A mão-de-obra era predominantemente escrava, podendo recorrer-se a trabalhadores assalariados sazonais, sempre que necessário. O *vilicus* orientava todo o trabalho e administrava a propriedade na ausência do seu *dominus*, ausência essa que era bastante frequente, pois, na verdade, apesar do modelo de vida rural ser sempre apregoado pelos senhores da terra como idílico – local desejado de refúgio e de ócio –, grande parte do seu tempo era passado nas cidades, onde era habitual integrarem a elite burguesa local e onde era também frequente desempenharem funções em altos cargos nas magistraturas urbanas.

### Os engenhos e as alfaias agrícolas

A criação e utilização de engenhos mais eficazes na transformação de matérias-primas agrícolas em bens de consumo tornam-se sistemáticas com os romanos. É o caso dos lagares de azeite, das prensas de vinho, e de alguns engenhos de moer cereal mais disseminados, como os moinhos de água e um tipo de mós de grande dimensão designadas de *versatilis*, geralmente utilizadas em padarias.

"Os romanos usaram largamente o moinho de água, que parece ter sido inventado na Grécia. (...) O moinho manual circular ou manual rotativo foi, todavia, o mais usado na época romana. É constituído por duas mós: à de baixo chama-se dormente e à de cima, girante ou andadeira. A mó dormente tem a face superior afeiçoada em cone baixo e muito aberto; a mó de cima tem a face inferior talhada de modo a poder adaptar-se à de baixo. Um orifício na mó girante servia para alimentar de grão o aparelho. Um ou dois manípulos de madeira, cravados lateralmente, serviam para fazer girar a mó andadeira. (...) Este tipo de mó veio até aos nossos dias, com variantes de instalação que não sabemos se terão sido adoptadas pelos Romanos." (ALARCÃO, 2004: 37-38)

O mesmo se verifica com a construção de estruturas para represamento da água – barragens e açudes –, bem como, de mecanismos que permitiam a elevação e transporte da água para utilização na rega – poços, rodas hidráulicas, bombas de pistões e parafuso de Arquimedes. Na verdade, no que diz respeito à hidráulica rural, algumas das contribuições tidas tradicionalmente como islâmicas – muitas vezes, apenas por causa da origem árabe dos nomes –, serão afinal também uma herança romana.

Perante a informação disponível, parece cada vez mais claro que a par das culturas de sequeiro preferidas pelos romanos – olival, cereais e vinha – o regadio terá tido também um papel importante na economia do mundo rural romano, permitindo, em várias províncias do Império, a passagem de uma agricultura essencialmente de subsistência para uma agricultura de produção centrada na policultura.

Os instrumentos e novas técnicas de trabalhar a terra disseminadas em época romana desempenharam também um papel fundamental nesta profunda transformação da economia agrária. Ajudam-nos a compreender um pouco melhor o seu funcionamento tanto as descrições presentes nos textos dos autores clássicos como a iconografia antiga, ou ainda, as alfaias agrícolas que por vezes se encontram em escavações arqueológicas. Destas alfaias, sabemos que o seu fabrico em ferro se generaliza com o domínio romano, permitindo desde logo

trabalhar solos mais difíceis, como no caso dos barros. Por outro lado, é surpreendente constatar através da etnografia, que a sua permanência no tempo e utilização no espaço rural se mantiveram praticamente inalteradas até época recente.

Era com o arado que se preparava o terreno antes de lançar as sementes à terra e, depois, para cobrir o grão, fazia-se uma lavra com a passagem de uma grade ou à enxada. Quando o cereal começava a crescer, com o sacho removia-se a terra superficial e as ervas daninhas, e, na altura da ceifa, utilizava-se habitualmente a foice, porém, está documentada, pelo menos na província da Gália-Bélgica, a utilização de uma ceifeira mecânica conduzida por mulas. A debulha das espigas era feita nas eiras com o mangual ou com o trilho, podendo até serem pisadas por animais. Por fim, o cereal era joeirado através de peneiras ou lançando-o ao vento com a ajuda de pás. A palha, mais leve, voava e o grão, mais pesado, podia ser recolhido e ensacado para ser depois armazenado no *horreum* (celeiro).

"Os instrumentos para trabalhar a terra eram a enxada, *ligo*, a enxada de gancho, *bidens*, o sacho, *sarculum*, o alvião, *dolabra*, o ancinho, *rastrum*, a pá, *pala* (toda de ferro ou de madeira apenas com guarnição de ferro) e a pá de valador, *scuditia*. Estes instrumentos mantiveram-se, com as mesmas formas, até aos nossos dias.

Os instrumentos de ceifa e sega eram a foice, *falx* e a roçadeira, *falx faenaria*. À poda das árvores chamava-se *falx arboraria* e à das videiras, *falx vinitoria*.

Os Romanos usavam ainda a forquilha, *furca* ou *furcilla*. A tesoura de tosquia tinha o nome de *forpex*.

O nome latino do arado era *aratrum*." (ALARCÃO, 2004: 32)

Na *villa* romana de Freiria, para além de alguns materiais correspondentes a alfaias agrícolas – um serrote de ferro com cabo de osso; um machado e um podão (foice de poda) –, encontraram-se também vários outros instrumentos relacionados com múltiplas actividades complementares a que diferentes trabalhadores se dedicavam diariamente nas grandes explorações rurais, sendo imprescindíveis no seu funcionamento e quotidiano: carpinteiros, correeiros, albardeiros, empalhadores, esparteiros, entre outros.

## #02. As *villae* romanas

Para os romanos, uma *villa* correspondia ao conjunto de arquitecturas centrais de uma propriedade rural. Esse conjunto englobava tanto a residência do proprietário – a *pars urbana*

–, como os alojamentos dos servos e trabalhadores – a *pars rustica* – e, ainda, as estruturas relacionadas com as actividades produtivas agro-silvo-pecuárias – a *pars fructuaria* ou *frumentaria* –, a adega; o lagar; o celeiro; os estábulos ou currais; zonas de forja, moagem e fornos; espaços de armazém, entre outros. Para lá deste núcleo central, a propriedade, designada de *fundus*, integraria diversas áreas de produção, tanto de culturas de regadio – horta e pomar – como de sequeiro – campos de cereal, vinha e olival –, incluindo ainda pastagens (*saltus*) e zonas de bosque e floresta (*silva*).

"Se me perguntarem o que me faria escolher uma propriedade, eu diria o seguinte: variedade de solos, uma localização privilegiada com cem *iugera* [jeiras]; depois, primeiro a vinha (ou abundância de vinho), depois uma horta irrigada, terceiro um bosque de salgueiros, quarto um olival, quinto um prado, sexto um campo de cereais, sétimo uma área de floresta, oitavo um pomar, nono um campo de árvores de bolota." CATÃO, *De agri cultura*, séc. II a.C. (traduzido de DALBY, 2010: 27)

#### Origem e difusão das *villae* no território

Este modelo de exploração rural começa a disseminar-se na antiga província da Lusitânia a partir do tempo de Augusto. Antes disso, porém, encontra-se documentado arqueologicamente nos territórios a sul, sobretudo na envolvência do Guadiana, um tipo de propriedade rural de carácter senhorial ainda do período republicano (séc. I a.C.). A sua implantação em locais altos e aspecto fortificado tem justificado a designação de *castella* pela qual são conhecidos, contudo, não se tratarão de estruturas militares, mas antes de um modelo de *villa* republicana com paralelos conhecidos na Península Itálica.

"O Castelo da Lousa (Luz, Mourão) situa-se no alto de uma encosta sobranceira ao Guadiana. A residência adota o modelo da casa de átrio. Esta, com poucas aberturas para o exterior, organizava-se em torno de um espaço (*atrium*) para o qual se abriam as suas dependências. No *atrium* havia um tanque ou cisterna. Os telhados, convergindo, alimentavam a cisterna com a água das chuvas. Do lado oposto à entrada ficava a sala principal (*tablinum*). (...) O edifício tinha dois pisos. Uma escada subia ao piso superior, cujos compartimentos abriam para uma varanda armada de madeira. (...) Na encosta foram construídos os alojamentos para os criados e os armazéns. (...) O aspeto fortificado da residência, com muros excepcionalmente largos no piso inferior, não pode levar-nos a considerar que se trata, como alguns têm proposto, de uma instalação militar. Basta recordar que Séneca se referiu às *villae*

de Pompeio e César nestes termos: *scies non villas esse, sed castra*, “dirás que não são *villae*, mas fortificações”. O Castelo da Lousa corresponderá, pois, a um modelo romano republicano de *villae*.” (ALARCÃO, 2018: 119-121)

O modelo de *villa* mais característico aparece, então, a partir do período imperial (final do séc. I a.C.) no ocidente peninsular. Nesta altura, como forma de organização do território, passou a definir-se para o mundo rural, um cadastro de propriedade baseado no princípio de que toda a terra conquistada pertencia ao Estado romano – *ager publicus* – e que esta podia ser dividida em parcelas de forma ortogonal. Essa divisão do território em parcelas – ou, centurição – era efectuada no momento da fundação ou reorganização das cidades, estando intimamente ligada a estas e tendo como elementos estruturantes as principais vias que se prolongavam desde o interior dos núcleos urbanos para o território em seu redor.

Era aos agrimensores que cabia a tarefa de fazer tal divisão. Para isso, com a ajuda da groma, desenhavam grandes quadrados – *centuria quadrata* – com cerca de 200 jeiras de dimensão ( $\approx 50$ ha), limitados por vias com cerca de 8 pés de largura. As parcelas podiam depois ser subdivididas em lotes mais pequenos consoante o tipo de exploração agrícola planeada – casal ( $\approx 2/3$ ha), granja ( $\approx 12/13$ ha) ou *villa* –, sendo que na visão dos agrónomos antigos, o tamanho ideal para uma propriedade rural de produção rentável, seria a *villa* de média dimensão, com uma área entre os 25/50ha.

As parcelas de terreno eram atribuídas, geralmente, a romanos veteranos de guerra de acordo com a sua patente, podendo, por exemplo, um decurião receber um *fundus* de média dimensão, com cerca de 50ha (200 jeiras). No caso das grandes propriedades ( $\approx 200$ ha), vocacionadas para a produção em larga escala de uma ou duas culturas para escoamento nos mercados do Império, estas pertenciam frequentemente a membros das mais altas magistraturas políticas, sendo, por vezes, o resultado de recompensas ou dádivas do próprio imperador. Outras vezes, eram resultado de um fenómeno de concentração fundiária, na qual os colonos originais, eventualmente por incapacidade de gestão, vendiam as suas parcelas de terreno a gente endinheirada que ia agregando cada vez mais património fundiário. A partir de final do séc. III/IV d.C. este tipo de propriedade latifundiária tornar-se-á predominante em muitas zonas do Império, como na Lusitânia, sobressaindo especialmente na região que corresponde ao actual Alentejo.

"(...) supor que da *villa* se passa ao moderno monte [alentejano], e que este constitui o prolongamento moderno daquela, corresponde a um preconceito próprio de quem julga as paisagens rurais como realidades imóveis (...). Se é certo que podemos encontrar algumas

afinidades entre uns e outros, designadamente no carácter «senhorial» da posse da terra e na organização complexa e multifuncional dos espaços construídos, não é menos certo que uma generalização deste teor faz, de uma penada, tábua rasa de séculos de dinâmica história das áreas rurais desta região do interior. Esquece objectivamente todos os fenómenos de transformação e mudança ocorridos no período romano, a sua adaptação a novos quadros políticos, jurídicos e sociais; esquece a presença islâmica, passa ao lado do processo da chamada «reconquista cristã» e a acção das ordens religiosas na construção de uma nova paisagem agrária; ignora, finalmente, todos os processos mais recentes, designadamente o das «desamortizações» liberais." (FABIÃO, 1999: 9)

Os autores antigos, nos seus textos, fazem várias recomendações quanto à escolha dos terrenos e à construção das diferentes estruturas e equipamentos que deveriam existir numa propriedade rural ideal. Em primeiro lugar, havia que considerar as diversas condicionantes naturais do local – o relevo; a presença de água; a exposição solar e a exposição aos ventos; os diferentes tipos de solo e matérias-primas disponíveis –, de forma tirar melhor partido destas e rentabilizar a produtividade da exploração. Depois, havia que levar em conta a dimensão do *fundus* e a proximidade a boas vias de comunicação. Todos estes aspectos eram importantes, não só, para uma melhor adequação à produção dos diversos bens agro-pecuários, como eram igualmente fundamentais na hora de erguer os diferentes edifícios, determinando a sua orientação e distribuição, bem como, a dimensão dos espaços e a quantidade de equipamentos necessários.

Como já referido, a *pars fructuaria* ou *frumentaria*, deveria dotar-se de todos as instalações indispensáveis à transformação e acondicionamento dos diversos recursos agro-pecuários, sendo as mais frequentes, a adega; o lagar; o celeiro; estábulos e currais; zonas de forja, moagens e fornos; espaços de armazém e abrigos para alfaias. Adicionalmente, poderia integrar outros equipamentos associados a eventuais actividades complementares – pequenas artesanias e manufacturas –, de acordo com a vocação e opções locais. A *pars rustica*, por sua vez, deveria albergar as dependências dos servos e trabalhadores.

Todavia, o conhecimento que se tem destas duas áreas é ainda escasso. As plantas publicadas da maioria das *villae* escavadas mostram-nos isso mesmo, pois estão geralmente incompletas e respeitam, quase sempre e apenas, a residência do *dominus* da propriedade.

### Evolução das *villae* ao longo do tempo (sécs. I-IV d.C.)

A *pars urbana* da maioria das *villae* é, assim, o elemento mais conhecido e estudado do mundo rural romano, sendo normalmente a partir das tipologias arquitectónicas e decorativas encontradas na zona residencial que, geralmente, se determina o tipo de *villa* presente e a sua época – ou épocas –, dado que a maioria destas construções passaram por vários momentos de transformação, incorporando diferentes fases evolutivas. Evidentemente que as tendências e mudanças de gosto ao longo do tempo determinaram a evolução estilística destas arquitecturas, mas, por vezes, o uso exclusivo deste critério pode gerar equívocos, pois, por um lado, dão quase sempre datações muito genéricas e dilatadas no tempo, por outro, alguns vestígios encontrados poderão ter mais a ver com circunstâncias locais ou, apenas, com a capacidade financeira e grau cultural dos seus proprietários.

Arqueologicamente, nas últimas décadas, o método de escavação estratigráfica, ou seja, a escavação arqueológica através da identificação e análise de diferentes camadas do subsolo, tem permitido atribuir datações mais precisas para as várias fases de vida de muitas destas *villae*, considerando-se fundamentais como elementos datantes, para além dos elementos decorativos e arquitectónicos, as moedas, e sobretudo, as tipologias das cerâmicas encontradas nessas camadas. De qualquer forma, em linhas gerais, a residência de cariz senhorial das propriedades rurais, reproduz os modelos das *domus* urbanas mais abastadas, e a sua evolução e transformação ao longo do tempo foi também um reflexo das verificadas neste tipo de residências das cidades.

"(...) para os grandes senhores da terra, os seus domínios rurais constituíam relevantes lugares de retiro onde praticavam activamente um requintado ócio. (...) Então como hoje, o grande proprietário vive e trabalha sobretudo nos centros urbanos, ainda que suspirando pelos apazíveis momentos periodicamente desfrutados no ameno refúgio campestre onde, naturalmente, não se priva de instalar, para deles fruir, todos os confortos e requintes da urbanidade." (FABIÃO, 2006: 106-109)

É apenas na primeira metade do séc. I d.C. que se verifica uma verdadeira difusão das *villae* nos diferentes territórios da Lusitânia, difusão essa que está intimamente ligada à fundação ou refundação de cidades de cada território. Nesta altura, a maioria das *domus* senhoriais do ocidente peninsular, estariam organizadas á volta de um *atrium* – um espaço central, semi-coberto por um telhado de quatro águas cuja abertura ao centro (*compluvium*) deixava entrar ar, luz natural e a água da chuva, sendo esta última recolhida num tanque pouco fundo no centro do átrio (*impluvium*) e depois numa cisterna por baixo deste.

Entre o séc. I e o II d.C., o modelo da casa de átrio irá ser gradualmente substituído por um novo modelo – o de *peristylum* – um novo e amplo espaço aberto que irá secundarizar o átrio e tornar-se verdadeiramente no centro da casa.

"Não temos exemplos bem datados para podermos dizer que o modelo de peristilo na *pars urbana* das *villae* foi adotado já na época júlio-claudiana. Não devemos, porém, excluir essa possibilidade, embora a generalização do tipo pareça fenómeno do séc. II." (ALARCÃO, 2018: 185)

O peristilo, na verdade, tem a sua origem num jardim – o *hortus* – que costumava ficar nas traseiras das casas de átrio, e que, entretanto, se foi transformando com a construção de um pórtico em seu redor. O centro manteve-se ajardinado, sendo frequentemente dotado de um tanque apenas com funções decorativas (sem cisterna). Tal como o átrio, o peristilo possibilitava o arejamento e a iluminação, bem como o acesso aos espaços principais da casa: o *tablinum*, espaço de recepção reservado ao dono da casa como escritório, normalmente integrando o arquivo doméstico e biblioteca; o *triclinium*, sala de jantar dotada de três leitos reclinados (*clinae*) formando um U em redor da mesa; o *oecus*, sala de banquete destinada a receber um maior número de convidados; a *exedra*, espaço de recepção aberto ao peristilo. Mais reservados, encontravam-se ainda, o *lararium*, pequeno espaço com um altar onde se prestava culto aos deuses do lar e da família (*penates* e *lares familiares*); os diversos *cubicula*, ou quartos de dormir, a *culina* e as *latrinae* (cozinha e latrinas).

Infelizmente, estas primeiras *villae* do séc. I e II d.C., dotadas já de termas e de programas decorativos próprios, são muito difíceis de documentar de forma global, pois as reformas profundas que vieram a sofrer ao longo do séc. IV, já na Antiguidade Tardia, impossibilitam a maioria das vezes o seu total reconhecimento.

"El siglo IV constituye el período de máximo esplendor de la arquitectura residencial en la *Hispania* rural, desarrollo que afectó a gran parte de las provincias occidentales del Imperio. Este fenómeno es particularmente evidente en el interior de la Península: en el valle medio y alto del Ebro, en la zona de la Meseta (valles del Duero y Tajo) y también en la *Lusitania*, de modo muy significativo en los territorios de *Augusta Emerita* [Mérida] y de *Pax Iulia* [Beja]. Los sectores residenciales de las *villae* situadas en estas zonas son objeto de importantes reformas, destacando en todos ellos el cuidado prestado a los espacios dedicados a la representación pública del propietario como los peristilos, las habitaciones de recepción y los conjuntos termales. (...) La mayor parte de *villae* tardoantiguas se construyen a partir de los establecimientos rurales altoimperiales que fueron, en algunos casos, objeto de reformas más o

menos importantes, en otros arrasados o abandonados y substituidos por otros edificios." (CHAVARRÍA ARNAU, 2007: 93)

A reorganização administrativa iniciada por Diocleciano (284-305 d. C.) e continuada pelos seguintes imperadores, deu origem a mudanças importantes na composição das estruturas políticas, nomeadamente do Senado Romano e nos poderes dos senadores. Estes viram-se bastante diminuídos na sua influência política e cada vez mais distantes das principais instituições do poder central, cujos cargos foram sendo ocupados por uma nova aristocracia, em muitos casos, com origem nas elites das províncias. Isto levou as anteriores aristocracias senatoriais a procurarem novas formas de representação, de modo a poderem direccionar os seus investimentos. A construção e transformação das suas residências rurais, foi uma dessas formas, ao mesmo tempo que se foi conferindo ao *otium* aristocrático – relacionado com a vida nas *villae* – um novo significado representativo da identidade senatorial.

Nas províncias, esta tendência acabou por ser seguida também pelas novas elites regionais e locais, cuja riqueza pessoal, entretanto consolidada, se veio a reflectir nas propriedades que muitos possuíam ou adquiriam nos territórios sob influência das cidades onde exerciam os seus cargos, tornando-se o património fundiário, então, no mais importante indicador de riqueza.

Tudo isto se materializou de forma expressiva no engrandecimento de inúmeras residências rurais, mesmo nos casos em que a produtividade da exploração não era exemplar. Assiste-se, de uma forma geral, à introdução de novas morfologias arquitectónicas de carácter monumental e ao enriquecimento dos diferentes espaços de prestígio e representação (peristilos, exedras, triclinios e *oecus*), conferindo, no conjunto, um efeito cénico de grande impacto visual.

A adopção de formas arquitectónicas específicas como as imponentes plantas basilicais, as formas curvas com a multiplicação de absides e cúpulas, também as formas poligonais e circulares, as galerias, as colunatas, tudo servia para evocar esse carácter público e dar elegância e prestígio a um espaço. O mesmo se passava com o cuidado dispensado à decoração, adoptando-se programas decorativos complexos, compostos sobretudo por mosaicos, pinturas murais e estuques, revestimentos de mármore, e também escultura, para além de mobiliário e têxteis cujos vestígios não chegaram aos nossos dias.

Apesar do emprego de mármore ser considerada a forma de decoração mais prestigiante do mundo romano, os elementos decorativos mais estudados são, sem dúvida, os mosaicos. Estes serviam para pavimentar não só os espaços de representação, mas também os mais

reservados e de menor ostentação como *cubicula* ou corredores. A sua composição e temáticas eram concebidas em estreita relação tanto com a morfologia do espaço arquitectónico onde eram colocados como com a funcionalidade específica do compartimento. Os mosaicos das divisões mais destacados podiam ilustrar as principais actividades de lazer das *villae* (em particular o mundo da caça), mas também podiam celebrar espectáculos circenses patrocinados pelos proprietários, e até os seus cavalos que teriam participado com êxito nesses espectáculos. Era frequente também ostentarem a cultura literária dos senhores da casa através de representações mitológicas e históricas. Os espaços de carácter mais privado, como corredores e *cubicula*, eram geralmente pavimentados com mosaicos de motivos geométricos e vegetalistas. Motivos marinhos, como peixes e cabeças de Oceano, estão associados a espaços termais, fontes ou ninfeus, e integram quase sempre *villae* perto do mar.

#### O fim das *villae* (séc. V d.C.)

A partir do séc. V d.C., um pouco por toda a Hispânia, começa a assistir-se lentamente ao fim do sistema de exploração agro-silvo-pecuária das *villae*. No extremo ocidental da península, o território de *Olisipo* não irá ser excepção, onde se verifica também um contínuo processo de degradação das grandes propriedades rurais, com pontuais reaproveitamentos de estruturas e materiais para formar construções mais simples ou adaptadas a novas funções.

"As mudanças administrativas, religiosas e sociais do século IV, aliadas às invasões dos povos bárbaros, alteram por completo, a partir dos inícios do século V d.C., as vivências dos habitantes do *ager Olisiponensis*, observando-se grandes modificações na demografia da região. Por outro lado, a diminuição do comércio entre as antigas províncias romanas determinou outra grande transformação que, lentamente, acabou por levar ao desaparecimento das *villae* como principais centros produtores e de desenvolvimento económico, segundo os antigos modelos romanos, e à difusão do casal como forma de unidade principal de exploração mais consentâneo com a instabilidade que se vivia." (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2019: 108-109)

#### *Villae* do *ager olisiponense*

A maioria dos vestígios de estruturas de época romana encontrados no território do antigo *ager olisiponense* correspondem na sua maioria a explorações agrícolas do tipo *villae*.

Este facto pode ser explicado pela maior expressividade e solidez deste tipo de unidades rurais, que assim resistiram melhor à passagem do tempo.

Estudos recentes feitos em algumas zonas deste território, indicam que a dimensão média das propriedades deveria ser cerca de 200ha, ou um pouco mais, estando a sua economia baseada sobretudo na produção agropecuária. Segundo os vestígios materiais encontrados em muitas das *villae*, destacavam-se as três grandes culturas da bacia do Mediterrâneo – trigo, oliveira e vinha –, sendo que nas unidades localizadas junto ao mar, a exploração de recursos marítimos está também documentada.

"Para além do que foi dito, estudos efetuados sobre alguns sítios arqueológicos romanos de Cascais indicam que os seus proprietários tiveram o cuidado de aumentar os lucros de produção agrária e pecuária, mediante a criação de outros fabricos especializados de bens, como forma de complemento económico. Estão neste caso os fabricos artesanais de confeção de tecidos, o seu tratamento, a tinturaria, a produção de cerâmica de construção, bem como a extração de minerais e de rochas, das quais se destaca a exploração de liós." (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2019: 106)

### **#03. A azeite na Antiguidade**

O azeite era um produto essencial para os romanos, utilizado não só na preparação de cozinhados e na conservação de alimentos, como também na iluminação, na cosmética e na medicina. Apesar da importância e dos mesmos usos serem comuns a outros povos da bacia do Mediterrâneo, é com a consolidação do Império romano que a produção de azeite se generaliza e intensifica nas diversas províncias mediterrânicas. Algumas destas províncias, com solos e clima apropriados, irão especializar-se mesmo na sua produção, tornando-se importantes centros exportadores para todo o Império.

A Bética, província romana correspondente à actual Andaluzia, terá sido o mais destacado destes centros, e o seu azeite, porventura, o mais consumido. Não só o percebemos pelos textos antigos, mas sobretudo pela expressiva quantidade de contentores anfóricos utilizados no seu transporte – ânforas da tipologia Dressel 20 produzidas em olarias do vale do Guadalquivir –, encontrados pela arqueologia em todos os cantos do mundo romano.

Estas ânforas Dressel 20 produzidas na Bética, têm sido identificadas, também, em diversos sítios arqueológicos do actual território português; facto que não quer dizer que o ocidente da Península não tivesse produção local de azeite, apenas e tão só nos diz que estaria

bem integrado nos circuitos comerciais do Império, tendo assim acesso a um dos produtos de maior circulação.

Com efeito, os dados provenientes da arqueologia apontam para que, na Lusitânia, a produção de azeite tivesse uma vocação essencialmente de autoconsumo, abastecendo mercados locais e regionais, mas estando longe de alcançar a dimensão produtiva da vizinha Bética.

"Identificar e estudar as mais antigas etapas da produção de azeite no ocidente da Península Ibérica não é fácil, embora seja consensual a ideia de que foi a partir do Mediterrâneo que tal hábito se estendeu, primeiro nas costas orientais e meridionais, depois estendendo-se às restantes regiões. Pode mesmo dizer-se que a Península Ibérica foi atravessada no passado por uma das mais relevantes fronteiras alimentares da Europa: a que separa o Norte com um relevante uso das gorduras animais e das bebidas de cereais fermentados ("cervejas") e uma extensa faixa meridional onde se impõe o azeite e o vinho. Foi sob o domínio romano que essa fronteira de algum modo se esbateu, embora a chamada "fronteira ecológica" da oliveira não pudesse ser anulada, o que explica a intensa exportação oleícola desde as zonas mediterrâneas até paragens mais setentrionais." (FABIÃO, 2012: 60)

Segundo Columela, ao contrário da vinha, o cultivo da oliveira não requeria muito trabalho. Após cinco anos de criação em viveiro, as oliveiras eram transplantadas para a terra a intervalos de cerca de 25/30 pés (podendo ser mais, caso se utilizasse o olival em simultâneo para outras culturas). A poda fazia-se quando necessário, sem periodicidade regular; e, a apanha da azeitona fazia-se geralmente em Novembro ou Dezembro, podendo esta ser à mão ou varejando-se a árvore com longas varas designados de *harundo* ou *pertica*.

No *ager* olisiponense a presença da oliveira – *Olea europaea* – está confirmada para a época romana através da identificação, tanto de carvões desta madeira como de caroços de azeitona, encontrados em camadas do subsolo bem datadas para esta cronologia.

É através da arqueobotânica que conhecemos mais sobre o património vegetal de épocas passadas, sendo essencial no seu estudo a identificação de pólenes, sementes, frutos, folhas e fibras, carvões e madeiras, assim como de eventuais marcas de vegetais que, por vezes, se encontram impressas em fragmentos de cerâmica.

Na *villa* romana de Freiria foi encontrada madeira carbonizada, tanto de oliveira propriamente dita, como da sua variante silvestre, o zambujeiro. Contudo, é importante notar que a presença destes vestígios materiais, por si só, nem sempre implica a existência de

produção de azeite no mesmo local. Para termos indicadores seguros da produção de azeite é necessário haver uma associação entre vestígios de oliveira – mais frequentemente, caroços de azeitona – e estruturas de transformação – os lagares – ou de armazenagem – *dolia* (talhas) e ânforas. É esse o caso de Freiria.

#### Os lagares de azeite (*torcularium*)

O lagar identificado na *villa* de Freiria é um bom exemplo deste tipo de equipamento de época romana usado na transformação da azeitona, pois a conservação de alguns dos seus elementos permite perceber todo o circuito de produção do azeite.

Depois de varejadas as oliveiras, a primeira etapa consistia em retirar as folhas e outros resíduos da azeitona, sendo esta depois recebida no lagar em talhas de madeira ou pedra. Segundo Columela, a azeitona deveria ser lagarada no próprio dia, mas quando esta era verde ou a colheita tinha sido grande, parte era deixada à espera durante uns dias, de forma a que o moinho desse vazão a toda a colheita. Havia dois tipos de moinho – a *mola olearia* e o *trapetum* –, ambos cumprindo a sua função de triturar o caroço e a polpa da azeitona, transformando-os numa pasta, a *sampa*. A pasta era depois metida nuns cestos feitos de fibras naturais designadas de *fiscinae* (muito semelhantes às ceiras de esparto utilizadas até recentemente), os quais eram previamente escaldados em água a ferver numa caldeira (de presença obrigatória no lagar), de forma a impedir que as fibras absorvessem parte do azeite.

"A moagem fazia-se num ou noutro de dois tipos de moinhos, que tinham nome de *mola olearia* e *trapetum*. Ambos se compunham de uma bacia ou pio de pedra, circular, que em latim se designava por *mortarium*. O *trapetum* tinha, no centro do pio, uma coluna de pedra (*milliarium*) com um agulhão de ferro (*columella*). O agulhão servia de eixo a um cubo de madeira (*cupa*) armado de dois varais (*modioli*) que atravessavam duas meias-esferas de pedra (*orbes*). A *mola olearia* trabalhava com uma ou duas mós cilíndricas ou troncocónicas. O moinho de uma só mó tinha um mastro de madeira que girava no centro do pio por meio de um espigão; estava superiormente sujeito a uma trave horizontal, ou fosse por meio de outro agulhão, ou por abraçadeira de metal. Um furo no mastro recebia um varal que, por sua vez, atravessava a mó troncocónica correndo num trilho em V." (ALARCÃO, 2004: 35)

Era nas *fiscinae* empilhadas numa plataforma de pedra (*area*) com um sulco a toda a volta, que a pasta seria depois prensada pelo funcionamento de um *torcular*. Este sistema tradicional de prensagem era composto por uma grande vara de madeira – o *prelum* – que, de

um lado se prendia ao peso, e do outro, encaixava na parede do lagar (podendo também estar fixo entre dois madeiros ou esteios de pedra). Na extremidade do lado do peso, o *prelum* baixava e levantava por meio de um sarilho (*sucula*) preso ao enorme bloco de pedra.

O peso de lagar romano encontrado na *villa* de Freiria, integraria um destes sistemas de prensa de vara. O peso, propriamente dito, corresponde a um tipo comum de forma paralelepípedica (conhecem-se também pesos circulares) com duas concavidades nas extremidades em forma de cauda de andorinha destinados a acolher dois encaixes de madeira. Dos encaixes saía um rolo horizontal com diversas cruzetas de madeira nos extremos, as quais eram responsáveis por accionar o sarilho através da sua rotação. Esta fazia com que a corda presa na trave se fosse enrolando à volta do rolo do sarilho, obrigando assim o *prelum* a descer e a comprimir as *fiscinae* empilhadas.

"Um outro tipo de accionação do *prelum* era por meio de parafuso de madeira (*malus*). Um peso de pedra era furado ao centro e um agulhão de ferro atravessava esse orifício. O agulhão entrava pela base do parafuso e era apertado por meio de uma chavelha de ferro. Uma vara de madeira ou uma cruzeta (*vectus* ou *stella*) permitia rodar o parafuso que ia obrigando a trave a descer." (ALARCÃO, 2004: 36)

O azeite que saía das *fiscinae* comprimidas era conduzido por um canal até um tanque ou até uma espécie de grande talha de cerâmica, designada pelos romanos de *dolium*. Juntamente com o azeite vinha uma água residual (água-ruça), proveniente da própria azeitona e de alguma água que as *fiscinae* ainda continham de terem sido escaudadas. Uma vez no tanque de pedra ou no *dolium*, a água-ruça e o azeite com densidades distintas, separavam-se. O azeite, menos denso, ficava à superfície; a água, mais pesada, tendia a ir para o fundo, onde acabaria por escoar através de um furo. Esta operação requeria alguma cautela da parte do lagareiro para que o azeite não acabasse por escoar também. Finalmente, o azeite era retirado para outro *dolium* onde ficava armazenado para ser consumido ou, então, vendido, sendo no último caso o seu transporte feito em ânforas.

"Para além deste lagar na *villa* de Freiria, sabe-se que outros existiram na zona do *ager olisiponensis*, nomeadamente pela presença de indicadores como é o caso da mó dormente, estriada, tipicamente azeiteira, recolhida na *villa* de Abremum (Sintra); ou dos pesos de lagar recolhidos nas *villae* de Odrinhas (Sintra), Faião (Sintra), Casais Velhos (Cascais) e Casal do Clérigo (Cascais), ou, ainda, da base de espremedora recolhida na *villa* de Miroiços (Cascais) (...). Na parte setentrional do *ager* foi recolhido em Olhalvo (Alenquer), um peso de lagar reaproveitado a partir de um cipo romano, bem como um outro, na *villa* da Quinta da Macheia

(Torres Vedras) que também reutilizou um cipo funerário do Alto Império." (CARDOSO & NOZES, 2021: 144)

#### #04. O vinho na Antiguidade

O cultivo da videira (*Vitis vinifera*) e o processo de transformação da uva em vinho eram realidades praticadas desde há muito por diversas populações mediterrânicas, contudo é com a civilização romana que, pela primeira vez apresentam um grau de desenvolvimento técnico e de relevância económica de tal modo expressivos, que raramente foram suplantados nos tempos que se seguiram até, pelo menos, à Idade Moderna. Em alguns locais da bacia do Mediterrâneo mantiveram-se mesmo praticamente inalteradas, algumas das práticas agrícolas e dos métodos romanos de vinificação, até já bem entrado o séc. XIX d.C.

Sabemos isto porque muitas dessas práticas e métodos encontram-se descritos nos textos de autores antigos, com especial relevância, na obra *De re rustica*, do agrónomo latino de origem hispânica, Columela. Neste texto do séc. I d.C., os Livros III e IV dedicam-se quase em exclusivo ao trabalho da vinha – o calendário do ciclo agrícola; as variedades de *vitis* e respectivas produtividades; os solos e climas adequados, entre outros –, enquanto que o Livro XII expõe os princípios básicos da vinificação romana – equipamentos e métodos de transformação da uva em diferentes tipos de vinho e derivados, bem como, a melhor forma de organizar a produção numa exploração rural.

"Finalmente, como disse antes, uma vinha não quer um clima gelado, nem, ao contrário, ardente, embora o clima quente lhe convenha mais do que o clima frio. A chuva causa-lhe maior dano do que o bom tempo; e é mais disposta a um solo seco do que a um sujeito a muita chuva. Deleita-se com brisas moderadas e suaves, mas é susceptível a tempestades. Tais são as qualidades do clima e do solo que são mais desejáveis a uma vinha." COLUMELA, *De Re Rustica*, Livro III, Cap. I (traduzido do espanhol de Sotomayor y Rubio, 1824)

Para além do conhecimento das melhores condições naturais para o cultivo da videira, os romanos sabiam já seleccionar diferentes castas de uva de acordo com o tipo de vinho que queriam produzir e com as características do meio físico local.

Preferencialmente orientavam a vinha com exposição solar a nascente ou a sul, e as videiras podiam ser dispostas de diferentes maneiras, conforme o que mais conviesse: sem qualquer apoio – *vitis prostrata* – em que alguns ramos tendiam a espalhar-se no solo, a menos que fossem podados de forma a crescerem apenas para cima – *vitis capitata* –; com as videiras

amparadas por estacas ou armações de madeira — *vitis iugata* —; e, ainda, constituindo uma espécie de latada — *vitis compluviata*.

Se fossem plantadas em linha, as videiras deveriam distar entre elas cerca de 2/3 pés, recomendando-se uma distância de, pelo menos, 4 pés entre linhas se a vinha fosse cultivada à enxada, e de cerca de 10 pés se fosse lavrada. A poda era feita entre Fevereiro e Março com uma foice própria, designada de *falx vinitoria* (podão ou podoa), e a vindima, que utilizava uma foice mais pequena para cortar os cachos, a *falcula viniatica*, realizava-se em Setembro.

Uma vez terminada a vindima, as uvas eram encaminhadas para a *cella vinaria* (adega) para serem esmagadas, de forma a extrair o seu suco. A pisagem das uvas com os pés terá sido, desde sempre, a forma mais comum de o fazer, mas também se utilizava frequentemente a pressão mecânica, e, em alguns casos, utilizavam-se os dois métodos. Algumas fontes iconográficas sugerem-nos isso mesmo, e os textos antigos informam-nos que, no caso da pisagem, se dava o nome de *calcatores* aos homens que pisavam as uvas, e de *calcatorium* às grandes cubas ou tanques de pedra revestidos interiormente a *opus signinum* (argamassa romana impermeabilizante) onde esta era feita.

Tal como até recentemente em várias regiões vinícolas, todo este processo era acompanhado por músicas e cânticos, ao qual estaria também associada, em época romana, uma forte componente de índole religiosa e simbólica.

"O período de vindima é limitado no calendário romano através de duas grandes festas. A *vinalia rustica* que abre oficialmente as vindimas a 14 de agosto, através da consulta dos auspícios de Júpiter, e a *meditrinalia*, celebrada a 11 de outubro, que marca o fim da vindima com a pisagem da uva. Há ainda uma terceira celebração relacionada com vinho, em Roma, (...) a *vinalia priora*, que comemora o fim da fermentação do vinho novo, a 23 de abril. Estas festas são descritas por Plínio, associadas ao próprio processo de elaboração do vinho (N.H. XVIII) e demonstram a enorme importância do calendário vitivinícola no mundo romano." PEÑA CERVANTES, 2015: 111 (traduzido do espanhol)

No caso da prensagem mecânica, o sistema utilizado era o mesmo do utilizado nos lagares de azeite, ou seja, uma prensa de varas, accionada, quer por sarilho, quer por parafuso. A utilização do mesmo sistema de prensagem tanto no lagar de vinho como no de azeite, torna por vezes difícil conseguir distinguir de qual estrutura se trata aquando da sua descoberta. Apenas com a identificação adicional de restos dos respectivos frutos - nomeadamente, grânhas de uva ou caroços de azeitona -, se poderá afirmar com segurança, qual o tipo de lagar presente.

No caso do azeite, quando se conservam outros equipamentos mais específicos tal como, a *mola olearia* ou o *trapetum*, utilizados exclusivamente na trituração da azeitona, também é possível fazer esta distinção.

O suco da uva pisada (ou prensada) – o mosto (*mustum*, em latim) –, era deixado a fermentar no tanque por debaixo de uma camada compacta, formada por alguns engaços, peles e grainhas de uvas que tendiam a acumular-se à superfície após a pisagem. Depois de fermentado, ou seja, depois do açúcar ser transformado em álcool, o mosto, já tornado vinho, era então retirado e acondicionado em grandes talhas de cerâmica - *dolia* - ou, também, frequentemente, em grandes barris ou tonéis de madeira - *cupae* - das quais temos notícia sobretudo através de iconografia (salientam-se os sarcófagos esculpidos em forma de *cupa*). Por certo, que as distintas características destes contentores – *dolia* e *cupae* – adequar-se-iam melhor ao estágio, ou envelhecimento, de diferentes tipos de vinhos.

Outras vezes, a fermentação era feita directamente nos *dolia*. Nesse caso, os tanques possuíam na base umas bicas que permitiam que o mosto fosse saindo à medida que era produzido pela pisagem, entrando logo nos grandes contentores de cerâmica onde fermentaria. Uma parte do engaço (partes sólidas resultantes da pisagem) era também transferido do tanque para os *dolia*, criando uma camada espessa na cobertura que, neste caso, tinha de ser frequentemente mexida para que as talhas não estalassem com os vapores produzidos durante o processo de fermentação.

É muito surpreendente reconhecer a maioria destas práticas de vinificação no nosso mundo recente, nomeadamente o mesmo processo de fermentação e descanso do vinho em grandes talhas de barro, que perdura ainda hoje em algumas zonas do Alentejo (Cuba, Vidigueira e Alvito), e inclusive a preparação e tratamento que é dado aos grandes contentores antes de receberem o vinho.

Para além do vinho comum, os romanos produziram também alguns seus derivados, os quais resultavam, geralmente, da mistura do próprio vinho com outros produtos. O mais conhecido e apreciado parece ter sido o *defrutum*, que resultava da cozedura do mosto com o vinho até uma redução do seu volume para cerca de metade, tendo como efeito a intensificação tanto de sabores e aromas, como da graduação alcoólica. No caso do *mulsum*, que era outro conhecido derivado, adicionava-se mel a vinhos de algumas castas específicas, e o *carenum* resultava de vinho novo reduzido a metade do volume através de cozedura, misturado com especiarias.

Por fim, o acondicionamento do vinho era feito essencialmente em dois tipos de contentores já referidos, os *dolia* e as *cupae*, tendo estes, certamente, alguma influência nos aromas do produto final.

Levando em conta a área de vinha plantada, a *cella vinaria* deveria assim estar equipada também com espaço e contentores suficientes para, segundo Catão, armazenar a produção de cinco vindimas e dessa forma poder albergar diferentes colheitas. Após o estágio ou envelhecimento de acordo com o tempo adequado, o vinho destinado à comercialização deixaria a *cella vinaria* acondicionado e transportado em ânforas até aos mercados de destino.

"A produção de um hectare de vinha oscilava entre 12 *cullei* [1 *culleus* equivalia a 517,6 litros], isto é, cerca de 62 hectolitros e 32 *cullei*, quer dizer, 165 hectolitros; o primeiro rendimento era considerado medíocre e o segundo, excelente. A vinha modelo tinha, ao que parece, cerca de 15 hectares; mas havia-as menores, como a de Pisanella (Pompeia), com 6 hectares, e maiores, como a de Séneca em Nomentum, que teria 40 hectares. Porque se vendia o *culleus* a 300 sestércios, no máximo, uma excelente vinha de 15 hectares podia dar um rendimento bruto de mais de 140.000 sestércios." (ALARCÃO, 1997: 142)

#### As ânforas vinícolas do *ager olisiponense*

A partir do séc. II d.C., a produção de vinho em algumas explorações agrícolas do território olisiponense ter-se-à tornado bastante expressiva. As ânforas fabricadas em olarias do estuário do Tejo, que serviam o transporte de vinho e que têm sido encontradas noutras regiões da Lusitânia e, até mesmo fora da própria província, indicam-nos isso mesmo.

Na verdade, estes característicos contentores de cerâmica utilizados durante toda a Antiguidade no transporte de alimentos, constituem a melhor fonte de informação sobre os produtos que circulavam pelo complexo sistema de redes comerciais – à escala local, regional, provincial e do próprio Império – de todo o mundo romano. Desde as proveniências e destinos, a natureza dos produtos, o volume de produção, até aos agentes comerciais envolvidos nos circuitos, são vários os dados que a presença destes recipientes em contexto arqueológico pode fornecer à investigação. Através do cruzamento da abundante informação que se vai gerando com a identificação de ânforas em diferentes locais do mundo antigo, é possível ir vislumbrando, cada vez com maior clareza, as dinâmicas comerciais dos diferentes mercados de época romana.

É nesse sentido que nos últimos anos se vai percebendo alguma relevância para o vinho olisiponense, que até há bem pouco tempo era bastante desconhecida. As ânforas vinícolas produzidas em olarias do território de *Olisipo* que recentemente têm sido encontradas no sul da província da Bética (actual Andaluzia), em concreto, ânforas da tipologia Lusitana 3, em contextos dos sécs. II e III d.C., mostram-nos que o vinho olisiponense terá tido uma produção suficientemente significativa durante estes séculos, para justificar a sua exportação não só para outras regiões da Lusitânia, mas também para distintos locais da província vizinha.

"Que o vinho transportado em ânforas do tipo Lusitana 3 teria sido exportado por via marítima foi percebido, pela identificação de exemplares deste tipo na Ilha do Pessegueiro, Sines. Mas a percepção de que pelo menos algum desse vinho era procedente da região de *Olisipo* resultou da identificação de marcas da olaria do Porto dos Cacos em ânforas encontradas em sítios do atual sul de Espanha, a província romana da Bética, nomeadamente em Munigua, no vale do Guadalquivir, e em Algeciras, já perto do Estreito de Gibraltar. Nestes casos, não temos nenhuma dúvida de que se trataria de produções olisiponenses e a possibilidade de analisar a composição química de algumas amostras recolhidas na cidade de Munigua confirmou essa observação, em fragmentos de exemplares que não ostentavam marcas." (FABIÃO, 2021b: 78)

A presença de marcas na superfície das ânforas – marcas de oleiro estampilhadas, inscrições pintadas (*tituli picti*) ou simples grafitos – são elementos que fornecem informação relevante à investigação ao poderem indicar os oleiros, os agentes comerciais, os conteúdos ou a capacidade volumétrica do produto transportado. No caso das ânforas Lusitana 3 produzidas no Tejo, é recorrente a presença de marcas de oleiro, com o seu nome ou as iniciais, impressas na pasta fresca da ânfora. Deste modo, quando encontradas, quaisquer que sejam os contextos, a sua origem é sempre inequívoca.

A maioria das ânforas produzidas em olarias do estuário do Tejo destinaram-se em grande parte a abastecer de contentores as inúmeras oficinas de preparados de peixe da região. Contudo, até ao momento estão identificadas duas formas – a Lusitana 3, numa primeira fase de produção, e a Lusitana 9, de época tardia –, que se acredita terem sido produzidas para transportar exclusivamente vinho.

### Lusitana 3

Produzida desde finais do séc. I inícios do II d.C., a Lusitana 3 é uma ânfora de pequena dimensão, que não ultrapassa os 60cm de altura e 35cm de largura. Muito semelhante a uma

ânfora vinária do sul da Gália (a Gauloise 4), são sobretudo as suas características formais que nos indicam tratar-se de um contentor de vinho, nomeadamente o fundo plano e anelar, e o colo curto rematado por um bocal estreito (c. 7-10cm de diâmetro) com o bordo em fita, geralmente mais adequados ao transporte de líquidos. As asas partem imediatamente abaixo do bordo e assentam nos ombros largos e arredondados do corpo da ânfora, o qual vai estreitando até à sua base, que termina num pé-de-anel baixo e estreito.

A sua produção está amplamente documentada em centros oleiros da margem sul do estuário do Tejo (sobretudo no centro do Porto dos Cacos e mais escassamente na Quinta do Rouxinol), entre os séc. II e III d.C., e a sua difusão, para além do território olisiponense onde a ocorrência é muito abundante, encontra-se identificada em vários locais da faixa sudoeste da Lusitânia e, mais recentemente, como referido, no Sul da vizinha província da Bética (actual Andaluzia).

#### Lusitana 9

Produzida entre os sécs. IV e V d.C., a Lusitana 9 é também uma ânfora de pequena dimensão, tendo uma altura máxima de 60cm. Apesar de ser considerada uma ânfora vinária apresenta um bocal largo com bordo extrovertido de onde partem umas asas em fita. A quase inexistência de colo, faz com que as asas sejam curtas e arqueadas, assentando logo na parte superior do corpo. O corpo pode assumir dois formatos, em forma de barril, onde o ombro é inexistente, e piriforme, cujo perfil apresenta um ombro suave e arredondado que cai estreitando continuamente até à base. O fundo é, em geral, largo, plano e anelar. Foi produzida durante os sécs. IV e V d.C. tanto nas olarias do estuário do Tejo como do Sado, destacando-se no primeiro caso, o centro oleiro da Quinta do Rouxinol, bem como o do Porto dos Cacos.

A sua difusão é muito evidente na cidade de *Olisipo*, onde devido à presença recorrente em contextos fabris de preparados de peixe, faz com que parte da investigação duvide da sua utilização como contentor de vinho. Surge também em alguns locais do litoral sudoeste da província da Lusitânia, bem como em centros de consumo de zonas bem mais interiores, nomeadamente em *villae*, como é o caso de São Cucufate e do Monte da Cegonha, na actual região do Baixo Alentejo.

Apesar da sua enorme relevância para a investigação, temos de ter presente que os contentores cerâmicos não representarão o único indicador para o conhecimento da dinâmica comercial e económica de um produto como o vinho. De facto, é bem provável que parte da

produção deste tão apreciado bem circulasse também noutro tipo de recipientes, os quais por terem sido constituídos de materiais perecíveis, como a madeira ou a pele de animais, não sobreviveram à passagem do tempo.

"Ao valorizar os produtos transportados em ânforas deve ainda ter-se em linha de conta que determinados produtos (como o vinho, por exemplo) podem ter sido transportados em tonéis ou odres, não deixando qualquer vestígio no registo arqueológico." (VIEGAS, FILIPE & PIMENTA, 2021: 128)

## #05. O cavalo lusitano

O cavalo (*Equus caballus*) é um animal que desde sempre ocupou um lugar de exceção na relação com o ser humano. As suas características únicas de força; agilidade; resistência e facilidade de locomoção e de transporte, levaram a que desde a sua domesticação se tornasse presença obrigatória nas movimentações das populações humanas, acompanhando o homem com grande proximidade e generosidade em todas as etapas do seu passado histórico.

A sua domesticação foi factor de desenvolvimento para diversas civilizações, permitindo a expansão territorial; viagens mais rápidas e o estabelecimento do comércio terrestre a longa distância. Para além de revolucionar a arte da guerra com o surgimento da cavalaria de combate, tornou-se também, desde o período romano, um factor económico relevante para actividades lúdicas, como a caça e, sobretudo, para as corridas de carros em *circus* romanos (hipódromos), extremamente populares em todo o Império.

Contudo, no que diz respeito à zooarqueologia – ramo da arqueologia que estuda os vestígios de animais em contextos arqueológicos estabelecendo padrões de relação com o ser humano –, a excepcionalidade e crescente prestígio deste animal ao longo da História humana, aparentemente, faz com que a sua presença no registo arqueológico seja difícil de identificar. Com efeito, só muito raramente se encontram vestígios de cavalo em contextos arqueológicos de antigas lixeiras ou matadouros, onde, por norma, se acumulam restos de outros animais (*Capra*; *Bos*; *Sus*; etc.).

"A extraordinária raridade dos restos de cavalos na zooarqueologia da cidade explica-se pelo elevado valor que estes animais assumiam em época romana. O cavalo era sobretudo um animal de montada ou de tiro, usado para puxar carros ligeiros, (...) e para usos práticos, lúdicos ou militares. Os restos de cavalos encontrados em contextos arqueológicos do período romano

raramente demonstram marcas de consumo, confirmando estas utilizações primárias (...)." (DETRY & FABIÃO, 2021: 87-88)

A excelência dos cavalos hispanos, cuja fama vinha já da Idade do Ferro, com a chegada dos romanos à Península Ibérica começará a ser explorada como importante recurso económico e crescentemente como um bem de prestígio. No período final da República Romana, a criação de cavalos na Hispânia terá sido fomentada para servir, em primeiro lugar, fins militares, e, a partir do período Imperial começará a especializar-se também para fins lúdicos – caçadas equestres e, sobretudo, para as populares corridas de hipódromo. As linhagens menos nobres serviriam, certamente, os usos práticos do quotidiano – o transporte de pessoas e cargas.

No caso dos cavalos do extremo ocidental da Hispânia — território englobado na província romana da Lusitânia desde o séc. I a.C. —, é provável que fossem conhecidos pela sua velocidade. De facto, esta característica associada aos cavalos que corriam livres nas lezírias do baixo Tejo, foi repetidamente enfatizada no mito de que seriam *filhos do vento*.

"Na fecundação acontece algo incrível na Hispânia, mas verdadeiro, porque na Lusitânia, junto ao Oceano, naquela região onde se encontra o ópido de *Olisipo*, no monte *Tagro*, algumas éguas concebem do vento em determinada altura (...)."

Marco Terêncio Varrão (116–27 a.C.), *De Re Rustica*, II, 1, 7. (In CAETANO, 2016: 186-187)

"É verdade que na Lusitânia, perto do ópido de *Olisipo* e do Tejo, as éguas voltadas para o vento Favónio respiram os seus ares fecundantes, gerando deste modo crias extremamente velozes, porém a sua vida não excede os três anos."

Plínio-o-Velho (23-79 d.C.), *Naturalis Historia*, VIII, 166. Traduzido de: Perseus (*website*)

"Muitos autores contaram que entre os lusitanos que vivem ao longo do rio Tejo, as éguas concebem a sua prole do vento, uma fábula que tem sua origem na fertilidade das éguas e na multidão dos seus rebanhos (...)."

Justino (100-165), *Historiarum Philippicarum* (XLIV.31) (traduzido de: BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2010: 413)

Para além destes autores, vários outros fizeram referência, ao longo dos séculos, aos velozes cavalos do Tejo, sendo que na sua origem estará, possivelmente, o primeiro mito que se poderá relacionar com o extremo ocidental do Mundo Antigo. Numa passagem da *Iliada* de Homero (séc. VIII a.C.) é referido o seguinte: "Para ele atrelou então Automedonte os corcéis velozes, Xanto e Bálio, que voavam rápidos como os ventos: gerara-os para o vento Zéfiro a harpia Podarga quando pastava nas pradarias perto das margens do Oceano." Homero, *Il.* XVI, 148–151 (*In LOURENÇO (trad.)*, 2005)

Sobre esta passagem apenas podemos especular poder constituir já uma referência aos cavalos das lezírias do baixo Tejo (documentados na região desde o Mesolítico).

Sabemos pela arqueologia que durante os séc. VIII a.C. os povos do Mediterrâneo oriental conheciam relativamente bem as costas ocidentais da Península Ibérica, bem como as áreas em redor do estuário do Tejo. São muito significativos os testemunhos materiais da presença fenícia por toda a região estuarina, sobretudo no *oppidum* portuário de *Olisipo*, na margem norte da sua foz. Tudo indica que este funcionaria como um importante entreposto comercial, ligado já com alguma regularidade aos circuitos mediterrânicos, onde os portos gregos assumiam um papel destacado. Não será pois totalmente descabida a hipótese dos cavalos do Tejo terem então constituído um bem conhecido e, eventualmente, negociado ainda em contextos da primeira Idade do Ferro, muito antes da chegada dos romanos.

Mas é de facto com os romanos que a pecuária de equinos se intensificará e que a coudelaria se começará a especializar na criação de cavalos com características mais apuradas para servir fins específicos.

Com efeito, estudos recentes mostram que o genoma do cavalo começou a modificar-se significativamente desde os últimos 2300 anos. Muitas características, como o potencial de velocidade, a altura, o comportamento e a cor da pelagem, começaram a ser objecto de selecção desde finais da Idade do Ferro, tendo, por certo, os subseqüentes séculos de domínio romano contribuído significativamente para estes melhoramentos. Contudo, e apesar de vários autores clássicos descreverem minuciosamente alguns aspectos relacionados com a criação de cavalos, as antigas práticas de reprodução e métodos de selecção permanecem relativamente desconhecidos. Dos textos antigos, apenas se pode constatar que a avaliação dos equídeos se baseava mais na observação e impressão geral dos animais – quanto à morfologia e comportamento –, do que na valorização de linhagens.

"Assim que estiver mais forte, deve ser solto nos pastos onde está a sua mãe, para que esta não se fatigue com o desejo de ver o seu filho. (...) As éguas comuns costumam parir todos os anos, as de raça não convém que emprenhem mais do que em anos alternados de modo a produzir mais e melhor leite para que o poldro se fortaleça e possa ser preparado para os trabalhos de competição. (...) Assim que um poldro nasce, é possível perceber as suas qualidades naturais, se é alegre, corajoso, se não se assusta com a visão ou o som de algo desconhecido, se corre à frente de um rebanho, se supera os seus pares nas brincadeiras em tempo e velocidade, se salta uma vala e atravessa uma ponte de rio sem hesitar. Serão esses os sinais de uma natureza nobre." Columela, *De re rustica*, Livro VI, Cap. XXVII-XXIX (traduzido de: HEFFNER, 1954: 197-199)

Como já referido, a província romana da Lusitânia terá encontrado nos seus cavalos um importante recurso económico não só à escala regional e peninsular, mas seguramente também à escala imperial.

Esta circunstância será mais evidente, sobretudo, a partir do período tardio, quando as corridas de circo se tornam extremamente populares em todo o Império — fazendo jus à conhecida expressão "*panem et circenses*" —, e a procura de cavalos aumenta consideravelmente.

Neste aspecto, são bem elucidativas "as cartas" da autoria de um senador romano — *Quintus Aurelius Symmacus* — que, no final do séc. IV d.C., escreve a vários indivíduos das suas relações — na sua maioria, criadores de cavalos hispanos —, no sentido de conseguir obter os melhores cavalos para os *ludi circenses* (jogos) em Roma que celebrariam a ascensão do seu filho ao cargo de *praetor*. Este acervo documental é revelador da importância económica da criação de cavalos no mundo rural da Hispânia em época tardia, permitindo entrever uma actividade que envolveria diversos agentes — criadores e tratadores; negociadores; transportadores, para além da gente dos hipódromos e das corridas — e que movimentaria consideráveis somas de dinheiro.

As corridas em si eram totalmente geridas por quatro "equipas" ou, *factiones*, — *albata* (branca); *rossata* (encarnada); *veneta* (azul) e *prasina* (verde) — as quais funcionavam como autênticas empresas, responsáveis não só pela organização das corridas, como pelo fornecimento de tudo o que estas necessitavam para acontecer, desde os carros (*curros circenses*) e seus condutores (aurigas), aos cavalos e seus tratadores.

A relevância desta actividade faz também eco na arqueologia em contextos deste período, tanto em espaços urbanos – vestígios de estruturas de hipódromos – como rurais – estruturas de estábulos/cavalariças; arreios e outros artefactos relacionados com a criação, tratamento, montagem ou atrelagem de cavalos. Apesar de apenas raramente se encontrarem restos osteológicos de equídeos, os testemunhos indirectos da sua presença na Lusitânia – sobretudo representações de cavalos em mosaicos e as expressivas fontes literárias – ilustram bem a relevância que estes animais assumiam na economia do mundo rural da província.

O conhecido mosaico dos cavalos da *villa* romana de Torre de Palma (séc. IV d.C.), será porventura o mais expressivo destes testemunhos. Desde logo, a dimensão e imponência da *villa*, associadas ao local destinado à colocação do mosaico – o *oecus*, ou salão nobre da residência – sugerem uma motivação central dos senhores da propriedade – a coudelaria. Por outro, os animais representados no grande mosaico rectangular – *Pelops*; *Leneus*; *Hiberus*; *Lenobatis* e *Inacus* – apresentam-se todos com palmas na cabeça, indicando, assim, tratarem-se de cavalos de competição, por certo, triunfadores em corridas de boa memória para os proprietários da *villa*.

Ao centro, destaca-se o cavalo *Lenobatis*, o único virado de frente e a ostentar vários colares com insígnias de triunfo, provavelmente tido como o melhor e o mais premiado dos cinco. Quanto ao cavalo chamado *Pelops*, é curioso constatar que num mosaico, também datado do séc. IV d.C., exposto no Museu de Arqueologia da Catalunha, está representado um cavalo com o mesmo nome numa quadriga vencedora de uma corrida circense, supostamente, realizada no Circo Máximo, em Roma.

Mas a Lusitânia não terá contribuído apenas com bons cavalos para as corridas de hipódromo. O auriga, Gaio Apuleio Diocles (104-146 d.C.), de origem lusitana, terá sido o mais famoso condutor de carros de corrida (*agitor*) conhecido do Império Romano, obtendo não só incontáveis triunfos e sucessos em arenas de hipódromo, como uma fortuna imensa através dos prémios acumulados ao longo de 24 anos de carreira.

"Entre as figuras que marcaram a história da Lusitânia, ocupa um lugar muito particular Gaio Apuleio Diocles. Ao contrário do que acontece com Viriato, que muitos textos gregos e latinos celebrizaram e cujos feitos militares serviram de alimento ao nacionalismo português, Diocles é quase desconhecido e atesta-se apenas por duas inscrições, através das quais ficamos a saber dos seus enormes sucessos nas pistas dos circos de Roma, ganhando inúmeras corridas de cavalos e acumulando, em consequência, uma notável fortuna.(...) A principal inscrição que o refere, na qual se descreve a sua longa carreira, provavelmente elaborada quando se lhe pôs

termo, foi encontrada junto a um dos circos de Roma, construído por Calígula e remodelado por Nero, situado na área do Vaticano." (GUERRA, 2021: 92)

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade actual, o património arqueológico acessível apresenta-se ao público de diversificadas formas – em sítios arqueológicos; em museus de arqueologia ou em núcleos de museus de temática abrangente; em equipamentos e instituições públicas ou privadas; e, muitas vezes, de acesso completamente livre, integrados em elementos urbanos ou na paisagem. Apesar de diversa natureza e, conseqüentemente, possuindo diferentes recursos e potencialidades, para a maioria deles o objectivo último será, ainda, a divulgação dos bens patrimoniais que integram constituindo-se assim como geradores de conhecimento. Porém, é também verdade que o património arqueológico assume uma posição cada vez mais relevante no contexto de uma “indústria” geradora de retorno económico – indústria essa que engloba conceitos estruturantes de enorme relevância nas sociedades, como a Cultura; o Turismo e a Educação – beneficiando não só as populações locais como motivando o interesse das estruturas políticas como forma de reconhecimento da sua acção governativa.

Por outro lado, é conhecida a crónica insuficiência de recursos financeiros, humanos e técnicos de que dispõem muitos dos sítios que albergam ou tutelam o património arqueológico, e não havendo qualquer suporte ou estrutura que promova a comunicação e divulgação eficaz do património presente nestes sítios, o reconhecimento público do seu valor poderá ficar comprometido.

É neste contexto que surge este trabalho de projecto, como uma opção de comunicação para o património, passível de ser implementada mesmo em situações em que as circunstâncias locais e os meios disponíveis são precários. De facto, mais importante que os recursos, é a capacidade em definir estratégias de comunicação de acordo com os meios disponíveis.

A abordagem da comunicação num formato digital – um *website* – não só implica menores custos financeiros e humanos, como tem a enorme vantagem de chegar a um público muito mais abrangente, para além do papel preponderante que vem assumindo nas sociedades em todas as áreas como forma preferencial de interacção com os públicos. Por sua vez, a materialização dos conteúdos em forma de roteiros vai de encontro a motivações importantes da sociedade actual: o lazer e o turismo. Neste aspecto, e de forma a proporcionar a melhor experiência de visita aos utilizadores, não basta apresentar a informação do património arqueológico dos sítios visitados, mas também informar das melhores condições de acesso e fruição dos diferentes locais nas suas várias dimensões.

O processo de produção de conteúdos será o mais exigente, pois se por um lado pretende apresentar informação rigorosa de acordo com o conhecimento científico produzido pela Arqueologia, por outro tem de adaptar a linguagem científica à realidade da comunicação nas Tecnologias da Informação. Não se pretende, pois, que o *website* seja um mero emissor de informação, que transpõe os conteúdos de publicações científicas para formato digital, mas sim que ofereça informação num discurso sintético, com uma linguagem clara e apelativa, com recurso a imagens ilustrativas e demais elementos gráficos capazes de potenciar o interesse do público e levá-lo a querer conhecer localmente o património apresentado.

Deste modo, o resultado do presente projecto pretende assumir-se, não apenas como mais um meio de comunicação e divulgação do património nele apresentado – ou seja, alguns dos mais significativos bens arqueológicos de época romana do antigo território de *Olisipo* –, mas também posicionar-se numa perspectiva de poder vir a constituir um exemplo a ser seguido e aplicado a outras realidades de âmbito regional; assim contribuindo para dar mais visibilidade a um património arqueológico que, em tantas zonas do país, se possa encontrar ainda relativamente desconhecido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABASCAL, J.M.; ESPINOSA, U. (1989) – *La ciudad hispano-romana: privilegio y poder*. Logroño.
- ACERO, J.P. (2018) – La gestion de los residuos en Augusta Emerita. Siglos I a.C. – VII d.C., *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, LXXXII. Madrid: CSIC.
- ACERO, J.P. (2020a) – O abastecimento da água em *Olisipo*: dúvidas e certezas. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A Morfologia Urbana*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 92-101.
- ACERO, J.P. (2020b) – A gestão dos resíduos na Lisboa Romana. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A Morfologia Urbana*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 102-115.
- ADAM, J.P. (2014) – *L' arte di costruire presso i romani. Materiali e tecniche*. Ed. Longanesi & C. (XI Edizione) – Milano. Gruppo editoriale Mauri Spagnol.
- ALARCÃO, A. (coord.) (1997) – *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais*. Catálogo da exposição. Lisboa: Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO, J. (1976) – *Sobre a economia rural do Alentejo em época romana*. Conimbriga., XV, Coimbra: IAFLUC, pp. 1-44.
- ALARCÃO, J. (1982) – O teatro romano de Lisboa. *Actas del Simposio "El Teatro en la Hispânia Romana"* (Mérida, 13-15 Nov. 1980). Badajoz: Institución Cultural Pedro de Valência, pp. 287-301.
- ALARCÃO, J. (1992) – A cidade Romana em Portugal. Renovação Urbana em Portugal na Época Romana. *Cidades e a História* (Ciclo de conferências promovido pelo Serviço de Belas-Artes em Novembro de 1987), Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Belas-Artes, Lisboa, pp. 73-127.
- ALARCÃO, J. (1994) – Lisboa romana e visigótica. *Lisboa Subterrânea*, Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, Lisboa, pp. 58-63.
- ALARCÃO, J. (1997) – A tecnologia agrária romana. *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais*. Catálogo da exposição. Lisboa: Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 137-148.
- ALARCÃO, J. (2004) – Introdução ao estudo da tecnologia romana. *Cadernos de Arqueologia e Arte*, 7. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ALARCÃO, J. (2008) – *A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- ALARCÃO, J. (2013) – Introdução ao Estudo da Casa Romana. *Cadernos de Arqueologia e Arte*, n.º 4. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALARCÃO, J. (2018) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, F. (1962a) – Escavações em Odrinhas. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. XXXIX, pp. 11-25.
- ALMEIDA, F. (1962b) – Arte visigótica em Portugal. *O Archeologo Português*, II série, vol. IV, Lisboa, est. LXIX, n.º 377.
- ALMEIDA, F. (1970) – "O Mosaico dos Cavalos". *O Arqueólogo Português*, série III, vol. IV. Lisboa: MNA, pp. 263-275.
- ALMEIDA, F. (1974-75) – Lisboa romana e visigótica. *Olisipo, boletim do Grupo "Amigos de Lisboa"*, n.º 137-138, Lisboa, pp. 8-19.
- AMARO, C. (1993) – Vestígios materiais provenientes do claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*, Vol. IV, Ed. Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa.
- AMARO, C. (1994) – A indústria de salga de peixe na Baixa de Lisboa. *O Livro de Lisboa*. Expo 98, Lisboa 94, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 69-74.
- AMARO, C. (1995) – Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa. *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (Lisboa, 1992). Universitat de Barcelona / Universidade Nova de Lisboa (Monografies de la Secció Histórico-Arqueológica, IV), pp. 337-342.
- AMARO, C. & MATOS, J.L. (1996) – Trabalhos arqueológicos no claustro da Sé de Lisboa: notícia preliminar. *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Câmara Municipal do Seixal. Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- ANDRADE, R. (1939) – *Equídeos do fim do Paleolítico e início do Neolítico*. Coimbra: Instituto de Coimbra.
- ANDREU PINTADO, J. (2001) – *Thermae Cassiorum: Ocio y evergetismo en la Olisipo tardoantigua. Hispania en la Antigüedad Tardía, ocio y espectáculos: Actas del II Encuentro Hispania en la Antigüedad Tardía*. Alcalá, Octubre, 1997. Alcalá de Henares: Universidad, pp. 239–253.
- ARRUDA, A.M., SOUSA, E., & ANTUNES, A.S. (2020) – As origens de *Olisipo*: uma perspectiva sobre a Idade do Ferro na cidade e seu entorno. In Amílcar Guerra, Maria Conceição Freitas, & Mário Cachão (Eds.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: território e memória*. Lisboa: Ed. Caleidoscópico / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 80-97.

- ÁVILA, J.J., & ANTUNES, A.S. (2019) – Los bronzes del “Conjunto sepulcral de Guerreiro” en el Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa): En torno al Periodo Postorientalizante en el Sur de Portugal. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología* (45), Universidad Autónoma de Madrid, pp. 113-178
- AZEVEDO, P.A. (1905) – Noticias varias. *O Archeologo Português*, I série, vol. X, Lisboa, pp. 152-156.
- BASTOS, M.A.; ALMEIDA, R.F. (2019) – *Irisalva Moita, um percurso fotobiográfico*. Lisboa: Museu de Lisboa / EGEAC.
- BEM, T.C. (1755) – Carta do Padre D. Thomaz Caietano de Bem, Clerigo Regular, a hum seu amigo Ácerca de huns monumentos romanos descobertos no sitio das Pedras Negras. Apêndice à obra de Oliveira, C. R.: *Summario, em que brevemente se contem algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que há na Cidade de Lisboa*. Lisboa: na Oficina de Manuel Rodrigues, pp. 153-177.
- BENEVOLO, L. (1993) – *História da cidade*, 5. Ed. Perspectiva, São Paulo.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (2010) – Criadores hispanos de caballos de carreras en el Bajo Imperio en las cartas de Símaco. *Espacio Tiempo Y Forma*. Serie II, Historia Antigua, (23), pp. 411–448.
- BRAGA, C.V.B. (2018) – Rituais, usos e paisagens funerárias da necrópole da Via XVII, em Braga. *História Antiga – relações interdisciplinares: paisagens urbanas, rurais & sociais*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- BUGALHÃO, J. & VVAA (2021) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Catálogo da exposição permanente do NARC. Fundação Millennium BCP, Lisboa.
- CACHÃO, M.; CARVALHO, C.N.; CARVALHO, M.R. (2020) – As riquezas do *Ager Olisiponensis*: In Amílcar Guerra, Maria Conceição Freitas, & Mário Cachão (Eds.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: território e memória*. Lisboa: Ed. Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 40-67.
- CAESSA, A.; MOTA, N. (2018) – CRLx: um projecto de estudo e valorização do criptopórtico romano de Lisboa. *II Encontro de Arqueologia de Lisboa: Arqueologia em meio urbano* (Teatro Aberto, 22 e 24 de Março, 2018). Lisboa, pp. 163-202.
- CAESSA, A.; MOTA, N.; MARTINS, P. V. (2020) – Criptopórtico: arqueologia e arquitetura de um equipamento portuário. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A Morfologia Urbana*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 72-91.

- CAESSA, A.; MOTA, N.; NOZES, C. (2016) – Novas descobertas no criptopórtico romano de Lisboa – Rua da Conceição, 75-77 (Santa Maria Maior) – 1ª Fase. *Almadan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. IIª série. 20, pp. 220-221.
- CAETANO, M.T. (1989) – *Villa Romana de Santo André de Almoçageme*. Primeira notícia sumária acerca dos mosaicos da *Villa Romana de Santo André de Almoçageme (Sintra)*: O pavimento descoberto em 190S. In *Actas do Seminário Espaço Rural na Lusitania, Tomar e o seu Território* (1989). Tomar, pp. 93-102.
- CAETANO, M.T. (2006) – Mosaicos de *Felicitas Iulia Olisipo* e do seu *Ager*. *Revista de História da Arte*, n.º 2. Lisboa: Instituto da História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 23-35.
- CAETANO, M.T. (2008) – Mosaicos romanos da *villa romana de São Miguel de Odrinhas*. Contributos para uma nova leitura. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL. 6, pp. 43-59.
- CAETANO, M.T. (2011) – Mosaicos da Finisterra Ocidental: a *Villa de Santo André de Almoçageme*. In *O mosaico romano nos centros e nas periferias: originalidades, influências e identidades. X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo*, Conimbriga, 29 de Outubro – 3 de Novembro 2005. Conimbriga: Instituto dos Museus e Conservação: Museu Monográfico, pp. 873-887.
- CAETANO, M.T. (2016) – Cavalos do vento e ginetes do ocaso: do paradeisos à partenogénese do Monte da Lua. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 19, pp. 175-194.
- CAETANO, M.T. (2019) – Mosaicos da *villa romana de Frielas*. *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo – O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Câmara Municipal de Lisboa e Ed. Caleidoscópio. Lisboa, pp. 55-65.
- CAETANO, M.T. (2020) – Mosaicos romanos de *Felicitas Iulia Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 178-189.
- CAMPO, M. (2019) – Aurigas y carreras de carros en los contorniatos romanos. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 38. Museo Arqueológico Nacional, Madrid, pp. 189-202.
- CAMPOS, M.J. (1906) – Acquisições do Museu Ethnológico Português. *O Archeologo Português*, I série, vol. XI, Lisboa, pp. 288-289.
- CARDOSO, G. (1987) – Quadrante solar romano de Freiria. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 219-224.

- CARDOSO, G. (2016) – *Estudio Arqueológico de la villa romana de Freiria*. Tese de Doutoramento. Universidad de Extremadura.
- CARDOSO, G. (2018) – *Villa romana de Freiria: Estudo Arqueológico*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, G. & CARDOSO J.L. (2005) – A Ocupação Agrária do Concelho de Oeiras na Época Romana. *Actas do VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História, Espaço e Património Rural*. Câmara Municipal de Oeiras: pp. 41-55.
- CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. (1992-93) – A *villa* romana de Freiria e o seu enquadramento rural. *Studia Historica – Historia Antigua*. vol. X-XI, Salamanca, pp. 203-217.
- CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. (2001) – A domus da *Villa* romana de Freiria. *Al-Madan*, II Série, n.º 10. Centro de Arqueologia de Almada. Almada, pp. 190-191.
- CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. (2005) – *A presença romana em Cascais: um território da Lusitânia ocidental*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. (2019) – As *villae* de Cascais. O povoamento romano. In Cristina Nozes, & Guilherme Cardoso (Eds.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: O ager olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Câmara Municipal de Lisboa e Ed. Caleidoscópico. Lisboa, pp. 102-109.
- CARDOSO, G. & NOZES, C. (2019) – O *ager olisiponensis* e as estruturas de povoamento. In Cristina Nozes, & Guilherme Cardoso (Eds.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: O ager olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Câmara Municipal de Lisboa e Ed. Caleidoscópico. Lisboa, pp. 11-15.
- CARDOSO, G. & NOZES, C. (2021) – O *ager olisiponensis* matérias-primas e produtos. In C. Fabião; C. Nozes; G. Cardoso (coord. cient.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Ed. Caleidoscópico / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 141-151.
- CARDOSO, J.L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos Grandes Mamíferos do Plistocénico superior de Portugal*. Dissertação de doutoramento apresentado à Universidade Nova de Lisboa. Oeiras: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J.L. & ANDRÉ, M.C. (2020) – O povoamento romano do concelho de Oeiras: antecedentes, economia e sociedade (séculos I a.C. a V d.C.). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Vol. 27, Oeiras: Câmara Municipal, pp. 349-376.

- CARVALHINHOS, M.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço Oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia. *Livro de Resumos do I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação* (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015). Ed. CAL/DPC/DMC/CML, Lisboa, pp. 299-336.
- CARVALHO, P.C.; ALARCÃO, J. & GONÇALVES, A. (2010) – Castelo da Lousa: Estratigrafia, Estruturas e Materiais (Capítulo 6) *In* Castelo da Lousa: intervenções arqueológicas de 1997 a 2002. *Studia Lusitana*, 5. MNAR / EDIA, Mérida.
- CASTILHO, J. (1936) – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. Vol. V, 2ª edição. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa.
- CHAVARRÍA ARNAU, A. (2007) — *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VII d. C.)*. Bibliothèque de l'Antiquité Tardive, vol. 7. Brepols Publishers, Turnhout, Belgium.
- CMC (2020) – *Villa romana de Freiria* (folheto). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- COELHO, C. (2007) – Ruínas arqueológicas de São Miguel de Odrinhas: a propósito da campanha de 1997. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 58/59, pp. 119-142.
- COELHO, C. (2009) – Colaride: a Roman quarry at the *Municipium Olisiponensis*. *In*, Nogales Basarrate, T; Beltrán Fortes, J. (Eds.) *MARMORA HISPANA. Explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania Romana* (Sevilla-Mérida 2007). Roma, p. 523-543.
- CORREIA, V.H. (2010) – O forum de Conimbriga e a evolução do centro urbano, *in* Nogales Basarrate, T. (ed.) – *Ciudad y foro en Lusitania Romana*, *Studia Lusitana*. 4. Mérida, p. 89-106.
- COSTA, F. (1976) – *O Foral de Sintra (1154)*. Ed. Câmara Municipal de Sintra.
- CURRÁS, A., COSTA, A. M., FREITAS, M. d. C., DANIELSEN, R., & BUGALHÃO, J. (2020) – Landscape change and vegetation history in the city of Lisbon during Roman times and the Early Medieval Period. *The Holocene*.
- DALBY, A. (trad.) (2010) – *Cato: On Farming / De Agri Cultura (Marcus Porcius Cato)*. Ed. Prospect Books. Devon, UK.
- DELFANTE, C. (1997) – A grande história da cidade – Da Mesopotâmia aos Estados Unidos. Col.: *O Homem e a Cidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DETRY, C. (2007) – *Paleoecologia e Paleoeconomia do Baixo Tejo no Mesolítico: O contributo do estudo dos mamíferos dos concheiros de Muge*. PhD Dissertation, Universidad de Salamanca.
- DETRY, C. & FABIÃO, C. (2021) — O cavalo na Lisboa Romana. *In* C. Fabião; C. Nozes; G. Cardoso (coord. cient.), *Lisboa romana*, Felicitas Iulia Olisipo: *A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Ed. Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 87-91.

- DIAMOND, R.S. & KASSEL, B.G. (2018) – A History of the Urban Underground Tunnel (4000 B.C.E. – 1900 C.E.). *Journal of Transportation Technologies*, 8, pp. 11-43. Brooklyn Historic Railway Association, Columbia University, New York.
- DIAS, M.M.A. (2019) – A família romana. Evolução na continuidade. *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo: Os monumentos epigráficos*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 42-51.
- DONATI, J. (2014) – The City in the Greek and Roman World. *Oxford Handbook of Greek and Roman Art and Architecture* (pp.269-293), Chapter: 11. Ed. Clemente Marconi. Oxford University Press.
- ENCARNAÇÃO, J. (2001) – *Roteiro epigráfico romano de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 24-26.
- ENCARNAÇÃO, J. (2009) – As Termas dos Cássios em Lisboa: ficção ou realidade? *Lusitânia Romana – Entre o Mito e a Realidade*. Cascais. Actas da IV Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana (2004). Cascais: Câmara Municipal, pp. 481–494.
- ENCARNAÇÃO, J. (2016) – A inscrição exposta... no Museu Arqueológico de Odrinhas (Sintra – Portugal). In Donati; A. (ed.) – *L'Iscrizione Esposta. Atti del Convegno Borghesi 2015 (Colecção Epigrafia e Antichità; 37)*. Faenza: Fratelli Editori, pp. 525-537.
- ENCARNAÇÃO, J. (2019) – Cultos públicos e devoções privadas em Felicitas Iulia Olisipo. *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo: Os monumentos epigráficos*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 30-41.
- ENCARNAÇÃO, J.; LEITÃO, M.; LEITÃO, V. (2015) – Inscrições de *Olisipo* identificadas na "Cerca Velha". *Ficheiro Epigráfico (Suplemento de Conimbriga)*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. 131, Inscrições 548-551.
- ESTRABÃO – *Geografia*, Livro III: introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana M. Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- FABIÃO, C. (1989) – Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). Lisboa: UNIARQ. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FABIÃO, C. (1994) – O monumento romano da Rua da Prata. In *Catálogo da Exposição Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 67-69.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 1, pp. 169-198.
- FABIÃO, C. (1999) – Estudar o mundo rural na Antiguidade. *A Cidade*. Revista Cultural De Portalegre (Nova Série), 13-14. Lisboa, Ed. Colibri, pp. 7-12.

- FABIÃO, C. (2006) – *A herança romana em Portugal*. Edição do Clube do Coleccionador dos Correios. Lisboa.
- FABIÃO, C. (2010) – Modelos forenses nas cidades da Lusitania: balanço e perspectiva, in Nogales Basarrate, T. (ed.) – *Ciudad y foro en Lusitania Romana, Studia Lusitana*. 4. Mérida, p. 343-359.
- FABIÃO, C. (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa, CTT.
- FABIÃO, C. (2012) – O azeite no ocidente da Península Ibérica. *O grande livro da oliveira e do azeite*, Böhm, J. (Ed.). Lisboa, pp. 60-77.
- FABIÃO, C. (2013) – Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desaterros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa. *Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos. Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 389-409.
- FABIÃO, C. (2016/2017) – Uma estátua de "Mars Ultor" de "Felicitas Iulia Olisipo" (Lisboa)? Em busca de uma estátua perdida. *Anas*, 29-30. Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, pp. 135-149.
- FABIÃO, C. (2020a) – Em busca do forum de *Olisipo*. In Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 15-25.
- FABIÃO, C. (2020b) – Introdução. In Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. *A Morfologia Urbana*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 10-13.
- FABIÃO, C. (2021a) – *Felicitas Iulia Olisipo* uma cidade produtora (e consumidora). In Carlos Fabião, Cristina Nozes, & Guilherme Cardoso (Eds.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: A cidade produtora (e consumidora)*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 13-23.
- FABIÃO, C. (2021b) – O vinho olisiponense no contexto da Lusitânia. In C. Fabião; C. Nozes; G. Cardoso (coord. cient.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Ed. Caleidoscópico / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 73-85.
- FAGES, A.; HANGHØJ, K.; KHAN, N.; GAUNITZ, C.; SEGUIN-ORLANDO, A.; LEONARDI, M.; ORLANDO, L. (2019) – *Tracking five millennia of horse management with extensive ancient genome time series*. *Cell*. Cambridge (USA): Cell Press. 177 (6), pp.1419-1435.
- FARINHA, A.C. (2021) – O sítio romano das Almoínhas (Lisboa, Loures) e o *case study* "Loures nos séculos XIV e XV". In Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. *A cidade produtora (e consumidora)*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 167-179.

- FERNANDES, L. (1997) – *Capitéis romanos da Lusitania Ocidental*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 4 vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte. Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, L. (2004) – Decoração Arquitectónica da *villa* Romana de Frielas: Capitéis e Bases. *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, pp. 21-36.
- FERNANDES, L. (2009) – Capitel das *Thermae Cassiorum* de *Olisipo* (Rua das Pedras Negras, Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12: 2. Lisboa, pp. 191-207.
- FERNANDES, L. (2013) – Teatro romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano. *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 765-773.
- FERNANDES, L. (2019) – *Caius Heius Primus*. Formas de poder na elite de *Felicitas Iulia Olisipo*. *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Os Monumentos Epigráficos*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 86-99.
- FERNANDES, L. (2020a) – Reconversión de espacios monumentales: el caso del teatro romano de Lisboa / *Felicitas Iulia Olisipo. Exemplum Et Spolia La Reutilización Arquitectónica En La Transformación Del Paisaje Urbano De Las Ciudades Históricas*. P.M. CRUZ; C.J. MORÁN SÁNCHEZ (Eds.). MYTRA 7. Volumen II, pp. 483-491.
- FERNANDES, L. (2020b) – O *Theatrum* de *Felicitas Iulia Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 26 – 51.
- FERNANDES, L. (2020c) – A decoração arquitetónica de *Felicitas Iulia Olisipo* ou como a cidade se mostrou. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 191-213.
- FERNANDES, L. & REIS, P. (2020) – Sistemas construtivos de cronologia romana de *Felicitas Iulia Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 133-165.
- FERNANDES, L. & SALES, P. (2005) – Projecto Teatro Romano, Lisboa – a reconstituição virtual. *Revista Arquitectura e Vida*, n.º 57, Lisboa, p. 28-32.
- FERNANDES, L.; CACHÃO, M; FERNANDES, I.; PIMENTEL, N.; RIBEIRO, M.A. (2019) – Elementos arquitetónicos do Teatro Romano de Lisboa / *Olisipo*: sobre o emprego de estuque e da pedra. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 58, pp. 149-191.

- FERNANDES, L.; CAESSA, A. (2004/2005) – O *proscaenium* do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. *Arqueologia & História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 56/57, pp. 95-113.
- FERNANDES, L.; LOUREIRO, C.; BRAZUNA, S.; SARRAZOLA A.; PRATA, S. (2015) – Paisagem urbana de *Olisipo*: fatias da história de uma cidade. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção-Geral de Património Cultural. 18, pp. 203-224.
- FERNANDES, L.; NOGALES BASARRATE, T. (2018) – Teatro Romano de *Olisipo*: programas decorativos teatrales de Lusitania. *Escultura Romana en Hispania. Actas de la VIII Reunión Internacional de Escultura Romana en Hispania* – Universidad de Córdoba y Baena 5-8 octubre de 2016. Córdoba, pp. 432-455.
- FERNANDES, P.A. & FERNANDES, L. (2020) – Da cidade romana à cidade medieval: "desmonumentalização" e reconfiguração urbana. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 214-231.
- FIGUEIREDO, C. (2014) – Relatório de projecto de Arqueologia Virtual para o documentário "Fundeadouro Romano em *Olisipo*". Reconstituição de *Olisipo* e de um navio romano do tipo corbita.
- FILIPE, V. (2014) – Amphorae from the Roman Theatre of *Olisipo* (Lisbon, Portugal): 2001-2006 campaigns. *SPAL. Revista De Prehistoria y Arqueología De La Universidad De Sevilla*, (24), pp. 129–163.
- FILIPE, V.; LEITÃO, M.; LEITÃO, V.; NETO, N.; REBELO, P.; RIBEIRO, R. (2020) – As muralhas de *Felicitas Iulia Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A Morfologia Urbana*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 46-71.
- FILIPE, V.; QUARESMA, J.C.; LEITÃO, M.; ALMEIDA, R.R. (2016) – “Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em *Olisipo*: os contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In JÁRREGA, R.; BERNI, P. (eds.) *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo (Monografías Ex Officina Hispana III)*. Tarragona, Instituto Catalán de Arqueología Clásica (ICAC) / SECAH, pp. 423-445.
- FUSCO, A.; MAÑAS ROMERO, I. (2006) – *Mármoles de Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- GASPAR, A. & GOMES, A. (2007) – As Muralhas de *Olisipo*: troço junto ao Tejo. In Rodríguez Colmenero, A.; Rodá Dellanza, I., eds. *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo*

- (26-29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad. Lugo: Museu Provincial, pp. 685-698.
- GASPAR, A. & GOMES, A. (2016) – Sé de Lisboa – as escavações arqueológicas e o projeto de musealização. *Revista do Património*. Lisboa, pp. 120-129.
- GASPAR, A. & GOMES, A. (2017a) – Pavimentos do espaço público de época romana da Sé de Lisboa. In Fernandes, L.; Bugalhão, J.; Fernandes, P.A., coords. – *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, pp. 116-117.
- GASPAR, A. & GOMES, A. (2017b) – O espaço público de época romana dos Armazéns Sommer. In Fernandes, L.; Bugalhão, J.; Fernandes, P.A., coords. – *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, pp. 104-105.
- GASPAR, A. & GOMES, A. (2020) – As Ruas da Sé de Lisboa. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 104-109.
- GAUTHIER, J. (1911) – *Graphique d'histoire de l'art*. Ed. Plon-Nourrit et Cie. Paris.
- GOITIA, F. C. (2014) – *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença (9ª edição).
- GOMES, A.; GASPAR, A.; PIMENTA, J.; GUERRA, S.; MENDES, H.; RIBEIRO, S.; VALONGO, A.; PINTO, P. (2003) – Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos. *Património. Estudos*. Lisboa: IPPAR. 4, pp. 214-223.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; PIMENTA, J.; VALONGO, A.; MENDES, H.; GUERRA, S.; PINTO, P.; RIBEIRO, S. (2004) – *Primeiros resultados da intervenção arqueológica nos Armazéns Sommer, Lisboa*. Comunicação apresentada ao IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Faro, Setembro de 2004.
- GOMES, S.M.; PONCE, M.; FILIPE, V. (2017) – Intervenção Arqueológica no âmbito do Projecto de Arquitectura «Apartamentos Pedras Negras». *I Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa-CML, pp. 349-365.
- GONÇALVES, A. (2011) – *A necrópole romana do Casal do Rebolo (Almargem do Bispo, Sintra)*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, A. (2014) – The faunal assemblage from a Roman well in the *villa* of São Miguel de Odrinhas (Sintra, Portugal): a preliminary view on the archaeological context. In DETRY, C.; DIAS, R., eds. – *The First Zooarchaeology Conference in Portugal*. BAR International Series 2662, Oxford: Archaeopress, pp. 77–85.

- GONCALVES, A. (2018) – *Projeto de Recuperação e Musealização das ruínas da Villa romana de Santo André de Almoçageme. Relatório final da intervenção arqueológica de 2018*. Sintra: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas / Câmara Municipal de Sintra.
- GONÇALVES, A. (2019) – A região de Sintra durante a Romanidade: A zona ocidental dos *agri* do Município Olisiponense. *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo – O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*. Câmara Municipal de Lisboa e Ed. Caleidoscópio. Lisboa, pp. 66-79.
- GONCALVES, A. & MENDES, P. (2011) – *Villa de Santo André de Almoçageme. Trabalhos arqueológicos de 2007-2008*. Sintra: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas / Câmara Municipal de Sintra.
- GONÇALVES, A. & SANTOS, S. (2020) – O Alto da Vigia (Sintra) e a vigilância e defesa da costa. In *Arqueologia em Portugal 2020 Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses / CITCEM.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. (1983) – Nueva inscripción de un diffusor olearius en la Bética. J.M. BLÁZQUEZ MARTÍNEZ; J. REMESAL RODRÍGUEZ (Coord.), *Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad*. Segundo Congreso Internacional (Sevilla 1982), Madrid, Universidad Complutense, 1983, pp. 183-192.
- GROS, P. (2002) – L'architecture romaine. 1. Les monuments publics. *Les manuels d'art et d'archéologie antiques*. Paris: Picard.
- GUERRA, A. (2003) – Algumas notas sobre o mundo rural do território Olisiponense e as suas gentes, in *Mundo Antigo. Economia Rural*, Lisboa: Edições Colibri, p. 123-150.
- GUERRA, A. (2005) – Promontório Magno: Perspectivas da Geografia antiga sobre o extremo ocidental da Hispânia. In: *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral, pp. 119-129.
- GUERRA, A. (2006) – Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Volume 9, n.º 2, pp. 271- 297.
- GUERRA, A. (2018) – O contributo da epigrafia de *Olisipo* e do estudo da mobilidade no período romano. In Senna-Martinez, J. C.,; Martins, A. C.; Caessa, A.; Marques, A.; Cameira, I. eds. – *Fragments de Arqueologia: Meios vias e trajetos... entrar e sair de Lisboa*. Lisboa; Câmara Municipal de Lisboa / Sociedade de Geografia de Lisboa – Secção de Arqueologia. 2, pp. 52-64.

- GUERRA, A. (2019) – Onomástica, realidade social e vida pública em *Olisipo*. *Lisboa romana*, Felicitas Iulia Olisipo: *Os monumentos epigráficos*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 12-29.
- GUERRA, A. (2020) – A construção da província da Lusitânia e *Felicitas Iulia Olisipo* – Onde as vias se cruzam. In *Lisboa romana*, Felicitas Iulia Olisipo: *território e memória*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, Lisboa, pp. 124-139.
- GUERRA, A. (2021) — Gaio Apuleio Diocles, Lusitano, o mais famoso Auriga de todos os tempos. In C. Fabião; C. Nozes; G. Cardoso (coord. cient.), *Lisboa romana*, Felicitas Iulia Olisipo: *A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Ed. Caleidoscópico / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 92-93.
- GUIMARÃES, E.; MENDES, I. (Coord.) (2019) – *Relatório de Actividades da Direcção Municipal de Cultura*. DMC / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 40-47.
- GUIMARÃES, E.; MENDES, I. (Coord.) (2020) – *Plano de Actividades da Direcção Municipal de Cultura*. DMC / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 40-52.
- HAUSCHILD, T. (1994) – O teatro romano de Lisboa. *Lisboa Subterrânea*, Electa, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa Capital Europeia da Cultura '94, Lisboa pp. 64-66.
- HEFFNER, E.D. (trad.) (1954) – *Lucius Junius Moderatus Columella: On Agriculture*. Vol. II, The Loeb Classical Library. Harvard University Press, Massachusetts, USA.
- HENIG, M. (1983) – *A Handbook of Roman Art: A Survey of the Visual Arts of the Roman World*. Londres: Phaidon.
- HOLANDA, F. (1571) – *Da fabrica que faleçe ha çidade de Lysboa*. Ed. Fac-símile, "Ex-libris, Tesouros das Bibliotecas de Portugal", A Bela e o Monstro / Rapsódia Final: Público, Comunicação Social, SA, 2021.
- JANSON H.W. & DAVIES; DENNY; HOFRICHTER; JACOBS; ROBERTS; SIMON (2010) – *A nova história da arte de Janson: a tradição ocidental*. 9ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- KLEINER, F.S. (2010) – *A History of Roman Art*. Publisher: Clark Baxter. Wadsworth, Cengage Learning, Boston, USA.
- LEITÃO, E. & CARDOSO, G. (2021) – Exploração de rochas construtivas e ornamentais em época romana no *ager Olisiponensis*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo*. *A cidade produtora (e consumidora)*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 297-306.
- LEITÃO, M. (2014) – Muralhas de Lisboa. *Rossio, estudos de Lisboa n.º 3*. Gabinete de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 66-79.

- LIRA, J.; LINDERHOLM, A.; OLARIA, C.; BRANDSTROM, M.D.; GILBERT, M.T.P.; *et al.* (2010) – Ancient DNA reveals traces of Iberian Neolithic and Bronze Age lineages in modern Iberian horses. *Molecular Ecology*, 19: pp. 64–78.
- LORRIO ALVARADO, A.J.; ALMAGRO-GORBEA, M. (2004/2005) – Signa equitum en el mundo ibérico. Los bronceos tipo "Jinete de La Bastida" y el inicio de la aristocracia ecuestre ibérica. *Lucentum*. XXIII-XXIV, pp. 37-60
- LOURENÇO, F. (trad.) (2005) – *HOMERO – Iliada*. Pub. Companhia das Letras & Penguin Group (USA) Inc., Ed. Schwarcz SA, São Paulo, Brasil.
- MACAULAY, D. (1974) – *A Story of Roman Planning and Construction*. Houghton Mifflin Company, New York.
- MACDONALD, W. (1986a) – *The Architecture of the Roman Empire. I. An introductory study*. Yale University Press. New Haven and London.
- MACDONALD, W. (1986b) – *The Architecture of the Roman Empire. II. An Urban Appraisal*. Yale University Press. New Haven and London.
- MACIEL, J. (1993-1994) – A propósito das chamadas conservas de água da Rua da Prata. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 32-33, pp. 145-156.
- MACIEL, M.J. (2009): *Vitrúvio. Tratado de Arquitectura*. Tradução do Latim, Introdução e Notas. Lisboa: Instituto Superior Técnico (3ª edição).
- MALONEY, S.; MCNABB, S.; LANGLEY, M. (2014) — *Torre de Palma. Guia do Sítio Arqueológico*. Ed. Direcção Regional de Cultura do Alentejo, Évora.
- MAN, A. (2008) – *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MANSBRIDGE, J. (1967) – *Graphic History of Architecture*. Batsford Books, Batsford.
- MANTAS, V.G. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies, et Territoires* (Table ronde Internationale du CNRS, 8-9 Décembre 1988), Centre National de la Recherche Scientifique (Col. Maison des Pays Ibériques, n.º 42), Paris, pp. 149-205.
- MANTAS, V.G. (1998) – Navegação, economia e relações interprovinciais: Lusitânia e Bética. *Humanitas*, 50, Instituto de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, pp.199-239.
- MANTAS, V.G. (1999) – *Olisipo e o Tejo. Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha»* (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997), Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, pp.15-41.

- MANTAS, V.G. (2002) – “O Mundo Religioso dos viajantes e Comerciantes”. In RIBEIRO, J. C. (coord.) – *Religiões da Lusitania, Loquuntor Saxa*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/IPM, pp. 157-164.
- MANTAS, V.G. (2003) – O Atlântico e o Império Romano. *Revista Portuguesa de História*, vol. II, n.º 36. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MANTAS, V.G. (2012) – A estrada romana de *Olisipo a Scallabis*. Traçado e vestígios. *Cira Arqueologia. Atas De Olisipo a Ierabriga*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 1, pp. 7-23.
- MANTAS, V.G. (2014) – As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da antiguidade. *Humanitas*, 66, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, pp. 231-256.
- MANTAS, V.G. (2018) – *As cidades romanas de Portugal: problemática histórica e arqueológica*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MARTINS, M.M. (2008) – Urbanismo e Arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana, in *Simulacra Romae*. Bracara Augusta, pp. 149-174.
- MATOS, J.L. (1994) – Escavações arqueológicas nos claustros da Sé de Lisboa. *Revista Al-madan*, II Série, n. 3, Centro de Arqueologia de Almada, p. 108.
- MATOS, J.L. (coord.) (1995) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Coleção de escultura romana*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, Inventário do Património Cultural Móvel.
- MIGUEL, L. & BRAGA, P. (2016) – Magra 3 – Um complexo industrial de produção de cal em época romana. *Revista P & C*, 61. RAPM Press, Alcochete.
- MOITA, I. (1965) – O Hospital Real de Todos-os-Santos III. Relatório das Escavações a que mandou proceder a CML de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960. *Revista Municipal*, CML, n.º 106-107, pp. 7-57.
- MOITA, I. (1967) – Relatório dos Trabalhos realizados para pôr a descoberto as ruínas do Teatro Romano de Lisboa 1ª fase – Fevereiro de 1966 a Junho de 1967 – cópia do relatório entregue em Dezembro de 1967.
- MOITA, I. (1968) – Achados de época romana no subsolo de Lisboa. *Revista Municipal*, CML, n.º 116/117, pp. 33-71.
- MOITA, I. (1970) – O teatro romano de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 124/125, pp. 7-37.
- MOITA, I. (1977) – *As termas romanas da Rua da Prata em Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

- MOITA, I. (1994) – O Domínio Romano. *O Livro de Lisboa*. Expo 98, Lisboa 94, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 35-68.
- MONTELEONE, M.; YEUNG, H. & SMITH, R. (2007) – A review of Ancient Roman water supply exploring techniques of pressure reduction. *Water Science & Technology*, 7, pp. 113-120.
- MORAIS J.G.S. (2007) – *The evolution of the horse (Equus caballus L., 1758) in the Iberian Peninsula: a molecular approach*. Tese de Doutoramento em Biologia Evolutiva. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- MORET, P. (2016) – Les tours isolées de l’Hispanie romaine: postes militaires ou maisons fortes? In *Focus on fortifications: new research on fortifications in the ancient Mediterranean and the Near East*. Ed. Rune Frederiksen, Silke Müth, Peter I. Schneider and Mike Schnelle. Oxford: Oxbow Books, pp. 456-468.
- MORRIS, A.E.J. (1984) – *Historia de la forma urbana, desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.
- MOTA, N.; MARTINS, P.V. (2018) – Criptopórtico romano de Lisboa: arqueologia e arquitetura de uma estrutura portuária (um esboço preliminar). In SENNA-MARTINEZ, J. C.; MARTINS, A. C.; CAESSA, A.; MARQUES, A.; CAMEIRA, I., eds. – *Meios, Vias e Trajectos... Entrar e sair de Lisboa (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa; 2)*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa e Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 85-108.
- MOTA, N.; MARTINS, P.V. (2020) – A estrutura urbana da cidade portuária. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A Morfologia Urbana*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 28-45.
- MUMFORD, L. (2012) – *La ciudad en la historia – Sus orígenes, transformaciones y perspectivas*. Logroño: Ed. Pepitas de Calabaza.
- NETO, N.; REBELO, P.; RIBEIRO, R.; ROCHA, M.; ZAMORA LÓPEZ, J. (2016) – Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, pp. 123-128.
- NETO, N.; REBELO, P.; RIBEIRO, R.; VIEIRA, V. (2020) – A Domus Romana dos Antigos Armazéns Sommer (Lisboa). In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópico, pp. 110-121.
- NOGALES BASARRATE, T. (2008) – Circos romanos de Hispania. Novedades y perspectivas arqueológicas. *Le cirque romain et son image*, J. Nelis-Clément y J. M. Roddaz (Eds.), AUSONIUS, Maison de l’Archéologie, Université Michel de Montaigne: Bordeaux, pp.161-202.

- NOGALES BASARRATE, T. (coord.) (2001) – *El circo en la Hispania romana*. Madrid: Ministerio de Educación y Cultura.
- NOGALES BASARRATE, T.; MERCHÁN GARCIA, M.J. (2019) – Teatro romano de *Metellinum*: programa escultórico – decorativo. *Actas de la VIII Reunión Internacional de Escultura Romana en Hispania*. Universidad de Córdoba y Baena 5-8 octubre de 2016. Córdoba, pp. 527-551.
- OMM, M.M. (1992) – *O cavalo lusitano: uma raça em recuperação*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- PELLICER, M.R.L. & MIGUEL, I.R. (1986) – Introducción del caballo como animal de montura en la meseta: problemática. *Zephyrus: Revista de prehistoria y arqueología*, n.º 39-40 (1986-1987). Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 437-444.
- PEÑA CERVANTES, Y. (2010) – *Torcularia. La producción de vino y aceite en Hispania*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- PEÑA CERVANTES, Y. (2015). La producción vinícola en Hispania: procesos de producción y comercialización del vino romano. *Historia y arqueología en la cultura del vino*. Rafael Francia Verde (Coord.), Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, pp. 109-122.
- PEREIRA, M.H.R. (2013) – *Estudos de História da Cultura Clássica*, 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (5ª ed.).
- PEREIRA, P. (2017) – O Vinho na Lusitânia. *Teses Universitárias*, n.º 8. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» e Edições Afrontamento, Lda. Porto.
- PEREIRA, P. & MORAIS, R. (2015) – Estudio crono-tipológico de *dolia* romanos em Portugal. In A. Martínez Salcedo, M. Esteban y E. Alcorta (eds.): *Cerámicas de época romana en el Norte de Hispania y en Aquitania*, Ex Officina Hispana. Cuadernos de la SECAH 2, Tomo 1, Madrid: pp. 33-44.
- PIMENTA, J. (2003) – Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, pp. 341-362.
- PIMENTA, J. (2005) – As ânforas romanas do Castelo de São Jorge. *Trabalhos de Arqueologia*, 41. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- PIMENTA, J. (2014) – Os Contextos da conquista: *Olisipo e Decimo Júnio Bruto*. Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. *CIRA Arqueologia*. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 44-60.

- PIMENTA, J. (2020) – Os primórdios da implementação romana em *Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo – o território e a memória*. Câmara Municipal de Lisboa e Ed. Caleidoscópio. Lisboa, pp. 112-123.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8: 2, pp. 313-334.
- PIMENTA, J.; GASPAS, A.; GOMES, A.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.º 16-20) – Lisboa. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia*. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 122-148.
- PIZZO, A. (2010) – Las técnicas constructivas de la arquitectura pública de Augusta Emerita, *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, LVI. Mérida/Madrid: CSIC.
- QUESADA SANZ, F. & ZAMORA MERCHÁN, M. (eds.) (2003) – *El caballo en la antigua Iberia. Estudios sobre los équidos en la Edad del Hierro*. Bibliotheca Archaeologica Hispana, 19. Real Academia de la Historia. Madrid.
- REIS, P. (2004) – Las termas y balnea romanos de Lusitania, *Studia Lusitana*, 1. Madrid: MNAR.
- REIS, P. (2014) – De Lusitaniae Urbium Balneis. *Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra.
- REIS, S.H. (2014) – *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2004) — *Las ánforas Dressel 20 y su sistema epigráfico. Epigrafía Anfórica*. Remesal Rodríguez (Eds.). Proyecto Amphorae. Collecció Instrumenta 17. Universitat de Barcelona; pp. 127-148.
- RIBEIRO, J.C. (1985) – *Villa romana de Santo André de Almoçageme: Relatório sumário da primeira campanha de escavações (1985)*. Sintra: Museu Regional de Sintra / Câmara Municipal de Sintra.
- RIBEIRO, J.C. (1994a) – Breve nota acerca do criptopórtico de *Olisipo* e da possível localização do fórum corporativo. In *Encontro de Arqueologia Urbana. Braga, 1994. Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. XLV: 96 – 110, pp. 191-200.
- RIBEIRO, J.C. (1994b) – *Felicitas Iulia Olisipo*: Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-madan*, II série, 3, Almada, pp. 75-95.

- RIBEIRO, J.C. (2002a) – Ara consagrada à *Mater Deum Magna Idaea Phrygia* por *Flavia Tyche*. *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 477-478.
- RIBEIRO, J.C. (2002b) – Pedestal consagrado à *Deum Mater* por *Titus Licinius Amaranthus*. *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 478-479.
- RIBEIRO, J.C. (2002c) – *SOLI AETERNO LUNAE*: O santuário. In *Religiões da Lusitânia: LOQUUNTUR SAXA*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 235-239.
- RIBEIRO, J.C. (2011) – *Soli Aeterno Lunae* – Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: Um caso complexo de sincretismo? In id., ed. – *Dii Deabusque. Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia "Culto e Sociedade" (Sintria; III-IV)*. Sintra: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas/ Câmara Municipal de Sintra, pp. 595-624.
- RIBEIRO, J.C. (2016) – *Ad antiquitates vestigandas*. Destinos e itinerários antiquaristas nos campos olisiponenses ocidentais desde inícios a meados do século XVI. In González Germain, G. (ed.) – *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita. Actas do Seminário-Colóquio Saxosas vias terere. Hollando los Caminos de la Geografía Antigua (1500-1700)*. Barcelona, 2015. Barcelona: Universitat Autònoma, pp. 135-249.
- RIBEIRO, J.C. (2019) – Escrever sobre a margem do Oceanus: epigrafia e religio no Santuário do Sol Poente (provincia Lusitania). *Sylloge Epigraphica Barcinonensis, Annexos III*, Barcelona: Universitat de Barcelona.
- RIBEIRO, J.C. & SOUSA, E.M. (1986) – *Relatório da 2ª Campanha de escavações na Villa romana de Santo André de Almoçageme (Março-Outubro de 1986)*. Sintra: Museu Regional de Sintra / Câmara Municipal de Sintra.
- RIBEIRO, J.C. & SOUSA, E.M. (1987) – *Relatório da 3ª Campanha de escavações na Villa romana de Santo André de Almoçageme (Julho-Novembro de 1987)*. Sintra: Museu Regional de Sintra / Câmara Municipal de Sintra.
- RIBEIRO, J.C.; SIMÕES, T.; COELHO, C. (1999) – O novo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas – um projecto arrojado? *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série IV. 17, pp. 451-456.
- RIBEIRO, J.M.P. (2010) – *Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*. Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais.
- RIBEIRO, R.; NETO, N.; REBELO, P. (2017) – Os pavimentos romanos dos antigos Armazéns Sommer (campanha de 2014-2015). In Fernandes, L.; Bugalhão, J.; Fernandes, P. A., coords. – *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, pp. 106-111.

- RIBEIRO, R.; NETO, N.; REBELO, P. (2019) – As mil e uma cidades de Lisboa nos antigos Armazéns Sommer. In *Rossio – estudos de Lisboa*, n.º 8, Lisboa: Câmara Municipal, pp. 156-169.
- RIBEIRO, R.; NETO, N.; REBELO, P.; ROCHA, M. (2017a) – Dados preliminares de uma intervenção arqueológica nos antigos Armazéns Sommer, Lisboa (2014-2015). In Caessa, A.; Nozes, C.; Cameira, I.; Silva, R., coords. – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, pp. 223-245.
- RIBEIRO, R.; REBELO, P.; NETO, N.; VIEIRA, V. (2017b) – A Roman Mosaic Unearthed in Armazéns Sommer (Lisbon). *Archaeology and Iconography. Journal of Mosaic Research*. Istanbul: Ege Yayınları. 10, pp. 335-346.
- RIBEIRO, R.; REBELO, P.; NETO, N.; VIEIRA, V. (2019) – Uma *Domus* Romana em *Olisipo*: O mosaico dos antigos armazéns Sommer (Lisboa). *Actas do Encontro Portugal-Argélia, Mosaicos Romanos – Fragmentos de um passado comum*. VI Jornadas de Valorização do Mosaico Romano; coord. Miguel Pessoa (8 de julho 2017), Coimbra. Pp. 175-187.
- RODRIGUEZ MARTIN, F.G. & CARVALHO, A. (2008) – "Torre Águila y las villas de la Lusitania Interior hasta el Occidente Atlántico". In FERNANDEZ OCHOA, C.; GARCÍA-ENTERO, V.; GIL SENDINO, F. (Eds.): *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: Arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón, Ayuntamiento de Gijón, pp. 301-344.
- RODRIGUEZ MARTIN, F.G. & CARVALHO, A. (2015) – "Las villae como testimonio emblemático del mundo rural romano". In ÁLVAREZ MARTINEZ, J.M.; CARVALHO, A. & FABIÃO, C. (Eds.): *Lusitania Romana, Origen de dos pueblos*. Mérida, Ministerio de Cultura de España, pp. 237-247.
- RYKWERT, J. (1976) – *The idea of a town: the anthropology of urban form in Rome, Italy and the ancient world*. Princeton: Princeton University Press.
- SALINAS DE FRÍAS, M. (2016) – Las ciudades del poder de la provincia Lusitania. Capitales conventuales y ciudades principales. *Revista de Historiografía*, 25, pp. 133-155. Instituto de Historiografía Julio Caro Baroja. Universidad Carlos III de Madrid.
- SALVADO, S.; FERREIRA, S.V. (1984a) – Três inscrições romanas de *Olisipo*. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Ano XLV. 2ª Série, n.º 8/9/10, pp. 8-16.
- SALVADO, S.; FERREIRA, S.V. (1984b) – Alguns elementos pré-românicos reutilizados nos paramentos exteriores da Sé de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 2ª Série, Ano 45, n.º 7, pp. 3-36.

- SALVADO, S.; FERREIRA, S. V.; ROBALO, J. M. D.; ROBALO, M.C. (1986) – Três outras inscrições romanas de *Olisipo*. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Ano XLVII. 2ª Série, n.º 18, pp. 3-13.
- SANTANA, F.; SUCENA, E. (Dir.) (1994) – *Dicionário da história de Lisboa*. Ed. Carlos Quintas & Associados, Lisboa, pp. 784-785.
- SANTOS, R.E. (1938) – *O vinho de Colares*. Edição da Adega Regional de Colares, Reimpressão Anastática da Edição Original, 2005. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- SEPÚLVEDA, E.; VALE, A.; SOUSA, A.V.; SANTOS, V.; GUERREIRO, N. (2002) – A cronologia do circo de *Olisipo*: a Terra Sigillata. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, n.º2. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 245-275.
- SILVA, A.R. (2000) – A *villa* romana de Frielas. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 18. Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, pp. 71-84.
- SILVA, A.R. (2004) – A *villa* romana de Frielas: tempo, Espaço e Funcionalidade. *Arqueologia como Documento* [Catálogo de Exposição]. Loures. Câmara Municipal de Loures. Departamento Sociocultural. Divisão do Património Cultural, pp. 11-19.
- SILVA, A.R. (2012) – *Villa* romana de Frielas. *Cira Arqueologia. Atas De Olisipo a Ierabriga*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 1, pp. 8-102.
- SILVA, A.R. (2014) – A presença de Cerâmica Tardia Gaulesa na *villa* de Frielas (Loures). *Revista Antrope*, n.º1. Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar, pp. 173-190.
- SILVA, A.V. (1937) – *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo Histórico-Descritivo*. 2.ª edição. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- SILVA, A.V. (1944) – *Epigrafia de Olisipo (subsídios para a história da Lisboa romana)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, A.V. (1987) – *A Cêrca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*. 3ª Edição, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, R.B. (1997) – As sepulturas da Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo. *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997), Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus, Monografias Arqueologia, Almada, pp. 193 – 205.
- SILVA, R.B. (1999) – Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha. In *Actas das Sessões do II Colóquio Temático “Lisboa Ribeirinha”* (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997). Lisboa: Câmara Municipal, pp. 43–65.
- SILVA, R.B. (2000) – As concepções de Arqueologia Urbana em Lisboa. *Actas das Sessões do III Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha – Utopias na viragem do milénio»* (Forum Roma, 30 de

- Junho a 2 de Julho de 1999), Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, pp. 229-241.
- SILVA, R.B. (2005) – *As “marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): uma contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C.- séc. II d.C.)*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, especialização em Arqueologia Urbana. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- SILVA, R.B. (2011) – *Olisipo*. In Remolá Vallverdú, J.A.; Acero, J.P. (eds.): *La gestión de los residuos urbanos en Hispania*. Xavier Dupré Raventós (1956-2006), *in memoriam*. Instituto de Arqueologia de Mérida, pp. 201-213.
- SILVA, R.B. (2012a) – Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira. CIRA Arqueologia 1. *Actas da Mesa Redonda «de Olisipo a Scallabis» – a rede viária romana no Vale do Tejo* (Vila Franca de Xira, 2010). Vila Franca de Xira: CEAX/Museu Municipal, pp. 74-87.
- SILVA, R.B. (2012b) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, R.B. (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva / Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 178-199
- SILVA, R.B. (2018) – A "via norte" de *Olisipo*: a arqueologia da Praça da Figueira (Lisboa), a caracterização dos troços vias e dinâmicas da paisagem suburbana envolvente. In *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa 2: Meios vias e trajetos... entrar e sair de Lisboa*. Lisboa: CML/DMC/DPC/Centro de arqueologia de lisboa, Sociedade de Geografia de lisboa/Secção de Arqueologia, pp. 73-86.
- SILVA, R.B. (2021) – Espaços funerários: de *Felicitas Iulia Olisipo* a *Olisipona*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Vol. 7. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, Lisboa, pp. 24-31.
- SILVA, R.B. (2021a) – Alfama. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Vol. 7. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, Lisboa, pp. 122-125.
- SILVA, R.B. (2021b) – As inscrições funerárias da Necrópole NO de *Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Vol. 7. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, Lisboa, pp. 104-115.

- SILVA, R.B. (2021c) – Recintos, edifícios e monumentos funerários em *Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Vol. 7. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, Lisboa, pp. 140-159.
- SILVA, R.B. & LEITE, A.C. (2015) – O Hospital Real de Todos-os-Santos. In *Lisboa 1415 Ceuta: História de duas cidades*. Ciudad Autonoma de Ceuta – Consejería de Educación y Cultura | Câmara Municipal de Lisboa – Direção Municipal de Cultura, pp. 49-52.
- SILVA, R.B. & NOZES, C. (2020) – As *Thermae Cassiorum*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 69-79.
- SILVA, R.B. & QUARESMA, J.C. (2021) – Mobiliários funerários em *Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Vol. 7. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, Lisboa, pp. 182-197.
- SILVA, R.B.; CASIMIRO, S.; ALVES-CARDOSO, F. (2021a) – Praça da Figueira. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Vol. 7. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, Lisboa, pp. 44-65.
- SILVA, R.B.; CASIMIRO, S.; ALVES-CARDOSO, F.; ANTUNES-FERREIRA, N.; LOURENÇO, M.; GRANJA, R.; GARCIA, S.; DUARTE, C. (2021b) – Práticas e rituais funerários em *Olisipo* entre os séculos I e VI d.C. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Vol. 7. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, Lisboa, pp. 130-139.
- SILVÉRIO, S.A.D. (2014) – *Arqueologia da Arquitetura – Contributo para o estudo da Sé de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Universidade Nova de Lisboa.
- SOTOMAYOR Y RUBIO, J.M.A. (trad., 1824) – *Los doce libros de Agricultura que escribió en Latin Lucio Junio Moderato Columela*. José Cerrada García (Revis., 2018). Imprensa de D. Miguel de Burgos, Madrid.
- SOUSA, E.M. (1987) – Segunda campanha de escavações na *Villa* romana de Santo André de Almoçageme (Freguesia de Colares, Concelho de Sintra – março a outubro de 1986). *Jornal de Sintra*. Sintra. 2727, 3-4-1987.
- TAYLOR, R.; RINNE, W.; KOSTOF, S. (2016) – *Rome: An Urban History from Antiquity to the Present*. Cambridge University Press, UK.
- TEIRA-BRIÓN, A. & REY CASTIÑEIRA, J. (2021) – Evidencias arqueobotánicas para una historia del consumo y producción de vino en el Noroeste ibérico / Archaeobotanical evidence for a history of wine consumption and production in northwestern Iberia. *SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología*. Universidad de Sevilla, 30, pp. 165-195.

- TEIXEIRA, S. (2019) – Os grupos servis do município: origem, funções e ambições. *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo: Os monumentos epigráficos*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 42-51.
- VALE, A.; FERNANDES, L. (2017) – O Circo Romano de *Olisipo*: exemplos de revestimento. *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos Históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, pp. 124-127.
- VALE, A.; FERNANDES, L.; LOUREIRO, C.C. (2020) – O Circo de *Felicitas Iulia Olisipo*: um monumento lúdico romano. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos – espaços de representação de cidadania*. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, pp. 52 – 67.
- VASCONCELOS, J.L. (1899-1900) – Antiguidades romanas de Lisboa. *O Archeologo Português*. Museu Ethnologico Português. Imprensa Nacional, Lisboa. – 1.<sup>a</sup> Série, Vol. V, pp. 284-285.
- VASCONCELOS, J.L. (1933) – *Etnografia portuguesa*. Vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (reimpressão da edição de 1980), pp. 342-345.
- VIEGAS, C. (2020) – A emergência das cidades. In *História Global de Portugal* (dir. FIOLEAIS, C.; FRANCO, J.E.; PAIVA, J.P.) Lisboa: Temas e Debates, pp. 99-104.
- VIEGAS, C., FILIPE, V. & PIMENTA, J. (2021) – Rotas comerciais (comércio interno e externo), In C. Fabião; C. Nozes; G. Cardoso (coord. cient.), *Lisboa romana, Felicitas Iulia Olisipo: A cidade produtora (e consumidora)*. Lisboa: Ed. Caleidoscópio / Câmara Municipal de Lisboa, pp. 127-137.
- VIEIRA, V.N.; NETO, N.; CASIMIRO, S.; FRAZÃO, V.; SANTOS, R. (2021) – Rua do Paraíso. os monumentos funerários: Um *columbarium* de *Olisipo*. In *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida: Memória funerária da cidade*. Vol. 7. Câmara Municipal de Lisboa & Ed. Caleidoscópio, Lisboa, pp. 126-129.
- WARMUTH, V.; ERIKSSON, A.; BOWER, M.A.; CAÑON, J.; COTHRAN, G.; *et al.* (2011) – European Domestic Horses Originated in Two Holocene Refugia. *PLoS ONE*, Vol. 6 (3) e18194. Editor: Michael Hofreiter, University of York, United Kingdom.
- ZANKER, P. (2000) – The city as symbol: Rome and the creation of an urban image. In *Romanization and the city. Creation, transformations, and failures* (Fentress, E. Eds.), pp. 25-41.

## WEBGRAFIA:

Adega Viúva Gomes

<https://www.adegaviuvagomes.com>

AESC

<https://www.aesc.edu.pt/web/mirohipo.htm>

Amphorae ex Hispania

<http://amphorae.icac.cat/amphora/lusitana-3-western-lusitania>

<http://amphorae.icac.cat/amphora/lusitana-9-western-lusitania>

Archeologia voci dal passato

<https://archeologiavoci.dalpassato.com/2019/11/09/>

Archéologie.culture.fr

<https://archeologie.culture.fr/villa/en/technology-and-machines>

Base de Dados Endovélico

<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios>

César Figueiredo

<https://www.cesarfigueiredo.com>

<https://www.cesarfigueiredo.com/3d-olisipo>

CML / Museu de Lisboa

<http://www.museudelisboa.pt>

Companhia das Lezírias

<https://coudelaria.cl.pt/historia>

Consorcio Ciudad Monumental de Mérida

<https://www.consorciomerida.org/sites/default/files/monumentos/05Anfiteatro.jpg>

DGPC / Património Cultural

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70276>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70502>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/25863140>

Direção-Geral do Território

<https://cgpr.dgterritorio.pt/Fototeca/index.html#>

El País

<https://elpais.com/cultura/2022-02-18/asi-era-leon-hace-2000-anos.html>

Fundação Millennium bcp

<https://www.fundacaomillenniumbcp.pt/nucleo-arqueologico/>

Google Arts & Culture

<https://artsandculture.google.com/asset/a-caçada-ao-veado/dgGDs8uSjxvf7g?hl=pt-PT>

<https://artsandculture.google.com/asset/a-caçada-ao-veado/dgGDs8uSjxvf7g?hl=pt-PT>

Hemeroteca Digital da CML

[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/FeiradaLadra/TomoI/TomoI\\_item1/P99.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/FeiradaLadra/TomoI/TomoI_item1/P99.html)

[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1885/N239/N239\\_master/N239.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1885/N239/N239_master/N239.pdf)

Hispania Epigraphica

<http://eda-bea.es>

[http://eda-bea.es/pub/record\\_card\\_2.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch\\_select.php&quicksearch=procula&page=3&rec=31803](http://eda-bea.es/pub/record_card_2.php?refpage=%2Fpub%2Fsearch_select.php&quicksearch=procula&page=3&rec=31803)

INRAP (Institut National de Recherches Archéologiques Préventives)

[https://www.inrap.fr/dossiers/Archeologie-du-Vin/Histoire-du-vin/Antiquite-Echange-et-commerce#.YsGzFC\\_5QgE](https://www.inrap.fr/dossiers/Archeologie-du-Vin/Histoire-du-vin/Antiquite-Echange-et-commerce#.YsGzFC_5QgE)

Instituto Superior Técnico

<http://desenhotecnico.museudec.tecnico.ulisboa.pt/arquitectura/dissertacoes/villa-de-freiria/>

Le Musée Virtuel du Vin

<https://www.musee-virtuel-vin.fr/mosaique?lang=en&lightbox=dataItem-kcx6v53b1>

Lisboa Conserveira (uma herança romana)

<http://www.lxconserveira.pt/elements7.html>

Lisboa Romana – *Felicitas Iulia Olisipo*

<https://lisboaromana.pt>

MASMO (Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas)

<https://cm-sintra.pt/atualidade/cultura/museus-municipais-de-sintra/museu-arqueologico-de-sao-miguel-de-odrinhas>

MatrizNet

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=110267>

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=119865>

Metropolitan Museum of Art

<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/402948>

Museu d'Arqueologia de Catalunya

<http://www.macbarcelona.cat/Exposicions/Exposicions-actuals/L-herencia-de-Roma.-Les-col-leccions-romanes-del-MAC/El-mosaic-del-Circ>

Museu de Lisboa

<http://acervo.museudelisboa.pt/><sup>[17]</sup><https://www.museudelisboa.pt/pt/colecoes/arqueologia/prumo>

National Geographic

<https://nationalgeographic.pt/historia/actualidade/1986-alexandre-o-grande-em-alter-do-chao>

<https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/2327-o-enigmatico-sitio-do-alto-da-vigia>

<https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/742-ecos-de-outra-escrita-na-cidade>

<https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/2891-armazens-sommer-ecos-de-outra-escrita>

Oxford Classical Dictionary

<https://oxfordre.com/classics/classics/abstract/10.1093/acrefore/9780199381135.001.0001/acrefore-9780199381135-e-6888?rskey=2JvVv2&result=163>

Parker Library on the Web

<https://parker.stanford.edu/parker/catalog/sg012cr8689>

Perseus

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0137%3Abook%3D8%3Achapter%3D67>

Portal do Arqueólogo

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54763>

Portal Mitra-Nature (Universidade de Évora)

<http://www.mitra-nature.uevora.pt/Especies-e-habitats/Plantas/Lenhosas/Arvores/Oleaceae/Olea-europaea-var.-europaea>

<http://www.mitra-nature.uevora.pt/Especies-e-habitats/Plantas/Lenhosas/Arbustos-e-Lianas/Oleaceae/Olea-europaea-var.-sylvestris>

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (DGPC)

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2196)

Steep Stairs Review

<https://steepstairs.wordpress.com/tag/wine/>

The Latin Library

<http://www.thelatinlibrary.com>

The Morgan Library & Museum

<http://ica.themorgan.org/manuscript/page/1/77069>

UC Digitalis

<https://digitalis.uc.pt/bookreader/eBookReader/index.php?id=71569#page/168/mode/2up>

University Library of Justus Liebig University of Giessen

<https://www.constitutio.de/en/papyrus/introduction>

Vias Romanas em Portugal

[https://www.viasromanas.pt/vri/miliarios\\_de\\_loures.jpg](https://www.viasromanas.pt/vri/miliarios_de_loures.jpg)

Videoteca Municipal de Lisboa

<https://vimeo.com/470515952>

Wikipédia

[https://en.wikipedia.org/wiki/Carthage#Roman\\_Carthage](https://en.wikipedia.org/wiki/Carthage#Roman_Carthage)

<https://en.wikipedia.org/wiki/Miletus>

[https://fr.wikipedia.org/wiki/Phylloxéra#/media/Fichier:Carte\\_du\\_Phylloxéra\\_en\\_1882.jpg](https://fr.wikipedia.org/wiki/Phylloxéra#/media/Fichier:Carte_du_Phylloxéra_en_1882.jpg)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Império\\_Romano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Império_Romano)

[https://es.wikipedia.org/wiki/Augusta\\_Emerita#/media/Archivo:Maqueta\\_Emerita-Augusta.jpg](https://es.wikipedia.org/wiki/Augusta_Emerita#/media/Archivo:Maqueta_Emerita-Augusta.jpg)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Vitrúvio>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Tarragona#/media/Ficheiro:Roman\\_aqueduct\\_Tarragona.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tarragona#/media/Ficheiro:Roman_aqueduct_Tarragona.jpg)

[https://commons.wikimedia.org/wiki/Ostia\\_Antica\\_\(archaeological\\_site\)#/media/File:Caseggiato\\_dei\\_Triclini\\_Ostia\\_Antica\\_2006-09-08\\_n2.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Ostia_Antica_(archaeological_site)#/media/File:Caseggiato_dei_Triclini_Ostia_Antica_2006-09-08_n2.jpg)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Vitrúvio>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Área\\_Metropolitana\\_de\\_Lisboa#/media/Ficheiro:AML\\_hydro.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Área_Metropolitana_de_Lisboa#/media/Ficheiro:AML_hydro.png)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrabão#/media/Ficheiro:Strabo.jpg>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo\\_de\\_São\\_Jorge#/media/Ficheiro:Castle-DuarteGalvao3.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_São_Jorge#/media/Ficheiro:Castle-DuarteGalvao3.jpg)

[https://ru.wikipedia.org/wiki/Opus\\_testaceum#/media/Файл:Domus\\_Augustana\\_wall.jpg](https://ru.wikipedia.org/wiki/Opus_testaceum#/media/Файл:Domus_Augustana_wall.jpg)

[https://es.wikipedia.org/wiki/Adobe#/media/Archivo:Pared\\_adobes.png](https://es.wikipedia.org/wiki/Adobe#/media/Archivo:Pared_adobes.png)

[https://en.wikipedia.org/wiki/Equestrian\\_Statue\\_of\\_Marcus\\_Aurelius#/media/File:Statua\\_Marco\\_Aurelio\\_Musei\\_Capitolini.JPG](https://en.wikipedia.org/wiki/Equestrian_Statue_of_Marcus_Aurelius#/media/File:Statua_Marco_Aurelio_Musei_Capitolini.JPG)

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ru%C3%ADnas\\_romanas\\_de\\_Milreu](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ru%C3%ADnas_romanas_de_Milreu)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Termop%C3%B3lio#/media/Ficheiro:GrandeTaberna.JPG>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Roman\\_province\\_of\\_Hispania.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Roman_province_of_Hispania.jpg)

#### XXVI Talhas

<https://www.xxvi-talhas.pt/galeria>

#### YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=mVWBVSTVzJw>

<https://www.youtube.com/watch?v=MZpEuML0bf0>

<https://www.youtube.com/watch?v=MwFgdZIEw-o>

#### Zet Gallery

<https://zet.gallery/obra/vila-romana-18183>